



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CÉLIO RIBEIRO COUTINHO

**FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NO CONTEXTO DO GOVERNO
LULA (2003 A 2010)**

FORTALEZA

2014

CÉLIO RIBEIRO COUTINHO

**FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NO CONTEXTO DO GOVERNO
LULA (2003 A 2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. PhD José Ribamar Furtado de Souza

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

C895f

Coutinho, Célio Ribeiro.

Formação político-educativa do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no contexto do governo Lula (2003 a 2010) / Célio Ribeiro Coutinho. – 2014.

226 f. : il. ; 31 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.

Orientação: Prof. PhD José Ribamar Furtado de Souza.

1. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. 2. Movimentos sociais – Brasil – Política e governo – 2003-2010. 3. Redes de relações sociais. 4. Título.

CDD 303.484

CÉLIO RIBEIRO COUTINHO

**FORMAÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NO CONTEXTO DO GOVERNO
LULA (2003 A 2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. PhD José Ribamar Furtado de Souza

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. PhD José Ribamar Furtado de Souza
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Celecina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eptácio Moura Macário
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedicatória

Ao MST, cujo fazer autocrítico, possibilitou o avanço do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Heloisa e ao meu pai Milton, exemplos de resistência, esperança, amor e dedicação aos filhos, que possibilitaram minhas conquistas.

À minha esposa, Elane, pelo companheirismo, carinho e apoio permanente ao longo do doutorado.

Às minhas adoráveis filhas, Enale e Celine, que compreenderam a minha necessária ausência para concluir este estudo.

Ao meu orientador Prof. PhD. José Ribamar Furtado de Souza, pelo incentivo, confiança, respeito à autonomia da pesquisa, competência na orientação e capacidade de indicar novos horizontes no processo da formação doutoral.

Ao meu coorientador Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia Júnior por ter me acolhido no doutorado sanduíche no *Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (Université Paris I Panthéon-Sorbonne, École des Hautes Études en Sciences Sociales, CNRS)* com generosidade, tendo me incluído em espaços de estudo, o que me fez adquirir experiência em pesquisa em outra cultura universitária.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC pelas contribuições à minha formação doutoral.

Aos militantes do MST, professores universitários, políticos, assessores do Congresso Nacional e técnicos das instituições do Governo Federal, que se dispuseram a colaborar com a minha pesquisa.

À FUNCAP pelo apoio financeiro ao doutorado no Brasil e à CAPES pelo apoio ao doutorado sanduíche na França.

Ao Prof. Dr. Epitácio Macário pelas valiosas contribuições desde o projeto da tese até a defesa final e aos demais professores doutores componentes da banca examinadora Justino Júnior, Celecina Sales e Rodrigo Azevedo pelas sugestões ao texto da tese.

À Profa. Dra. Eliane Dayse pelas sugestões prestadas a meu estudo ao longo de todo o doutorado.

À Profa Dra Lia Matos pela competente, cuidadosa e generosa colaboração na correção do texto da tese.

À Profa Dra. Erlenia Sobral pelas valiosas sugestões ao texto da tese.

Aos camaradas professores da Faculdade de Educação de Itapipoca Antônio Valricélio, Ana Cristina, Benedito Alencar e José Alex, aos camaradas professores do

sindicato Elda Maciel, Eudes Baima e Sâmbara Paula e aos camaradas pedagogos Stênio Magalhães e Valdir Teixeira pela amizade e incentivo ao longo do meu estudo.

Ao movimento estudantil da Faculdade de Educação de Itapipoca, exemplo de luta, resistência e esperança de melhores dias para a universidade pública, que trouxe inspiração à minha caminhada de pesquisa.

Ao coletivo do Laboratório LUTEMOS, que debate e intervém sobre a realidade dos trabalhadores na perspectiva da emancipação, que refletiu de forma positiva no meu objeto de estudo.

À Geisa, Sérgio e Adalgisa pela presteza no atendimento na Secretaria do Programa de Pós-Graduação da UFC.

RESUMO

Este trabalho, resultante de pesquisa realizada junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundamentou-se nos pressupostos de Marx, Gramsci e Freire. O objetivo central constituiu-se em estudar o processo de formação político-educativa do MST, na sua relação com o contexto do Governo Lula (2003 a 2010). Como aparato teórico-metodológico, optou-se pelo uso da concepção do método dialético (análise e síntese); fenomenologia (descrição do fenômeno); análise de conteúdo (produção de novos significados); associação de conteúdos (análises das associações para determinação de categorias e tendências nos dados); e teoria fundamentada (produção de esquema teórico). Nesta pesquisa de tipo qualitativa, partiu-se de um estudo de caso na concepção de pesquisa participante e etnográfica e utilizou-se um instrumental quantitativo. Fez-se opção pelas técnicas de pesquisa: análise categorial do tipo temática (desmembramento dos textos em categorias e reagrupamento analógico); análise de associações (identificação dos componentes de análise e das categorias); técnica de questionamentos (formulação de questões para examinar os dados); técnica de comparações (identificação e desenvolvimento das categorias). Adotaram-se técnicas de observação e de entrevistas semiestruturadas (63 entrevistas com membros internos e externos ao MST). Na metodologia fez-se ainda uso de quadros, figuras e fórmulas matemáticas, que facilitaram a organização e análise dos dados empíricos. Entre os achados da pesquisa, destacaram-se: o Descenso e a Pedagogia da Acomodação do MST, fenômenos que ocorreram simultaneamente. O processo de Descenso determinou-se pela Dependência das Políticas do Governo e pela Desmobilização pelo Capital. A Dependência decorrente da Diminuição da Força Político-Organizativa e do Aumento da Institucionalização originou-se da dependência financeira e da burocratização do trabalho da militância. A Desmobilização pelo Capital determinada pela Descaracterização do PT e pela Desmobilização pelo Governo teve como fundamento a força do capital, que dominou o Estado, o Governo Lula e o PT. A composição categorial da Desmobilização pelo Capital tornou-se mais determinante do Descenso do que a Dependência das Políticas do Governo. Com base nas mesmas determinações do Descenso, identificou-se a presença da Pedagogia da Acomodação produzida pela Formação do MST para Subordinação ao Capital e Formação para a Conformação às Políticas do Governo. Tal Subordinação, decorrente da Formação para Adequação às Políticas do Governo e da Formação para Adequação à Descaracterização do PT, resultou do ambiente de formação para a dominação, proporcionado pelas relações capitalistas presentes no Estado, no Governo e no PT. A Conformação originada da Formação

para Institucionalização e da Formação para Pacificação teve como base a burocratização do trabalho, dependência financeira e diminuição da radicalidade da militância. Esses fatores decorrem do enfraquecimento do papel de intelectual orgânico do MST. Parte da militância fez resistência à estratégia política adotada o que impediu a perda total de sua autonomia política nesse governo. Diante do enfraquecimento da luta Contra-Hegemônica do MST, apresenta-se como sugestão ao Movimento: revisão de sua estratégia política para enfrentar governos do mesmo campo político e retomada do protagonismo nas lutas pela reforma agrária e por uma sociedade socialista.

Palavras-chave: MST. Governo Lula. Formação. Hegemonia. Estado.

ABSTRACT

This work, the result of research conducted by the Movement of Landless Rural Workers (MST in Portuguese), was based on assumptions of Marx, Gramsci and Freire. The main objective consisted in studying the process of political-educational training of the MST, in its relationship with the Government Lula context (2003-2010). As theoretical and methodological apparatus, we opted for the use of the design of the dialectical method (analysis and synthesis); phenomenology (phenomenon description); content analysis (production of new meanings); content aggregation (associations analysis for categories and trends in the data); and grounded theory (theoretical scheme of production). In this type of qualitative research, we started with a case study in the design of participant and ethnographic research and used a quantitative instrumental. There were the option research techniques: categorical analysis of the thematic type (dismemberment of texts into categories and analog reunification); association analysis (identification of component analysis and categories); questioning technique (formulation of questions to examine the data); comparisons technique (identification and development of categories). Were adopted observation techniques and semi-structured interviews (63 interviews with internal and external members to MST). In the methodology yet were made use of tables, figures and mathematical formulas that facilitated the organization and analysis of empirical data. Among the findings of the survey stood out: the Descent and the MST Accommodation Pedagogy, phenomena that occurred simultaneously. The process of Descent was determined by the dependence of Government Policies and the Demobilization by Capital. The dependence resulting from the decrease of the Political and Organizational Power and the Institutionalization of the increase stemmed from the financial dependence and bureaucratization of the militancy work. Demobilization by Capital Disqualification determined by the Worker's Party (Partido dos Trabalhadores – PT, in Portuguese) and demobilization by the government was based on the strength of capital, which dominated the state, the Lula's government and the PT. The categorical composition of demobilization by Capital became more decisive of Descent than dependence on government policies. Based on the same determinations of Descent, identified the presence of Pedagogy Accommodation produced by MST Training Tying the Capital and Training for Conformation to government policies. This subordination resulting from the Training Compliance to Government Policies and Training Adaptation to Disqualification of the PT, resulted from the training environment for domination, provided by capitalist relations present in the state, the government and the PT. Originated Conformation of The Training

Institutionalization and Training for Pacification was based on the bureaucratization of the work, financial dependence and decreased radical militancy. These factors result from the weakening of the role of organic intellectual of the MST. Part of militancy did resistance to the political strategy adopted which prevented the total loss of their political autonomy in government. Given the weakening of the Counter-Hegemonic MST fight, is presented as a suggestion to the Movement: a review of its policy strategy to deal with governments of the same political field and resumed the role in the struggle for land reform and for a socialist society.

Keywords: MST. Lula's government. Training. Hegemony. State

RÉSUMÉ

Ce travail, résultat d'une recherche réalisée auprès du Mouvement des Travailleurs Sans Terre (MST), s'est fondé sur les pressupposés de Marx, Gramsci et Freire et a pour but d'étudier le processus de formation politico-éducative du MST dans son rapport avec le contexte du gouvernement Lula (2003 à 2010). On a choisi comme base théorico-méthodologique la conception de la méthode dialectique (analyse et synthèse); la phénoménologie (description du phénomène); l'analyse de contenu (production de nouveaux signifiés); l'association de contenus (analyse des associations pour la détermination de catégories et tendances dans les données); et la théorie ancrée (production de schéma théorique). Pour cette recherche de type qualitative on est parti d'une étude de cas selon la conception de recherche participante et ethnographique, et on a utilisé des outils quantitatifs. On a choisi les techniques de recherche suivantes: analyse catégorielle du type thématique (division des textes en catégories et regroupement analogique); analyse d'associations (identification des composantes de l'analyse et des catégories); technique de questionnement (formulation de questions pour examiner les données); technique de comparaisons (identification et développement des catégories). On a adopté des techniques d'observation et d'interviews semi-structurées (63 interviews avec des membres internes et externes du MST). Dans la méthodologie, on a aussi utilisé des tableaux, des figures et des formules mathématiques qui ont rendu plus facile l'organisation et l'analyse des données empiriques. Parmi les résultats de la recherche, on cite: le dissensus et la pédagogie de l'accommodement du MST, deux phénomènes survenus simultanément. Le processus de dissensus a été déterminé par la dépendance des politiques du gouvernement et par la démobilitation par le capital, celle-ci étant plus déterminante que la première. La dépendance, découlant de la diminution de la force politico-organisatrice et de l'augmentation de l'institutionnalisation est née de la dépendance financière et de la bureaucratisation du travail des militants. La démobilitation par le capital, déterminée par la décaractérisation du Parti des Travailleurs (PT) et par la démobilitation par le gouvernement, a eu comme base la force du capital qui a dominé l'État, le gouvernement Lula et le PT. Appuyés sur les mêmes déterminations du dissensus, on a identifié la présence de la pédagogie de l'accommodation produite par la formation du MST à la subordination au capital et à l'adaptation aux politiques du gouvernement. Cette subordination issue de la formation à l'adaptation aux politiques du gouvernement et à la décaractérisation du PT est due au contexte de formation à la domination, favorisé par les rapports capitalistes présents dans l'État, le gouvernement et le PT. L'adaptation, conséquence de la formation à

l'institutionnalisation et de la formation à la pacification, a eu comme base la bureaucratisation du travail, la dépendance financière et la diminution du radicalisme des militants. Ces facteurs découlent de l'affaiblissement du rôle d'intellectuel organique du MST. Une partie des militants a résisté à la stratégie politique adoptée, ce qui a empêché la perte totale de son autonomie politique dans le gouvernement actuel. Devant l'affaiblissement de la lutte contre-hégémonique du MST, on suggère au Mouvement de revoir sa stratégie politique pour faire face aux gouvernements du même champ politique et de reprendre le protagonisme dans les luttes pour la réforme agraire et pour une société socialiste.

Mots-clés: MST. Gouvernement Lula. Formation. Hégémonie. État.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Árvore das categorias teóricas.....	29
Figura 2 -	Percurso Metodológico.....	42
Figura 3 -	Árvore dos elementos utilizados na análise de conteúdo.....	44
Figura 4 -	Fatores que compõem a política de acordo.....	63
Figura 5 -	Ciclo do processo de geração de acomodação do MST às políticas do Governo Lula.....	78
Figura 6 -	Determinação da categoria desmobilização do MST pelo Governo Lula.....	98
Figura 7 -	Ciclo da desmobilização do MST pelo Governo Lula.....	98
Figura 8 -	Determinação da desmobilização do MST pela descaracterização do PT.....	109
Figura 9 -	Ciclo da desmobilização do MST pela descaracterização do PT.....	110
Figura 10 -	Determinação da categoria desmobilização do MST pelo capital.....	114
Figura 11 -	Ciclo da desmobilização do MST pelo capital.....	115
Figura 12 -	Determinação da categoria aumento da institucionalização do MST	130
Figura 13 -	Ciclo do aumento da institucionalização do MST.....	130
Figura 14 -	Determinação da categoria diminuição da força político-organizativa do MST.....	139
Figura 15 -	Ciclo da diminuição da força político-organizativa do MST.....	139
Figura 16 -	Determinação da categoria dependência do MST das políticas do Governo Lula.....	141
Figura 17 -	Ciclo da dependência do MST das políticas do Governo Lula.....	141
Figura 18 -	Ciclos de determinação do descenso do MST na relação com o Governo Lula.....	147
Figura 19 -	Determinação do descenso do MST.....	148
Figura 20 -	Relação da política de acordo com a dependência e desmobilização do MST.....	148
Figura 21 -	O processo global de determinação do descenso do MST.....	151
Figura 22 -	Base categorial do descenso do MST.....	152
Figura 23 -	Árvore de categorias e subcategorias.....	154
Figura 24 -	Árvore de determinação da pedagogia da acomodação do MST.....	177

Quadro 1 -	Componentes de análise e propriedades.....	45
Quadro 2 -	Componente acomodação do MST às políticas do Governo Lula e suas propriedades.....	76
Quadro 3 -	Formas de desmobilização do MST pelo Estado e suas propriedades	81
Quadro 4 -	Formas de desmobilização do MST pelo PT e suas propriedades.....	102
Quadro 5 -	Formas de institucionalização do MST e suas propriedades.....	119
Quadro 6 -	Formas político-organizativas do MST e suas propriedades.....	132
Gráfico B1 -	Evolução dos preços das <i>commodities</i> em geral.....	215
Gráfico B2 -	Evolução dos preços das <i>commodities</i> em geral (exceto petróleo).....	215
Gráfico B3 -	Evolução dos preços das <i>commodities</i> (carnes).....	216
Gráfico B4 -	Evolução dos preços das <i>commodities</i> (grãos, oleaginosas e frutas)...	216

LISTA DE TABELAS

Tabela A1 - Ocupações de terra dos movimentos socioterritoriais no período do Governo Lula.....	213
Tabela A2 - Ocupações de terra do MST no período dos Governos FHC e Lula.....	213

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

%CA/UC	Relação percentual entre componente de análise e unidade de contexto
ΔA	Acréscimo de Acomodação ou Desvalorização Política
$\Sigma AsCat_1$	Somatório da frequência associativa por categoria concreta de primeira ordem
$\Sigma AsCat_2$	Somatório da frequência associativa por categoria concreta de segunda ordem
A	Acomodação Inicial ou Histórica
A'	Acomodação Acumulada
AC	Método de Análise de Conteúdo
ACOM	Acomodação do MST diante do governo Lula
ArRfAg	Arrefecimento da Política de Reforma Agrária
ASC	Método de Associações de Conteúdos
ATES	Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BuroMST	Aumento na Burocratização da Militância do MST
BuroPT	Burocratização do PT
CA	Componente de análise
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DesLuCI	Descenso na Luta de Classes
DS	Democracia Socialista
EA	Elemento de Análise
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EnTrBA	Enfraquecimento do Trabalho de Base
EstDoCAP	Estado Dominado pelo Capital
ExMST	Externo ao MST
FACEDI	Faculdade de Educação de Itapipoca
F _{as}	Frequência associativa
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares no Estado do Ceará
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
F _{pa}	Frequência de participação simples da unidade de análise em cada unidade de contexto
F _s	Frequência simples
GovDoCAP	Governo Dominado pelo Capital
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
InMST	Interno ao MST
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA	Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LUMIAR	Projeto de Assistência Técnica e Capacitação nos Assentamentos Rurais
LUTEMOS	Laboratório Universitário em Educação Popular, Trabalho e Movimentos Sociais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MidBUR	Mídia Burguesa
MitLULA	Mitificação do Lula
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MuQALI	Mudança na Qualidade da Aliança entre MST e PT para a Luta contra Hegemônica
N	Processo de Negociação entre o MST e o Governo Lula
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ONG	Organizações Não Governamental
PA	Política de Acordo
PBF	Programa Bolsa Família
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PG	Política Governamental
PgESTR	Pragmatismo na Estratégia
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRA	Planos de Recuperação do Assentamento
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PrPoINC	Priorização das Políticas de Inclusão
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RdAUTO	Redução da Autonomia Política
RdRAD	Redução da Radicalidade da Militância
ResMST	Resistência Interna no MST à Política do Governo Lula
SINDUECE	Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Estadual do Ceará
TF	Método da Teoria Fundamentada
Tr Bur	Tempo de Trabalho Burocrático do Militante
Tr Mil	Tempo Total de Trabalho Político da Militância
Tr Org	Tempo de Trabalho Orgânico do Militante
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UC	Unidade de Contexto
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UR	Unidade de Registro

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

f Função

Δ Delta

Σ Somatório

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	FORMAS DE DESMOBILIZAÇÃO DO MST.....	51
2.1	Política em geral e política do Governo Lula em particular.....	51
2.2	Política do Governo Lula e institucionalização do MST.....	61
2.2.1	<i>Processo de negociação da política do Governo Lula.....</i>	61
2.2.1.1	<i>Política de acordo.....</i>	62
2.2.1.2	<i>Fetichismo e mitificação no Governo Lula.....</i>	64
2.2.2	<i>Transformação do processo de institucionalização e burocratização em acomodação do MST.....</i>	68
2.2.2.1	<i>Institucionalização e burocratização do MST.....</i>	69
2.2.2.2	<i>Trabalho burocrático do MST.....</i>	71
2.2.2.2.1	<i>Tempo de trabalho político da militância.....</i>	71
2.2.2.2.2	<i>Desvalorização do trabalho político.....</i>	74
2.2.2.3	<i>Origem e acumulação da acomodação do MST.....</i>	75
2.3	Formas de desmobilização do MST pelo Estado.....	80
2.3.1	<i>Estado dominado pelo capital.....</i>	80
2.3.2	<i>Governo Lula dominado pelo capital.....</i>	86
2.3.3	<i>Mídia burguesa.....</i>	89
2.3.4	<i>Arrefecimento da política de reforma agrária.....</i>	91
2.3.5	<i>Priorização das políticas de inclusão.....</i>	94
2.3.6	<i>Desmobilização do MST pelo Governo Lula.....</i>	97
2.4	Formas de desmobilização do MST pelo Partido dos Trabalhadores.....	102
2.4.1	<i>Descenso na luta de classes.....</i>	102
2.4.2	<i>Burocratização do Partido dos Trabalhadores.....</i>	104
2.4.3	<i>Mudança na qualidade da aliança MST/Partido dos Trabalhadores</i>	107
2.4.4	<i>Desmobilização do MST pela descaracterização do Partido dos Trabalhadores.....</i>	109
2.5	Desmobilização do MST pelo capital.....	113
3	FORMAS DE DEPENDÊNCIA DO MST.....	118
3.1	Formas de institucionalização do MST.....	118

3.1.1	<i>Pragmatismo na estratégia.....</i>	118
3.1.2	<i>Redução da autonomia política</i>	123
3.1.3	<i>Resistência interna no MST à política do Governo Lula.....</i>	126
3.1.4	<i>Aumento da institucionalização do MST.....</i>	129
3.2	Formas político-organizativas do MST.....	132
3.2.1	<i>Enfraquecimento do trabalho de base do MST.....</i>	132
3.2.2	<i>Redução da radicalidade da militância.....</i>	136
3.2.3	<i>Diminuição da força político-organizativa do MST.....</i>	138
3.3	Dependência do MST das políticas do Governo Lula.....	140
4	DESCENSO E FORMAÇÃO DO MST DIANTE DO GOVERNO LULA.....	144
4.1	Descenso do MST.....	145
4.2	Formação do MST no contexto do Governo Lula.....	159
5	CONCLUSÕES.....	181
	REFERÊNCIAS.....	186
	APÊNDICES.....	199
	Apêndice A - Sujeitos da pesquisa.....	200
	Apêndice B - Roteiro de entrevista.....	202
	Apêndice C - Produção de categorias.....	204
	ANEXOS.....	211
	Anexo A - Ocupações dos movimentos socioterritoriais.....	212
	Anexo B - Nível de exportação das <i>commodities</i>.....	214
	Anexo C - Trecho do pronunciamento do Presidente da República.	217
	Anexo D - Trecho do discurso do Presidente da República na imissão de posse da Fazenda Maísa.....	219
	Anexo E - Carta ao povo brasileiro.....	221
	Anexo F - Carta do Rio de Janeiro.....	225

1 INTRODUÇÃO

A tese aqui proposta tem marcas do nosso envolvimento com os problemas do campo brasileiro e, em especial, com a luta dos trabalhadores, o que nos levou a continuar a análise da temática Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹, que iniciamos na pesquisa de mestrado² realizada na área da Economia Rural. Naquele trabalho, estudamos a agricultura explorada pelo MST e comprovamos a existência de uma agricultura com traços do campesinato sustentado na produção agrícola familiar. Tínhamos como pressuposto teórico, que a intervenção transformadora, nos territórios rurais, exige o conhecimento das formas como os agricultores assentados da reforma agrária se organizam para produzir seus meios de vida. O presente estudo tem um caráter complementar ao realizado no mestrado, portanto, pretendemos compreender como o MST se organiza nas relações estabelecidas com o poder dominante.

Na elaboração desta tese, temos como base nossa experiência profissional, acadêmica e a participação nos movimentos populares/sindicais. No período de 1997 a 1999, atuamos em projetos de assessoria e formação junto ao Projeto de Assistência Técnica e Capacitação nos Assentamentos Rurais (LUMIAR), com objetivos de construir coletivamente um diagnóstico sobre a reforma agrária no Ceará e desenvolver uma metodologia para a formação dos técnicos locais e dos assentados, na perspectiva da educação popular. Entre 2006 a 2008, participamos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e MST, na qualidade de coordenador regional do Projeto Escolarização dos trabalhadores, no âmbito da microrregião de Itapipoca, Ceará. Nesse projeto, desenvolvemos, em conjunto com os educadores, educandos, bolsistas universitários e a coordenação local do MST, uma experiência de educação do campo referenciada, sobretudo, na pedagogia de Paulo Freire (1921-1997).

Com o nosso ingresso em 2003, como docente da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) da UECE, assumimos disciplinas nas áreas de Economia Política, Educação de Adultos e Pedagogia de Paulo Freire. No decorrer de tais disciplinas, organizamos atividades acadêmicas, dentre as quais priorizamos vivências nas áreas de assentamento rural do MST, na fábrica de calçados e nos bairros em estado de pobreza, da

¹ No decorrer deste texto, utilizamos o termo Movimento para fazer referência ao MST.

² Dissertação de mestrado defendida em 1999 com título: A agricultura nos assentamentos rurais no Ceará: qual tipo de exploração? O caso *Lagoa Verde*, sob a orientação do Prof. Dr. Robério Telmo Campos, Universidade Federal do Ceará.

cidade de Itapipoca. No decorrer da docência universitária, criamos, juntamente com outros professores e militantes dos movimentos sociais e estudantis, o Laboratório Universitário em Educação Popular, Trabalho e Movimentos Sociais (LUTEMOS). Esse laboratório desenvolve atividades de estudo, pesquisa e extensão, com a finalidade de aprofundar a teoria crítica e fazer uma mediação com os movimentos populares da cidade e do campo, tendo como fundamentação teórica Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire.

A partir do envolvimento com a luta sindical e, mais precisamente, na direção da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Estadual do Ceará (SINDUECE), no período de 2006 a 2008, participamos de diversas práticas de luta social na relação da sociedade civil com o Estado.

O somatório das experiências acima citadas desencadeou a elaboração de um projeto de pesquisa, que nos encaminhou para o desenvolvimento do presente trabalho. Nossas inquietações de pesquisa têm como motor a necessidade científica da explicação de seus porquês, que se encontram na forma de organização e de funcionamento da sociedade, no campo da educação e na posição política de acomodação da maioria da população frente à exploração, à opressão e à exclusão social.

Na busca de respostas baseadas na ciência, decidimos desenvolver uma pesquisa de doutoramento na área da educação, que explique essas inquietações e possibilite a elaboração de uma nova estratégia política, que considere a educação como um instrumento necessário para reverter a crise que vivenciamos no Brasil. Tais inquietações estão relacionadas com as crises sistêmicas originadas, ainda, no século passado e que se aprofundaram na atualidade.

O Século XXI inicia-se sob o signo da novidade, da inovação, do predomínio do conhecimento técnico-científico, porém, repõe antigos problemas e cria novos dilemas para a humanidade. A crise mundial, que se gestou no século anterior pela *Hegemonia* do capital financeiro, tem agravado a situação dos trabalhadores no mundo inteiro por meio do desemprego e da questão social. Trata-se de uma crise do capital e de seu metabolismo social, que vem deixando sinais claros de obsolescência ao conjugar crise econômica, crise ambiental e crise civilizatória.

No âmbito dessa conjuntura, identificamos, em especial, a crise dos intelectuais e dos políticos ligados às classes dos trabalhadores. Tal crise tem se acentuado em decorrência do advento da revolução tecnológica; dissolução dos sujeitos coletivo; derrota do socialismo real; suposta indistinção entre esquerda e direita; e revisionismo imposto às revoluções.

Conforme Semeraro (2006), essa situação foi agravada pelo neoliberalismo econômico e pela pós-modernidade cultural.

Com a crise do socialismo e o avanço na *Hegemonia* neoliberal, surgiram também uma nova ideia, um novo perfil de política e de educação. O político, o educador popular e o intelectual militante vinculado ao partido, às classes trabalhadoras e às organizações políticas foram desvalorizados em relação aos políticos pragmáticos, aos intelectuais céticos, à inteligência emocional e à educação autoritária.

Na atualidade, a pós-política³ que desvaloriza as lutas ideológicas, e a biopolítica⁴ que transforma os governos em instrumento de controle e de subjugação dos cidadãos, são os tipos de política que predominam *no mundo administrado* (SEMERARO, 2004; 2006).

No campo da educação, a crise se expressa na formação baseada na transmissão de conhecimentos, que considera o educador como o único detentor do saber e o educando, um receptor passivo de informações. Nessa perspectiva, a educação assume um caráter apolítico, acrítico, a-histórico, descontextualizado e supostamente neutro, tendo como consequência a formação de educadores com percepção fatalista e ingênua da realidade, que é quase ignorada no processo educativo (FREIRE, 1987; 2003).

O forte apelo à morte da educação emancipatória⁵ e à morte da política vem provocando a predominância do pragmatismo nas atuais práticas políticas e educativas. Tudo isso decorre da *Hegemonia* do capital, que acentua a crise contemporânea e se torna um obstáculo à revolução dos trabalhadores. Tais circunstâncias nos inspiraram a investigar a prática educativa e política do MST na relação com o Estado, na conjuntura do capitalismo.

Nesse contexto, o capitalismo no Século XXI repõe e aprofunda antigas clivagens, tendo como base o antagonismo entre exploradores *versus* explorados. Entretanto, tais contradições engendraram sujeitos sociais e políticos antagonísticos à ordem capitalista, que empreenderam lutas, acumularam forças e promoveram, no curso do Século XX, variadas formas de revolução social e política, revoltas e lutas populares no mundo, que resultaram em

³ "O grande projeto da direita, [...] é a destruição das instituições democráticas, mediante a desmoralização da política. O segundo e último momento é o esvaziamento da soberania popular [...] Daí o ataque aos políticos, uniformemente apontados, ora como incompetentes, ora, caso brasileiro, como corruptos. Todos sabemos, como começa esse cantochão, e todos sabemos como termina, aqui e em todo o mundo: na Alemanha, construiu o nazismo; na Itália, o fascismo; a Grécia dos anos 60 terminou na ditadura dos coronéis (1967-1974). [...] com o exemplo brasileiro de 1964, lembrando a campanha da UDN contra a 'corrupção' do governo João Goulart, assoalhando o desfile militar. [...] É a pós-política, ou a democracia sem voto" (AMARAL, 2011, p. 1).

⁴ Para Foucault (2008, p. 64), a biopolítica, no contexto do neoliberalismo econômico, é compreendida como: "[...] governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado". Para Gros (2011, p. 115): "A biopolítica é um meio de tornar o sujeito cego a qualquer coisa que não seja uma necessidade de consumo e uma satisfação pessoal".

⁵ Educação para a autonomia na compreensão de Freire (1996).

transformações substantivas em prol dos trabalhadores. Esses acúmulos, com acertos e erros, em espaços e tempos diferentes, foram fundamentais para a melhoria da vida dos trabalhadores do campo e da cidade e para a criação de novos movimentos populares, que hoje são um patrimônio político das camadas subalternas (HOBSBAWM, 1995; BEER, 2006).

O Brasil não passou imune ao contexto de lutas e revoluções do Século XX. Aqui, os trabalhadores da cidade criaram sólidas organizações, associações e sindicatos, formaram organizações de nível nacional como as federações e centrais sindicais. No campo, a luta desenvolveu-se por meio de organizações sindicais, movimentos sociais e populares, Ligas Camponesas e, com destaque para o MST⁶. Podemos afirmar que o MST é o mais importante e bem organizado movimento social do Brasil e de toda a América Latina, com influência no campo e em todo país (LÖWY, 2006). Dada a forma particular com que o capitalismo se implantou e se desenvolveu em território nacional – tendo incorporado como base a grande propriedade, o latifúndio e a exploração por corporações transnacionais, que formaram o agronegócio⁷ moderno – a luta do MST assume um potencial revolucionário. Considerando a natureza de nossas inquietações, acima citadas, o potencial revolucionário do MST tornou-se o interesse central dos nossos estudos.

O Movimento tem mantido, ao longo de sua história de luta e resistência, uma posição de confronto à estrutura agrária opressora e aos governos neoliberais, tendo incorporado princípios contrários à sociabilidade capitalista. Por esse motivo, as classes dominantes têm insistido em neutralizar qualquer *Contra-Hegemonia* dos trabalhadores e desfecham campanhas de desmoralização e criminalização dos movimentos sociais, principalmente, contra o Movimento (MST, 2010a). Mesmo assim, o Movimento conseguiu mais de 2,5 mil ocupações de latifúndios com cerca de 370 mil famílias assentadas em 7,5 milhões de hectares, avançou na educação, com mais de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos, alfabetizou mais de 50 mil jovens e adultos e contribuiu para a melhoria das condições gerais de vida de milhares de trabalhadores brasileiros. (MST, 2009a).

A trajetória do MST, a sólida organização e a contundência frente à estrutura social opressora brasileira tiveram, como forte aliado, um amplo e consciente processo educativo, que se vinculava organicamente ao processo político e produtivo. Baseado em

⁶ Criado no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, Paraná, entre 20 e 22 de janeiro de 1984.

⁷ Agronegócio ou *agribusiness* envolve "[...] o total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento industrial e distribuição de *commodities* agrícolas e produtos feitos a partir destas" (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2).

valores humanistas e socialistas, o projeto educacional do Movimento está estruturado de acordo com os seus princípios, tendo em vista a formação do novo homem. Dessa forma, seu processo educativo busca superar o caráter abstrato e alienante da educação burguesa. (MST, 2005a).

A base teórica do projeto educacional do MST é diversificada, no entanto, tem como fio condutor os fundamentos do marxismo, dentre os quais se destacam: Freire⁸ (fundamentos da educação popular e da *práxis* educativa); de Gramsci (educação como processo de *Hegemonia*); e de Pistrak (vínculos entre trabalho e educação em uma perspectiva de formação coletiva para a transformação social). Nesse sentido, a educação é parte fundamental do processo de transformação que deve gerar o novo homem e a nova sociedade democrática, na qual os trabalhadores tenham acesso aos meios de produção e seus produtos sejam coletivos. Mas para alcançar esse novo ser, essa nova sociedade, os trabalhadores precisam superar contradições, que se tornam um obstáculo ao processo de emancipação. conforme Freire (1987, p.35):

[...] A libertação, por isso, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas.

A concepção do projeto educativo do MST visa a transformação do homem e da sociedade, o que contrasta com o projeto de educação do Estado capitalista, (MST, 2005), por conseguinte, essa relação do Movimento com o Estado se constitui em um espaço de disputas e de conflitos. O Movimento exige, por exemplo, o financiamento público de suas escolas e, ao mesmo tempo, reivindica a autonomia em termos de conteúdos e métodos de ensino.

No Governo FHC⁹ (1995-2002), em sua primeira gestão, houve uma quantidade considerável de famílias assentadas, no entanto, o Movimento foi criminalizado no último mandato, (FERNANDES, 2008), o que provocou um forte enfrentamento ao governo. Entretanto, a partir do Governo Lula, a relação entre o MST e o governo ficou muito diferente, pois as ocupações¹⁰ diminuíram e a pressão direta pela reforma agrária enfraqueceu, sobretudo no segundo mandato. Para Origuéla (2012, p. 1): "O primeiro mandato de Lula (2003-2006) é marcado pela ascensão da luta pela terra e esperanças para com a reforma

⁸ Fazemos referência à obra completa de Freire, Gramsci e Pistrak.

⁹ FHC - Fernando Henrique Cardoso.

¹⁰ Vide Tabela A1 e Tabela A2, Anexo A, os números de ocupações dos movimentos socioterritoriais e do MST.

agrária, já o segundo (2007-2010) pela queda das ações¹¹ dos movimentos socioterritoriais, ocupação de terras e formação de novos acampamentos." Kolling e Stédile (2014, p. 2) afirmam: "O MST tem consciência da encruzilhada histórica em que está inserido [...]. Internamente o MST busca fazer uma análise rigorosa de sua natureza e compreender-se como um fenômeno histórico, em permanente movimento de criação e reinvenção". Para Yamamoto (2009), nas relações do Movimento com o Governo Lula havia uma mescla entre *Conformismo* e rebeldia. Para Engelmann e Gil (2012) houve conformidade dos movimentos populares quanto aos números da reforma agrária do Governo Lula:

[...] se observa certa conformidade social por parte dos movimentos sociais e sindicais em relação à postura do governo Lula ('falsa reforma agrária'), o que teria provocado a diminuição do volume de protesto por parte dos sem terra, se comparado aos outros governos (ENGELMANN; GIL, 2012, p. 7).

A situação enfrentada pelo MST, ao longo do Governo Lula (2003-2010), gerou inquietações no ambiente interno do Movimento. Ao longo de aproximadamente dois anos de pesquisa de campo junto aos militantes do MST, coletamos inúmeras interrogações¹², que colaboraram com o ajuste do nosso problema de pesquisa/objeto de estudo, dentre as quais se destacam: *Em que momento da luta do MST nos encontramos? Nós estamos numa defensiva ou numa ofensiva? Essa radicalidade que nos fez nascer, ela permanece? Para onde vai esse Movimento? Nós queremos o socialismo como transição para chegar ao comunismo ou a gente se contenta com o capitalismo romântico ou um lulismo "passando a mão na boca"? O que o nosso povo está querendo? Como nós vamos nos comportar em relação a essa política de melhorismo? A nossa aproximação crítica do Estado, do governo, tem trazido ganhos para a reforma agrária do Brasil? Qual é o papel do Estado? Esse capital (agronegócio, transnacionais, capital financeiro e grandes proprietários) tem a hegemonia na agricultura: o que eles controlam?*

O sentimento em relação a tais inquietações pode ser percebido a partir do depoimento de uma liderança:

[...] é uma realidade que nós do MST já vem discutindo isso em profundo: como é que nós vamos sair disso? [...] Então companheirada essas são as nossas inquietudes, que nós vamos ter que discutir. Nesse momento, é o momento do MST fazer essa reflexão para dentro de nós, propor nossas ações, porque nós já percebemos que da maneira como está ela não pode ficar (InMST₉).

¹¹ Vide Tabela A1, Anexo A, os números de ocupações dos movimentos socioterritoriais.

¹² Resaltamos que tais questionamentos emergiram durante a pesquisa de campo (entrevista e observação).

Tudo isso contribuiu para gerar uma inquietação maior, que orienta o presente estudo: a dinâmica existente na relação entre o MST e o Governo Lula. As inquietações acima postas e suas diversas contradições foram fundamentais para balizar este estudo, tendo se tornado indispensáveis para a construção do problema de pesquisa voltado para a realidade vivenciada pelo Movimento:

Acho que a grande contribuição que a academia pode dar é no mínimo tentando analisar quais as contradições desse processo. Por que, qual é o problema? [...] Eu acho quem está preocupado com o desenvolvimento dos movimentos sociais tem que mostrar para a companheirada quais são as contradições que estão presentes neste processo. [...] Este é o grande desafio: quais as contradições da reforma agrária? [...] Todo esse avanço que nós tivemos de participação popular no governo Lula não é linear, não é perfeito, ele traz em si contradições. Quais são essas contradições? Porque essas contradições é que vão gerar os frutos e os movimentos futuros. Se não perceber essas contradições não tem como (ExMST₄).

Após a sistematização das inquietações e dos questionamentos identificados no trabalho de campo, elaboramos as questões-chave desta pesquisa: quais os aspectos complexos e contraditórios¹³ existentes na relação entre o MST e o Governo Lula? Quais as vinculações entre a prática educativa e a estratégia política mais geral do MST? Após a chegada de Lula ao governo, o MST se manteve coerente com seu papel na sociedade civil? O refluxo ocorrido a partir do final dos anos 1980, na esquerda mundial e, em particular na brasileira, repercutiu na atuação política do MST? Os processos capitalistas contemporâneos afetaram a correlação de forças do MST?

Ao longo de sua história de luta, o MST tem alcançado inúmeras conquistas, tais como: estrutura agrária no campo é mais democrática; relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores do campo e o Estado melhoraram nos últimos anos; e realização de embate *Contra-Hegemônico* diante dos governos e na sociedade em geral. Apesar de tais avanços, surge um outro questionamento: diante do Governo Lula, as práticas políticas e educativas do MST sofreram modificações a ponto de comprometer a luta dos trabalhadores? Resaltamos que tais questionamentos estão coadunados com a questão central desta tese: qual a relação político-educativa do MST com o contexto do Governo Lula?

¹³ A contradição é considerada como uma "Incoerência entre afirmação ou afirmações atuais e anteriores, entre palavras e ações; [...] Caráter essencial de tudo o que é real: aquele que revela que cada coisa que é só se compreende pela negação de algo que a precedeu, negação que se perfaz pela posição da coisa mesma, i. e., pela negação daquela negação. É a categoria fundamental da lógica dialética", (FERREIRA, 1986, p. 466). Sobre os contrários e as contradições para Cheptulin (2004, p. 286): "São os chamados contrários, os aspectos cujos sentidos de transformação são opostos e cuja interação constitui a contradição ou a 'luta' dos contrários. [...] A unidade dos contrários é, portanto, antes de tudo, seu estabelecimento recíproco, isto é, os aspectos ou tendências contrários não podem existir uns sem outros".

A partir de tal questionamento, definimos o nosso objetivo central para esta pesquisa: estudar a formação político-educativa do MST, na sua relação com o contexto do Governo Lula, período de 2003 a 2010, para contribuir com o avanço da educação, na teoria e na prática, tendo em vista a emancipação dos trabalhadores. Decidimos analisar a experiência histórica do MST e identificar a complexidade e as contradições existentes nessa relação, no contexto capitalista e na perspectiva de um movimento social autônomo e combativo diante do Estado burguês.

Os objetivos específicos são assim definidos: a) Identificar as formas de desmobilização do MST geradas na sua relação com o Governo Lula e no contexto do capital; b) Analisar as formas de dependência do MST geradas diante do contexto do Governo Lula; c) Explicitar a totalidade determinante da relação de *Hegemonia* (política/pedagógica) entre o MST e o contexto do Governo Lula, a partir do movimento simultâneo e articulado de desmobilização e dependência do MST.

No Brasil, existe literatura sobre o MST (prática política/educativa), no entanto, a originalidade e o ineditismo do nosso estudo decorrem do seguinte fato: a relação entre prática política e educativa do MST com um governo do mesmo campo político, no contexto atual. Analisamos aspectos e elementos complexos e contraditórios presentes nessa nova relação entre o MST e o Estado, com enfoque na prática político-educativa efetivada pelos Sem Terra.

Após a delimitação do nosso objeto de estudo, explicitaremos os aspectos teórico-metodológicos adotados nesta tese e iremos apresentar uma discussão sobre o conjunto de categorias teóricas e, em seguida, a metodologia utilizada.

Para dar sustentação à nossa análise, identificamos a *Hegemonia*¹⁴ como categoria teórica central, que tem em sua composição as categorias¹⁵ *Pequena Política*, *Contrarreforma*, *Transformismo*, *Conformismo Social e Intelectual Orgânico*. Todas estão relacionadas à categoria central *Hegemonia*. Vide Figura 1.

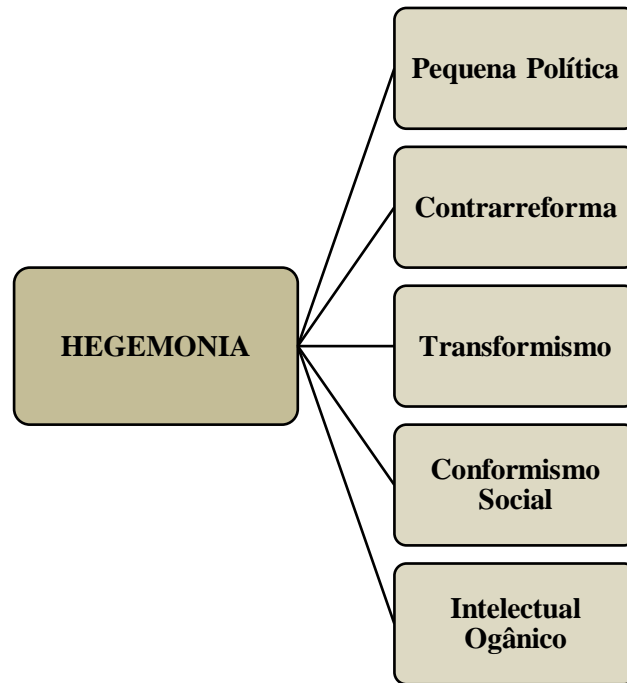
As categorias teóricas foram ratificadas a partir da sinalização dos resultados da pesquisa empírica, após sistematização e análise preliminar dos dados. A partir da categoria teórica central *Hegemonia*, com o apoio das demais categorias teóricas apresentadas abaixo, iremos explicar a relação entre o MST e o Governo Lula, nas suas diversas mediações, ou

¹⁴ Neste estudo, desenvolveremos a categoria teórica *Hegemonia* simultaneamente com a categoria *Contra-Hegemonia*.

¹⁵ Destacamos as principais categorias teóricas e empíricas com o uso do itálico.

seja, como foram produzidos os processos hegemônicos do MST diante do governo e, por conseguinte, os processos educativos.

Figura 1 - Árvore das categorias teóricas



Historicamente o conceito de *Hegemonia*¹⁶ ampliou-se tendo passado da ideia de supremacia no campo militar, com ênfase no político e no religioso para a perspectiva de classes com a burguesia. Na contemporaneidade, esse conceito está constituído por fatores econômicos e culturais e, também, pela mudança de foco do individual para o coletivo e das classes para as nações.

Gramsci (2002) atribui a Lênin a origem do conceito de *Hegemonia*, entretanto, em *Cadernos do cárcere*, traz elementos que contribuem para uma maior riqueza desse conceito.

O critério metodológico sobre o qual deve se basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os

¹⁶ “[...] a palavra hegemonia deriva do verbo grego ηγεμονεω e quer dizer: guiar, conduzir, mandar, governar, ser chefe. Deste verbo deriva o substantivo ηγεμονια que significa a ação de ir à frente, ser guia ou condutor. Uma outra provável raiz da palavra é o verbo ηγεσθαι, que igualmente significa conduzir, ser líder, ser guia, general, ou seja, ocupar a suprema direção do exército. Este verbo também gera o substantivo ηγεμων com o significado de ser condutor, guia ou o que detém a preponderância política e a direção militar” (JESUS, 1989, p.31).

grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental [...] (GRAMSCI, 2002, p. 62).

Esse autor faz também uma diferenciação do conceito de *Hegemonia*, tendo tomado como critério a distinção de classes sociais. Excluída do aparelho estatal, a *Hegemonia* da classe subalterna, *Hegemonia* plena, é alcançada por meio da ascensão social, o que leva a expansão da base social do Estado e a socialização do poder político para essas classes. A revolução francesa (análise do jacobinismo¹⁷) e a revolução russa (análise do bolchevismo), mas, sobretudo a experiência russa é determinante para a compreensão desse conceito em Gramsci. E a *Hegemonia* da burguesia, *Hegemonia* restrita, refere-se ao poder de uma parte das classes dominantes sobre o conjunto delas, por meio da mediação do Estado e em uma situação, na qual seu projeto não mais é aceito pelos subalternos. Aqui predomina a análise do *Risorgimento*¹⁸ e do fascismo.

Para Gruppi (2000, p. 2), o conceito de *Hegemonia* em Gramsci é entendido como “[...] a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural.” Tal categoria se produz no âmbito da estrutura econômica e das superestruturas política, ideológica e cultural da sociedade. Tal forma de colocar o problema da *Hegemonia* supera certas visões inspiradas em Gramsci, que a vinculam, apenas, aos embates no campo cultural, sem incorporar a luta política e econômica. O processo de construção da *Hegemonia* dos trabalhadores só pode se dá como totalidade, como articulação da reforma cultural, moral e intelectual com transformações no campo da economia e da estrutura social. Nesse sentido, não é possível haver *Hegemonia* em fatores ou elementos da sociedade, que não estejam articuladas com as lutas no plano econômico, político, ideológico, cultural e educacional.

Para dar conta de analisar os aspectos do neoliberalismo, que também transcorreu todo o Governo Lula e, ao mesmo tempo, o momento do Partido dos Trabalhadores enquanto governo, utilizaremos as categorias teóricas *Contrarreforma* e *Transformismo*. A *Contrarreforma* caracteriza-se pela prevalência da conservação do velho, que convive com as

¹⁷ O jacobinismo é a assimilação das massas pelo Estado, por meio de um partido revolucionário, para a fundação de um novo Estado e a edificação de um novo bloco histórico, que contribui com: “[...] a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno”, (GRAMSCI, 2007, p. 17). O jacobinismo é o oposto histórico-político da revolução passiva.

¹⁸ Na compreensão de Gramsci (2002) o *Risorgimento* ou o processo de unificação do Estado italiano ou ainda a revolução burguesa italiana surge como um movimento periférico em relação à Revolução Francesa, portanto, é típico de uma *revolução passiva*.

poucas e eventuais novidades, como destacou Gramsci (2002, p. 143): "A contra-reforma, [...] de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo."

Coutinho (2012) considera que os fenômenos *Contrarreforma* e *Transformismo* estão ligados, pois os socialdemocratas e ex-comunistas estiveram no apoio a governos contrarreformistas na Europa e no Brasil, país da periferia capitalista, nos Governos FHC e Lula. O fenômeno do *Transformismo* pode ocorrer em épocas distintas e com intensidades diferenciadas, conforme Gramsci (2002, p. 286), que afirma:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a 'revolução-restauração' ou 'revolução passiva' [...] Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo 'molecular', isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido 'domínio' ditatorial por uma 'hegemonia'); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado. (Grifos do autor)

Após a discussão sobre a categoria *Hegemonia*, tendo estabelecido as relações com as categorias *Contrarreforma* e *Transformismo*, vamos discutir, agora, as categorias *Intelectual Orgânico* e *Conformismo Social*.

Gramsci, (2004, p. 53), nos Cadernos do cárcere, compreende o intelectual a partir do conceito:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, 'persuasor permanente', já que não apenas orador puro - mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece 'especialista' e não se torna 'dirigente' (especialista + político).

Esse tipo de intelectual, que tem inserção na realidade, não separa o trabalho manual da atividade intelectual, bem como o papel técnico de sua atuação política no meio social. O intelectual é um ser de relações materiais e sociais em uma determinada produção social, dotado de inteligência e de conhecimentos gerais e específicos e pode estar ligado à sociedade civil por meio do partido, ao movimento sindical ou social ou, ainda, integrando os aparelhos privados de *Hegemonia*.

Voltamos a Gramsci (2004), em Cadernos do cárcere, que levanta a seguinte questão: "Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem

sua própria categoria especializada de intelectuais?”. A partir daí, Gramsci, em uma perspectiva histórica, apresenta dois tipos de intelectuais: o orgânico e o tradicional. Vinculado a um grupo social, o *Intelectual Orgânico* pode ser visto como um organizador da produção de um novo modo cultural:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 2004, p. 15).

O intelectual tradicional apresenta as seguintes características: dá continuidade à formação histórica, da qual ele participava e guarda certa autonomia e independência do grupo social hegemônico vigente.

Todo grupo social 'essencial', contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou [...] categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. [...] Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com 'espírito de grupo' sua ininterrupta continuidade histórica e sua 'qualificação', eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante (GRAMSCI, 2004, p. 16). (Grifos do autor).

No pensamento gramsciano, o senso comum, que está presente nas classes subalternas, é do tipo ocasional e desagregado, porém não pode ser desprezado. A partir do senso comum, é possível compreender o contexto da atual crise e realizar uma revolução junto com os trabalhadores. Sob essa ótica, cabe ao processo de formação de *Intelectuais Orgânicos*, identificar determinados elementos, que estão presentes no senso comum e, em seguida, procurar transformá-los em uma concepção de mundo mais coerente e homogênea, surgindo, assim, o bom senso.

[...] o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, porque não é possível a separação entre a chamada filosofia 'científica' e a filosofia 'vulgar' e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e de opiniões. [...] coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo [...] o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia (GRAMSCI, 2006, p. 98). (Grifos do autor).

O bom senso, que é o núcleo sadio do senso comum, traz consigo os seguintes benefícios: possibilidades de desenvolvimento da consciência de classe; surgimento da percepção da opressão, da exploração e dos diversos tipos efeitos da crise, que é gerada pelo capital, sobre os trabalhadores. A formação de uma nova consciência problematizadora do mundo poderá livrar os trabalhadores da relação de dependência e da legitimação ideológica do grupo dominante e, assim, colocá-los em uma posição libertadora.

Questão do ‘homem coletivo’ ou do ‘conformismo social’: Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2000, p.23). (Grifos do autor).

O *Conformismo Social* é uma categoria teórica, também, relevante para analisar a relação política-educativa entre MST e o Governo Lula e que, na visão de Schlesener (2009, p. 158), estudiosa de Gramsci, pode ser assim conceituado:

O conformismo define-se como a aceitação passiva dos indivíduos e da sociedade das ações políticas, ante o desconhecimento de formas coletivas de agir e de modificar uma situação. As pessoas se conformam porque não sabem como organizar-se para reivindicar.

No âmbito desta tese, a categoria relativa à educação se desenvolve concomitante à categoria *Hegemonia*, pois partimos de um pressuposto gramsciano, segundo o qual existem relações pedagógicas, nas relações hegemônicas. A categoria referente à educação tem um corte de classe bem definido e está vinculada à rejeição da relação, que separa governados de governantes. Por conseguinte, a educação estabelece seus princípios formativos a partir de uma visão totalizante da realidade, capaz de compreender a sociedade de forma crítica e na perspectiva da transformação social. Para Schlesener (2009, p. 77):

O conceito de educação funda-se na noção ampliada de política e é entendida, na sociedade capitalista, como um processo pelo qual o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção e é formado para desempenhar funções na hierarquia que separa dirigentes de dirigidos; já no âmbito da organização política dos trabalhadores e na formulação de um novo Estado, a educação teria que assegurar o desenvolvimento integral da personalidade individual a partir do processo de construção de novas relações de formação coletiva.

Na educação como prática social, diversas contradições estão presentes, tais como: relações de reprodução ou de revolução, das quais podem decorrer a emancipação humana, por um lado, ou as relações de dominação e submissão, por outro. Esses aspectos são fundamentais para o desenvolvimento da presente tese, que trata da relação entre os sujeitos educativos governo, Estado, partido, movimento social e capital. Com essas categorias teóricas pretendemos analisar como as práticas educativas e políticas do MST, ao longo do Governo Lula, têm repercutido nas relações hegemônicas.

Conforme já anunciamos, passaremos, agora, a explicitar o caminho metodológico utilizado. Para analisar o objeto de estudo delimitado é fundamental definir o aspecto metodológico, que considere o contexto mais amplo e as diversas relações antagônicas existentes na realidade estudada. Por conseguinte, selecionamos a concepção de mundo materialismo histórico-dialético para orientar o nosso estudo. Para Freitas (2007, p. 54) essa filosofia pode ser assim compreendida:

[...] materialista porque tem como base uma materialidade objetiva que pode ser conhecida e modificada, é dialética porque reconhece que essa nossa materialidade é contraditória, que essa materialidade se movimenta e, se ela se movimenta, ela é histórica, ela cria uma história [...].

O materialismo dialético, para Triviños (1987, p.51), “[...] é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”. De acordo com o autor, esse aspecto do marxismo tem como base os princípios da matéria, da dialética e da prática social – tomado como critério de verdade - e pretende ser a teoria para fundamentar a revolução proletária. Enquanto, o materialismo histórico “[...] é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Em função dos pressupostos filosóficos adotados, utilizamos a concepção do método dialético, que nos possibilitou examinar o fenômeno da realidade, como uma entidade inacabada, em contínua transformação (princípio do movimento). A fonte de tal movimento se encontra na unidade e na luta dos contrários, que caracterizam as ligações mais comuns desse desenvolvimento (lei da contradição). Todos os objetos existentes, no mundo que nos rodeia, têm características específicas e próprias, mas têm, também, traços comuns com outros objetos, por isso o individual e o geral estão interligados, pois não existe geral sem o

individual, nem individual sem o geral. O particular é uma forma necessária da manifestação do geral, enquanto que o individual é uma fonte casual da manifestação do geral. Explicar o individual a partir do geral, mas por meio do particular revela-se numa atitude científica. A articulação entre individual, particular e geral proporciona uma melhor compreensão da realidade, (categoria de individual, particular, geral). As categorias como instrumento metodológico da dialética têm o papel de analisar a realidade¹⁹.

O mecanismo operatório do conhecimento intelectual do nosso objeto de estudo exigiu intensas reflexões, no processo de recriação do real, que culminou com a explicação no movimento simultâneo de análise e síntese²⁰.

No pensamento marxiano, o objeto de estudo passa, inicialmente, pela análise, que constitui uma etapa, na qual

[...] a realidade objetiva deve ser decomposta em representações cada vez mais simples para que se torne possível isolar, identificar e reconhecer as células que a constituem bem como as relações mais primárias, gerais, abstratas, determinantes do objeto visto como um todo (YAMAUTI, 2006, p. 111).

As células acima citadas têm a função de construir categorias mais complexas e ricas, que explicam as determinações de um objeto de estudo, são representadas pela mercadoria, quando Marx (1982) faz sua crítica à economia política clássica e constata a exploração do trabalhador pelo capitalismo nas relações de produção. Com esse mesmo fim, Gramsci (2007) parte da distinção governado-governante para criticar a ciência política e verificar a exclusão da grande maioria dos trabalhadores pelo Estado. Freire (1987) toma, como primeiro elemento, a relação educador-educando para explicar a relação opressor-oprimido, nos processos autoritários de aprendizagem. Daí, respectivamente, nasceram as teorias da alienação, da *Hegemonia* e do diálogo. Diante disso, um desafio em nível metodológico foi posto a esse estudo: identificar a célula e as categorias simples e complexas que possam explicar as relações entre o MST e o Governo Lula.

Durante a pesquisa empírica, no processo de decomposição do todo, garimpamos as categorias mais simples e com elevado poder de abstração²¹ com vistas alcançar as determinações mais simples. Kosik (1976, p. 14) destaca: "[...] sem decomposição não há conhecimento." Fizemos um esforço teórico inicial de eleger pré-categorias de análise com o

¹⁹ Tomamos como referências teórico-metodológicas: Richardson (2007), Gadotti (2004), Cury (1985), Kosik (1976), Kopinin (1978), Triviños (1987) e Cheptulin (2004).

²⁰ Tomamos como referência Marx (1982), Kosik (1976), Lefébvre (1983) e Limoeiro Cardoso (1990).

²¹ Abstrato porque produto do pensamento, representação mental de um elemento isolado da realidade empírica, uma fase elementar do conhecimento.

intuito de facilitar a identificação das determinações, na relação entre o MST e o Governo Lula. Entretanto, somente com a realização do processo de abstração, presente nos movimentos de isolamento das partes do todo e da supressão de características singulares, tendo mantido, apenas, aquelas essenciais e comuns aos elementos de mesma natureza, chegamos à produção categorial própria do objeto e, conseqüentemente, à produção do conhecimento.

O movimento de volta – a síntese – iniciou-se a partir das abstrações produzidas pela análise em um movimento, agora, de recomposição das partes desconectadas pela fragmentação durante a análise. Para isso, realizamos a delimitação, a especificação e a categorização das abstrações. Dessa forma, conseguimos, de novo, organizar o todo, não na direção do concreto real, mas do concreto pensado. Nessa ocasião, identificamos as categorias de análise. No momento da síntese, o referencial teórico escolhido para este estudo desempenhou um papel de facilitador, quando nos orientou na recomposição do objeto, que foi fragmentado no processo de análise.

No movimento dialético de apreensão do objeto, baseado na teoria marxiana, desenvolvemos um processo de mão dupla, no qual utilizamos os seguintes pares de categorias para desvelar as diversas manifestações do objeto estudado: da aparência para a essência e da essência para a aparência; das partes para o todo e do todo para as partes; do singular para o universal e do universal para o singular; do presente para o passado e do passado para o presente. Com essa operação, pudemos explicar o concreto: transformar o concreto real em concreto pensado. Para Marx (1982, p. 14), “[...] o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações.”

Fizemos também um esforço inicial para eleger categorias a priori com a finalidade de valorizar os princípios e as verdades universais (a teoria geral), entretanto, isso não foi suficiente para conhecer as especificidades do objeto de estudo proposto. Por conseguinte, utilizamos métodos e técnicas, que proporcionaram o desvelar da matéria, da natureza e da complexidade e contradições próprias deste objeto de estudo.

Em caráter complementar à concepção do método dialético, utilizamos o método fenomenológico para descrever o fenômeno estudado, (TRIVIÑOS, 1987). Nesta pesquisa, trabalhamos com um grande volume de *corpus* textual, produzido a partir da comunicação com os sujeitos pesquisados, portanto, usamos métodos complementares ao dialético, que viabilizaram o tratamento e a análise dos dados qualitativos coletados e, também, do processo de categorização e teorização. Para isso, utilizamos o Método de Análise de Conteúdo (AC), o Método de Associações de Conteúdos (ASC) e o Método da Teoria Fundamentada (TF).

Ressaltamos que, entre alguns teóricos, existem divergências relativas à classificação da análise de conteúdo, que é considerada como uma técnica ou como método de pesquisa. Encontramos, também, o termo metodologia de pesquisa. A seguir, vejamos diversos posicionamentos e definições citadas por Bauer e Gaskell (2011, p. 192) como ponto de partida para o estudo da análise de conteúdo. "A semântica estatística do discurso político" (KAPLAN, 1943, p. 230). "A técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (BERELSON, 1952, p. 18). "Toda técnica para fazer inferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens" (HOLSTI, 1969, p. 14). Análise e interpretação da informação transforma o conteúdo da comunicação pela aplicação de regras de categorização (PAISLEY, 1969). "Uma técnica de pesquisa para produzir inferências replicáveis e práticas partindo dos dados em direção a seu contexto" (KRIPPENDORFF, 1980, p.21). "Uma metodologia de pesquisa, que utiliza um conjunto de procedimentos para produzir inferências válidas de um texto. Essas inferências são sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem" (WEBER, 1985, p. 9).

Com a evolução das atividades baseadas em pesquisas, houve também um avanço nos conceitos de AC, entretanto, Bauer e Gaskell (2011, p. 190) afirmam:

[...] é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culmine em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, considerável atenção está sendo dada aos 'tipos', 'qualidades', e 'distinções' no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. (Grifos dos autores).

Para os autores, a AC tem como natureza reduzir a complexidade existente nos textos, o que permite ao pesquisador obter uma descrição sucinta das características do objeto investigado, por meio da destilação da grande quantidade de material oriundo do *corpus* dos textos. De acordo com o pensamento de Bardin (2011, p. 48), a AC pode ser designada da seguinte maneira:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Segundo a autora, a AC apresenta as seguintes características: tem como objeto a fala e, também, os aspectos individual e atual da linguagem; leva em consideração as

significações, portanto, procura conhecer o que está por trás das palavras; mantém uma busca permanente de outras realidades, que estão latentes nas mensagens; encontra nos significados, sua principal fonte no material que será analisado. Por conseguinte, a AC possibilita ao pesquisador elaborar inferências, que são necessárias à sua interpretação da realidade estudada, com base na apreensão de determinados significados, que estão além dos conteúdos expressos nas mensagens.

No contexto desta tese, conforme já enunciado, utilizamos também o Método de Associação de Conteúdos²² com a finalidade de preencher as lacunas deixadas pela AC. Segundo Porto *et al.* (2003), o ASC tem inspiração na AC e sofreu adaptação a partir da análise de co-ocorrências de Osgood (1959), *apud* Bardin (2011), quando foram criadas novas etapas ou houve a substituição de etapas, que possibilitaram a análise qualitativa e quantitativa. Tem o mérito de analisar os textos, colocando em evidência os ditos, os temas e as avaliações, por meio de procedimento semântico e não de procedimento sintático. Dessa forma, o ASC tem como vantagem possibilitar a construção de mapas de conhecimento, que superam as unidades de texto e representam o conhecimento em seus elementos e em suas relações.

Para superar as limitações dos métodos ASC e AC, Porto *et al.* (2003) adotaram um novo enfoque, que permite ao pesquisador passar das bases textuais individuais para o coletivo e mostrar tendências, movimentos e direções dos dados. Desse modo, é possível desenvolver um tratamento conjunto das associações de conteúdo, que leva à composição de conjuntos de categorias. Para tanto, foi agregado a esse método, o uso de frequência simples, frequência de associações, participação percentual dos elementos nos textos e agrupamento de categorias por temas semelhantes.

A Teoria Fundamentada (TF) desenvolvida por Strauss e Corbin (2008) é considerada como um método, no qual a teoria é gerada a partir de um conjunto de dados, que dever ser sistematizados e analisados. Além disso, a coleta de dados, a análise e a teoria mantêm relações muito próximas.

A teoria derivada dos dados tende a se parecer mais com a 'realidade' do que a teoria derivada da reunião de uma série de conceitos baseados em experiência ou somente por meio de especulação (como alguém acha que as coisas devem funcionar). Teorias fundamentadas, por serem baseadas em dados, tendem a oferecer mais discernimento, melhorar o entendimento e fornecer um guia para a ação (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.25).

²² Esse método foi construído e validado desde 2001, durante o desenvolvimento de várias dissertações de mestrado e teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ e da Faculdade de Enfermagem/UERJ.

A TF tem como principal contribuição para este estudo oferecer uma metodologia e um conjunto de métodos que possibilitaram a construção de uma teoria. Segundo Strauss e Corbin (2008, p. 37) a teorização:

[...] é o ato de construir, a partir dos dados, um esquema explanatório que integre sistematicamente vários conceitos por meio de declarações de relações. Uma teoria faz mais do que gerar entendimento ou pintar um quadro vivo. Ela permite aos usuários explicar e prever fatos, fornecendo, assim, diretrizes para a ação.

Para dar conta da operacionalização desses métodos, utilizamos as seguintes técnicas de pesquisa: análise categorial do tipo temática, que segundo Bardin (2011) funciona por desmembramento dos textos em unidades, ou categorias, e por reagrupamento analógico e tem como vantagem ser rápida e eficaz; análise de associações, conforme Porto *et al* (2003), para identificar os componentes de análise e as categorias com maior poder analítico por meio análise da frequência de associações. E no desenvolvimento da teoria, usamos a técnica do questionamento com as operações, o que nos permitiu formular perguntas, que geraram ideias e/ou formas de melhor olhar os dados. Fizemos uso, também, da técnica de análise por meio de comparações, que se tornou essencial na identificação e desenvolvimento das categorias, sob a ótica de Strauss; Corbin (2008).

Nesta pesquisa, existe uma relação dinâmica, interdependente e indissociável entre o sujeito e o objeto de conhecimento e, sobretudo, o fenômeno estudado não é inerte, nem neutro, pois tem significados, valores e atitudes. E, considerando que todas essas especificidades exigem um conhecimento minucioso, optamos pela pesquisa qualitativa, cujo objetivo fundamental:

[...] não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análise qualitativa da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno (RICHARDSON, 2007, p. 102).

Adotamos a pesquisa qualitativa do tipo descritiva e explicativa, sob a concepção da pesquisa participante e etnográfica. O uso dessas concepções proporcionaram a participação dos sujeitos durante a pesquisa de campo, que tiveram inúmeras oportunidades de influenciar até no norte da pesquisa, o que a tornou mais real e concreta.

O estudo descritivo teve como foco principal o conhecimento da realidade, que segundo Triviños (1987, p. 110), cabe ao pesquisador: “[...] conhecer a comunidade, seus

traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores.” Com a descrição, conseguimos apreender a aparência e a essência do fenômeno e, também, buscamos as causas de sua existência, com a finalidade de explicar a origem, as relações, as mudanças e as consequências para vida humana. No plano de pesquisa explicativa, tivemos a possibilidade de analisar as causas ou consequências do fenômeno.

Segundo Triviños (1987), quando a pesquisa qualitativa está fundamentada, no materialismo dialético, valoriza tanto o pesquisado, que é possuidor de visão ampla e complexa da realidade social, como o ambiente natural, que deve ser considerado, também, na sua complexidade (infraestrutura e a superestrutura).

Com a finalidade de apreender e compreender os diferentes aspectos da realidade a ser estudada, recorreremos à pesquisa de campo. Ressaltamos que pesquisa de campo possibilitou o exame das situações vivenciadas pelos sujeitos, o que viabilizou a obtenção de respostas mais confiáveis e resultados mais fidedignos.

Realizamos a pesquisa de campo nas áreas de abrangência do MST em todo o país, porém decidimos nos concentrar no contexto do Estado do Ceará com a pretensão aprofundar nossos conhecimentos do fenômeno investigado. Diante disso, adotamos o estudo de caso, como uma estratégia de pesquisa.

A razão da escolha do estudo de caso, o MST, está de acordo com as recomendações de Contandriopoulos *et al.* (1997) e Triviños (1987). Conforme esses autores, o estudo de caso permite ao pesquisador fazer uma análise mais aprofundada de uma situação ou fenômeno. Gil (1996) defende esse tipo de abordagem por ser relativamente fácil na coleta e análise dos dados.

Coletamos dados de tipos primário e secundário, o que nos levou à adoção da seguinte estratégia: na coleta dos dados primários, usamos entrevistas semiestruturadas. E, na coleta dos dados secundários, recorreremos às várias fontes disponíveis, no lócus da pesquisa.

Em decorrência da natureza deste estudo, necessitamos captar a opinião direta dos sujeitos e, também, apreender/identificar as relações contraditórias da sociedade, o que exigiu o esclarecimento das questões complexas e a apreensão dos aspectos relevantes do problema, que não são encontrados, apenas, em documentos. Diante de tais características, usamos a entrevista como um instrumento metodológico, que segundo Richardson (2007, p. 208), visa obter “[...] os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições em uma situação em estudo [...] procura saber que, como e por que algo ocorre”. Optamos pelo tipo entrevista semiestruturada, o que nos possibilitou descrever e explicar os fenômenos sociais

investigados, em sua totalidade. Além disso, procuramos garantir a liberdade e a espontaneidade do informante para fortalecer os resultados da pesquisa.

Atingimos um total de 63 entrevistas²³ (membros do MST e pessoas externas ao Movimento, mas que têm alguma relação com os movimentos populares e/ou conhecimento da prática política-educativa do MST e do Governo Lula). Consideramos como membros do MST os militantes das brigadas, coordenadores nacional e estadual, militantes do setor de educação, educadores, assentados da base do MST e técnicos ligados à assistência técnica. Para os membros externos ao MST foram considerados também sujeitos dessa investigação técnicos e assessores políticos vinculados ao congresso e ao poder executivo, professores universitários e colaboradores do MST, (Quadro A1, Apêndice A).

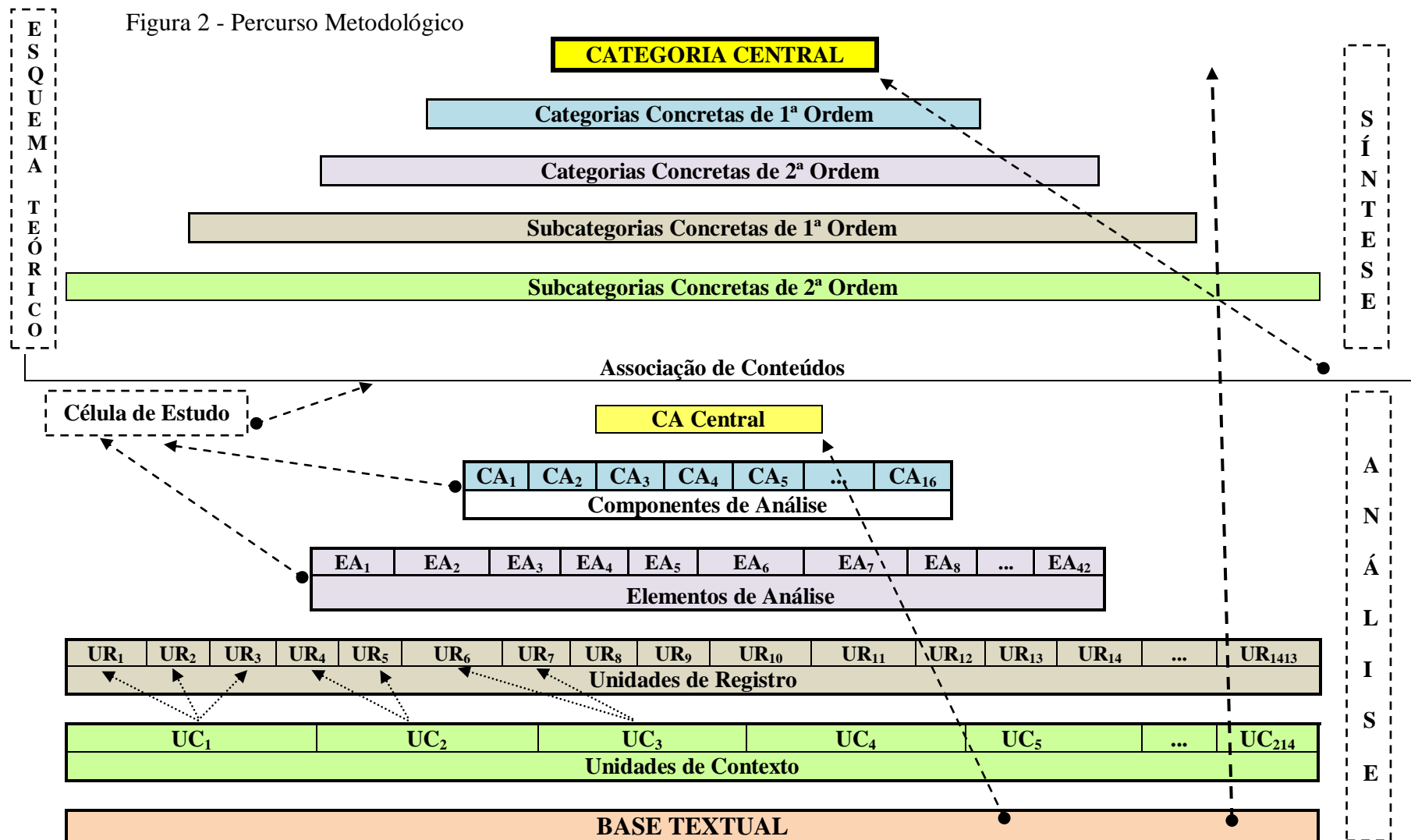
Nos resultados das entrevistas, algumas informações ficaram incompletas, portanto, decidimos fazer atividades de observação, que, de acordo com Richardson (2007, p. 259) “[...] é a base de toda investigação no campo social.” Considerando as características deste estudo, que investiga sujeitos ligados a um coletivo, suas relações pessoais, características da vida em coletivo e, também, para evitar a inibição dos assentados diante do observador, fizemos observação. No período de observação, procuramos nos concentrar nas características específicas do fenômeno. Esclarecemos que para identificar tais características, executamos as seguintes atividades: procuramos separar o fenômeno do seu contexto com a finalidade de fazer estudo singular de seus significados e de suas relações; descobrir/identificar os aspectos de aparência e, assim, aprofundar a nossa análise até a essência do fenômeno estudado com a pretensão de apreender as perspectivas específicas e amplas das contradições e, também, suas dinâmicas e suas relações.

Desenvolvemos as atividades de observação durante diversos encontros promovidos pelo MST, tais como: Encontro Estadual do MST, Encontro Estadual da Reforma Agrária, Reunião da Coordenação Estadual do MST e Congresso Unificado dos Camponeses, (Quadro A2, Apêndice A). Para registrar os resultados das observações, fizemos um diário de campo e gravamos partes dos eventos.

A seguir, explicitamos a operacionalização do percurso metodológico, que está estruturado em onze etapas e apresentado na Figura 2.

²³ Vide no Apêndice B, Roteiro de Entrevista.

Figura 2 - Percurso Metodológico



Fonte: Dados da Pesquisa

1. Produção da base textual - Todos os dados produzidos pela pesquisa de campo (entrevistas e observações) foram transcritas e transformadas em texto escrito, que passaram a desempenhar o papel de base objetiva para a realização da codificação²⁴, categorização²⁵ e análise. Esse processo foi orientado pelo seguinte princípio organizador: a relação entre o MST e o Governo Lula.
2. Identificação das unidades de contexto²⁶ - A partir da base textual, realizamos a leitura e o recorte das partes desse texto, correspondentes à mensagem e/ou ao pensamento completo dos sujeitos pesquisados. A parte recortada variou de tamanho, ora foi uma frase, ora foi um parágrafo completo. Em seguida, numeramos cada unidade de contexto de acordo com o sujeito pesquisado e a parte recortada da base textual, (Quadro C1, Apêndice C)²⁷.
3. Identificação das unidades de registro²⁸ - Em cada unidade de contexto, realizamos uma nova leitura, agora, de forma mais reflexiva e com a intenção de identificar os temas, que poderiam estar expressos em palavras-chave, expressões significativas e, também, nos ditos e nos não-ditos. Às vezes, os temas e/ou ideias não estavam expressos em palavras no texto, portanto, procuramos captar outros significados da comunicação²⁹, que estavam contidos na base textual. Para facilitar a identificação das unidades de registro presentes nas unidades de contexto, por meio da descoberta de significados, levantamos as questões orientadoras direcionadas para base textual e, em particular, para as unidades de contexto: o que está sendo dito no texto? Qual o significado disso? Identificamos e numeramos as unidades de registro, de acordo com a unidade de contexto e com a base textual de origem. Esse processo foi realizado com toda a base textual e suas respectivas unidades de

²⁴ É a transformação de dados brutos por recorte, agregação e enumeração para atingir uma representação do conteúdo, o que possibilita a formulação de categorias (BARDIN, 2011).

²⁵ "[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. [...] tem como primeiro objetivo [...] fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos" (BARDIN, 2011, p. 147).

²⁶ Unidade de compreensão para codificar a unidade registro e corresponde a um segmento da mensagem, em as dimensões são fundamentais para a compreensão exata da significação da unidade de registro (BARDIN, 2011).

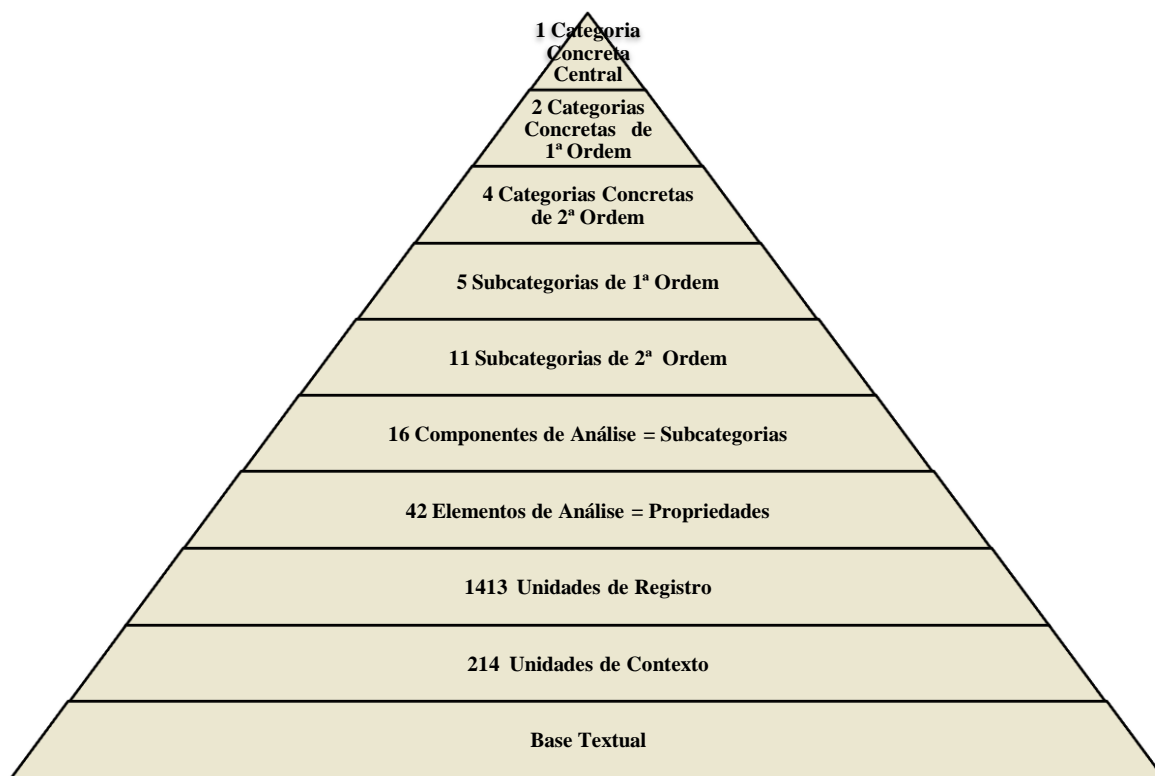
²⁷ No Quadro C1, Apêndice C, está apresentada, apenas, uma amostra do conjunto total das unidades de contexto e unidades de registro.

²⁸ Unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade base, extraído da unidade de contexto, visando à categorização e à contagem da frequência. (BARDIN, 2011).

²⁹ Na análise de conteúdo, o analista tem dupla tarefa: "compreender o sentido da comunicação [...] e principalmente, desviar o olhar para outra significação [...] não é unicamente, uma leitura 'à letra', mas antes o realçar de um sentido que figura no segundo plano. [...] mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados), outros 'significados' de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc" (BARDIN, 2011, p. 47).

contexto. Chegamos ao total de 214 unidades de contexto e 1413 unidades de registro, Figura 3 e (Quadro C1, Apêndice C).

Figura 3 - Árvore dos elementos utilizados na análise de conteúdo



Fonte: Dados da Pesquisa

4. Identificação dos elementos de análise - Em seguida, agrupamos as 1413 unidades de registro, tendo como base o critério de semelhança de conteúdo; e, assim, reduzimos a grande quantidade de unidades de registro a um total de 42 elementos de análise, que passaram a desempenhar o papel de propriedades³⁰ dos componentes de análise. Esclarecemos que tais propriedades estão descritas na etapa seguinte (Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6) e apresentadas ao longo dos capítulos.

³⁰ "características de uma categoria, a delimitação do que define e dá significado a essa categoria", (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.103).

Quadro 1 - Componentes de análise e propriedades³¹

Componentes	Propriedades
1. Estado Dominado pelo Capital	1. Estado gerencial 2. Estado controlado pelos ruralistas 3. Reforma agrária como despesa para o Estado
2. Governo Dominado pelo Capital	4. Governo de coalizão 5. Governo fortalece as <i>commodities</i> agrícolas
3. Mitificação do Lula	6. Criação do mito Lula 7. Dificuldade para enfrentar o mito Lula
4. Mídia Burguesa	8. Conservadorismo da mídia 9. Manipulação da mídia 10. Criminalização dos movimentos sociais
5. Arrefecimento da Política de Reforma Agrária	11. Exclusão da reforma agrária da pauta do governo 12. Perda de força da reforma agrária na pauta do MST
6. Priorização das Políticas de Inclusão	13. Ampliação dos programas de inclusão dos trabalhadores 14. Acomodação das lutas às políticas de inclusão
7. Descenso na Luta de Classes	15. Descenso da esquerda no mundo e no Brasil 16. Pragmatismo nas lutas 17. Falta de tema plausível para mobilizar a sociedade
8. Burocratização do PT	18. Partido da ordem 19. Desmobilização das lutas pelo partido 20. Burocratização da militância do PT
9. Mudança na Qualidade da Aliança do MST/PT	21. Correlação de forças reduzida 22. Aliados históricos cooptados pelo Governo Lula 23. Atuais aliados com pouca força política
10. Pragmatismo na Estratégia	24. Mobilização do MST dentro da ordem 25. Movimento pelo imediatismo 26. Processo de institucionalização do MST
11. Aumento na Burocratização da Militância do MST	27. Militantes funcionários do governo 28. Modificação no papel da militância
12. Redução da Autonomia Política	29. Dependência financeira 30. Política de Acordo do MST com o Governo Lula 31. Cooptação parcial do MST
13. Resistência do MST à Política do Governo Lula	32. Insatisfação com a posição política diante do Governo Lula 33. Posição crítica da militância
14. Enfraquecimento do Trabalho de Base	34. Deficiência na formação e no trabalho de base 35. Militância sem legitimidade na base 36. Falta de conquistas para o MST 37. Força da igreja conservadora
15. Redução da Radicalidade da Militância	38. Problemas na formação do MST para enfrentar as políticas de governo 39. Redução do caráter revolucionário da militância
16. Acomodação do MST diante do Governo Lula	40. Impasse político do MST 41. Frustração com o Governo Lula 42. Desmobilização do MST

Fonte: Dados da Pesquisa

³¹ Ao longo da exposição da tese, todas esses componentes de análise são discutidos, a partir das 42 propriedades (elementos de análise) apresentadas, simultaneamente.

5. Identificação dos componentes de análise - Agrupamos, também, os 42 elementos de análise, tendo como critério a afinidade de conteúdo; e, assim, conseguimos reduzir os 42 elementos de análise a 16³² blocos de elementos semelhantes. Em seguida, denominamos cada um dos componentes de análise (Quadro 1). Desse modo, reduzimos as informações da base textual, que são resultantes da pesquisa empírica, a esses 16 componentes de análise, que se tornaram fundamentais para nossa compreensão e interpretação dos resultados. Enfatizamos que os componentes de análise marcaram o coroamento do movimento dialético de ida, do concreto (real) para o abstrato. E, a partir desses componentes, tivemos a possibilidade de reconstruir o concreto pensado, em um movimento de síntese (a volta), que será descrito em etapa posterior. Esses 16 componentes de análise ganharam *status* de subcategoria³³, pois possuem conteúdos de muita densidade.

6. Associação de conteúdos - A partir da construção do Mapa de Identificação de Relações de Conteúdos (Quadro de dupla entrada, que apresenta a seguinte configuração: na coluna vertical, estão distribuídos as 214 unidades de contexto e, na coluna horizontal, encontram-se os 16 componentes de análise), podemos visualizar e identificar as diversas associações entre todos os conteúdos transcritos e, também, obter as frequências simples de cada componente de análise, em todas as unidades de contexto por meio do somatório das presenças, (Quadro C2, Apêndice C). Consideramos como associação de conteúdo, quando dois ou mais componentes de análise estavam presentes em duas ou mais unidades de contexto, (Quadro C4³⁴, Apêndice C). Para a obtenção da frequência de associações, construímos o Mapa de Associações de Conteúdos, que se encontra no Quadro C5, Apêndice C, que foi alimentado a partir dos dados produzidos no Quadro C4, Apêndice C. (Quadro de dupla entrada, que está configurado da seguinte forma: na coluna vertical e na coluna horizontal estão distribuídos os 16 componentes de análise). No Quadro C5,

³² Por meio da abstração iniciamos este estudo com um conjunto de 27 componentes de análise e, em seguida, incorporamos componentes com menor poder de explicação a outros componentes, que têm maior poder de explicação. Dessa forma, a quantidade de componentes foi diminuindo na seguinte sequência: 22, 21, 20 e, finalmente, chegamos a um conjunto composto por 16 componentes de análise.

³³ Segundo Strauss e Corbin (2008), as subcategorias são categorias que têm o poder de explicação, porém não representam um fenômeno em si. As subcategorias respondem questões sobre o fenômeno: como? Por quê? Quando? E onde?

³⁴ Nesse quadro, observamos a utilização de um retângulo pontilhado para identificar a presença simultânea de duas Componentes de Análise, em duas ou mais Unidades de Contexto. Esse quadro representa, apenas, um corte da totalidade do mapa, que identifica todas as associações. Por exemplo, na relação entre as componentes de análise Acomodação do MST (ACOM) e *Arrefecimento da Política de Reforma Agrária* (ArRfAg) identificamos 51 associações, já entre Enfraquecimento do Trabalho de Base (EnTrBa) e Pragmatismo na Estratégia (PgESTR) identificamos 20 associações, que foram registradas, automaticamente, no Quadro C5, Apêndice C.

obtivemos a frequência de associação total de cada componente de análise por meio do somatório das frequências de associação entre todos os componentes de análise. De posse desse mapa, que está preenchido com as frequências de associação, conseguimos identificar informações, que se tornaram fundamentais para a orientação de todo o processo de análise realizado nesse estudo. Salientamos que, quanto maior a frequência de associação, maior é o poder de análise, de explicação e de mediação do componente de análise. Ressaltamos, ainda, que as associações de conteúdos trouxeram para o nosso estudo as seguintes contribuições: fundamentaram as análises das diversas mediações entre componentes, das subcategorias e das categorias, em especial das concretas e possibilitaram a identificação das principais categorias de explicação do objeto de estudo.

7. Identificação do componente central - O componente de análise central é aquele que apresentou a maior frequência de associação (somatório das frequências de associações entre os componentes de análise e os demais componentes). Para esta tese, à luz do objeto de estudo e do referencial teórico, elegemos como Componente de Análise Central *Acomodação do MST*³⁵, porque apresentou a maior frequência de associação ($F_{as} = 51$), (Quadro C5, Apêndice C), e também demonstrou relação direta com o objeto de estudo. Esse componente central passou a desempenhar o papel de subcategoria de primeira ordem.

8. Identificação da célula de estudo – Após a identificação das 1413 unidades de registro, dos 42 elementos de análise e dos 16 componentes de análise - realidade decomposta em representações mais simples -, refletimos sobre todos esses conteúdos e, em seguida, elegemos o conceito, que poderia assumir o papel de célula para o estudo. Enfocamos nosso olhar sobre os componentes de análise e suas propriedades, pois são uma representação confiável de todos os conteúdos, que foram disponibilizados pela pesquisa empírica. Dentre os 16 componentes de análise, 14 têm relação direta com o tema política do Governo Lula, por conseguinte, - Política de Governo - tornou-se o conceito³⁶ mais visível e mais relacional, notadamente, na ocasião em que as pessoas fazem contatos. Portanto, a nossa análise partiu dessa célula e se desenvolveu até às categorias mais ricas em determinação.

³⁵ Componente de análise ou subcategoria denominada *Acomodação do MST* diante do Governo Lula ou simplesmente *Acomodação do MST*.

³⁶ "Um conceito é um fenômeno rotulado. É uma representação abstrata de um fato, de um objeto ou de uma ação/intenção que um pesquisador identifica como importante nos dados." (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.105).

9. Composição das categorias³⁷ - A partir dos 16 componentes de análise e dos 214 elementos de análise, iniciamos o caminho de volta³⁸ para a reconstituição do concreto, agora, pensado. Elegemos quatro critérios para auxiliar o processo de composição das categorias: a) Frequência de associação do componente de análise (Quadro C5 e Quadro C6, Apêndice C); b) Frequência simples do componente de análise (Quadro C2, Apêndice C); c) Participação dos componentes de análise na totalidade das unidades de contexto - somatório da simples presença (suficiente apenas uma única presença) dos componentes de análise nas unidades de contexto, expresso em percentual (Quadro C3, Apêndice C); d) Agrupamento dos componentes de análise por afinidade temática, (Quadro C6, Apêndice C). Para esse agrupamento dos componentes de análise por eixo temático, tomamos, como critério, a frequência das associações entre os componentes de análise e a afinidade temática entre elas. Quando dois ou mais componentes apresentaram elevada frequência de associação, mas não havia afinidade temática entre si, não participavam do mesmo eixo temático³⁹. No entanto, isso significava a existência de forte mediação entre componentes de eixos temáticos diferentes, necessários ao processo de generalização/abstração⁴⁰. Para encabeçar os eixos categoriais⁴¹, selecionamos aqueles componentes de análise, que apresentavam maior F_{as} , na associação com o componente de análise central, *Acomodação do MST* (ACOM). Dessa forma, os componentes *Arrefecimento da Política de Reforma Agrária* (F_{as} ArRfAG = 51), *Redução da Autonomia Política* (F_{as} RdAUTO = 32), *Descenso na Luta de Classes* (F_{as} DesLuCL = 23), e *Redução na Radicalidade* (F_{as} RdRAD = 26) assumiram o papel central em cada um dos quatro eixos categoriais e, ao mesmo tempo, a força e o *status* de uma subcategoria de primeira ordem. Após a

³⁷ "Categorias são conceitos, derivados dos dados, que representam os fenômenos. [...] Fenômenos são ideias analíticas importantes que emergem de nossos dados. Eles respondem à pergunta 'O que está acontecendo aqui?' ". (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.114-115). Para Bardin (2011), categoria são classes que reúnem um grupo de elementos com características comuns sob um título genérico.

³⁸ Vale observar que o caminho de ida e o caminho de volta realizam-se, simultaneamente, no processo dialético. Apresentamos separados para melhor compreensão.

³⁹ Podemos citar o caso das subcategorias DescLuCL e MuQUALI que apresentaram F_{as} mais elevadas com a subcategoria ArRfAG, mas, por motivo de afinidade temática, foram alocadas em outro eixo temático.

⁴⁰ Para Germer (2003), a abstração é a generalização dos aspectos comuns aos objetos reais, alternativamente é um processo que elimina características não essenciais e preserva a característica geral comum a todos os fenômenos. Para Ferreira (1986, p. 844), a generalização pode ser definida como: "[...] formação de um novo conceito ou ideia, [...] aumento da extensão de um conceito já determinado que passa a cobrir uma nova classe de exemplos."

⁴¹ Para uma componente de análise encabeçar um eixo categorial, adotamos dois critérios: ter a sua maior F_{as} com a componente de análise central (*Acomodação do MST*); e essa F_{as} apresentar valor superior a 45% da maior F_{as} , ou seja, da componente central (F_{as} ACOM = 51). Vale destacar que a componente EnTrBa (F_{as} = 24) não encabeçou um eixo categorial porque já possui associação elevada com a componente RdRAD (F_{as} = 26), portanto, ambas ficaram agregadas no mesmo eixo.

organização do conjunto de componentes de análise por eixo temático, compostos por subcategorias de primeira e de segunda ordens, iniciamos o processo de generalização e nomeação⁴² de cada um desses eixos, que assumiram, então, *status* de categoria de segunda ordem⁴³. Em seguida, agrupamos essas categorias de segunda ordem, também, por semelhança para identificar as categorias concretas de primeira ordem⁴⁴, (Quadro C6⁴⁵, Apêndice C). A cada movimento, agrupamos categorias semelhantes e, assim, surgiram novas categorias, cada vez mais ricas em determinação. Aqui, iniciamos a construção da teoria. Iremos analisar as categorias concretas, no final do segundo e do terceiro capítulos e, juntamente com a categoria central, essas categorias concretas serão discutidas no quarto capítulo.

10. Seleção da categoria central⁴⁶ - Para a determinação da categoria central, fizemos um exame minucioso da produção teórico-metodológica já consolidada: conceitos gerados no processo de categorização/generalização; objeto de estudo proposto; problema de pesquisa; e teoria que oferece sustentação a essa tese. Em relação aos resultados obtidos por meio dos métodos empregados na pesquisa, salientamos o resumo, que consta nos Mapas de Associações de Conteúdos e de Composição das Categorias, (Quadro C5 e Quadro C6, Apêndice C). Essa síntese fundamentou nossa tomada de decisão relativa às seguintes tarefas: examinar os componentes de análise com maior frequência de associação, em especial o componente central; verificar relação direta entre componentes de análise, subcategorias e categorias concretas; e, a partir disso, realizar o cruzamento com os demais critérios já apresentados. Considerando que o componente central, *Acomodação do MST*, apresenta forte associação com os demais componentes e, considerando, também, que o

⁴² Nomear componentes de análise, subcategorias e categorias, tornou-se uma tarefa, que exigiu a busca de um conceito mais abstrato e amplo, baseado no seguinte critério: ser uma ideia que explique o que está acontecendo nos dados e, ao mesmo tempo, ser relativamente fácil de ser lembrado. (STRAUSS; CORBIN, 2008).

⁴³ A partir da generalização das diversas subcategorias, determinamos quatro categorias concretas de segunda ordem (*Desmobilização do MST pelas Políticas do Governo Lula, Demobilização do MST pela Descaracterização do PT, Aumento da Institucionalização do MST e Diminuição da Força Político-Organizativa*).

⁴⁴ Por meio da generalização das quatro categorias concretas de segunda ordem, determinamos duas categorias concretas de primeira ordem (*Dependência do MST das Políticas do Governo Lula e Demobilização do MST pelo Capital*).

⁴⁵ Podemos observar, ainda, nesse Quadro C6, Apêndice C, que as associações mais significativas (maior que 45% em média em relação a maior F_{as}) estão destacadas para chamar atenção, pois são associações, que marcam as principais determinações e mediações categoriais, neste estudo.

⁴⁶ A categoria central representa o tema principal da pesquisa, tem poder analítico, reúne outras categorias para formar um todo explanatório, deve ser frequente nos dados, é capaz de explicar variações consideráveis dentro das categorias e também o ponto principal dos dados e surge da própria pesquisa ou pode ser uma abstração. (STRAUSS; CORBIN, 2008).

conteúdo presente nas categorias de primeira e segunda ordens trata dessa questão, ou seja, os dados "falam", direta ou indiretamente, sobre a *Acomodação do MST* diante do Governo Lula, resolvemos, nesse processo de generalização final, eleger e nomear como categoria central o *Descenso do MST*⁴⁷. Tal conceito, desde a sua raiz (componente de análise *Acomodação do MST*), tem relação com todas as subcategorias e categorias, pois a categoria central *Descenso do MST* surgiu no decorrer da pesquisa, (Quadro C6, Apêndice C).

11. Construção do esquema teórico⁴⁸ - Ao longo do desenvolvimento de todas as etapas dos métodos utilizados nesta pesquisa, que permitiram a identificação e determinação das categorias de análise, realizamos a integração dessas categorias em seus mais diversos níveis. E, fundamentado na integração das categorias de análise, elaboramos uma proposta de esquema teórico apresentado no capítulo quarto, nas Figuras 17, 20, 21, 22 e 23.

Na exposição desta tese, adotamos alguns princípios orientadores decorrentes do método elaborado por Marx (1982, 1983a, 1983b, 1998, 2001a, 2001b) para expor o Capital. Por conseguinte, estruturamos o presente texto da seguinte forma: neste primeiro segmento introdutório, expomos o objeto de estudo e os aspectos teórico-metodológico; no segundo capítulo, apresentamos a base conceitual, que foi enriquecida durante a pesquisa empírica e, também, as formas de Desmobilização do MST; no terceiro capítulo, explicitamos as formas de Dependência do MST; e no quarto capítulo expomos a síntese dos capítulos anteriores, que se refere à análise das categorias em suas formas concretas, determinadas pelo conjunto de todas as categorias expostas ao longo do texto. No segmento conclusivo, retomamos nosso objeto de estudo, apresentamos os achados da pesquisa, fazemos sugestões para superação dos problemas identificados e, também, indicamos temáticas para novas pesquisas.

⁴⁷ A categoria central *Descenso do MST* foi determinada pela generalização das categorias concretas de primeira ordem *Dependência do MST das Políticas do Governo Lula e Desmobilização do MST pelo Capital*.

⁴⁸ "[...] somente depois que as principais categorias são finalmente integradas para formar um esquema teórico maior é que os resultados de pesquisa assumem a forma de teoria." (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 143).

2 FORMAS DE DESMOBILIZAÇÃO DO MST

Toda vez que se discutia modelo de Estado, todo o nosso foco era o problema de como é que você fazia o controle social das políticas públicas. [...] nós conseguimos arrancar do Governo Lula um Plano Nacional de Reforma Agrária [...] a fórceps [...] Esse Plano foi sendo gradativamente abandonado [...] Então, esta inflexão é que merece a academia fazer uma reflexão para ajudar os movimentos, para ver o que é que foi, o que aconteceu.

(ExMST₄)

Estruturamos o presente capítulo a partir de uma questão central e seus desdobramentos e, assim, formulamos a seguinte questão: quais formas de desmobilização do MST são geradas na relação com o Governo Lula e o contexto do capital? Em seguida, fizemos os seguintes desdobramentos: como se origina o processo de *Acomodação do MST*? Como é gerado o acúmulo na *Acomodação do MST* na relação com o governo? Quais as formas de desmobilização do MST geradas pelo Estado e pelo PT?

Para responder a tais questionamentos, elaboramos uma base conceitual, que constitui o item 2.2, no qual explicitamos os conceitos de política, em geral, e política governamental, em particular, que enfoca a relação entre Governo Lula e MST. Portanto, o item 2.2 apresenta a relação entre a política do Governo Lula e a institucionalização do MST; o item 2.3 trata das formas de desmobilização do MST pelo Estado; o item 2.4 examina as formas de desmobilização do MST pelo PT; e o item 2.5 trata da *Desmobilização do MST pelo Capital* e faz uma síntese das formas de desmobilização do MST. Na presente tese, o conjunto de tais relações é considerado como um dos componentes da *Acomodação da Luta Contra-Hegemônica do MST*, diante desse governo. No item 2.2.1, expomos o processo de negociação da política governamental e, no item 2.2.2, o processo de transformação da institucionalização e burocratização do MST em acomodação.

2.1 Política em geral e política do Governo Lula em particular

Esta tese apresenta uma particularidade, que merece ser destacada: a política do Governo Lula na relação com o MST, que é um movimento social, está no mesmo campo político do governo. Por conseguinte, iniciamos esta tese, a partir da análise da categoria

mais abstrata: a Política de Governo⁴⁹, que desempenha o papel de célula para a análise da relação entre o Governo Lula e o MST. Com base em tal conceito⁵⁰, elaboramos as categorias mais complexas e concretas, que explicitaram as determinações mais relevantes, que nos possibilitaram explicar essa relação do ponto de vista, sobretudo, da formação política e educativa do MST.

Inicialmente, enfocamos a categoria Política de Governo, porque, a nosso juízo, é o fenômeno mais visível no sistema político - aqui, representado pela relação entre MST e Governo Lula - com a qual as pessoas se deparam. Por meio dessa visibilidade da política, as pessoas entram em contato com essa relação política, pois, de algum modo, todos nós nos relacionamos com uma forma de política. Entretanto, a forma como as pessoas entram em contato com a política de governo é alienada, é uma forma de estranhamento e, portanto, gera um fetiche da política. Ao longo das seções seguintes, pretendemos elucidar tal fenômeno, mas, antes, fazemos uma discussão sobre o conceito de política.

Na perspectiva da construção de uma *Hegemonia* dos trabalhadores Sem Terra diante do Estado, o conceito de política assume um papel fundamental neste estudo, e aponta novas estratégias para o Movimento, a partir da análise da realidade estudada.

A adoção do conceito de política exige que adentremos, mesmo que de forma breve, em um difícil e necessário percurso teórico, que passa por alguns clássicos da política, tais como: Marx (1818-1883), Lênin (1870-1924), Gramsci (1891-1937) e, indiretamente, Maquiavel (1469-1527). Com base no estudo dos clássicos, pretendemos desenvolver uma discussão em torno dos conceitos de sociedade civil e de Estado, o que facilitará a apreensão/compreensão da complexidade, que envolve nosso objeto de estudo.

Entre 1843-1844, Marx inicia o estudo sobre o Estado, fazendo uma crítica à dialética de Hegel (1770-1831), quando se contrapõe à dominação do Estado sobre a sociedade civil. Nessa época, Marx rompe, apenas parcialmente, com Hegel, pois concorda que a sociedade civil (necessidades individuais) e o Estado (gestão de interesses gerais) são campos distintos; porém vai além de Hegel, quando postula a extinção do Estado, como condição para superar a alienação política, que é proveniente da relação de

⁴⁹ Política de governo, neste estudo, assume o papel de um conceito abstrato que, potencialmente, possui todas as determinações mais concretas da totalidade estudada, tais como: a célula mercadoria em Marx e a relação governante-governado em Gramsci.

⁵⁰ Neste estudo, partimos do modo como a Política se manifesta na consciência atual, mais imediata e mais aparente para chegar as categorias mais concretas.

subordinação⁵¹ dos governantes (burocracia) sobre os governados (sociedade civil) e, assim, estabelecer a democracia. Nessa etapa de pensamento, Marx, ainda, não concebia a unidade de contrários, por exemplo, entre a sociedade civil e o Estado. Faz crítica às categorias Estado e sociedade civil, no entanto, é mais contundente em relação à primeira. Em sua obra, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx se detém nos parágrafos 261 a 313 da obra de Hegel, mesmo tendo feito a crítica desde o parágrafo 257. Tais parágrafos tratam da questão do Estado.

Para Enderle (2005), na apresentação de *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, o foco da crítica de Marx concentra-se na separação e oposição entre Estado e sociedade civil, quando Hegel acomoda essas categorias extremas na esfera do Estado. Em sua crítica, Marx avança pelo caminho filosófico e busca elucidar as contradições e as insuficiências da filosofia de Hegel, fazendo a análise da *filosofia da especulação* e da própria concepção hegeliana de Estado. Nessa análise, prioriza o estatuto ontológico em detrimento da lógica. Enderle (2005, p. 19) afirma: “O que Marx denuncia como o ‘mistério’ da especulação hegeliana é a *ontologização* da ideia, com a consequente *desontologização* da realidade empírica.” (Grifos do autor).

No livro, *Para crítica da economia política*, Marx (1982) apresenta um conceito de sociedade civil mais preciso, o que, ao mesmo tempo, se torna uma marca na ruptura com a concepção de Estado em Hegel:

[...] Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de 'sociedade civil' [...], seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa [...] deve ser procurada na Economia Política (MARX, 1982, p.25).

Marx é contra o rebaixamento do Estado universal e, ao mesmo tempo, é contra o direito à particularidade da propriedade privada. Para ele, o Estado deve submeter seus interesses ao interesse comum, ou seja, ao próprio Estado, e não promover a degradação ao nível dos interesses privados.

A partir das obras, *A ideologia alemã* e o *Manifesto do partido comunista*, editadas entre 1846-1847, Marx e Engels produzem uma concepção de Estado, que tem,

⁵¹ "Estado de dependência [...]; submissão", (FERREIRA, 1986, p. 1621).

como base, o antagonismo de classe e, assim, identificam o Estado como uma esfera em disputa em torno da propriedade privada. Isso marcou a inflexão teórica da filosofia crítica de Marx sobre o pensamento *hegeliano* e o rompimento, em definitivo, com a filosofia idealista. Em *A ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) consideram o Estado como um órgão repressivo e ideológico de dominação política e manutenção da exploração econômica por parte da burguesia. Houve, então, uma superação do Estado como razão universal no pensamento *hegeliano*.

[...] Todos os modernos escritores franceses, ingleses e americanos declaram que o Estado existe apenas em função da propriedade privada, de tal modo que isso também foi transmitido para o senso comum. Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real na vontade *livre*. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei (MARX; ENGELS, 2007, p.75), (Grifo dos autores).

Portanto, o achado da natureza de classe do Estado, por Marx e Engels, é um marco na ciência moderna, pois desfetichiza a compreensão *hegeliana* sobre Estado. A partir de 1848-1852, com duas obras fundamentais *As lutas de classe na França* e *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, Marx supera a separação polarizada entre Estado e sociedade civil, ou seja, a dominação da burocracia estatal sobre a sociedade civil, pois enfatiza o caráter instrumental do Estado.

O conceito de sociedade civil para Marx e Engels (2007), em *Ideologia alemã*, tem na essência de seu conceito a determinação econômica.

A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos num interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular como Estado. A palavra sociedade civil [...] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista. (MARX; ENGELS, 2007, 74).

Esse conteúdo de classe produzido pela visão marxista de Estado é de fundamental importância para a perspectiva revolucionária dos trabalhadores, mesmo assim, não há consenso quanto à existência de uma teoria política marxista. Portanto, para tentar enriquecer esse debate, é oportuno trazer à tona a provocadora questão levantada por Bobbio (1975) *apud* Bianchi (2007, p. 216): “[...] existe uma teoria marxista da política?”. Para esse autor, não existe uma construção teórica marxista sistematizada em torno da categoria Estado.

De fato, na obra de Marx, não encontramos uma teoria de Estado sistematizada e organizada, em uma parte específica de sua obra, no entanto, somente a partir de sua produção intelectual, surge uma visão crítica da concepção burguesa de Estado. Enfatizamos que, no conjunto de sua obra, encontramos as especificidades e/ou conceitos de natureza de classe e uma metodologia, que fundamentam a construção de uma teoria de Estado:

Embora inacabado [um capítulo sobre o Estado], *O capital* – ao definir a anatomia econômica da sociedade capitalista – mostra o esqueleto que sustenta o Estado burguês e fundamenta uma teoria científica do Estado. Marx não pôde elaborar essa teoria, mas ela deve ser buscada em *O capital*. A teoria marxista do Estado está implícita na análise das relações econômicas. (GRUPPI, 1996, p.28).

[...] podemos concluir que não existe uma teoria marxista orgânica do Estado. Temos uma primeira tese que permite construir essa teoria: a descoberta da natureza de classe do Estado, isto é, de que o Estado nasce da luta de classe. Marx elaborou uma teoria orgânica do Estado burguês. (GRUPPI, 1996, p.45).

A contribuição teórica sistematizada de Marx encontra-se em torno da análise sobre a economia política, no entanto, uma teoria de Estado está, realmente, subentendida, pois a política é fundamental em sua práxis.

A concepção de Estado em Marx e Engels foi decisiva para Lênin escrever, no calor da revolução russa em 1917, sua obra inacabada *O Estado e a revolução*, que tem como objetivos valorizar a produção marxista em curso e proporcionar ao partido um instrumento teórico-revolucionário para o momento da tomada do Estado.

O contexto vivenciado por Lênin precisa ser considerado, para que possamos compreender seu pensamento e sua prática política, pois a situação oriental, que ele enfrentava, era muito distinta da organização da sociedade ocidental. Na Rússia, o Estado era quase tudo e derrubá-lo representava, automaticamente, a tomada do poder. Por

consequente, dessa situação decorre a justificativa de Lênin para o uso da estratégia da ditadura de classe utilizada pelo histórico e educativo movimento de 1917.

Para Lênin, o Estado *czarista* tinha caráter reacionário e opressivo e, sobretudo, estava sustentado pelos elementos: exército, burocracia e polícia. Dessa forma, o líder e intelectual soviético priorizou o ataque frontal, o elemento violência (elemento essencial ou não eliminável da ditadura), em vez da capacidade dirigente da classe operária (elemento decisivo e mais indispensável). Em tais circunstâncias, ele, claramente, se desvia da concepção marxista de Estado, quando desvaloriza os conceitos de mediação e *Hegemonia*. Somente depois, Lênin enfatiza os fatores/elementos: direção, disciplina e organização em sua prática política, que abrem espaço para a educação dos trabalhadores.

Dessa forma, Lênin sistematiza uma teoria geral do Estado, em particular para a Rússia, e indica, como lei geral, a tese de que a revolução proletária deve se realizar através do uso da violência. Podemos, assim, considerar que em *O Estado e a revolução* existe uma teoria marxista do Estado, mesmo que não corresponda mais à natureza do Estado burguês atual, pois o centro de poder se encontra, agora, no capitalismo monopolista de Estado e não mais no tripé exército, polícia e burocracia.

A política não gira mais somente em torno do poder estatal em sentido restrito. Na contemporaneidade, há uma ampla participação dos mais diversos setores da sociedade, o que, em certo sentido, está de acordo com a visão marxista clássica, ou seja, fora do Estado, também, se realiza uma disputa pelo poder.

Sob essa ótica, o presente estudo investigou a relação hegemônica entre um dos mais relevantes movimentos sociais (MST) e o Estado brasileiro (representado pelo período do Governo Lula), que se caracteriza por ser um Estado capitalista moderno do tipo monopolista conservador, o que torna a sociedade de tipo ocidental. Isso nos força a buscar um referencial teórico que considere essa natureza particular do Estado brasileiro:

[...] Se o Brasil é hoje sociedade ‘ocidental’, então não mais se podem imaginar formas de transição ao socialismo, centradas na ‘guerra de movimento’, no choque frontal com os aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de tempo (COUTINHO, 2007, p. 218), (Grifos do autor).

Há uma forte superação dialética do pensamento marxista clássico, que se encontra no pensamento de Gramsci, sobretudo nos conceitos de Estado ampliado e guerra

de posição. Coutinho (2007), estudioso de Gramsci, destaca a relevância desse pensamento para as análises científicas no Brasil:

[...] o pensamento de Gramsci é capaz de fornecer sugestões não somente para a interpretação de nosso passado, mediante os conceitos de ‘revolução passiva’ e de ‘transformismo’, mas também para a análise de nosso presente, através da noção de ‘Estado ampliado’; e pode também contribuir para a elaboração de uma estratégia de luta pela democracia e pelo socialismo, concebida como ‘guerra de posição’. É aqui que devem ser buscadas as raízes da grande influência do pensamento de Gramsci no Brasil hoje e, em particular, do papel fundamental que ele tem desempenhado no processo de autocrítica e de modernização que envolve a esquerda brasileira (COUTINHO, 2007, p. 219), (Grifos do autor).

Em relação ao conceito de Estado em Marx, o autor italiano critica o seu reducionismo e elabora uma concepção marxista alternativa de ação política. Para Gramsci, (2007, p. 254), “[...] o conceito comum de Estado é unilateral e conduz a erros colossais [...] por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil.” (Grifos do autor). Gramsci rechaça qualquer tentativa liberal de identificar o Estado ao governo, limitando-o à função tutelar sobre a ordem pública e o respeito às leis, um Estado não desenvolvido:

[...] Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos [vinculados] à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2007, p. 244).

Em sentido amplo, essa concepção marxista de Estado é intitulada por Gramsci de Estado integral e tem, como inovação, a incorporação da *Hegemonia* ao Estado, por conseguinte, rejeita qualquer distinção em relação à ditadura (coerção) e, também, entre o Estado e a sociedade civil. Entre essas duas superestruturas não há uma separação orgânica, mas uma relação dialética. Uma compreensão inexata dessa relação leva a um erro em política.

A ampliação do conceito de Estado enriquece a teoria marxista, graças à nova compreensão, que a sociedade civil recebe de Gramsci. Entretanto, mesmo divergindo e superando, em alguns pontos, a teoria marxista anterior, “Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro

de uma aceitação plena do método do materialismo histórico” (COUTINHO, 2007, p. 123), (Grifos do autor).

Para compreender a organização da sociedade, em sentido amplo, é necessário entender a posição gramsciana sobre as relações entre as esferas da economia, sociedade e Estado. “Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil [...]; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, 2006, p. 324). Para esse autor, a estrutura é representada pela economia e as superestruturas são representadas pela sociedade civil e a sociedade política, compondo, assim, o Estado ampliado. Portanto, aqui, reside a originalidade do pensamento de Gramsci, ou seja, o novo poder estatal se apresenta composto pelos aparelhos repressivos e coercitivos e, também, pela esfera do ser social - a sociedade civil - que se apresenta mais fortalecida. Mas não se pode perder de vista, que a economia - conjunto das relações sociais de produção – determina, em última instância, a totalidade social. Gramsci (2006, p. 250) afirma que: “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.” (Grifos do autor).

Entretanto, a relação entre economia e política em Gramsci é influenciada pelas condições históricas, ou seja, variando com o tipo de formação econômico-social, com o grau da autonomia da sociedade civil e com o grau da socialização da política, que é condicionado pelo nível de socialização da produção. Isso é a expressão de uma compreensão ontológico-marxista da relação economia-política:

[...] Quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a casualidade automática e espontânea da economia (COUTINHO, 2007, p. 99).

Gramsci (2006) reconhece em Marx e Engels, que a política não está acima da economia, apesar disso, toma a economia como o centro de sua análise e, dialeticamente, renova a teoria marxista. Em sua célebre frase “tudo é política”, que permeia *Os Cadernos do cárcere*, Gramsci demonstra que sua visão de totalidade da esfera social é realizada a partir da política, que pode ser conceituada em sentido amplo e em sentido restrito. Define a política, em sentido amplo, como uma catarse:

[...] Pode-se empregar a expressão 'catarse' para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento 'catártico' torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético (GRAMSCI, 2006, p. 314), (Grifos do autor).

Esse momento é considerado a síntese da proposta gramsciana, na qual a liberdade, a universalidade e a politização sobre a realidade são princípios fundamentais. Nessa capacidade de permear todas as esferas do ser social, a política é vista como catarse. A catarse é condição para a conquista da *Hegemonia* na sociedade, portanto, os trabalhadores só alcançarão sua libertação, quando forem capazes de realizá-la e, assim, superar a manipulação e o determinismo econômico. Diante da catarse, os trabalhadores, por meio de sua luta, poderão conseguir elaborar um novo e amplo projeto para a sociedade. Verificar a existência da catarse, nas práticas do MST, faz parte do roteiro desta tese.

A política em sentido restrito, esfera política ou ciência social particular, refere-se às relações e objetivações ligadas ao poder, às relações entre governantes e governados, ou entre dirigente e dirigidos.

Coutinho (2007) considera a catarse como um momento, que não pode ser visto separado da ontologia do ser social, mas como um ponto de partida de toda filosofia da práxis; enquanto a política, em sentido restrito, se apresenta de forma historicamente transitória. Isso torna Gramsci um pensador crítico da política e não um politólogo, da mesma forma, que Marx era um crítico da economia política e não um economista. Em Gramsci, está contida a ideia de que a esfera política, para ser entendida adequadamente, deve ser submetida a uma perspectiva da totalidade histórica, ao conjunto das esferas da sociedade e, em particular, às relações sociais de produção.

No âmbito da política, há, também, um debate relevante que gira em torno das estratégias, que têm como ponto focal o Estado restrito, ou a sociedade civil, mas todas têm, como meta, a conquista do Estado. Com a modernização das sociedades e a ampliação da socialização, a sociedade civil foi fortalecendo sua materialidade (aparelhos privados de *Hegemonia*) e tornando sua função (*Hegemonia*, consenso e direção) mais definida. Dessa

forma, a guerra de posição passou a ter mais relevância como estratégia do que o ataque frontal:

A fórmula da 'revolução permanente', própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de 'hegemonia civil'. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição (GRAMSCI, 2007, p. 24).

A estratégia política para a situação de Estado ampliado envolve a tomada de posições e de espaços, inicialmente, no âmbito da sociedade civil (direção político-ideológico) e, somente, a posteriori, a conquista do poder no âmbito da sociedade política, conforme Gramsci, (2002, p. 62) afirma:

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (Grifos do autor).

A estratégia de revolução vitoriosa experimentada no Oriente, na Rússia czarista em particular, quando utilizada na Europa – Hungria, Itália e Alemanha – proporcionou uma grande derrota para os trabalhadores, pois não foram, devidamente, consideradas as especificidades da sociedade civil e do Estado.

Parece que Ilitch [Lênin] havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente [...] No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada (GRAMSCI, 2007, p. 262).

A questão do tipo de estratégia para o tipo de Estado vigente recebeu ênfase no pensamento político gramsciano: “*Passagem* da guerra manobrada (e do ataque frontal) à guerra de posição [...] parece a questão de teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente” (GRAMSCI, 2007, p. 255). O nosso estudo exigiu uma análise minuciosa da estratégia implementada pelo Movimento, que nos levou à identificação de elementos relativos à luta contra hegemônica dos trabalhadores.

Nesta tese, procuramos articular a política em dois sentidos, a seguir explicitados: em seu sentido restrito, quando enfocamos a relação governado-governante, considerada como um elemento indispensável à análise do objeto de estudo. E, em sentido amplo, durante as atividades destinadas à catarse, que possibilita um momento de libertação e, sobretudo, indica que existe uma política a ser conquistada. Estamos, portanto, reafirmando a transitoriedade da política restrita, e tomando, como esperança, uma política ampla.

2.2 Política do Governo Lula e institucionalização do MST

Nesse item, discutimos o processo de negociação da política governamental, a transformação da institucionalização e burocratização em acomodação e, também, a origem e acumulação de tal acomodação.

2.2.1 Processo de negociação da política do Governo Lula

O processo de negociação das políticas de governo realizou-se em um contexto jamais vivenciado pelo MST, que se deparou com um governo do mesmo campo político, cujo presidente pertencia a um partido, que caminhou ombro a ombro, durante lutas anteriores. Nesse novo contexto, o Movimento não efetivou uma estratégia, que pudesse avançar na conquista das políticas estruturais para a classe trabalhadora. A estratégia adotada de aceitação das políticas de inclusão, não permitiu estabelecer um ambiente de negociação positivo ao Movimento.

Nossa base é muito lulista ainda hoje. Então, essa relação foi camarada e ela foi prejudicial à nossa luta mesmo em si, enquanto movimento social. Não foi uma relação do ponto de vista de negociação tão conflitante, mas acima de tudo nada estratégica. Se a gente considerou que era tática, a estratégia foi errada. [...] Se a tática era fazer as lutas massivas, incisivas para negociar, havia uma negociação que confortava a massa num dado momento e não havia conquista de fato. Só que em nome das políticas compensatórias, no momento, você perdia a capacidade de articulação para uma contra pauta naquela condição (InMST₆).

O Governo Lula estabeleceu um modelo de negociação junto aos movimentos populares, em particular ao MST, a partir do qual negava as políticas estruturais, sem gerar

conflito com os trabalhadores e, ao mesmo tempo, conseguia atender às exigências da aliança com o projeto do capital:

[...] o Lula tem uma forma de negociar muito própria: 'Olhe não é possível algumas conquistas agora, mas nós faremos, nós precisamos de mais dois anos, depois nós precisamos de mais dois anos, nós precisamos de mais quatro anos. Ah! nós precisamos agora de mais quatro anos, vem a Dilma aí, é o momento de realizar'. [...] Mas, então, Lula é isso, é a continuidade de um projeto neoliberal do capitalismo. [...] Então, ele fez o projeto da burguesia, do capital (InMST₃).

Oliveira (2007) destaca que o Governo Lula é resultado de uma ampla coalizão e, no seu processo de negociação, existe um mistério, que possibilita aos empresários direcionar ações no governo, enquanto os trabalhadores ficam, totalmente, fora dessas decisões. Em relação a isso Oliveira, (2007, p. 269) afirma que há:

[...] uma concepção ingênua e simplista do consenso - idealizado sempre na figura da 'negociação' – [...] Essa 'negociação' idealizada esconde a fraqueza do governo diante do empresariado, nacional e internacional. Quando se trata de matéria atinente a amplos grupos de trabalhadores de diversas categorias, simplesmente não há 'negociação' [...] a 'negociação', que é apresentada como a face ou a postura democrática do governo, não é mais que a transferência para o âmbito do governo, como simulacro, de práticas de negociações sindicais, responsáveis - pensam Lula e muitos comentaristas e analistas do movimento sindical - pelos melhores êxitos do novo sindicalismo [...] (Grifos do autor).

2.2.1.1 Política de acordo

Para melhor compreender a conceituação de Política de Acordo, identificada na pesquisa empírica, iremos analisá-lo, de forma mais detalhada, no subitem 3.1.2 (terceiro capítulo) quando discutiremos a forma de dependência *Redução da Autonomia Política do MST*. No momento, abordamos esse conceito, apenas, para entender o processo político de negociação com o Governo Lula.

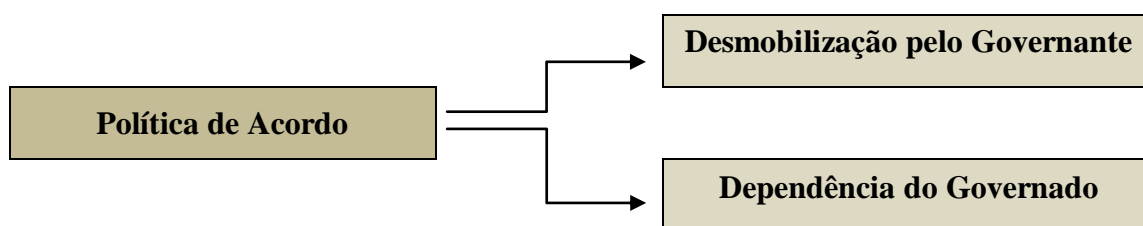
Tal processo de negociação ocorre em um ambiente de desmobilização do MST, decorrente do Governo Lula, que impôs não o acordo, mas limites para esse acordo.

A política que sai dali passa a ser um acordo; a gestão acordada. Só que, quem impõe os limites do acordo não são os movimentos, e aí é que vem a contradição. Por isso, que eu digo, quando começa a ser absorvido não há crítica do ponto de vista do entendimento político, mas é porque no limite do acordo, quem impõe o acordo é o Estado. Ele impõe o limite orçamentário, impõe o limite da gestão, o limite do possível e ele , em

última instância, as regras do jogo. Então, você fica manietado e você se obriga depois, na ponta, a defender a política do acordo que foi feita; faz parte do jogo. Nesse jogo, a mim, me parece que a autonomia dos movimentos sociais foi sendo gradativamente absorvida: a política do acordo (ExMST₄).

A *Acomodação do MST* efetiva-se e reproduz-se a partir do momento de negociação, em que o Movimento foi, gradativamente, aceitando as políticas implementadas pelo governo. Então, a Política de Acordo é formada por dois fatores: desmobilização pelo governante e dependência do governado, como pode ser visto na Figura 4. Cada fator representa um componente distinto, mas a existência de um alimenta a existência do outro e os dois, conjuntamente, determinam a política de acordo.

Figura 4 - Fatores que compõem a política de acordo.



Fonte: Dados da Pesquisa

No Brasil, com a chegada de Lula ao governo, criou-se, entre os trabalhadores, um clima de esperança, segundo o qual, as políticas do novo governo poderiam resolver muitos problemas, porque eles, agora, teriam um representante, de fato, no *poder*. Dentre as expectativas, baseadas na esperança, destacam-se: considerar que o Governo Lula e os trabalhadores tinham o mesmo projeto de sociedade; acreditar que o povo estava no poder com a chegada de Lula à Presidência da República; e imaginar que os trabalhadores, agora, estariam livres de algum tipo de opressão e exploração, por parte do Estado. No entanto, tais expectativas não se concretizaram e ficaram, apenas, na aparência. Portanto, havia um mistério nas políticas do Governo Lula a ser compreendido. E a tentativa de desvendar/compreender esse mistério é objeto do próximo item.

2.2.1.2 Fetichismo e mitificação no Governo Lula

O que está oculto no Governo Lula? Ou, qual o mistério⁵² que existe no Governo Lula na relação com o MST, que tem trazido acomodação ao Movimento? O mistério está na existência de uma relação antagônica entre governante e governados e, portanto, tem a mesma natureza da relação histórica entre trabalhadores e capitalistas. Em síntese, é a existência da luta de classes que está oculta nessa relação política e educativa, pois o Governo Lula era visto pelos trabalhadores como o seu verdadeiro representante, mas a sua política governamental priorizou o grande capital agrário.

Desde o início, o Governo Lula ocultou que não pretendia atender os *sonhos* dos trabalhadores do campo de uma política de reforma agrária, de realizar o projeto de transformação da estrutura agrária do Brasil, e ainda, que as *commodities* agrícolas⁵³ eram prioritárias.

[...] o MST sabia que o Lula não ia fazer a revolução socialista no Brasil, que não cabia a ele fazer isso, cabia ao povo, entendendo que o Estado é burguês, mas a nossa expectativa era que ele iniciasse um processo pelo menos de um governo progressista, popular, um governo voltado para os anseios populares (InMST₂).

O MST não fez uma leitura correta do Governo Lula, pois o considerava como um aliado, que iria realizar a reforma agrária. O Movimento levou algum tempo para perceber isto e, mesmo assim, não conseguiu enfrentar nem estabelecer uma relação horizontalizada com o Governo Lula, durante os oito anos. O governo alimentou a esperança de realização da reforma agrária e, ao mesmo tempo, eliminava qualquer possibilidade de enfrentamento direto dos trabalhadores. Dessa forma, conseguiu *esfriar a* militância e tirar a pressão popular sobre si.

O caráter misterioso que o esse governo adquiriu é decorrente, em parte, da confiança quase cega, que os muitos trabalhadores depositaram na chegada de Lula, à Presidência do Brasil. Com Lula na presidência, os trabalhadores se sentiram *empoderados* diante de seu representante maior, agora na chefia do Estado.

⁵² "Coisa ou elemento oculto, obscuro [...] segredo, enigma", (FERREIRA, 1986, p. 1142).

⁵³ *Commodities* para Cardozo (2010) pode ser definida: [...] "mercadoria padronizada para compra e venda, [...] São produtos, em estado bruto, de importância comercial para exportação, geralmente, agropecuários ou de extração mineral ou vegetal, como café, algodão, minério de ferro etc., produzido em grande quantidade e de preço controlado por bolsas internacionais. Trata-se de matéria-prima produzida em grande quantidade".

Para melhor aprofundamento da natureza mítica do Governo Lula, apresentamos o componente de análise mitificação de Lula, como um dos resultados da pesquisa de campo. Consideramos que tal mitificação é um dos mecanismos de desmobilização do MST pelo governo, que está explicitada, ainda, no segundo capítulo. Essa discussão representa um conceito base para a compreensão do nosso objeto de estudo, por isso, decidimos antecipá-la. O processo de desmobilização está composto de dois aspectos: criação do *mito Lula* e a dificuldade do MST para enfrentar o *mito Lula*.

O *mito Lula* foi construído ao longo das quatro disputas eleitorais para Presidência da República, das quais Lula participou, porém, somente foi consolidado com a sua chegada ao governo em 2003. A mitificação do político Lula dificultou o fazer política na relação com o Lula e, conseqüentemente, com o governo.

[Lula] É uma construção mítica, por isso mesmo resistente, difícil de ser desmontada. Ele não tinha nenhuma ligação com o Nordeste [...] é mais difícil porque com o mito você não faz política. Para fazer política é preciso desconstruir o mito. [...] Ninguém ataca diretamente o mito [...] é uma aura, é histórica, foi construída, alguns percursos são reais, mas a força mítica é muito forte. [...] é difícil combater o mito [...] de modo que a coisa do Lula vai permanecer (ExMST₂).

Lula é uma criação mítica construída no âmbito da esquerda, nos últimos 20 anos, e foi eleito como Presidente da República com forte apoio popular. Tal construção mítica se fez, então, a partir do personalismo⁵⁴, do populismo⁵⁵, da popularidade e, também, em consequência da forte crença popular sobre a pessoa de Lula, que influenciou a política brasileira: "O lulismo é uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda" (OLIVEIRA, 2010b, p. 376). O mito funcionou também como uma arma do governo para desmobilizar as lutas sociais no Brasil.

Aí entra a popularidade, todo esse carisma e a forma de receber, a forma de acolher inicialmente. [...] Ele conseguiu, de uma forma ou de outra, esfriar um pouco as massas e realmente essa popularidade interferiu muito na nossa luta porque a massa foi muito nessa mesmo (InMST₆).

Mas essa popularidade diz respeito também às políticas de inclusão que o Governo Lula ampliou em relação ao governo anterior, FHC, e isso teve impacto na população, em estado de pobreza, que é muito acentuada, no Brasil.

⁵⁴ Fenômeno caracterizado pela concentração da unidade da força eleitoral e do prestígio de um partido, na pessoa de um chefe carismático. (FERREIRA, 1986, p. 1317)

⁵⁵ Ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar. (FERREIRA, 1999)

Os outros [governos] viviam negando essa migalha e você pega um plano real estabilizado, uma multidão de miseráveis, então, uma política de compensação fomenta uma popularidade, sem dúvida [...] Além dessa política assistencialista [...] tem uma questão de carisma também, enquanto ser humano, e uma das coisas que, também, tornou essa popularidade foi a relação muito próxima aos nordestinos, que não, só, no Nordeste (InMST₆).

Diante do mito Lula, o MST não desenvolveu uma política de enfrentamento ao governo, ao longo de seus dois mandatos, o que provocou o processo de acomodação. O Movimento aceitou o discurso de Lula que, sempre, adiava a possibilidade de conquistas estruturais, em especial, a reforma agrária, que não foi implementada no seu governo. Isso foi amortecendo a luta e impedindo diversas conquistas, conforme depoimentos, a seguir: " 'Não! Calma! esse governo é bom, vamos aguardar que esse governo vai vir, daqui a dois anos ele vai ajeitar.' Eu acho que foi isso que nós caímos, nesse conto de fadas" (InMST₄). O MST deparou-se com o mito Lula e não conseguiu romper esta cerca; foi impotente diante do mito. "O governo Lula não foi só um governo, criou de fato um novo referencial; o lulismo" (InMST₈).

Na visão de muitos trabalhadores, o Lula é um trabalhador que chegou ao topo máximo, que qualquer trabalhador poderia chegar: Presidente da República. Isso tem um peso muito grande nas relações entre os trabalhadores e o homem; o político e o governante Lula. No Brasil, havia e, ainda, há uma forte identidade entre Lula e os trabalhadores, mas esse tipo de relação também trouxe desmobilização das massas.

[...] eu me lembro de situações em que nós chegávamos no assentamento: 'vamos ocupar o INCRA', e os trabalhadores diziam: 'vamos ocupar o INCRA⁵⁶ que é comandado pelo Lula?' Isso, de certa forma diminuiu a quantidade de trabalhadores nas mobilizações. E as pessoas iam, mas mesmo os que iam, não iam muito com aquele sentido de enfrentamento [...] existia esse aspecto subjetivo da massa, que é exatamente essa identificação com Lula e tal, até porque a gente fez campanha para ele ganhar. Fomos fazer campanha para o homem. (InMST₅).

O caráter mítico de Lula conseguiu encobrir as verdadeiras propriedades de sua política de governo para os trabalhadores, sobretudo, o caráter compensatório. Desse modo, os trabalhadores não fizeram o necessário enfrentamento e não conseguiram exigir políticas estruturais, por exemplo, a reforma agrária, que era uma bandeira, historicamente, defendida pelo Partido dos Trabalhadores.

⁵⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Então, o governo do PT, não é um governo popular, é um governo populista, que tem uma estratégia de *marketing* muito boa e ganhou a aprovação popular, mas ele não é um governo que na sua prática atenda de fato aos interesses da classe trabalhadora [...] e tem uma estratégia de *marketing* que virou uma figura, uma personalidade do meio popular e, de certa forma, ficou imunizado (InMST₂).

O Lula torna-se um fetiche para os trabalhadores, pois com seu poder mítico, seu encanto popular e sua grande popularidade afetou os trabalhadores, por meio das políticas do governo, que ocultaram a relação de dominação do governante sobre os governados. Tal fetichismo em relação a Lula ocorre porque os trabalhadores se colocam em uma posição de subalternidade (dependência) em relação a ele. Além disso, os trabalhadores assumem posições de subalternidade, pois consideram o Lula como uma espécie de salvador para seus *históricos* problemas.

O mito Lula contribuiu para encobrir as verdadeiras relações estabelecidas entre o governo e o MST e, também, ocultou as relações existentes entre o governo e o grande capital agrário, o que será discutido no item 2.4.2 (segundo capítulo). Dessa maneira, a mitificação interferiu no processo de acomodação da luta do MST.

Diante dessa situação de aparência, supomos que havia algum tipo de exploração e/ou opressão sobre os trabalhadores pelo Governo Lula, no contexto do capitalismo. Então, como isso se caracteriza? Isso é o desafio para as discussões que serão realizadas ao longo desse texto.

O mistério da política do Governo Lula reside, no seguinte fato: ao mesmo tempo em que transmite a ideia de governo popular, tem um corte de classe muito bem definido, pois optou em investir, fortemente, em infraestrutura voltada para as *commodities* agrícolas, em detrimento da implementação de uma política estruturante de reforma agrária. Salientamos que o governo implantou uma política estruturante para as *commodities* agrícolas e, em paralelo, uma política de inclusão para a agricultura familiar. Houve, portanto, uma inversão do projeto defendido historicamente pelo Partido dos Trabalhadores, conforme já citamos. Podemos observar que o Estado e o Governo Lula foram controlados pelo capital no campo, que tem poder de influência sobre suas esferas institucionais.

O Governo Lula foi eleito com forte apoio popular e, também, com o apoio de segmentos do grande capital financeiro e agrário, porém sempre defendeu publicamente, nas esferas nacional e internacional, uma imagem popular para seu governo. Por isso,

ocultou que a *Força do Capital* dominava suas políticas. O fetichismo da política desse governo, também, escondeu o processo de institucionalização do MST, que foi avançando, na medida em que determinadas de políticas são acordadas com o governo, por exemplo, o processo de burocratização da militância, conforme abordaremos ao longo do presente texto.

O MST como movimento social tem consciência das formas de desmobilização sobre si, porém muitos trabalhadores de sua base, acampados e assentados da reforma agrária, não conseguiam, ao longo desse governo, se apropriar das contradições existentes nesse tipo de relação. A não apropriação de tais contradições é decorrente de inúmeros fatores, dentre os quais se destacam: a confiança total no mito Lula, considerado como fiel representante dos trabalhadores; a não realização de um debate mais contundente e orgânico na base do Movimento, nesse período. O governo, que detinha políticas e possuía carisma e popularidade elevados, conseguiu que o MST aceitasse suas políticas e, assim, eliminou qualquer possibilidade de enfrentamento.

Voltaremos a enfocar esse fetiche, no tópico deste trabalho, que está voltado para o componente Governo Lula Dominado pelo Capital. Nesse tópico, pretendemos explicitar porque o governo não implementou um projeto popular, que possibilitasse transformações estruturais destinadas aos trabalhadores, pois optou pelo grande capital agrário no campo, que gerou divisas para o país e teve impacto positivo sobre o superávit primário. A *Força do Capital* conseguiu que o Governo Lula adotasse uma natureza diferente daquela em que o PT defendia, no início de sua história de partido de esquerda. O governo acatou um projeto neoliberal, o que interferiu na desmobilização do MST, por conseguinte, em decorrência da *Força do Capital*.

2.2.2. Transformação do processo de institucionalização e burocratização em acomodação do MST

Como se transforma o processo de institucionalização e burocratização do MST em um processo de acomodação? Essa questão orienta o presente item, por conseguinte, iremos explicitar as categorias institucionalização, burocratização, *Trabalho Burocrático e Acomodação*.

2.2.2.1 Institucionalização e burocratização do MST

Na pesquisa empírica, constatamos que o processo de institucionalização e burocratização do MST, na relação com o Governo Lula, se caracteriza pela aceitação de determinadas políticas de governo, que impuseram uma lógica de trabalho diferente ao MST. Os militantes foram absorvidos, paulatinamente, e modificaram a forma do trabalho político, o que gerou uma nova formação⁵⁷ na militância.

O processo de institucionalização do MST ocorre, sobretudo, a partir da implementação do projeto de assistência técnica⁵⁸ e por meio dos projetos de inclusão na agricultura familiar. Com o consentimento do MST, o Governo Lula conseguiu coordenar tais projetos, dentro dos assentamentos com sua lógica governamental: a lógica burocrática. Então, o Movimento ficou preso a esses tipos de armadilhas disponibilizadas pelo aparelho do Estado.

[...] o projeto da ATES atual para cada ação que você vai fazer tem uma ficha com um código [...] isso está fortalecendo o burocratismo, a burocracia. [o técnico] Ganha pelo número de reuniões. [...] a ATES está praticamente desse jeito; por produção. E os movimentos estão aí parados, engessados [impedido do movimento], no lugar de ir pra cima. [...] Com toda dificuldade, com o Projeto LUMIAR, naquele tempo, o técnico conseguia fazer política, tinha mais liberdade. Hoje, não tem, está mais difícil. Perde mais tempo ao preencher relatório de que mesmo fazer o trabalho prático de assessoria. Está diferente, mudado mesmo. Esse programa veio para acabar com a forma de prestar assessoria ao agricultor (InMST₁₅).

A institucionalização como tática do MST para acumular forças, ou seja, consentir para atingir alguns interesses e necessidades do próprio Movimento, não contribuiu para a luta de classes, pois o processo burocrático, aos poucos, arrefeceu a luta da militância. O processo de formalização diante do Estado afetou a autonomia política e a capacidade de reivindicação do MST. Tal fato merece destaque, nessa relação, com o Governo Lula.

A assistência [...] vem toda engessada pelo governo, toda burocratizada, e às vezes o MST acaba absorvendo e acaba se burocratizando junto com o projeto e parece que os interesses do Estado começam a nortear um pouco, não totalmente, mas isso compromete, isso gera fragilidade no MST (InMST₂).

⁵⁷ A formação do MST na relação com o Governo Lula será discutida no capítulo quarto subitem 4.2.

⁵⁸ Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

A consequência natural da institucionalização é a instalação de um processo de burocratização, que foi determinante para a geração do fenômeno da *Acomodação do MST*. A componente Burocratização da Militância do MST faz parte das Formas de Dependência do MST, apresentadas no terceiro capítulo. Iremos apresentar dois aspectos em sua composição: militantes funcionários do governo e modificação no papel do militante.

A militância do MST assumiu cargos e representações, na burocracia do governo, o que gerou ambiguidade dentro do Movimento e, ao mesmo tempo, fortaleceu a relação de dependência e de acomodação da militância. A ocupação de cargos, no aparelho do Estado, pelos militantes do MST, intensificava-se de acordo com a capacidade de articulação do Movimento com a esquerda local, em particular com o PT. Assumir postos no Estado, de certa forma, representava um tipo de ascensão social para os militantes.

O MST esteve dentro do Governo Lula, teve vários de seus quadros transformados em autoridades governamentais, [...] nós estamos falando, portanto, de militantes fora do Estado, antes de Lula chegar ao poder, e se tornaram funcionários do Estado. Ao se tornarem funcionários do Estado, evidentemente, podem continuar sendo muito mais militantes que funcionários, mas a situação passa a ser muito mais tolhida [...] o sujeito realmente acaba se conformando a uma estrutura inercial que é do Estado e a sua militância começa a ser contida (ExMST₁).

Havia outra forma de burocratização, que era diferente da ocupação cargos, no Estado: o desenvolvimento de projetos do governo pelos militantes, nos assentamentos de reforma agrária. No desenvolvimento de projetos, adotavam a lógica governamental, que exigia o cumprimento de um conjunto de normas pré-estabelecidas.

[a ATES] foi configurada de uma forma para engessar mesmo a militância técnica, além de consumir [...]. Ela amarra porque são atividades que, muitas vezes, você não tem abertura para discutir o político [...] então engessa mais ainda, porque você tem um comportamento literalmente institucional (InMST₆).

O processo de burocratização da militância, como instrumento de desmobilização usado pelo Estado, e, também, a aceitação do MST consumiram a capacidade dos militantes de enfrentar o Governo Lula. Tudo isso limitou o papel político da militância, que começou a modificar sua forma de trabalho e, de modo gradual, se acomodou ao jogo político do governo.

A gente está muito dentro de um processo burocrático, que tem engolido bastante a nossa militância, [...] A gente não está conseguindo fazer, nesses últimos anos, o trabalho mais presente na questão da formação⁵⁹, do trabalho de base, está esquecendo esta parte importante do Movimento. (InMST₁₀).

2.2.2.2 Trabalho burocrático do MST

No presente item, tratamos do trabalho da militância do MST e sua relação com o Governo Lula, tendo como base a categoria denominada tempo de trabalho político da militância. E, em seguida, discutiremos a desvalorização do trabalho político.

2.2.2.2.1 Tempo de trabalho político da militância

Na relação entre o Governo Lula e o MST, o governo é o detentor das políticas públicas e o MST é o possuidor do trabalho político de seus militantes. Para compreender o trabalho da militância na relação com o governo, utilizamos a categoria tempo de trabalho político da militância do MST, conforme já citamos. Essa categoria está composta de tempo de trabalho orgânico e tempo de *Trabalho Burocrático*, expresso pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{Tr\ MIL = Tr\ Org + Tr\ Bur ,}$$

onde:

Tr Mil - Tempo Total de Trabalho Político da Militância

Tr Org - Tempo de Trabalho Orgânico do Militante

Tr Bur - Tempo de *Trabalho Burocrático* do Militante

O tempo total de trabalho político da militância representa o somatório do tempo de trabalho orgânico do militante, acrescido do tempo de *Trabalho Burocrático* do militante e, também, envolve o tempo gasto com todas as atividades políticas de militância do MST. O tempo de trabalho orgânico, por sua vez, é o tempo de trabalho da militância, que é disponibilizado para as atividades de formação e ação político-ideológico dos trabalhadores. O tempo de trabalho orgânico está constituído dos seguintes elementos: atividades de trabalho de base voltadas para a formação continuada e para a formação de

⁵⁹ O tema formação será melhor explicitado no quarto capítulo, item 4.2.

alianças políticas; práticas de enfrentamento das forças antagônicas ao MST, tais como: governos, grande capital agrário e outros representantes do capital.

O tempo de *Trabalho Burocrático* do militante envolve, basicamente, dois tipos de atividades: aquelas que são inerentes aos postos de trabalho do governo (que foram assumidos pelos militantes) e as atividades vinculadas aos projetos de desenvolvimento, implementados pelo governo, nos assentamentos de reforma agrária. Além disso, outras atividades de projetos foram executadas nas cidades. Em geral, o *Trabalho Burocrático*, que é exigido por tais projetos, decorre de editais públicos, que são divulgados a partir de um mecanismo institucional, denominado de chamada pública⁶⁰. A burocracia do Estado (inerente aos editais de projetos) exige o preenchimento de diversas planilhas, inúmeros levantamentos de dados e elaboração de um grande volume de relatórios, que são utilizados pelo governo, como instrumentos de avaliação. Tais atividades burocráticas, que seriam de responsabilidade exclusiva do INCRA, agora, são assumidas, em parte, pelos militantes, o que traz prejuízos para o desempenho de seus genuínos papéis. Podemos, então, afirmar que tais atividades burocráticas consomem, praticamente, o tempo do trabalho orgânico, que era realizado pelos seus técnicos-militantes⁶¹. Tudo isso funcionou como instrumento de *Desmobilização do MST pelo Governo Lula*, conforme depoimento, que se segue:

[a ATEs] ela tira o tempo de convivência do agricultor com o técnico [...] grande parte do que estamos fazendo seria uma tarefa de um articulador do INCRA. [...] e de fato a gente fica engessado [impedido de movimento] porque é uma questão de tempo, porque você hoje tem que cumprir metas [...] Não tem espaço para você discutir o social [...] não tem o espaço para participar da formação política, não tem o espaço de conviver com a militância e acima de tudo, ele busca todo dia fazer uma divisão (InMST₆).

O avanço do tempo de *Trabalho Burocrático* sobre o tempo de trabalho orgânico atingiu a atuação dos militantes, em seus aspectos quantitativos e qualitativos.

⁶⁰ Chamada Pública – Constituída para atender aos editais, que têm, como objeto, a seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para prestar serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES); elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA); e Planos de Recuperação do Assentamento (PRA). Todas essas ações são planejadas e executadas, no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), sob a jurisdição do INCRA/MDA.

⁶¹ Profissionais vinculados à assistência técnica do MST, em outros momentos de sua história, desempenhavam, simultaneamente ao trabalho técnico, forte trabalho de militância junto aos assentados da reforma agrária.

Diversas atividades interferiram nos aspectos quantitativos, tais como: uso do tempo dos militantes no desenvolvimento de atividades dos projetos de governo; e participação dos militantes na burocracia do Estado. Em relação aos aspectos qualitativos, citamos alguns fatos, que prejudicaram na atuação política dos militantes: a partir da implementação desses projetos, houve uma mudança cultural na militância, sobretudo, na assistência técnica, que é prestada aos assentamentos de reforma agrária; surgiu uma nova configuração nos processos de trabalho técnico e de formação dos trabalhadores; ocorreu uma acentuada diminuição do tempo destinado ao trabalho político, que é fundamental para o fortalecimento das lutas do MST diante dos governos.

Reafirmamos que o aumento de *Trabalho Burocrático* exigiu da militância maior dedicação às atividades inerentes aos instrumentos burocráticos de controle governamental, o que diminuiu o tempo de trabalho total nos assentamentos. Quando os militantes aumentaram suas participações no trabalho de natureza governamental, o trabalho orgânico de militância foi sacrificado, o que trouxe prejuízo para a atuação política do MST. Houve, simultaneamente, a conformação da militância diante das políticas de inclusão do Governo Lula e um enfraquecimento da luta pelas políticas estruturais de reforma agrária. Com essa ação, o Governo Lula conseguiu reconfigurar o trabalho da militância do MST.

Nós estamos nos matando para fazer a educação das escolas do campo [...] Não está sobrando tempo para ser militante. Nós a fazendo o mesmo papel do Estado. [...] Então, nós temos que colocar quadros militantes para coordenar esse trabalho [...] nós tiramos alguém que estava fazendo trabalho de formação para ir coordenar o trabalho de assistência técnica, não é um, são vários. [...] O tempo que nós estamos desperdiçando para brigar com a SEDUC⁶² é grande demais, porque o Estado não cumpre a função dele (InMST₈).

Podemos observar que, no tempo total de trabalho político da militância, há uma relação de soma e, também, uma relação inversa entre *Trabalho Burocrático* (TrBur) e Trabalho Orgânico, (TrOrg). Expressamos tal inversão na seguinte fórmula:

$$Tr\ Bur = \frac{1}{Tr\ Org} ,$$

⁶² Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

ou seja, na medida em que os militantes se envolvem com as atividades burocráticas do Estado, o tempo para desenvolver o trabalho orgânico vai diminuindo e vice-versa. E, em paralelo, há uma relação direta entre o Tempo de *Trabalho Burocrático* e a *Acomodação do MST*, diante das políticas do Governo Lula. Expressamos essa relação na seguinte fórmula:

$$Acom = f (Tr Bur),$$

Essa função demonstra que o maior acesso à cultura burocrática do Estado leva à diminuição da intensidade da luta do Movimento diante do Governo Lula. Percebemos que, a partir da burocratização do trabalho realizado pelo militante, o processo de *Acomodação do MST* na relação com o Governo Lula se dinamiza e se reproduz. Houve mudanças na própria lógica de trabalho do Movimento, conforme depoimento a seguir: "[...] muita gente do MST passou a assumir cargos nos ministérios, no governo, ou representações em que eles estavam lado a lado com pessoas do governo, e eles acabam cedendo em muitas coisas e aí mudaram até a lógica do trabalho deles" (ExMST₃).

Reafirmamos que, nesta tese, o tempo de trabalho militante e seus dois componentes (*Trabalho Orgânico* e *Trabalho Burocrático*) representam conceitos fundamentais. Na totalidade do tempo de trabalho do militante, na medida em que o trabalho orgânico diminui, aumenta o *Trabalho Burocrático*, reciprocamente. Há, portanto, uma diminuição na intensidade (desvalorização) do trabalho orgânico (político) do MST, conforme enfocaremos no próximo item.

2.2.2.2.2 Desvalorização do trabalho político

Onde está a perda para os trabalhadores, quando o MST sofre mudanças na lógica de trabalho? Na perspectiva marxiana, quando o operário realiza um trabalho, na produção de mercadorias em uma empresa no sistema capitalista, uma parte de seu trabalho total é trabalho necessário e a outra parte é mais-valia, que é a grandeza da força de trabalho explorada. Examinando o nosso objeto de estudo, sob essa perspectiva marxiana, constatamos os seguintes fatos: o trabalhador militante deixou de fazer e/ou diminuiu a intensidade de sua luta política (o trabalho orgânico), o que enfraqueceu o trabalho militante do Movimento de enfrentamento ao Governo Lula; o militante ficou vulnerável à exploração do governo, que se expressava pela negação das políticas

estruturais e priorização das políticas de inclusão. Diante disso, reafirmamos que, durante a pesquisa empírica, constatamos a existência da exploração do trabalhador, que pode ser classificada como - a exploração do trabalho político -. Enfatizamos que a exploração do trabalhador ocorreu não pelo *sobretabalho*, mas pela ausência e/ou diminuição do trabalho político, do tipo orgânico, que gerou a desvalorização política do MST na relação com o Governo Lula. O *Trabalho Burocrático* é a fonte fundamental da desvalorização política.

A desvalorização do trabalho político do MST é resultante da institucionalização e da burocratização do trabalho da militância, o que levou à *Diminuição da Força Político-Organizativa*⁶³ do MST, por meio do enfraquecimento do trabalho de base e da *Redução da Radicalidade* da militância do Movimento.

Quanto maior for a desvalorização do trabalho político do MST (perda de trabalho político-orgânico) maior será sua vulnerabilidade à desmobilização pelo Governo Lula e pelo capital. Tal desvalorização política refletiu, negativamente, na luta por mudanças na estrutura fundiária no Brasil.

2.2.2.3. Origem e acumulação da acomodação do MST

A *Acomodação do MST* não nasceu com a chegada do Governo Lula, pois se trata de um fenômeno de caráter mais geral, denominado descenso, que está relacionado à dinâmica política, na qual as classes sociais se encontraram desde o final do Século XX. A partir de eventos históricos, como a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, começa a surgir o descenso na luta de classes no mundo. De modo gradual, o descenso foi se tornando mais visível em decorrência, também, da cooptação da esquerda europeia, que colocou os trabalhadores em uma correlação de força desfavorável e, ao mesmo tempo, impôs uma crise político-ideológico profunda. Todos esses fatores provocaram uma desmobilização generalizada dos movimentos populares, espalhados pelo mundo afora. Esclarecemos que, neste estudo, o *Descenso na Luta de Classes* é visto como um fenômeno geral e a *Acomodação do MST* às políticas do Governo Lula é considerada como um fenômeno particular.

⁶³ A categoria Diminuição da Força Político-Organizativa do MST será discutida no terceiro capítulo, item 3.2.1.

A *Acomodação do MST* surgiu⁶⁴ no contexto do *Descenso na Luta de Classes*, porém, no Governo Lula, o processo de acumulação e a intensificação dessa acomodação se materializaram.

Para a melhor compreensão da categoria abstrata acomodação, procuramos, nos resultados da pesquisa empírica, seus diversos significados e/ou conceitos: desânimo, passividade, fragilidade, acomodação na estratégia política, acomodação diante dos conflitos e das políticas do Governo Lula, movimento dentro da ordem, perda de mobilização social, ausência de força para enfrentar os governos e descenso. Os termos citados têm significados semelhantes, no entanto, decidimos usar os termos *acomodação* e *descenso*, em nossas análises.

Desenvolvemos, exaustivamente, o conceito de acomodação, que se tornou rico em determinações ao longo de toda a construção categorial, tendo chegado à categoria mais complexa deste estudo: *Acomodação da Luta Contra-Hegemônica do MST*, também, denominada de *Descenso*⁶⁵ do MST. Essa categoria é a resposta do estudo obtida por meio da pesquisa empírica.

A *Acomodação do MST diante do Governo Lula* como categoria simples e, ao mesmo tempo, componente de análise é caracterizada pelas seguintes propriedades: impasse político no MST, frustração do MST e desmobilização do MST, conforme Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Componente acomodação do MST às políticas do Governo Lula e suas propriedades

Componente	Propriedades
Acomodação do MST diante do Governo Lula	Impasse político do MST Frustração no Governo Lula Desmobilização do MST

Fonte: Dados da Pesquisa

Com a chegada do Governo Lula, houve um significativo aumento na acomodação dos movimentos populares e, também, no MST, que alterou o ritmo das suas ocupações, pois não conseguiu manter, diante do novo governo, a mesma pauta que foi adotada durante grande parte do governo FHC, conforme já citamos. A acomodação nas

⁶⁴ Os efeitos do *Descenso na Luta de Classes* no mundo não atingiram o MST de imediato, pois, na década de 1990, o Movimento ainda era muito intenso. Salientamos que o *Descenso na Luta de Classes* é apenas um determinante da acomodação dentre os diversos fatores discutidos ao longo deste texto.

⁶⁵ A categoria Descenso do MST será discutida no quarto capítulo, item 4.1.

mobilizações do MST vem ocorrendo, desde o ano 2000, ou seja, o Movimento já votou no Lula em situação de acomodação. Entretanto, com a chegada do Lula à Presidência da República, o Movimento foi perdendo o fôlego nas mobilizações sociais, o que refletiu na diminuição dos conflitos no campo⁶⁶. Tal desmobilização está ligada ao fim da esperança pela reforma agrária no Governo Lula e, também, ao descenso na era PT e ao descenso dos movimentos sociais e sindicais em geral⁶⁷.

A situação de acomodação foi gerada, também, pelo impasse político do MST diante do Governo Lula, que se caracteriza pela falta de clareza de sua posição política: nem oposição, nem governo. Essa postura política o colocou em um impasse relativo à resistência e à cooptação. Nesse impasse, muitos militantes eram favoráveis ao governo e outros assumiam uma posição de resistência⁶⁸. Surgiram contradições, divergências e desacordos, que causaram o enfraquecimento da base, perda de unidade na luta e, sobretudo, impediram que o Movimento exigisse, de forma contundente, desse governo o cumprimento de políticas estruturais. Tais posicionamentos e omissões colocaram o MST em estado de risco, como movimento social de vanguarda.

A frustração do MST com o Governo Lula foi provocada pelos seguintes fatos: a não realização da reforma agrária e o não cumprimento de um conjunto de compromissos, historicamente, firmado com os trabalhadores. A política de reforma agrária foi retirada, de modo gradativo, de pauta do governo, o que representou um fator determinante na desmobilização e na *Acomodação do MST*.

Tendo como base os tópicos e temas já explicitados, tais como: mediação histórica do descenso na luta de classes; propriedades da *Acomodação do MST* na relação com o governo Lula; exposição inicial sobre a política do governo Lula; processo de institucionalização e burocratização do MST; dinâmica de negociação da política de governo; institucionalização e burocratização que levaram à acomodação, vamos discutir, agora, o processo de acumulação da acomodação. Vejamos, então, a fórmula geral, que sintetiza o processo de *Acomodação do MST*:

$$A - PG - N - PA - A',$$

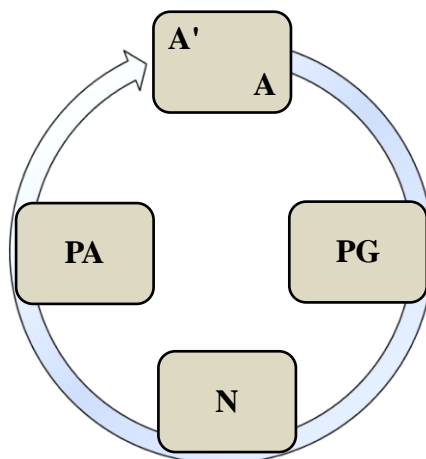
⁶⁶ De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), citados na Tabela A2, Anexo A, as ocupações no Governo Lula diminuiram em relação ao governo FHC.

⁶⁷ Ainda neste capítulo segundo, itens 2.3, 2.4 e 2.5, apresentaremos outros elementos determinantes da Desmobilização do MST. No terceiro capítulo apresentaremos elementos determinantes da Dependência do MST.

⁶⁸ A questão da resistência de parte da militância do MST às políticas do Governo Lula será discutida, posteriormente, no capítulo terceiro, item 3.1.3.

que, também, pode ser apresentada na forma cíclica, Figura 5.

Figura 5 - Ciclo do processo de geração de acomodação do MST às políticas do Governo Lula



Fonte: Dados da Pesquisa

onde:

- A** - Acomodação Inicial ou Histórica
- PG** - Política Governamental
- N** - Processo de Negociação entre MST e Governo Lula
- PA** - Política de Acordo
- A'** - Acomodação Acumulada

O processo de acumulação da *Acomodação do MST*, identificado na relação com o Governo Lula, teve início com a acomodação, que se originou com o descenso na luta de classes, acomodação inicial (A), que, historicamente, afetou a esquerda mundial a partir do final dos anos 1980 e, em particular, a esquerda brasileira e o MST. O processo de acumulação se intensificou, quando o MST começou a realizar negociação (N) com o Governo Lula. Nessa ocasião, o governo impôs os limites das políticas governamentais (PG) ao MST. Tais limites foram aceitos, ativamente, (sobretudo pelas lideranças) e, de modo, passivo (sobretudo pela base). Dessa forma, a política de acordo (PA), que saiu da mesa de negociação, foi a política apresentada pelo próprio governo e aceita pelo MST. Nesse contexto da negociação, a *Força do Capital* impediu que governo realizasse a política de reforma agrária e, em seu lugar, implementou a política de inclusão, junto ao

MST (assunto a ser abordado no item 2.3.5). O resultado da mesa de negociação reflete a postura mantida pelo MST, na relação com o Governo Lula: sem enfrentamento e acreditando que o governo iria realizar a reforma agrária. Então, o MST se expôs, de forma gradativa, a um ambiente de institucionalização e burocratização e, por conseguinte, sofreu acumulação no seu processo de acomodação (A').

Não só o MST, mas os movimentos sociais com a mudança de governo se acomodaram um pouco dentro de um governo de esquerda e algumas lideranças entram dentro desse governo e esqueceram que existe uma luta de classes, que precisa, mesmo estando na esquerda, ir para o enfrentamento direto com o governo [...] porque eu considero hoje que os movimentos sociais deram um pouco de acomodação. Está muito mais no processo de negociação do que de pressão (InMST₁₅).

A acomodação acumulada (A'), conforme fórmula abaixo, é formada pelo valor inicial da acomodação (A), que permanece no ciclo de geração da acomodação, mais o acréscimo de acomodação (ΔA), denominado de desvalorização política.

$$A' = A + \Delta A ,$$

onde:

ΔA - Acréscimo de Acomodação ou Desvalorização Política.

Diante do cenário de consentimento passivo e ativo do MST e de sua simultânea desmobilização, influenciada pelo Governo Lula e pelo capital, esse ciclo se repetiu durante os oito anos governo em foco. E, na mesma medida, a *Acomodação do MST* se acumulava e se reproduzia, até se transformar em descenso ou acomodação da luta *Contra-Hegemônica*.

No processo de negociação, a acumulação da acomodação foi gerada pela desvalorização do trabalho político orgânico do MST, decorrente do *Trabalho Burocrático*, que, em sentido mais amplo, é resultante do fetichismo existente na política do Governo Lula, que é expresso pela mitificação do governo e/ou pela dominação exercida pelo capital sobre esse governo. A ocultação da existência do caráter de classe entre o governo e os trabalhadores do MST, por meio do mito Lula, contribuiu para que ocorresse tal processo. Tais circunstâncias levaram o MST a uma situação de fragilidade com diminuto poder de negociação e tornaram possível a adoção da política do governo.

A fórmula geral da *Acomodação do MST* pode, também, ser apresentada em sua forma resumida:

$$A - PA - A',$$

ou seja, a permanente Aceitação de uma Política de Acordo (governamental) movimenta o ciclo da acomodação.

A celebração de acordos entre os governos e os trabalhadores, que se realiza em ambiente de consentimento (em relação às políticas de governo) gera um processo de acomodação imediata e, também, de acomodação posterior. Essa acomodação funcionou, como um equivalente geral, no processo de negociação entre Governo Lula e MST. Portanto, a aceitação das políticas governamentais teve, como equivalente geral, a postura política do MST de não enfrentamento ao governo. Nessa relação, houve um processo de "troca" entre a esperança pela implementação de políticas estruturantes e o arrefecimento da luta pelos trabalhadores. No entanto, constatamos que a esperança, depositada, com muita confiança, no Governo Lula e no mito Lula, foi frustrada.

Após essa parte inicial, na qual explicitamos a base conceitual desta tese, tendo enfatizado conceitos fundantes, seguem os itens 2.3, 2.4 e 2.5. Com base nos achados da pesquisa, pretendemos nos deter nas propriedades e nas mediações das diversas formas de *Desmobilização do MST pelo Governo Lula* e pelo PT, no contexto do capitalismo.

2.3 Formas de desmobilização do MST pelo Estado

Analisaremos as formas de desmobilização do MST pelo Estado⁶⁹, a partir das subcategorias empíricas Estado Dominado pelo Capital, Governo Dominado pelo Capital, Mitificação de Lula, Mídia Burguesa, *Arrefecimento da Política de Reforma Agrária* e Priorização das Políticas de Inclusão, apresentadas no Quadro 3.

2.3.1 Estado dominado pelo capital

O Estado dominado pelo capital é um componente relevante de análise para a presente tese e está caracterizado pelos seguintes aspectos: Estado gerencial, Estado controlado pelos ruralistas e reforma agrária como despesa para o Estado.

⁶⁹ Dados obtidos a partir da pesquisa empírica.

Quadro 3 - Formas de desmobilização do MST pelo Estado e suas propriedades

Formas	Propriedades
Estado Dominado pelo Capital	Estado gerencial Estado controlado pelos ruralistas Reforma agrária como despesa para o Estado
Governo Dominado pelo Capital	Governo de coalizão Governo fortalece as <i>commodities</i> agrícolas
Mitificação do Lula*	Criação do mito Lula Dificuldade para enfrentar o mito Lula
Mídia Burguesa	Conservadorismo da mídia Manipulação da mídia Criminalização dos movimentos sociais
Arrefecimento da Política de Reforma Agrária	Exclusão da reforma agrária da pauta do governo Perda de força da reforma agrária na pauta do MST
Priorização das Políticas de Inclusão	Ampliação dos programas de inclusão dos trabalhadores Acomodação das lutas às políticas de inclusão

Fonte: Dados da Pesquisa

* Forma já discutida anteriormente no item 2.2.1.2.

A crise, que se abateu sobre o mundo nos anos de 1970, se caracterizava pela redução do crescimento econômico, elevação do desemprego e aumento da inflação. Surgiram, então, duas propostas de superação, que consideravam o Estado como a causa da crise. A primeira era orientada pela ideologia neoliberal, que fortaleceu o mercado e minimizava o Estado. Lembramos que essa tentativa de Estado Neoliberal⁷⁰ fracassou. A segunda tinha a ideia de reconstrução do Estado Social-Burocrático⁷¹ que, segundo a visão capitalista, era o causador da crise em curso. A perspectiva da reconstrução estava baseada no Estado Social-Liberal: "[...] social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos" (PEREIRA, 1997, p. 18). A orientação responsável pela reforma do Estado brasileiro, nos anos 1990, apresenta quatro características, conforme afirma Pereira (1997, p. 18):

- (a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e 'publicização' (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta);
- (b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário

⁷⁰ "Estado [...] sem sociedade, em que indivíduos isolados tomam decisões no mercado econômico e no mercado político", (PEREIRA, 1997, p. 53).

⁷¹ "Estado Social-Burocrático: social porque assume o papel de garantir os direitos sociais e o pleno-emprego; burocrático, porque o faz através da contratação direta de burocratas", (PEREIRA, 1997, p. 10).

através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;

(c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução;

e, finalmente, (d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (Grifos do autor).

A redução do tamanho e da interferência e, também, o aumento da governança e da governabilidade do Estado com a reforma criaram condições favoráveis às iniciativas empresariais, por exemplo, na agricultura, ganham poder econômico. Com isso o Estado se beneficiaria em termos de autonomia financeira e poderia melhorar sua capacidade gerencial, mesmo que tenha havido mudança na natureza ideológica do governo de plantão. Na relação entre o Governo Lula e as *commodities* agrícolas, o partido do governo, tendo em vista os princípios da governabilidade, formou uma aliança com os ruralistas, flexibilizou, mais ainda, a sua estratégia⁷² político-ideológico, que já estava em curso, desde a presidência de José Dirceu no PT, nos anos 1990. Houve, portando, uma dominação do segmento ruralista sobre o governo⁷³.

A partir dos anos 1990, a reforma do Estado brasileiro, iniciada no Governo FHC, teve como forte característica sua redução como instituição capaz de implementar políticas públicas estruturais, que pudessem atender à classe dos trabalhadores. Esse Estado avançou na priorização do projeto neoliberal, segundo o qual a economia é mais forte do que a política, por conseguinte, a democracia fica reduzida aos momentos eleitorais:

Os anos 1990 vão trazer uma visão de Estado que se torna não apenas hegemônica, mas ela se torna avassaladoramente hegemônica no mundo, que é uma visão que procura reduzir o peso do Estado, [...] e, portanto, toda uma ideia que se forma no mundo [...] é um caminho que combina, de uma lado, uma gestão ultraliberal da economia, ou neoliberal, associado ao regime político da democracia eleitoral [...] foi a partir de

⁷² Vide os itens 2.4.2 e 2.4.4, que tratam da descaracterização do Partido dos Trabalhadores.

⁷³ Vide, no item abaixo, a discussão sobre a componente de análise Governo Lula dominado pelo capital.

1994 com a eleição de FHC que a configuração do Estado se modificou substancialmente no nosso país (ExMST₁).

A partir dos anos 1990, o Estado Gerencial, que foi institucionalizado, tendo como meta o cidadão, se constituiu como mais uma forma disfarçada, que o capitalismo adotou para ocultar as relações antagônicas e eliminar o caráter de classe existente na sociedade capitalista. Sua ideologia conseguiu difundir, na sociedade, algo de impossível harmonia: a conciliação entre os conceitos de competição e solidariedade. Baseado nessa ótica, tenta conciliar o liberal, por meio do controle de mercado, com o social pela preservação dos direitos sociais, o que não foi possível. Durante o Governo Lula e, também, no período de FHC, houve um avanço nos lucros do grande capital, enquanto aos trabalhadores restou a *cidadania* por meio de políticas de inclusão, o que não evitou a perda de direitos *históricos*. Coutinho (2005, p. 23) destaca a relação antagônica entre cidadania e capitalismo:

[...] eu diria que uma das principais características da modernidade é a presença nela de um processo dinâmico e contraditório, mas de certo modo constante, de aprofundamento e universalização da cidadania, ou, em outras palavras, de crescente democratização das relações sociais. Esse processo é contraditório, sujeitos a avanços e recuos, porque no limite, como vimos, há um antagonismo estrutural entre essa universalização da cidadania e a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista.

No Estado Gerencial, as *commodities* agrícolas, controlaram a estrutura do Governo Lula, por exemplo: poder judiciário, congresso e o próprio governo determinaram diversas ações, que beneficiaram esse setor da agricultura, em detrimento da reforma agrária. Para ilustrar o poder de influência política de tal segmento, vamos utilizar dados da composição das casas legislativas, federal e estadual, em dezembro de 2007⁷⁴. Dos 513 deputados federais, 81 senadores e 1059 deputados estaduais, agregados a todas as assembleias legislativas dos estados, a bancada ruralistas tinha a seguinte proporção: 15,2% (78) de deputados federais; 14,8% (12) de senadores e 17,5% (185) de deputados estaduais. Observamos, ainda, que durante o segundo mandato do Governo Lula, nas comissões de assuntos agrários e agrícolas do congresso, a bancada ruralista⁷⁵ tinha a seguinte participação: 32,5% (13 de 40) dos membros da Comissão de Agricultura,

⁷⁴ Dados referentes às casas legislativas federais e estaduais brasileiras e seus integrantes, em 2007, coligidos a partir de informações do Projeto Excelências, (TRANSPARÊNCIA BRASIL, 2008).

⁷⁵ No segundo mandato do Governo Lula, a bancada ruralista tinha a seguinte composição: 126 (24,6%) deputados federais do total dos 513; e 20 (24,7%) senadores do total dos 81.

Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), na câmara de deputados; e 29,4% (5 de 17) dos membros titulares da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no senado, incluindo a presidência, a vice-presidência e mais 4 suplentes dessa comissão. Portanto, as *commodities* agrícolas controlavam o congresso, nos temas de seu interesse, durante o governo em foco.

Uma marca da bancada ruralista sempre foi a de ter deputados aliados ao governo. Isso ocorreu no governo FHC e continua no governo Lula. Quando o PMDB passou a compor a base de apoio do atual governo, trazendo com ele quase 33% de deputados da bancada ruralista, a base do governo ficou ainda mais fragilizada num determinado aspecto. Isso porque a liderança do governo, além de ter que tratar com a oposição, também tem que atender, em certos casos, os ruralistas, que deveriam, a priori, alinhar-se e votar favoravelmente às propostas governamentais, já que são parte da base de apoio parlamentar.

Não sendo necessariamente assim, esta bancada representa, dentro do equilíbrio de forças do governo federal, o papel do ‘elo frágil’. Mesmo o governo Lula possuindo uma maioria no Parlamento, a bancada ruralista será sempre mais uma ameaça de ruptura dessa articulação (INESC, 2007, p. 11), (Grifos do documento original).⁷⁶

Os ruralistas, geralmente por meio da força da CNA⁷⁷, também conseguiam interferir em três setores estratégicos para o desenvolvimento da agricultura brasileira: na pesquisa, na distribuição de alimentos e controle dos preços, e na assistência técnica. Controlavam a programação das pesquisas realizadas pela EMBRAPA⁷⁸ e, agora, por meio do PRONACAMPO⁷⁹, implementam um amplo programa de educação para o capitalismo no campo.

Em 2012, o FONEC⁸⁰, contando com a participação de vários movimentos e organizações sociais, sindicatos do campo brasileiro e instituições de ensino superior, lançou um manifesto em relação ao PRONACAMPO, no qual fez críticas a esse programa, como instrumento para enfrentar as históricas contradições no campo:

[...] denunciemos como aspectos especialmente graves, os seguintes:
I. A implementação do PRONACAMPO atenta contra os próprios princípios da LDB, ao não instituir a gestão democrática e colocando apenas o sistema público estatal (estadual e municipal) como partícipe do Programa, ignorando experiências de políticas públicas inovadoras e de sucesso, que reconheceram e legitimaram o protagonismo dos sujeitos do

⁷⁶ Instituto de Estudos Socioeconômicos.

⁷⁷ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

⁷⁸ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁷⁹ Programa Nacional de Educação do Campo. Esse programa foi lançado em 20 de março de 2012.

⁸⁰ Fórum Nacional de Educação do Campo.

campo na elaboração de políticas públicas como sujeitos, não apenas beneficiários.

II. O Programa aponta para um desvirtuamento das propostas apresentadas, especialmente em relação à educação profissional e à formação de educadores, se realizadas através da modalidade de Educação a Distância.

III. É gritante e ofensiva ao povo brasileiro a ausência de uma política de Educação de Jovens e Adultos, especialmente de alfabetização de jovens e adultos e de Educação Infantil para o campo [...] (FONEC, 2012, p. 3)⁸¹.

Os ruralistas atuaram no Estado, tendo conseguido pautar o Governo Lula, que consentia a ação desse segmento. Consequentemente, os ruralistas hegemonizaram o seu projeto e, ao mesmo tempo, fragilizaram o projeto popular:

O que se pode observar hoje na atuação da Bancada Ruralista é a prevalência de um projeto que privilegia os setores mais capitalizados da sociedade e utiliza o Estado como meio de cooptação, ou seja, do transformismo e do exercício da *pequena política*. A utilização dos *aparelhos de Estado* fortalece o poder das classes dominantes de fazer e refazer suas alianças, o que acaba por debilitar os frágeis elos políticos existentes entre as classes subalternas, acirrando a dificuldade de inscrever suas demandas, mesmo por meio de seus institutos coletivos, como o MST (SIMIONATTO, 2012, p. 233).

Diante dessa situação, na qual o Estado é controlado pelas forças conservadoras do grande capital financeiro e agrário, tendo, como critério de decisão, uma política de eficiência na gestão pública, consideramos que tais condições levaram o Estado tomar a reforma agrária como despesa e não como uma política estratégica para o desenvolvimento do país. Com essa perspectiva, o Estado adotou vários mecanismos para impedir a reforma agrária durante o Governo Lula, tais como: contingenciamento dos recursos do INCRA; baixo nível de desapropriações de terras; e adoção de políticas de inclusão. Ao longo da história do Brasil e durante o Governo Lula, a *Hegemonia* dos ruralistas, no aparelho do Estado, tem inviabilizado a reforma agrária; confirmando, assim, que o Estado brasileiro é dominado pelo capital.

O capital com sua força econômica consegue subordinar a política de Estado, governo (políticas governamentais), poder judiciário e a mídia, ou seja, o agronegócio conta com esses quatro suportes. É nesse cenário que ocorre a luta de classes; é ali que a gente tem que olhar como é que nós, como organização, [MST] que luta pela terra enfrenta; essa é a força e nem sempre a gente consegue visualizar isso (InMST₁₁).

⁸¹ Fórum Nacional de Educação do Campo

A reforma agrária considerada como despesa para o Estado levou a um corte no orçamento da pasta do MDA, que enfraqueceu as ações do INCRA, portanto, deixou de ser uma estratégia de desenvolvimento, tendo se tornado, apenas, uma política de contenção social.

Nessa medida, a reforma agrária para o Estado brasileiro deixa de ter um foco de desenvolvimento econômico. O Estado brasileiro não precisa da reforma agrária do ponto de vista da lógica capitalista. A reforma agrária é um programa para, de um lado, contornar alguns focos de tensão no campo, na prática é isso, e de outro, entrar nessa linha da pobreza, retirar o que agente puder da pobreza, então um problema social. Não passa hoje de um programa social de governo. Está atrelado à área social, tanto que na lógica de estruturação do Governo Dilma a reforma agrária está dentro do núcleo social, não é do núcleo econômico nem da infraestrutura. A reforma agrária é assim encarada quanto é que ela vai custar, qual é a despesa para o Estado (ExMST₄).

2.3.2 Governo Lula dominado pelo capital

A forma de desmobilização Governo Dominado pelo Capital apresenta os seguintes aspectos: governo de coalizão e fortalecimento das *commodities* agrícolas pelo governo.

Com a chegada de Lula ao governo, o pensamento petista hegemônico no partido ficou ainda mais afastado de sua pauta política, pois assumiu a agenda neodesenvolvimentista⁸², que se identifica com o projeto da classe dominante e, assim, passou a sustentar a ordem e não alterou a estrutura de propriedade no campo brasileiro. A estratégia adotada pelo PT, no governo, inibiu as classes, que protagonizaram embates com os governos neoliberais, antes da chegada de Lula à Presidência da República.

O Lula inova o neoliberalismo [...] o Lula não é mais aquela liderança da classe trabalhadora, [...] O Lula não queria mais fazer a revolução, não queria mais fazer a transformação do Brasil, queria ser um estadista brasileiro, que amenizasse, que melhorasse a gestão do capital. Não se defendia mais um projeto democrático popular para o Brasil [...] Para melhorar o capital, o governo mantém a política econômica neoliberal, com mais agressividade e pega três estratégias: política compensatória

⁸² "Por que recorrer ao termo *desenvolvimentista*? De maneira tentativa e inicial, diríamos que é porque esse é um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país [...] E por que empregar o prefixo 'neo'? Porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são significativas. *O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*. O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo (BOITO, 2012, p. 5), (Grifos do autor)

para os pobres [...]; tenta desmobilizar todas as organizações da classe trabalhadora [...] trazendo para o governo suas lideranças [...] tentando mapear por categoria, pessoas de referência e desmobilizar; outro aspecto muito forte é essa questão do projeto neodesenvolvimentista. Ele tem um tripé que sustenta o Estado investidor, o Estado financiador e o Estado da compensação social (InMST₇).

Tendo em vista os princípios da governabilidade, o Presidente Lula fez um governo de coalizão, constituindo aliança com setores da burguesia, com o grande capital financeiro e agrário, que tinham força no congresso. Dessa forma, descartou a possibilidade de garantir a governabilidade a partir da base social e optou pelo apoio do congresso, que era avesso a seu governo. Essa governabilidade predisps o governo às fortes pressões da bancada ruralista no congresso e, também, dos grandes empresários para não realização da reforma agrária, durante o seu governo. Além disso, os capitalistas do campo conseguiram que o governo implementasse políticas estruturantes de largo investimento para promover as *commodities* agrícolas.

Os movimentos estão procurando uma saída, porque eles de todo modo não esperavam que o governo Lula fosse um governo de coalizão. Apostavam que o carisma e toda a personalidade do Lula m suficientes para fazer um projeto que enfrentar-se a direita, mas não seria razoável isso e causou de fato uma certa perplexidade e uma paralisia (ExMST₅).

A partir do final dos anos de 1990, as *commodities* agrícolas tiveram um desempenho econômico expressivo⁸³, com destaque para os valores elevados no segundo Governo Lula (2007 a 2010), em função, sobretudo, das exportações chinesas, que geraram divisas significativas para o país durante o período do Governo Lula. Tal fato pode ser constatado a partir da pesquisa realizada por Negri e Alvarenga (2011, p. 9):

A China já é o principal parceiro comercial do Brasil, com exportações que atingiram US\$ 30 bilhões em 2010. A maior parte (cerca de 80%) do que o Brasil exporta para aquele país são *commodities*, com destaque para a soja e o minério de ferro. Em certa medida, a pauta brasileira para a China, aliada à menor desaceleração das importações chinesas em comparação às do resto do mundo, contribuiu significativamente para o crescimento da participação de *commodities* na pauta brasileira de exportações. Entre 2008 e 2009, no auge da crise financeira, as exportações brasileiras caíram de US\$ 197 bilhões para US\$ 152 bilhões e, ao mesmo tempo em que as exportações brasileiras para a China – predominantemente *commodities* – cresceram de US\$ 16 bilhões para mais de US\$ 20 bilhões. Paralelamente a isso, também ocorreu um ganho de *market share* do Brasil nas importações chinesas. A China importa, hoje [2011], mais de US\$ 1 trilhão a.a. Em 2000, o Brasil participava

⁸³ Vide Gráfico B1, Gráfico B2, Gráfico B3 e Gráfico B4, Anexo B.

com 0,49% destas importações, enquanto hoje responde por aproximadamente 2% das compras chinesas. Entretanto, novamente, este ganho de *market share* foi muito concentrado em *commodities*. Em 2000, o Brasil fornecia aproximadamente 2,5% das *commodities* importadas pela China, e chegou a 2009 com uma participação de mais de 8% neste mercado.

O peso das *commodities* agrícolas teve as seguintes consequências para o país: impacto positivo na aceleração do crescimento; fortalecimento da estabilidade econômica, o que possibilitou o enfrentamento da crise econômica mundial, naquela época; possibilidade de alavancar um conjunto de políticas sociais e elevar a credibilidade e reconhecimento do Brasil, em nível internacional. Em função da participação positiva das *commodities* agrícolas, na situação financeira do país, o Governo Lula reconheceu o poder de competitividade desse setor da economia, em nível internacional, e implementou políticas estruturais para maior incremento do capital agrário. O investimento governamental, nesse setor, significou gastos públicos de valores elevados com a finalidade de cumprir a estratégia de intensificar a primarização⁸⁴ da agricultura brasileira.

[...] o governo Lula, na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique, só faz aumentar a autonomia do capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática (OLIVEIRA, 2010b, p. 375).

Em tais circunstâncias, o capital exerceu domínio sobre o Governo Lula, tendo conseguido priorizar seu projeto de desenvolvimento, o que desarticulou os projetos identificados com os movimentos populares, conforme afirma Oliveira (2010b, p. 375): "Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação."

De acordo com Boito Jr. (2005), as burguesias industrial e agrária avançaram e, em paralelo, a *Força do Capital* financeiro se manteve inalterada, no contexto desse governo.

[...] a novidade do governo Lula neste terreno é que ele promoveu uma operação política complexa, que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária voltada para o comércio de exportação - no que respeita ao médio capital, não houve

⁸⁴ A primarização é entendida como a maior participação de produtos básicos na pauta de exportação. Os dados da entrevista revelaram que a primarização da agricultura do Brasil, durante o Governo Lula, envolveu a criação de grandes empresas, flexibilização da legislação ambiental, regularização das terras e presença forte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia.

alteração no interior do bloco no poder sob o governo Lula. O governo promoveu a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária sem quebrar a hegemonia das finanças (BOITO JR., 2005, p. 62).

A dominação das forças do capital sobre o Governo Lula deixa claro que não tem mais sentido aquela tese de um governo em disputa (governo de composição de classe), defendida por parte da esquerda, que apoiava esse governo. Por meio do MDA⁸⁵, ministério coordenado por um grupo petista, o governo não pretendia fazer uma disputa interna pelas políticas de reforma agrária, mas, mesmo assim:

[...] tem um discurso que a gente fica fazendo, às vezes do lado da esquerda, que é a análise de governo: é um governo de composição de classe, é um governo que nós temos que disputar. Essa análise está equivocada, ultrapassada, o governo não é de composição de classe, ele é um governo que já se posicionou a favor dos interesses da classe dominante, que não teve condições políticas, históricas, de romper, ou de pelo menos iniciar um processo de ruptura com a dominação ideológica do capital no Brasil (InMST₂).

O MST fez uma análise inicial errada sobre o Governo Lula, mas logo percebeu que se tratava de um governo dominado pelas forças do capital no campo, conforme depoimento de um militante a seguir:

Até nos primeiros 2 anos do governo, tinha uma ideia que nós [MST] estávamos disputando, depois nós vimos que não tinha nada de disputa, tinha um projeto muito bem estruturado do capitalismo, inclusive voltado para o campo, usando todo o poder do Estado, uma aliança do Estado, do Estado financiador, investidor, da compensação social, para desmobilizar (InMST₇).

2.3.3 Mídia burguesa

Para desmobilizar os movimentos sociais, a mídia conservadora adota determinadas estratégias, através das quais consegue manipular, exercer controle e dominação ideológicos e, também, criminalizar as lideranças envolvidas, em tais movimentos. No Brasil, o poder da mídia está concentrado nas Organizações Globo, Grupo Folha, Grupo Estado e Grupo Abril, que são de propriedade de três grupos familiares, que controlam os órgãos da imprensa com maior penetração na sociedade, tais como: jornais, televisões, revistas e portal da internet. Essa mídia tem um caráter extremamente

⁸⁵ O ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário é oriundo do sindicato dos metalúrgicos e do polo petroquímico.

conservador, pois, por meio de seus veículos de comunicação, preserva o modelo econômico agroexportador atual, que é dominado pelas elites da cidade e do campo. Tendo como base tal perspectiva, reafirma o pensamento neoliberal, assegurando a existência de um Estado burguês, que consegue controlar, independentemente da classe social, grande parte da população brasileira. Sua programação conservadora tem levado a população brasileira a perder sua capacidade de análise crítica, por exemplo, a juventude que vive nos assentamentos de reforma agrária. Nos assentamentos, a manipulação ideológica pela mídia é visível e vem ocorrendo por meio do rádio e da televisão, sobretudo, da rede Globo, que conseguem formar opinião entre os assentados, que se tornam reféns desse aparelho de *Hegemonia*⁸⁶.

Na sociedade brasileira, o poder de manipulação ideológica da mídia é acentuado e podemos citar o seguinte exemplo: por motivos ideológicos e de interesses econômicos, essa mesma mídia influenciou três eleições presidenciais, nas quais Lula foi derrotado. Além disso, a mídia aqui citada, não preferia o Governo Lula, no entanto, começou a transmitir informações e a divulgar determinadas ideias e conceitos, segundo os quais, no Brasil, não havia problemas, pois não interessava ao capital despertar sentimentos de rebeldia nas massas populares.

A manipulação realizada pela mídia afetou, diretamente, os trabalhadores a partir de um conjunto de fenômenos criados na sociedade, tais como: frequente propaganda contra a reforma agrária, que enfocava sua inviabilidade; e temas/assuntos divulgados com a finalidade de levar a sociedade à adesão um modelo de agricultura vinculado às *commodities* agrícolas. A mídia viabilizou a penetração dessa ideologia na sociedade e, por conseguinte, favoreceu o fortalecimento da *Hegemonia* do grande capital agrário e, também, conseguiu formar, na sociedade brasileira, opiniões/posicionamentos contrários ao MST. Ainda nessa perspectiva, a mídia conservadora procurou criminalizar os movimentos sociais, pois produziu e difundiu um discurso, no qual apresenta o MST como um movimento baderneiro e violento.

Com o Estado dominado pelo capital agrário e financeiro e a mídia tendo proporcionado apoio ideológico irrestrito ao projeto dos ruralistas, a política de reforma agrária, no Brasil, foi retirada de pauta mais uma vez, no período do Governo Lula. Enfocaremos esse tema no próximo item.

⁸⁶ Essas informações são resultantes das observações realizadas durante a pesquisa empírica.

2.3.4 Arrefecimento da política de reforma agrária

A forma usada pelo Governo Lula para desmobilizar e arrefecer a política de reforma agrária apresentou dois aspectos: exclusão da reforma agrária da pauta do governo e perda de força da reforma agrária na pauta do MST.

Podemos considerar que a exclusão da reforma agrária da pauta de governo tornou-se uma forte incoerência, na forma de agir do Presidente Lula, tendo em vista os seguintes fatos: compromisso assumido nos discursos de campanha em 2002 e reafirmado no discurso de posse⁸⁷ do primeiro mandato, em 2003; elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁸⁸, em 2005; reafirmação desse compromisso, na ocasião da posse de assentamento de reforma agrária⁸⁹, no Rio Grande do Norte. Além do discurso, no qual se comprometeu com a reforma agrária, sua participação, nesse evento, foi revestida de forte simbolismo. Conforme já afirmamos, o esvaziamento da reforma agrária na pauta foi motivado pela estruturação do capitalismo no campo brasileiro, que levou o governo a priorizar políticas destinadas ao projeto das *commodities* agrícolas. O Partido dos Trabalhadores, representado por uma de suas correntes, denominada de Democracia Socialista (DS)⁹⁰, que fazia parte do governo, passou a não mais defender a reforma agrária⁹¹. Consideramos que o Presidente Lula, na distribuição dos ministérios, cometeu um equívoco, pois entregou o MDA a uma representação política da DS do Rio Grande do Sul, que não tinha experiência com a questão agrária, conforme destacado. Além disso, a apatia desse grupo em relação ao tema era visível, o que enfraqueceu a realização de disputa com o MAPA⁹². Isso foi também determinante para que o governo em foco fosse, gradativamente, abandonando a reforma agrária. Com tal perspectiva, temos o seguinte depoimento: "A relação com o MST foi, primeiro, de muita conversa e pouco resultado. É um governo que a gente na hora que quiser reúne com o INCRA, com o ministro, mas resolver, nada. Muita ilusão e pouca solução" (InMST₇). Conforme relatos obtidos durante

⁸⁷ Presença do tema reforma agrária no discurso de posse do Presidente Lula, em 2003, (Vide Anexo C e também a referência BRASIL, 2003a). Entretanto, no discurso de posse, em 2007, esse tema não estava presente, (BRASIL, 2007).

⁸⁸ No início do Governo Lula, o II PNRA foi elaborado por uma equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, Brasil (2005).

⁸⁹ O Presidente Lula reafirmou, em discurso, a defesa da reforma agrária, por ocasião da posse de um assentamento de reforma agrária, em 2003, no Rio Grande do Norte, (BRASIL, 2003b).

⁹⁰ A Democracia Socialista (DS) é uma corrente do Partido dos Trabalhadores.

⁹¹ O tema da reforma agrária não estava presente no discurso de posse do Presidente da República Lula em 2007, BRASIL (2007).

⁹² Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

a pesquisa empírica⁹³, a DS estava convencida de que a reforma agrária não era mais relevante para o Brasil e começou, então, a priorizar as políticas de inclusão para a agricultura familiar. No Governo Lula, a reforma agrária ficou resumida a programas, que tinham com objetivo conter as tensões no campo e aliviar a pobreza. Dessa forma, as ações do MDA fragilizaram a esquerda dentro do governo e, também, os movimentos populares, que defendiam essa bandeira de luta.

A reforma agrária também perde força na pauta do Governo Lula, porque sua realização poderia abalar a governabilidade, pois atingiria, diretamente, sua base de sustentação no congresso, que era composta por grupos políticos conservadores. Sob a ótica governamental, isso poderia repercutir, de modo negativo, na geração de divisas pelas *commodities* agrícolas. Assim, ficou refém desse setor agrícola em função da aliança constituída para governar o país, o que repercutiu na pauta do MST: "Nós podemos levar a pauta mais qualificada do mundo, ele [Lula] não atende porque não tem compromisso com os trabalhadores⁹⁴, o compromisso deles é com o capital, é com o agronegócio, é com a burguesia" (InMST₇). As *commodities* agrícolas tornaram-se um fator determinante no impedimento da reforma agrária, em consequência dos seguintes fatos: por meio do aparelho do Estado, dificultavam as desapropriações de terras para esse fim, quando não concordavam com a atualização dos índices de produtividade⁹⁵; e elevavam o preço da terra com a expansão do negócio agrícola no campo, que demanda grandes extensões de terra.

Uma análise mais rápida levaria inevitavelmente a uma avaliação bastante negativa do governo Lula nesse aspecto da reforma agrária, que claramente a coisa não andou [...] Governo Lula, como o governo Dilma, refletem um governo de coalizão. A posse de Lula se deu num entorno político bastante complicado; o país estava com recrudescimento do processo inflacionário, com problemas gravíssimos nas transações correntes, e tinha todo um assanhamento de setores da direita, até por um golpe, inconformados com a vitória do Lula. Neste contexto e com essas dificuldades econômicas, o 'único' setor da economia gerando divisas para o país, o mais expressivo, era [...] *commodities* agrícolas (ExMST₅).

Nessa conjuntura, o projeto das *commodities* agrícolas tinha mais força do que o projeto da reforma agrária defendido pelo MST e, de modo gradual, tal relação de força

⁹³ Obtenção de dados por meio da observação e da entrevista semiestruturada.

⁹⁴ O Governo Lula priorizou, sobretudo, as políticas de inclusão para os trabalhadores, item 2.3.5.

⁹⁵ Para a atualização dos índices de produtividade da agropecuária é necessário a aprovação de uma portaria interministerial assinada pelo MDA e pelo MAPA. No Governo Lula, o MDA enviou estudos para o MAPA, cujo ministro declarou que não assinaria. Ficou demonstrado, então, o seu poder de veto, a partir da força da bancada ruralista, dentro do próprio governo (MEDEIROS, 2010).

se ampliou, tendo trazido desmobilização para o Movimento e, sobretudo, provocado perda de território no campo, e diminuição de poder no âmbito do Governo Lula. Portanto, na estrutura do campo brasileiro, ocorreram significativas mudanças, sob a perspectiva capitalista. O depoimento, que se segue, reforça tal afirmativa.

[...] antigamente [...] o preço do leite subia, você sabia que era uma estrutura agrária que entravava, o preço dos bens alimentícios subiam ou desapareciam do mercado, na maior parte dos casos, com razão, você sabia que se tratava de um entrave que a estrutura agrária impunha à produção. O que aconteceu? Acontece que o capitalismo venceu. Quer dizer o Brasil é hoje o maior produtor e exportador mundial de carnes em um país de famintos e o 2º maior produtor exportador de cereais do mundo, só perde para os EUA. Então, a reforma agrária saiu da pauta. [...] O capitalismo venceu, abafou. Você não tem mais reivindicações, que sejam plausíveis. Você vai reclamar da alta do feijão e atribuir a que? (ExMST₂).

Consideramos que outros fatores interferiram na retirada da reforma agrária da pauta do governo: diminuição da demanda social, sobretudo, nas regiões Centro e Sul do Brasil, em função do fenômeno emigração do campo, que produziu o aumento da urbanização; e avanço do capitalismo no campo. Entretanto, não é justificável a negação de uma política de reforma agrária para o restante do país, tendo como base, apenas, os fatos que estavam ocorrendo nas duas regiões citadas acima. Na conjuntura atual, a questão carece de um amplo debate como estratégia de desenvolvimento social e econômico. Tais aspectos são ressaltados pelos depoimentos de dois entrevistados, nesta pesquisa.

[...] tem certas coisas acontecendo ao longo desses anos que não podem ser ignoradas e que também minam a capacidade do MST inclusive na sua relação com o Governo Lula, que é a diminuição da demanda social, que é uma agricultura moderna, que se desenvolve de uma forma esplendorosa durante este período e, portanto, relativamente neutraliza aqueles que são opositores. Tudo isso tem que pesar! (ExMST₁).

A reforma agrária não tem mais esse papel, mas é um papel marginal. Tem algumas regiões que ela pode ainda cumprir este papel; bolsões do Nordeste, no Norte, área de fronteira agrícola, mas no geral no Centro-Oeste, no Sul, principalmente no Centro Sul do país, não tem mais este viés. Aqui, o capitalismo está entranhado em todas. A reforma agrária tem que ser repensada inclusive pelos movimentos sociais numa outra dimensão que não seja meramente econômica, ainda que ela tenha o viés econômico. Ela deve ser repensada do ponto de vista de uma outra estratégia de desenvolvimento do capitalismo. Isso, infelizmente, nem os movimentos, nem os partidos e nem a academia conseguiram ainda fazer uma análise apurada do que seria, qual seria essa nova reforma agrária, nesse novo contexto brasileiro. (ExMST₄).

Em função do avanço do capitalismo no campo, nos últimos dez anos, a pauta da reforma agrária do MST entrou em choque com a pauta do governo, que estava controlado pelas *commodities* agrícolas e direcionou, prioritariamente, suas políticas para esse setor. No decorrer da pesquisa empírica, percebemos que a reforma agrária perdeu força na pauta do MST, porque milhares de famílias acampadas e a base nos assentamentos perderam a esperança de realização da reforma agrária pelo Governo Lula. Além disso, o MST ficou isolado de outros movimentos populares na luta pela terra e, de forma gradual, aceitou as políticas governamentais de inclusão para o fortalecimento da agricultura familiar, pois, naquela ocasião, havia facilidade de crédito para os pobres. Tais fatos enfraqueceram a pauta da reforma agrária, acentuaram o processo de *Acomodação do MST* ao pensamento e à política do governo e, sobretudo, levaram à desmobilização das lutas. Atualmente, o tema da reforma agrária não sensibiliza a sociedade, o que contribui para o arrefecimento do MST, na luta pela reforma agrária.

Quer dizer a reforma agrária saiu da pauta. As classes urbanas, que inclui o operariado, classes médias, sobretudo, essas duas classes sociais, que são amplas, diversificadas, estão pouco comovidas com a história de reforma agrária. É uma questão material, não é só ideológica (ExMST₂).

Podemos analisar o arrefecimento das lutas pela reforma agrária, no Brasil, a partir do conceito de *Contrarreforma* utilizado por Coutinho (2010, p. 37), segundo o qual:

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de 'vitórias da economia política do trabalho' e, por conseguinte, restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contrarreforma*. (Grifos do autor).

2.3.5 Priorização das políticas de inclusão

A forma de desmobilização Priorização das Políticas de Inclusão pelo Governo Lula apresentou os seguintes aspectos: ampliação dos programas de inclusão dos trabalhadores e acomodação das lutas às políticas de inclusão.

No âmbito da política de inclusão do Governo Lula, merece destaque o Programa Bolsa Família, que foi ampliado e, ao final dos dois mandatos, havia retirado milhões de pessoas da miséria.

Em 2010, o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou 12.778.220 famílias, em 100% dos municípios brasileiros. O valor médio do benefício financeiro foi de R\$ 96,97. Os recursos financeiros repassados pela Bolsa Família para pagamento destes benefícios totalizaram R\$ 13,475 bilhões, em 2010 (BRASIL, 2011, p. 58).

No Governo Lula, esse programa obteve avanços significativos, em relação ao Governo FHC, que, em termos de políticas compensatórias, só conseguiu atingir um número bastante reduzido da população brasileira. "Esse programa é bom? É, mas em parte, mas isso fortaleceu o assistencialismo da população" (InMST₁₅). Tais políticas trouxeram benefícios para as pessoas, que se encontravam em estado miséria, que é uma situação emergencial. Apesar de seus aspectos positivos, as políticas de inclusão não alteraram a forma de produção nem contribuíram com a emancipação dos trabalhadores.

As pessoas beneficiárias acham uma maravilha, eu concordo, é excelente você ter uma renda mensal garantida pelo Governo Federal [...] o Bolsa Família é positivo, o problema dele é que não tem porta de saída [...] o Bolsa Família é uma benção para o povão, tirou 20 milhões de pessoas da miséria, mas se ele acabar amanhã essas pessoas voltam, por isso que ele é compensatório e não emancipatório (ExMST₆).

A política de inclusão da agricultura familiar foi prioridade nesse governo, tendo sido coordenada, conforme já citamos, no âmbito de MDA pela DS, que deu ênfase ao PRONAF⁹⁶ e aos mercados institucionais. O PRONAF não trouxe benefícios permanentes para os agricultores familiares, mas, apesar disso, podemos considera-lo, juntamente com o seguro agrícola e com o crédito agrícola, que facilitou crédito para os pobres, como uma tentativa do Governo Lula de compensar a não implementação da reforma agrária.

Qual foi a contra partida do Governo Lula para a negação ou "revolução" da reforma agrária? Foi uma política vigorosa de inclusão da agricultura familiar no processo das políticas públicas. Então, o crédito saiu de 2 bilhões para, aproximadamente, 20 bilhões de reais; um saldo muito espetacular. Também o desenvolvimento de mercados institucionais e seguro agrícola específico da agricultura familiar e vários mecanismos, que se colocaram como uma compensação política a não reforma agrária. (ExMST₅), (Grifos do autor).

As políticas de inclusão foram adotadas pelos movimentos populares, por exemplo, pelo MST e por sua *parceira histórica*, a CONTAG, representante dos agricultores familiares sindicalizados. O Movimento priorizou as políticas de

⁹⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

fortalecimento da agricultura familiar, somente, quando percebeu que estava isolado, diante dos demais movimentos populares, que não defendiam mais a luta pela reforma agrária.

A estabilidade econômica do país possibilitou um considerável aumento das políticas de inclusão, o que proporcionou melhorias imediatas na condição de vida da população, que se encontrava em estado de pobreza. A melhoria do poder aquisitivo dessa faixa da população trouxe legitimidade social ao governo e, também, produziu impactos positivos na dinâmica da economia interna do país. Até aqueles municípios, que detinham menor poder econômico, alcançaram a possibilidade de desenvolver um comércio mais aquecido, o que repercutiu, positivamente, em outras classes sociais no Brasil. Por conseguinte, podemos afirmar que o Governo Lula não realizou mudanças estruturais no país, mas conseguiu desenvolver um programa eficiente de mitigação da pobreza.

É mérito do Governo Lula algumas medidas que dinamizaram o mercado interno, o aumento real do salário mínimo, por exemplo, e posteriormente políticas sociais, que incluíram, de forma marginal, mas incluíram segmentos importante dos mais pobres, que passaram a participar do mercado de consumo de bens mais baratos; e animaram, como nunca, certas regiões do Nordeste, que passaram a ser muito mais dinâmicas do ponto de vista econômico com essa maior integração de segmentos que antes não participavam do mercado de consumo (ExMST₁).

Destacamos que as medidas de combate imediato ao estado de pobreza foram necessárias, porém não trouxeram melhorias para a institucionalidade dos direitos dos trabalhadores, pois não fortaleceram a condição de luta, nem contribuíram para a implementação de políticas estruturais. Ainda, no âmbito da ampliação das políticas de inclusão do governo, outras ações beneficiaram o MST, tais como: maior acesso dos militantes às políticas e aos programas de educação; acesso de militantes à universidade; e diminuição do nível de analfabetismo, nas áreas de reforma agrária. O conjunto dessas melhorias foi significativo para os trabalhadores, se comparado às políticas do Governo FHC, no entanto, de certa forma, tais políticas desempenharam um papel de acomodar o MST e arrefecer a política de reforma agrária. "Não posso aceitar como tática do bom combate a política do quanto pior melhor, mas não posso também aceitar, impassível, a política assistencialista que, anestesiando a consciência oprimida, prorroga, *sine die*, a necessária mudança da sociedade" (FREIRE, 1996, p. 80). Enfim, o Governo Lula atendeu os trabalhadores, prioritariamente, com políticas de inclusão.

As políticas de inclusão possibilitaram que algumas necessidades básicas dos trabalhadores fossem atendidas com mais facilidade e, na base do MST, geraram a compreensão/percepção de que tudo estava bem no Brasil. Desse modo, foi gerada a falsa sensação de satisfação, pois as mudanças ocorreram, apenas, na aparência. Esclarecemos que não somos contra as políticas desse tipo, no entanto, destacamos suas consequências negativas no processo de desmobilização do MST, tendo provocado a absorção do conflito pelo Estado, ou seja, o enfraquecimento das lutas sociais, conforme depoimento que se segue:

Fica visível isso em vários aspectos da contribuição que o governo deu para essa amortização dos movimentos [...] Uma das coisas é exatamente as políticas compensatórias; a gente avalia que isso amortizou. Então o pessoal passou a conseguir, a ter as coisas com mais facilidade (InMST₁).

2.3.6 Desmobilização do MST pelo Governo Lula

Após a discussão das subcategorias, Estado Dominado pelo Capital, Governo Lula Dominado pelo Capital, Mitificação de Lula, Mídia Burguesa, *Arrefecimento da Política de Reforma Agrária* e Priorização da Política de Inclusão, determinamos a categoria concreta de segunda ordem *Desmobilização do MST pelo Governo Lula*, apresentada na Figura 6.

O ciclo da categoria *Desmobilização do MST pelo Governo Lula* efetivou-se a partir da dominação, que o capital exerceu sobre o Estado e, por conseguinte, sobre o governo. Adicionada a essa dominação, havia a atuação da mídia que criminalizava os movimentos sociais e o mito Lula. Tais fatores contribuíram para diminuir a pressão dos trabalhadores do MST sobre o governo, tendo enfraquecido a política de reforma agrária durante o governo em foco. O conjunto da articulação categorial, determinada pela dominação do capital, interferiu na ação governamental, que se direcionou para a priorização de políticas de inclusão destinadas aos trabalhadores do MST, Figura 7.

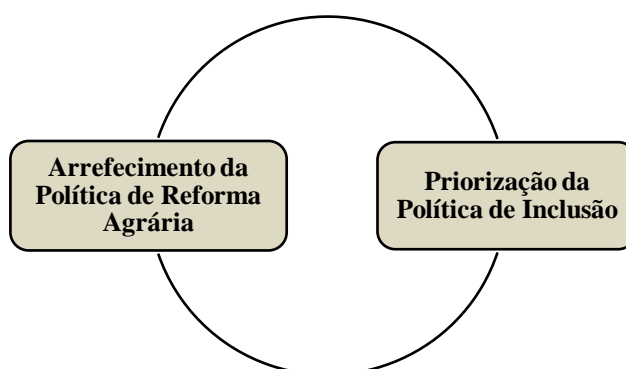
Nesse ciclo, havia uma contradição interna entre a política de reforma agrária e a política de inclusão, que perpassava a categoria de segunda ordem, ou seja, a negação da política de reforma agrária pelo capital representava a afirmação da política de inclusão. Na medida em que se intensificava a inclusão, surgia o arrefecimento da luta pela na questão agrária, o que provocou o permanente giro desse ciclo e, por conseguinte, fez gerar acúmulo na *Acomodação do MST*.

Figura 6 - Determinação da categoria desmobilização do MST pelo Governo Lula



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 7 - Ciclo da desmobilização do MST pelo Governo Lula



Fonte: Dados da Pesquisa

Havia, também, contradição, quando o Governo Lula, eleito com a colaboração dos trabalhadores, se comprometeu com um conjunto de políticas estruturais para os trabalhadores, mas limitava a sua ação governamental à esfera das políticas compensatórias; ou seja, o governo eleito pela força dos trabalhadores adotou políticas de governo neoliberal. Essa contradição se tornou visível, quando a desmobilização do MST recebeu influências do Estado, que priorizou o projeto do capital agrário e fez forte investimento em políticas estruturais. Em paralelo, foram criados inúmeros obstáculos, nos diversos níveis institucionais, que impediam a implantação da reforma agrária. Reafirmamos que a mídia desempenhou um papel preponderante, na disputa ideológica junto a sociedade, o que interferiu no arrefecimento das lutas do MST.

O Estado tem dado prioridade ao agronegócio, pois o orçamento que é destinado para o MDA e o orçamento para o MAPA é algo totalmente desproporcional. O MST fica muito refém e tenta disputar orçamentos, políticas públicas, que impulsionem a agricultura camponesa e criou, nos últimos anos, certa dependência dos editais, das políticas públicas, dos projetos, dos seguros, em relação ao Estado [...] O Estado, ao mesmo tempo em que dá total prioridade ao agronegócio, criou uma certa relação de dependência dos movimentos em relação às políticas públicas. O MST está nesse meio e, nesses últimos, anos parou um pouco. O próprio MST faz a análise de que a reforma agrária não avançou e aí gerou uma crise no MST (ExMST₇).

Na desmobilização do MST pelo Estado, havia um forte controle social como, aliás, sempre foram os movimentos populares no país (controlados pelo Estado brasileiro). Com a chegada de Lula ao governo, houve uma expectativa de que os movimentos pudessem exercer um certo controle sobre as políticas do Estado, entretanto isso não ocorreu, pois o governo foi dominado pela estrutura de Estado neoliberal, conforme já explicitamos. A partir dos anos 1990, o Estado foi dominado pelo capital, o que desencadeou a reforma gerencial. Então, durante o Governo Lula, permaneceu a relação de dominação do Estado sobre o MST.

Em relação ao papel do Estado tem um viés que sempre foi caro aos movimentos sociais e que era a grande expectativa quando nós ganhamos com Lula, que eu acho que merece uma avaliação preponderante, que é o famoso controle social das políticas públicas. [...] A minha avaliação é de que nós avançamos pouco e nada. Na verdade, e pelo contrário, estamos caminhando para regredir de novo para a velha fórmula de, em vez de haver um controle social do Estado, das políticas públicas, o Estado, na verdade, é quem acabou controlando os movimentos e reproduzindo velhas práticas políticas para dentro dos movimentos sociais. Neste aspecto, há um descenso dos movimentos nessa última década (ExMST₄).

A Desmobilização do MST pelo Governo Lula ocorreu com a neutralização do projeto dos trabalhadores pelo projeto do capital, ou seja, quando o governo foi dominado pelo capital: "Pode ser um governo dos trabalhadores [...], mas se não romper com o projeto do capital, ele vai continuar governando dentro desse projeto do capital, ele não vai fazer, de fato, as mudanças que a classe trabalhadora precisa" (InMST₈). Nessa dominação do capital sobre o governo, as pretensões do Movimento em torno das políticas se limitaram às políticas de inclusão, que cumpriram um papel de desmobilizar o MST e, assim, afetaram a radicalidade e a autonomia⁹⁷ política de sua militância.

⁹⁷ Os componentes de análise radicalidade e a autonomia política serão discutidas no terceiro capítulo.

Lula fez um governo que atendeu aos interesses do capital, dos grandes empresários, mas também soube cooptar os movimentos através das políticas, dos financiamentos, da cooptação das lideranças dos movimentos populares e soube, também, administrar a questão do assistencialismo, o que caracteriza o Governo Lula como social-liberalismo (ExMST₇).

[...] Não era só melhoria, que nós estávamos precisando, nós como classe trabalhadora, principalmente o campo. Nós não precisamos mudar o jeito de pedir esmola. O que nós precisávamos era de políticas estruturantes (InMST₈).

A vitória de Lula, em 2002, foi um fenômeno social inusitado para a sociedade brasileira, tendo sido considerada pelos trabalhadores como uma oportunidade especial para a ampliação de suas conquistas, como jamais ocorrido, na nossa história política. Tal compreensão era partilhada, também, pelo trabalhador menos escolarizado e/ou menos formado político-ideologicamente. Nesse contexto, os trabalhadores consideraram que o período Lula não exigiria grandes preocupações, portanto, não haveria necessidade de radicalização da luta destinada à conquista de direitos, que sempre foram negados. Desse modo, o *mito Lula* se instalou, tendo dificultado maiores reações do Movimento, que trouxessem críticas capazes de abalar a credibilidade governamental junto à população de baixa renda. Além disso, os movimentos populares, em geral, evitaram fazer críticas ao governo para não colocar o mandato do Presidente Lula, em risco, diante da oposição. De certa forma, tal posicionamento foi sensato, entretanto, trouxe prejuízos posteriores aos trabalhos organizativos⁹⁸ do MST.

A chegada de Lula à Presidência da República transformou-o no mito *do trabalhador no poder* e, por conseguinte, foi se instalando o mito do *Brasil mudado*. Lula, também, se transformou no mito *da caridade*, em consequência do amplo acesso da população pobre às políticas compensatórias. Sob esses aspectos, a realidade do seu governo foi mitificada a ponto de confundir os trabalhadores, de ocultar as diversas contradições, o que colaborou para mantê-los passivos⁹⁹ diante de uma política, que não trouxe mudanças estruturais para o país. A partir de sua relação histórica de proximidade com os movimentos populares, o Presidente Lula conseguiu impedir as lutas dos trabalhadores por uma política de reforma agrária, durante os oito anos de seu governo.

⁹⁸ Essa questão será abordada no terceiro capítulo.

⁹⁹ Os trabalhadores tiveram também uma postura ativa diante das políticas do Governo Lula. Esse assunto será abordado ao longo do presente estudo.

No início do governo Lula houve um ânimo generalizado no Movimento e isso se refletiu no nível de mobilização¹⁰⁰ que nós realizamos nos primeiros dois anos. [...] quase 200 mil famílias acampadas, porque o Lula sinalizava que ia fazer a reforma agrária (digo distribuição das terras, essa era nossa compreensão, nós tínhamos certeza que não ia ser uma reforma agrária popular), entretanto, passou o 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano, o 1º mandato, e entrou no 2º mandato e os números cada vez menores e o nível de conquista cada vez menor, então isto desmobilizou o público Sem Terra de fazer ocupações e também, de certa forma, deu uma baixa na militância, porque a militância acreditava que era possível fazer reforma agrária [...] Então, isso teve um impacto na subjetividade da militância muito grande (InMST₃).

A posição do Governo Lula diante dos movimentos populares foi de desmobilização, pois, desde o início, utilizando sua alta popularidade, tratou os movimentos sociais, inclusive o MST, em uma relação de dominação.

A relação do Lula com os movimentos sociais é uma relação de desmobilização. O Lula colocou-se acima dos movimentos sociais, como se os movimentos sociais devessem prestar não só homenagem, mas obediência a ele. [...] Ele desmobilizou as categorias. [...] A atuação dos dois mandatos do Lula, em relação aos movimentos sociais, foi muito ruim, foi muito desmobilizadora para um partido e um governo que se ergueu sob demandas, reivindicações e movimentos fortes, dos próprios movimentos sociais (ExMST₂).

A relação entre o Governo Lula e o MST tornou-se mais desmobilizadora, na ocasião em que o governo adotou a estratégia de substituir as ações do Movimento por suas políticas governamentais.

O processo não é simples, mas se trata de substituir os movimentos sociais pela ação do governo. Essa é a linha em geral que governos, que a gente pode dizer cooptadores, seguem e com isso anulam a potência dos movimentos sociais. Há um substituísmo da ação do MST pela ação do governo: desmobiliza. Os próprios sindicatos que eram tão ativos, que converteram Lula em um líder político importante, perderam proeminência no governo Lula (ExMST₂).

Consideramos que o processo de *Desmobilização do MST pelo Governo Lula* está relacionado ao papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores, na sociedade atualmente, cujos desdobramentos atingem o Movimento. Pretendemos tratar esse assunto no próximo item.

¹⁰⁰ Vide Tabela A1, Anexo A.

2.4 Formas de desmobilização do MST pelo Partido dos Trabalhadores

As formas de desmobilização do MST pelo PT¹⁰¹, tais como: Descenso na Luta de Classes, Burocratização do Partido dos Trabalhadores e Mudança na Qualidade da Aliança do MST/PT para Luta *Contra-Hegemônica* estão apresentadas no Quadro 4 com suas respectivas propriedades.

Quadro 4 - Formas de desmobilização do MST pelo PT e suas propriedades

Formas	Propriedades
Descenso na Luta de Classes	Descenso da esquerda no mundo e no Brasil Pragmatismo nas lutas Falta de tema plausível para mobilizar a sociedade
Burocratização do PT	Partido da ordem Desmobilização das lutas pelo partido Burocratização da militância do PT
Mudança na Qualidade da Aliança do MST/PT	Correlação de forças reduzida Aliados históricos cooptados pelo Governo lula Atuais aliados com pouca força política

Fonte: Dados da Pesquisa

2.4.1 Descenso na luta de classes

A forma de desmobilização *Descenso na Luta de Classes* é determinada por três aspectos: descenso na esquerda do mundo e do Brasil, pragmatismo nas lutas e falta de tema plausível para mobilizar a sociedade.

Em 1989, a queda do muro de Berlim foi um marco determinante no descenso da esquerda, tendo havido um abalo geral na esperança por um mundo socialista. A partir desse momento, se abateu sobre o mundo uma onda conservadora, que fez desencadear fatos que refletiram essa crise, tais como: cooptação da esquerda europeia e crise na ideologia e, também, na luta de classes. Esses fatos trouxeram o enfraquecimento dos trabalhadores na correlação de forças, diante do capitalismo, o que resultou no descenso na esquerda mundial.

Eu não sei qual vai ser a saída, eu tinha muita esperança, tenho ainda, que fosse pela esquerda, por causa da eleição de *François Hollande* na França, o problema é que a esquerda europeia acabou, pois ela foi cooptada, assim como o PT está sendo cooptado. Então, este seria o

¹⁰¹ Dados obtidos a partir da pesquisa empírica.

grande momento da esquerda europeia apresentar uma alternativa, mas só que ela não existe mais, ela está reduzidíssima, sem força, porque ela achou que realmente com o muro de Berlin abaixo não havia mais perspectivas socialistas. Você vai propor o que, se você não tem uma alternativa. Então, você fica rodando no mesmo lugar, que é a humanização do capitalismo (ExMST₆).

A crise na esquerda em nível mundial refletiu, diretamente, sobre a esquerda brasileira, que em grande parte, retirou o socialismo e a revolução de pauta, sobretudo com a chegada de Lula à Presidência da República. Tal fato é perceptível a partir do refluxo, que ocorreu nos movimentos sindical e estudantil: apatia geral da CUT e da UNE. Ao chegar ao governo, o PT hesitou em construir a governabilidade a partir da base social dos movimentos populares e, em paralelo, esses movimentos não realizaram pressão política sobre o governo, por conseguinte, a conjuntura política no Brasil foi atravessada pelo descenso na luta de classes, ao longo do governo em foco.

O *Descenso na Luta de Classes* é determinado, também, pela falta de tema plausível para mobilizar as massas populares, o que significa que vivenciamos uma acentuada crise política nos tempos atuais. A ideia do socialismo, no pós-queda do muro de Berlin, está enfrentando sérias dificuldades para sensibilizar e mobilizar a sociedade. Durante o Governo Lula, a luta dos movimentos sociais e suas lideranças políticas ficaram sem audição na sociedade, porque as reivindicações eram consideradas pouco plausíveis, por exemplo, o tema da reforma agrária não conseguiu comover a sociedade da mesma forma como repercutiu nos anos 1990.

O *Descenso na Luta de Classes* decorre, ainda, do pragmatismo existente nas lutas. A ênfase nas bandeiras econômicas é o foco principal das lutas dos trabalhadores e todo o esforço atual é para evitar perdas de direitos já conquistados. Para os trabalhadores, os aspectos ligados à sobrevivência material têm pesado muito mais do que os temas ideológicos, em consequência da não capacidade de convencimento do socialismo, na atualidade. Então, podemos supor que, por esse motivo, estamos caminhando para a manutenção da sociedade burguesa.

Eu defendo que estamos vivendo um descenso social, [...] o ascenso social é uma outra conjuntura política, que reúne unidade política em torno de um projeto, onde você consegue influenciar até mesmo a população que não está em nenhuma organização a vir à luta, porque ela acredita. No ascenso, tem as bandeiras políticas, além das bandeiras econômicas. Nós estamos vivendo um período em que as categorias estão cuidando das suas bandeiras econômicas; é salário, benefício da sua

categoria. Bandeira política que não conseguimos. Então, é um descenso! (InMST₁₁).

2.4.2 Burocratização do Partido dos Trabalhadores

A forma de desmobilização Burocratização do Partido dos Trabalhadores apresentou dois aspectos: partido da ordem e desmobilização das lutas pelo partido. A partir de 2003, a burocratização da militância do PT foi muito perceptível. A CUT tornou-se uma estrutura sindical dominada pelo governo, pois muitos militantes ligados a essa central sindical passaram a fazer parte do aparelho do Estado. Para Antunes (2003), a CUT caminhava, já no início do governo, para um sindicato preocupado com a lógica financeira:

Ela [CUT] parece, em sua cúpula, como um apêndice do governo. [...] E qual é grande 'arma' do governo Lula para os sindicatos? É implementar aquilo que poderemos chamar de capitalismo sindical. A CUT daria um 'salto de qualidade', tornando-se sócia, partícipe dos fundos de pensão, um agente interessado na especulação financeira. É elucidativo ver o exemplo de parte importante do sindicalismo norte-americano e europeu. Configura-se como um 'sindicalismo de negócios financeiros', que está preocupado não mais com o salário e os direitos da classe trabalhadora, mas com as ações da bolsa. Seria, é bom antecipar, a perversão completa do sindicalismo brasileiro. [...] Não tenho dúvidas de que os setores hoje dominantes da CUT caminham para essa direção. Por que a CUT não foi visceralmente contra essa reforma da previdência? Porque muitos segmentos preparando-se para entrar nessa grande simbiose financeiro-sindical (ANTUNES, 2003, p. 2)

A CONTAG, *histórica* parceira do MST na luta pela terra, conforme já citamos, também abandonou as lutas pela reforma agrária e adotou, como estratégia, o fortalecimento dentro da estrutura burocrática do Governo Lula. A burocratização é um fenômeno, que se consolidou, quando o PT começou a ser partido da ordem ao assumir o governo. Oliveira (2007b) denomina esse fenômeno, que ocorreu com o PT ao chegar ao governo, a partir de 2003, de estatização do partido, algo já ocorrido em países com experiências socialistas:

A aparência é de uma total ocupação do Estado pelo partido, mas quando se olha mais de perto o fenômeno real é o oposto: o partido dissolve-se no Estado e no governo. Isto é, as tarefas, funções, obrigações, enfim, as razões de Estado impuseram-se sempre sobre a função do partido no sistema político. Ao invés de o Estado se partidarizar, ocorre a estatização do partido. [...] A estatização do PT é, em parte, produto do fato de que o partido, ao assumir o governo, se transforma em partido da ordem, no sentido rigoroso do termo. Disso advém, em primeiro plano, suas

contradições com as organizações de classe, com os movimentos sociais e com [...] 'sociedade civil'. [...] o PT respondeu com sua própria estatização, que toma a forma de ocupação dos cargos e funções no governo para justamente processar o acesso aos fundos públicos. [...] O 'realismo' do PT é sua estatização e sinal da insuficiência da hegemonia, como processo real do conflito (OLIVEIRA, 2007b, p. 283). (Grifos do autor).

O Partido dos Trabalhadores, historicamente considerado o intelectual coletivo dos trabalhadores no Brasil, durante o Governo Lula, esqueceu a luta de classe e a ideologia de esquerda; perdeu a autonomia e a liberdade, tendo sido cooptado pela direita e pelo capital.

[...] o oprimido quando é bem aceito pelo opressor, ele prefere tentar conquistar mais direitos, agradando ao opressor do que se conflitando com ele. E essa foi a política que o PT adotou, só que, você só agrada o opressor, pagando um preço, que é a perda da sua liberdade, da sua autonomia e, sobretudo, da sua ideologia (ExMST₆).

Nesse governo, não se podia contar mais com os militantes do PT para a causa revolucionária e houve frustração em relação a essa sua postura. No passado, o MST considerava que o PT e Lula fariam a transformação estrutural do Brasil, mas, quando o PT chegou ao governo, se transformou em partido da ordem, ou seja, um partido com sua militância acomodada ao aparelho do Estado: "[...] um partido que coloca a institucionalidade acima da luta de massa, aliás, esquece a luta de massa, isso não é partido revolucionário, isso é partido conformista" (InMST₄). O PT acentua a inversão de seu papel ao assumir o governo federal a partir de 2003:

[...] quando está na oposição, você está combatendo a ordem, quando você vai para o governo está sustentando a ordem. [...] Poucos partidos conseguiram fazer essa passagem sem se descaracterizar. O PT, infelizmente, descaracterizou-se completamente, não soube fazer a passagem, assumiu que é um governo para manter a ordem [...] O PT não fez isso, essa transição foi muito rápida e ele perdeu toda a capacidade, passou imediatamente a ser partido da ordem [...] O PT falhou nessa transição [...] O PT vinha para mudar a estrutura de propriedade e de poder, e isso ele não fez (ExMST₂).

Mesmo antes de chegar ao poder, o PT já sinalizava que não teria uma posição socialista e seria um partido da ordem. O primeiro sinal foi a eleição de José Dirceu à

presidência do partido¹⁰² e, em seguida, o lançamento *da Carta de Lula ao Povo Brasileiro*¹⁰³, em 2002, às vésperas das eleições. A principal estratégia definida pelo PT, até 2002, foi eleger Lula à Presidência do Brasil e o partido passou, então, a priorizar o Projeto de Poder, ou seja, a política eleitoral. Ao chegar ao governo, o PT elegeu, como uma estratégia, acumular gradualmente poder no congresso, que era controlado pela direita, considerando a possibilidade de mudanças políticas que, às vezes, surgem com o passar do tempo. No congresso a margem de manobra era muito pequena, portanto, era necessário evitar qualquer possibilidade de abalos em sua governabilidade. Diante de tais decisões estratégicas tomadas pelo PT, o *Projeto Brasil* ficou em segundo plano no governo petista.

[...] o PT abandona o projeto Brasil e abraça um projeto de poder a quase qualquer preço. Então, hoje, estar no poder, perpetuar-se no poder, passou a ser mais importante para o PT do que fazer a reforma agrária, a reforma política, a reforma tributária, a reforma da previdenciária, enfim, do que realmente mudar a estrutura do país. (ExMST₆).

Tendo assumido o governo, o PT decidiu se fortalecer, sobretudo, junto aos grupos políticos fora do campo da esquerda. O PT realizou composição com grupos antagônicos ao programa político, historicamente, defendido pelos movimentos populares, enquanto isso, o MST, que sempre foi seu aliado, não foi chamado a desempenhar nenhum papel político, no sentido da mudança estrutural para o país.

[...] o governo decidiu respaldar sua governabilidade não nos movimentos sociais, mas no congresso, só que o congresso era avesso ao governo. Então, foi preciso tudo isso que deu no mensalão, uma série de manobras, uma série de concessões, uma coisa esdrúxula, que você tem aliança com um sujeito como o Paulo Maluf, Sarney, etc., para assegurar a governabilidade, quando essa governabilidade poderia ter sido melhor assegurada com o apoio dos movimentos sociais. Então, eu acredito que o PT teria conseguido modificar, não totalmente, mas substancialmente o Congresso Nacional se ele tivesse sido indutor de uma maior mobilização dos movimentos sociais, respeitando a sua independência e a sua autonomia (ExMST₆).

O processo de burocratização refletiu sobre o nível de radicalidade da histórica militância petista, o que contribuiu para a instalação de uma acentuada apatia na esquerda brasileira, dentro do governo. Além disso, colaborou para desmobilizar as lutas do MST,

¹⁰² Em 1995, José Dirceu assumiu a presidência do PT, com a tarefa de suceder Lula no partido. Foi reeleito por meio de eleição direta entre os filiados, em 1997, em 1999 e em 2001.

¹⁰³ Vide referência Partido dos Trabalhadores (2002) e Anexo E.

pois o projeto da reforma agrária perdeu oportunidade de ganhar força dentro da estrutura burocrática do Estado. Nessa situação, a burocracia petista preferiu adotar uma postura de ficar acima da luta de classes e deixou de ser o indutor das mobilizações sociais. Além disso, o PT, já descaracterizado, procura descaracterizar toda a esquerda, que fazia parte de sua aliança. O partido do Governo Lula propõe aos movimentos populares estabelecer uma relação diferenciada daquela que existia no passado. Então,

[...] infelizmente um grupo governante [...] a partir do momento que foi empossado trata os movimentos sociais como clientela, num movimento de tentar cooptá-los e conseguiu com alguns, como é o caso da UNE, caso da CUT, que passaram a ser mais representantes do governo junto às bases do que das bases junto ao governo. Não conseguiram no caso do MST (ExMST₆).

2.4.3 Mudança na Qualidade da Aliança do MST/Partido dos Trabalhadores

A forma Mudança na Qualidade da Aliança do MST/PT para Luta *Contra-Hegemônica* é composta por dois aspectos: correlação de forças reduzida, aliados históricos cooptados e atuais aliados com pouca força política.

Na aliança entre o MST e o PT, a mudança de qualidade ocorreu porque houve redução no arco de alianças do MST, no conjunto da sociedade civil organizada, na realização de embates *Contra-Hegemônicos*. Na luta pela reforma agrária, no Governo Lula, o Movimento ficou fazendo a defesa dessa bandeira, isoladamente¹⁰⁴. A tática sem unificação dos movimentos populares reduziu a correlação de forças e o MST ficou enfraquecido, do ponto de vista político, diante do governo. Em 2012, tal situação ainda se encontrava inalterada, pois, durante a realização do Congresso dos Camponeses em Brasília, houve uma tentativa de retomada da unificação dos diversos movimentos populares, que têm relação com a terra. Até o presente momento, essa iniciativa ainda não demonstrou avanço significativo, na direção da luta unificada pela reforma agrária.

A cooptação pelo Governo Lula dos aliados do MST na luta pela reforma agrária - CUT, CONTAG e UNE - enfraqueceu a capacidade política dos Sem Terra para exigir políticas estruturais desse governo. Quase todos os sindicatos e associações vinculados à CUT e ao PT optaram em fazer uma estreita e acrítica aliança política com o

¹⁰⁴ No segundo capítulo, faremos referência aos elementos relacionados diretamente ao MST, que colaboraram para o enfraquecimento da luta pela reforma agrária.

governo, com o qual até se confundiam. O distanciamento entre o MST e seus antigos aliados representou um fato político relevante para o enfraquecimento da luta pela terra.

O que enfraquece a nossa luta é essa falta de unidade com os movimentos sociais. A cooptação é demais. Se pegarmos nossas lideranças de massa que foram cooptadas, que estão no governo, podemos até citar alguns: a FETRAECE¹⁰⁵, no início, fazia grandes lutas, hoje, é difícil porque está no governo do Estado. Até alguns militantes mesmo do MST, por uma necessidade ou outra, foi para o governo também. Essa cooptação [...] enfraquece por demais as lutas (InMST₉).

Reafirmamos que as relações do MST com os outros setores da sociedade, especialmente, com organizações sindicais e associações civis ficaram abaladas com a chegada de Lula ao governo e arrefeceram o poder de enfrentamento do Movimento.

Grande parte desse conjunto de atores sociais esteve, acho que a maioria ainda está sob o guarda chuva petista e uma parte muito importante de seus dirigentes também veio para o Estado e [...] não tem mais tempo para a reforma agrária e para o MST [...] Então, o Movimento perdeu aqui também um grande fôlego de mobilização social; de mobilização de recursos, mobilização meramente política de trazer um sindicato, por exemplo, que está apoiando uma ação tal, no local tal. Perdeu força também! (ExMST₁).

Os atuais aliados do MST constituídos, principalmente, por estudantes e professores universitários e, também, alguns movimentos da cidade não representaram uma força política capaz de fazer enfrentamento radical às forças antagônicas, devido à sua diferente natureza, na construção das lutas sociais. Existem certos aspectos da radicalidade na luta pela reforma agrária, que somente os povos do campo dominam. Então, o peso da mobilização e a capacidade de enfrentamento aos governos pelo MST foram muito diminuídos com a saída quase total do segmento sindical da aliança.

Ressaltamos mais um sinal de fragilidade na aliança política do MST, na perspectiva da luta de classes: o Movimento considerou/adotou representantes do próprio Governo Lula, como aliados de suas bandeiras de luta. Isso não trouxe contribuição à política de reforma agrária, apenas, fez avançar alguns aspectos da pauta dos trabalhadores. Então, o MST utilizou, em sua política de aliança, a seguinte tática diante do governo:

[...] identificar no governo forças progressistas que podem ser aliadas do nosso projeto na agricultura, nem que seja no simples combate a pobreza

¹⁰⁵ Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares no Estado do Ceará.

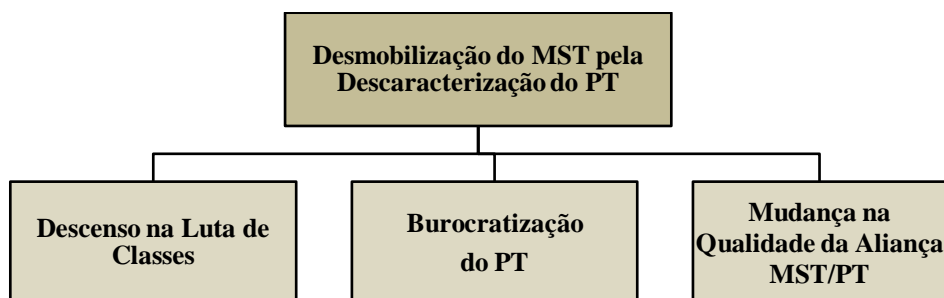
[...] mas nós temos que ter a clareza que essas forças progressistas, elas tem olhares diferentes, tem atuações políticas diferentes, mas elas podem nos ajudar em determinado aspecto da luta. Nós não vamos contar com grandes revolucionários politicamente esclarecidos doados para causa revolucionária, para causa trabalhadora, mas podemos encontrar forças políticas, que nos ajudem a avançar em conquistas que vão acumulando para gente ter mais força lá na frente; e não dá para desprezar esses aspectos (InMST₁₁).

O tipo de aliança do MST, por dentro da burocracia do governo, fez o Movimento flexibilizar sua estratégia¹⁰⁶ e reduzir sua autonomia política, tendo enfraquecido as lutas.

2.4.4 Desmobilização do MST pela descaracterização do Partido dos Trabalhadores

Passaremos, agora, a discutir a categoria concreta de segunda ordem *Desmobilização do MST pela Descaracterização do PT*, que é determinada pelas subcategorias *Descenso na Luta de Classes*, *Burocratização do PT* e *Mudança na Qualidade da Aliança MST/PT* para luta *Contra-Hegemônica*, organizadas na Figura 8.

Figura 8 - Determinação da desmobilização do MST pela descaracterização do PT



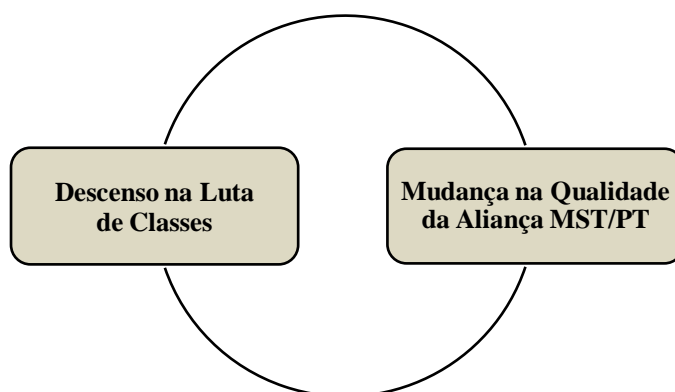
Fonte: Dados da Pesquisa

O *Descenso na Luta de Classes* é o principal fator propulsor do ciclo da *Desmobilização do MST pela Descaracterização do PT*, conforme Figura 9. A onda de refluxo na esquerda do mundo e do Brasil fez criar a cultura do pragmatismo na esquerda, que desencadeou uma mudança política profunda nos partidos e nos movimentos sociais, tendo como consequência o arrefecimento das lutas dos trabalhadores. Com a onda de refluxo na esquerda, instalou-se, também, uma onda conservadora, na qual o capitalismo

¹⁰⁶ Questão a ser discutida mais em detalhe no terceiro capítulo.

ressurgiu e, atualmente, está dominando as relações sociais, política e culturais no mundo. Tudo isso repercutiu na qualidade da aliança entre MST e PT.

Figura 9 - Ciclo da desmobilização do MST pela descaracterização do PT



Fonte: Dados da Pesquisa

O descenso na luta de classes, ocasionado pelo capital, fragilizou toda a esquerda no mundo, tendo diminuindo sua capacidade de enfrentamento aos governos de políticas restritivas e às forças exploradoras e opressoras, que têm atacado, frontalmente, os direitos dos trabalhadores. Esse descenso afetou a esquerda no Brasil, e está trazendo dificuldades para a luta de classes, pois a própria esquerda brasileira deixou de defender o socialismo e a revolução. E, de acordo com o que já citamos, a luta pela sobrevivência material é priorizada, em detrimento da ideologia. Na atualidade, o projeto do capital é hegemônico na sociedade, e o PT, que já vinha em descenso, quando chegou ao governo se transformou em partido da ordem, pois decidiu priorizar o projeto de poder, em detrimento do Projeto Brasil, que sempre defendeu: "o PT não é mais o partido da transformação e, sobretudo, uma transformação já na direção do socialismo. O PT aburguesou-se. O projeto do PT hoje, como o de todos os partidos, é manter-se no poder e ponto", (OLIVEIRA, 2013, p. 25). Diante disso, o partido deixou de fazer o trabalho de base, esqueceu a luta de classes, anulou parte dos conflitos e inibiu a perspectiva de classe, modificando, então, a sua natureza política.

O *Descenso na Luta de Classes* predisps o MST à desmobilização pelas políticas do governo. O PT foi cooptado pela lógica do capital, o que contribuiu para a

construção de um governo de coalizão, tendo feito composições com partidos e/ou políticos, que tinham programas muito distantes do projeto dos trabalhadores, por exemplo, políticos ligados ao setor das *commodities* agrícolas. Isso foi determinante para a não realização da reforma agrária no país, devido à forte pressão exercida por essa composição. Então, são oferecidas, somente, políticas de inclusão aos trabalhadores, pois a pauta da reforma agrária se chocava com a pauta do governo de coalizão. Além disso, os movimentos populares, inclusive o MST, que se encontravam enfraquecidos, politicamente, em decorrência da onda de refluxo geral na esquerda, foram pautados pelo governo, que foi eleito pelo voto popular. O compromisso entre o MST e o PT em função do relevante protagonismo conjunto na luta pela terra, a partir dos anos 1980, interferiu na decisão do MST em aceitar de modo ativo e/ou passivo, os instrumentos de desmobilização utilizados pelo capital, diretamente, ou por meio do governo petista.

O *Descenso na Luta de Classes* predispôs o MST à desmobilização pelas políticas governamentais em consequência da cooptação do PT pela lógica do capital e pela interferência do governo nos movimentos populares. A cooptação do partido do governo pelo capital ficou explícita no processo de coalizão com outros partidos políticos, cujos programas eram distantes do projeto dos trabalhadores e estavam ligados ao setor das *commodities* agrícolas, que exerciam forte pressão para a não realização da reforma agrária no país. Nesse contexto, a pauta da reforma agrária entrou em choque com a pauta do governo de coalizão, que se limitou a oferecer aos trabalhadores políticas de inclusão. E os movimentos populares, inclusive o MST, que se encontravam enfraquecidos politicamente pela onda de refluxo geral na esquerda, foram pautados pelo governo em foco. Além disso, o compromisso histórico entre o MST e o PT, em função do protagonismo conjunto na luta pela terra, exercido a partir dos anos 1980, de certa forma, interferiu para que o MST consentisse, ativa e passivamente, a utilização de instrumentos de desmobilização pelo capital e pelo governo petista.

A dominação do PT pelo capital influenciou o processo de burocratização e de cooptação dos militantes, sobretudo, quando ocuparam postos no governo, conforme já citado. Na década de 1980, o PT teve um papel fundamental na democratização do Brasil, porém, a partir dos anos 1990, foi se afastando dos trabalhos de base, mudou suas estratégias políticas e, em 2003, quando chegou ao governo, muitas lideranças ocuparam o aparelho do Estado, o que conduziu o partido a um nível acentuado de burocratização. Isso foi determinante para descaracterizar o PT, o que representou um forte sinal de

distanciamento do Projeto Progressista do Brasil, tendo possibilitado o avanço das forças capitalistas sobre o campo da esquerda, no país. A burocratização do PT repercutiu sobre toda a esquerda brasileira, amorteceu as lutas sociais, tendo atingido o MST, que diminuiu a intensidade de sua luta pela reforma agrária.

Pouco não, muito [...] o Movimento [MST] se enfraqueceu porque essa passagem da oposição para o poder é crucial tanto para o partido, que faz essa passagem, como para as organizações da sociedade. [...] Então, é uma contradição que atinge os dois polos: atinge o polo do partido, que se transforma em mantenedor da ordem e atinge o polo das organizações civis que lutavam pela transformação (ExMST₂).

O processo de institucionalização, que descaracterizou o PT teve uma ampla dimensão, pois eliminou possibilidades de transformação social, no embate *Contra-Hegemônico* com as forças do capital. Esse fato é um reflexo da relação entre a economia e a política, de acordo com Oliveira (2007b, p. 286), que afirma:

O problema é mais grave porque a própria política é hoje inteiramente dominada pela economia. [...] o Estado se faz máximo na economia e mínimo na política, e os dois lados projetam uma economia sem política, portanto sem disputa. [...] e 'a longa marcha através das instituições', como método da pedagogia do consenso que poderia produzir o novo poder na sociedade, deixou de ser plausível. Por isso, os partidos como o PT, o novo príncipe, também se institucionalizam e perdem, assim, o poder de operar as rupturas. (Grifos do autor).

A partir do Governo Lula, a militância do PT abraçou o aparelho burocrático, o que aumentou sua institucionalização e o levou a desistir da luta de classes, tendo provocado profunda transformação na relação entre o sindicato e o Estado no país: "[...] o transformismo da burocracia lulista criou raízes muito mais profundas no Estado e nas empresas [...] apoiada no controle do aparato estatal e gerindo o investimento capitalista no país, essa burocracia insinua solidificar um tipo de dominação de fazer inveja [...]." (BRAGA, 2012, p. 218). O sindicalismo de Estado passou a predominar, tendo como foco principal os fundos de pensão:

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marcada por uma verdadeira reviravolta 'transformista' nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado [...] o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento - cerca de 1.305 vagas, no total - com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual

superior a 200 bilhões de reais (BRAGA, 2012, p. 204), (Grifos do autor).

Com a chegada de Lula à Presidência da República, houve uma reconfiguração na aliança do MST, que sofreu perdas em quantidade e qualidade na sua correlação de forças. Tal fato ocorreu porque o segmento sindical, diversas correntes do PT com raras exceções e outros movimentos populares decidiram apoiar o programa governamental sem colocar restrições. A descaracterização do PT, também, provocou a quebra da unidade política entre os movimentos sociais, na disputa por seus direitos, o que teve efeitos drásticos na política de alianças do MST, que ficou em uma correlação de forças desfavorável, sobretudo, quando houve distanciamento do segmento sindical. Diante dessa fragilidade, o MST precisou rever suas táticas e suas estratégias para não sucumbir como um movimento social e, então, mudou o foco de luta, ou seja, saiu da luta radical pela terra e aderiu às políticas de inclusão.

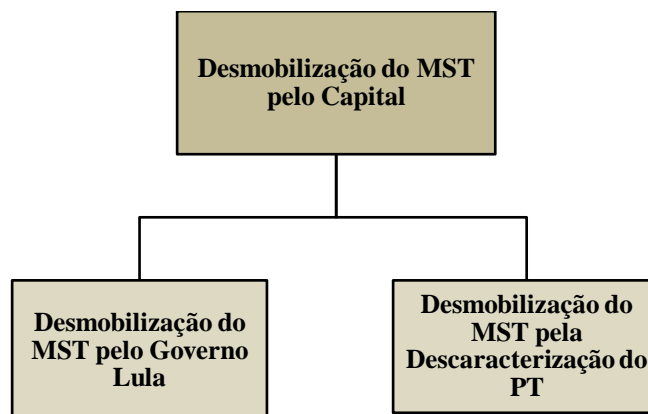
Conforme já explicitamos, a descaracterização do PT, resultante dos impactos do descenso nas lutas de classes e da subordinação ao capital, reconfigurou a aliança com o MST, que reduziu sua capacidade de mobilização. Portanto, o Movimento não reunia força suficiente para exigir do governo a implementação das políticas estruturais, tendo se acomodado às políticas de melhoria.

2.5 Desmobilização do MST pelo capital

Desde o início presente capítulo, desenvolvemos uma discussão sobre as formas de desmobilização do MST, tendo como base a pesquisa, tantas vezes citada, que enfocou a relação com o Governo e com o PT. Discutiremos, agora, a categoria de primeira ordem *Desmobilização do MST pelo Capital*, que foi determinada a partir das categorias de segunda ordem *Desmobilização do MST pelo Governo Lula e Desmobilização do MST pela Descaracterização do PT*. Vide Figura 10.

Trataremos das diversas mediações existentes entre a categoria concreta de primeira ordem *Desmobilização do MST pelo Capital* e suas categorias concretas de segunda ordem. No âmbito das mediações, as subcategorias que apresentaram maior poder

Figura 10 - Determinação da categoria desmobilização do MST pelo capital



Fonte: Dados da Pesquisa

de explicação¹⁰⁷ para essa categoria de primeira ordem foram as seguintes: *Dominação do Governo Lula pelo Capital*, *Priorização de Política de Inclusão*, *Arrefecimento da Política de Reforma Agrária e Descenso na Luta de Classes*. Todas essas subcategorias são influenciadas, direta ou indiretamente, pelo capital, como já foi demonstrado.

O principal fator propulsor desse ciclo, Figura 11, é a *Força do Capital*, no âmbito do Estado, com seu poder de influência nas instituições do Estado e no campo: "[...] o capital com sua força econômica consegue subordinar a política de Estado, governo (políticas governamentais), poder judiciário e a mídia, ou seja, o agronegócio conta com esses quatro suportes" (InMST₁₁). A *Hegemonia* do capital repercutiu, negativamente, no projeto do MST, pois a política de reforma agrária não avançou no Governo Lula. A *Força do Capital* desmobilizou o MST, quando o agronegócio avançou sobre os territórios rurais e, também, em decorrência de determinados posicionamento do Governo Lula e do PT, que adotaram uma política neoliberal, no período de 2003 a 2010, segundo o que explicitamos. Isso reflete um aumento de poder do capital no campo.

[...] o que desmobiliza [o MST] é o avanço do capitalismo no campo, o capitalismo como agronegócio, é ele que desmobiliza, é ele que transforma camponeses em trabalhadores, é ele que muda a estrutura de produção. É o agronegócio que venceu e isso detonou com as bases do MST. O governo faz a sua parte, o governo não é inocente a esse respeito, injeta dinheiro a rodo, a juros subsidiados, para incrementar o agronegócio. Isso não é só; é o próprio capitalismo se movendo. E frente

¹⁰⁷ Podemos observar as frequências de associação (F_{as}) de cada uma dessas subcategorias, no Quadro C6, Apêndice C. Destacamos as quatro subcategorias de maior F_{as} , entretanto, as demais subcategorias também possuem importância na determinação dessa categoria.

a esse rolo compressor não tem agricultura camponesa que resista. [...] no geral é o agronegócio (ExMST₂).

Figura 11 - Ciclo da desmobilização do MST pelo capital



Fonte: Dados da Pesquisa

A desmobilização do MST recebeu influências da política de inclusão¹⁰⁸ implementada no Governo Lula, que abrangia o Programa Bolsa Família e outros projetos governamentais, já citados, destinados a facilitar a obtenção de crédito pelos mais pobres. Tal desmobilização foi, fortemente, exercida pela força das *commodities* agrícolas que conseguiu interromper a política de reforma agrária. Esse capital prejudicou as lutas do MST, cujo território foi ameaçado pelo capitalismo, que avançou no campo a partir dos anos 1980, por meio da modernização conservadora da agricultura familiar, que conseguiu nivelar a agricultura aos padrões da empresa agrícola. As *commodities* agrícolas foram se apropriando de maiores quantidades de terras, impuseram seu modelo tecnológico e, assim, transferiram os trabalhadores potenciais (acampamentos) e efetivos (assentamentos) da reforma agrária para o sistema de trabalho assalariado no campo. Além disso, fizeram o preço da terra se elevar, sobretudo, na região Centro-Sul, devido às aquisições para fins do negócio agrícola, o que diminuiu o território dos agricultores familiares. As *commodities* agrícolas desmobilizaram, mais uma vez, o MST, quando impediram as desapropriações de terras, pois exerciam forte pressão sobre o governo, que não atualizou os índices de produtividade. Tais fatos limitaram o projeto do MST, que não conseguiu reunir forças para o enfrentamento da pauta do capital no campo.

¹⁰⁸ Questão já abordada anteriormente.

As *commodities* agrícolas têm a *Hegemonia* no campo, pois dominam toda a cadeia de produção, comercialização e industrialização e, também, estão envolvidas com os oligopólios transnacionais, que controlam os custos de produção e os preços de venda dos produtos agrícolas. Dessa forma, nas empresas multinacionais, o capital financeiro e a indústria ocupam os territórios agrícolas para produzir grãos, celulose, etanol e energia. As multinacionais têm mais força do que o projeto de reforma agrária defendido pelo MST e, assim, conseguem impor o seu modelo de agricultura ao campo brasileiro.

Nesse momento, o outro lado tem mais força que nós, tanto no governo Lula como no governo Dilma. Esse grande capital tem a hegemonia na agricultura brasileira. Eles controlam a produção; 0,4% dos proprietários rurais produzem mais de 50% da riqueza da agricultura [...] Eles controlam as políticas, para isso influenciam o governo para adotar políticas nessas quatro áreas que favorecem os seus interesses [...] O governo Lula dizia: 'dá para conviver os dois projetos', nós [MST] dizíamos: 'são incompatíveis os dois projetos; eles existem, mas vão ficar brigando permanentemente, um vai tentar derrotar o outro' (InMST₁₁), (Grifos do autor).

O capital contribuiu com a desmobilização do MST, pois com seu poder ideológico atingiu, massivamente, a sociedade brasileira pelos diversos meios de comunicação. Suas mensagens penetravam na sociedade, sobretudo, no campo, pois possuía um apelo emocional muito forte, quando destacava o avanço do capitalismo e sua parcela de contribuição para o crescimento econômico do Brasil, a partir das exportações. Essa mensagem ideológica fazia apologia à agricultura de base capitalista e, ao mesmo, diminuía a audiência social da reforma agrária, o que fez aumentar a desmobilização do MST. Em tal contexto, esse capital exerceu domínio sobre o Estado, controlou o poder judiciário, o congresso e o Governo Lula, tendo conseguido impedir a realização da reforma agrária e, por conseguinte, desmobilizou o MST mais uma vez. A *Hegemonia* desse capital sobre o governo em foco foi fortalecida a partir do momento, em que teve um grande peso na geração de divisas para o país. Então,

[Lula] nem atacou diretamente [o MST] [...] o que influenciou decisivamente foi a aceleração do crescimento brasileiro [...] e o MST perdeu a guerra, porque o MST era a questão do campo. [...] O agronegócio ganhou a batalha. Ele foi derrotado pelo agronegócio e o agronegócio é uma parte da expansão do capitalismo brasileiro [...] o Brasil transformou-se num grande negócio, não é impune passar a ser o 2º maior exportador de carne do mundo, [...] quer dizer, o agronegócio é a força, o trator em cima da pequena propriedade, em cima do pequeno negócio. [...] não foi o governo Lula, o governo Lula faz indiretamente

através do BB e do BNDES [...] o BB se tornou o maior incentivador do agronegócio (ExMST₂).

Stedile (2011) discute a atual correlação de forças e chama atenção para a reconfiguração do cenário das forças antagônicas, em que se encontra o MST:

[...] agora mudou a correlação de forças políticas. Temos um inimigo mais poderoso. Agora, além do latifundiário temos de enfrentar o modelo do agronegócio que representa uma aliança entre os grandes proprietários de terra, o capital estrangeiro e o capital financeiro. E some-se a eles, o apoio ideológico irrestrito da grande mídia, que ataca permanentemente quando qualquer trabalhador se mobiliza (STEDILE, 2011, p. 1).

Para Oliveira (2007b), a nova configuração de *Hegemonia*, que foi trazida pelo Governo Lula não é algo tão fácil de ser identificada, pois o núcleo petista, formado por Dirceu, Palocci, Gushiken e pelo o presidente do Banco Central, ditava as ordens no governo. Esse braço petista fazia parte de um amplo arco formado pela relação Estado/mercado. Tratava-se de um governo de composição com amplo leque, baseado em alianças, o que trazia dificuldades para compreensão/identificação de seu centro hegemônico. Com esse governo, uma nova forma de estrutura de dominação foi se estabelecendo, tendo como marca a inibição da luta de classes e, ao mesmo tempo, a supremacia do capital.

Esta provém de duas matrizes, que em vários momentos se apresentam como contraditórias. As duas têm caráter extrovertido, isto é, estão ligadas ao processo de mundialização do capital. A primeira delas é a da financeirização. Esta articula a reiteração do financiamento externo da acumulação de capital [...] A segunda provém do agronegócio, a fronteira de mais rápida expansão do capital, que segue em ascensão praticamente há três décadas. As novas frentes de crescimento das exportações são do agronegócio (OLIVEIRA, 2007b, p. 276).

3 FORMAS DE DEPENDÊNCIA DO MST

Como superar o desafio dos projetos governamentais que comprometem a nossa capacidade de mobilização, a nossa autonomia política? Nós, o MST, temos que pensar como vai se dá essa relação com o Estado, com o governo, com as alianças.

(InMST₂).

Com a finalidade de direcionar o terceiro capítulo desta tese, elaboramos a seguinte questão: quais as formas de dependência do MST na relação com o Governo Lula? Pretendemos explicitar as formas de dependência do MST¹⁰⁹, consideradas como componentes internas de sua acomodação. Ressaltamos que o processo de acomodação, neste trabalho, é visto como um pressuposto das formas de desmobilização do MST, que estão explicitadas no segundo capítulo. E para responder o questionamento acima, adotamos a seguinte sistemática: explicitar as formas de dependência (*Aumento da Institucionalização do MST e Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*); expor o movimento do todo (ligação, reciprocidade e mediação existentes entre os diversos componentes). Desse modo, chegaremos à determinação das categorias concretas de segunda ordem (itens 3.1.4 e 3.2.3) e, em seguida, discutiremos a determinação da categoria concreta de primeira ordem (item 3.3), que é determinada pelo conjunto categorial exposto neste capítulo.

3.1 Formas de institucionalização do MST

A dependência do MST por institucionalização está expressa pelas formas Pragmatismo na Estratégia, Aumento da Burocratização do MST e *Redução da Autonomia Política do MST*, apresentadas no Quadro 5 e suas respectivas propriedades.

3.1.1 Pragmatismo na estratégia

A forma de dependência Pragmatismo na Estratégia do MST decorrente da relação com o Governo Lula apresentou três aspectos: mobilização dentro da ordem, movimento pelo imediatismo e seu processo de institucionalização.

¹⁰⁹ Dados obtidos a partir da pesquisa empírica.

Quadro 5 - Formas de institucionalização do MST e suas propriedades

Formas	Propriedades
Pragmatismo na Estratégia	Mobilização do MST dentro da ordem Movimento pelo imediatismo Processo de institucionalização do MST
Aumento na Burocratização da Militância*	Militantes funcionários do governo Modificação no papel da militância
Redução da Autonomia Política	Dependência financeira Cooptação parcial do MST Política de Acordo do MST com o Governo Lula
Resistência do MST à Política do Governo Lula	Insatisfação na posição política diante do governo Lula Posição crítica da militância

Fonte: Dados da Pesquisa

* Forma de dependência já discutida no segundo capítulo

A mobilização do MST dentro da ordem está caracterizada pelo não enfrentamento direto ao Governo Lula e, também, pelo posicionamento de *Conformismo* diante das políticas governamentais de inclusão. A ação sem confronto e a realização de mobilizações sem radicalização, que não ultrapassavam os limites da ordem do Estado, deixaram o Movimento vulnerável diante do governo. Com a estratégia do não enfrentamento, o MST exigiu pouco do poder constituído e, de modo gradual, foi se acomodando e se transformando em um movimento dentro da ordem, ao longo desse governo.

Não é que a gente parou, disse assim: 'não vamos fazer mais luta'. Não houve essa discussão dentro do MST, não foi isso, mas o próprio processo de alimentar uma expectativa e achar que o governo é amigo, parceiro, aliado, fez com que nos acomodássemos na nossa forma de fazer luta, na estratégia do enfrentamento direto, no estabelecimento dos conflitos para que o Estado entrasse como mediador e a partir da correlação de forças avançarmos com a nossa pauta. Então, o MST entrou no processo de conformação. Nós achávamos, claro que esperávamos, havia uma expectativa no MST (InMST₂), (Grifos do autor).

No MST, havia uma reflexão de que o enfrentamento ao Governo Lula não deveria ocorrer como nos contextos políticos de outros governos, pois, seria considerado como um erro, que poderia colocar em risco sua legitimidade diante dos trabalhadores.

O MST não podia combater o governo Lula como ele combatia outros governos, isso seria suicídio político, porque a sua base não reconheceria. Até a base dos trabalhadores urbanos não reconheceria que o MST se colocasse contra o governo Lula. [...] Ele não pode simplesmente dizer: é um governo entreguista e nós vamos combatê-lo; a luta torna-se muito

mais difícil, é uma luta agora de desgaste e o MST não pôde realizar muita coisa (ExMST₂).

Há, ainda, a opinião de que a difícil situação enfrentada pelo Movimento, diante do Governo Lula, era decorrente de seu projeto estratégico, que não o ajudou a sair desse impasse.

A formação política do MST está vinculado a um projeto estratégico, que eu particularmente tenho divergência, que tem uma formação política que faz uma certa leitura da realidade, que eu acho que não ajuda o MST a avançar e a sair dessa encruzilhada. Talvez essa formação política, que eles fazem numa certa perspectiva, acabe contribuindo ou, pelo menos, não ajuda a entender melhor esse momento, que eles têm passado (ExMST₇).

Em função de sua postura dentro da ordem diante do Governo Lula, o MST apresentou posicionamento mais pragmático, tendo optado pela execução das seguintes ações: disputar/lutar por seus interesses mais diretos; afirmar, prioritariamente, o projeto de agricultura familiar; adotar a tática de confiar nas forças políticas, dentro do governo, contando com o apoio de camaradas históricos do PT e outros aliados. Tal situação pode ser compreendida a partir da fundamentação de Sorj (1998, p. 31):

Possivelmente existem dentro do MST divergências relevantes – embora não sejam explicitadas – entre uma liderança mais pragmática, centrada na obtenção de concessões do governo, e outra mais ideológica e rígida, cujo objetivo central é enfraquecer e denunciar o governo. Para esta última, os sem-terra são parte da massa dos sem-teto, sem-educação, sem-emprego e sem-comida do país; e a luta pela terra, parte da luta pela transformação da sociedade brasileira.

Essas ações mais pragmáticas destinavam-se a dar celeridade às reivindicações do Movimento e, assim, acumular algumas conquistas, por meio de políticas públicas, ao longo desse governo. A estratégia do imediatismo adotado pelo MST é expressa pela posição política do seguinte depoimento:

[...] a prioridade desses movimentos que fazem a Via Campesina é organizar as mobilizações de massa, tanto para atender as reivindicações da classe trabalhadora como para exigir políticas públicas, que fortaleçam a agricultura camponesa [...] Não adianta fazer discurso político, não adianta a gente convencer que o socialismo é melhor que o capitalismo; ele vai dizer: 'eu tenho que colocar comida na mesa lá de casa'. E isso tem que ser políticas públicas. O nosso desafio é como arrancar do Estado políticas públicas que fortaleçam atividades econômicas dos camponeses na agricultura, que valorize a produção camponesa (InMST₁₁), (Grifos do autor).

Tal imediatismo, que se espalhou na política do MST e, também, nos movimentos populares, em geral, prejudicou o projeto de emancipação humana no Brasil, pois colocou em risco essa força política para construir uma sociedade socialista. Na atualidade, no nosso país, não há embates entre projetos, pois a maioria da esquerda brasileira não afirma a importância do projeto socialista, ou o faz, apenas, pontualmente. Durante o Governo Lula, a Via Campesina e o MST não afirmavam o projeto socialista como estratégia política.

[...] não vivemos nenhum momento de dois grupos, um que quer mudar a sociedade e outro que está aqui só para manter. O que existe é a manutenção da sociedade burguesa, pois não tem nenhuma força política revolucionária que diz: 'estou com um projeto de superação da sociedade capitalista', mas o que tem são grupos disputando a riqueza produzida. É importante nessa disputa, ver qual é a interferência do governo sobre esses grupos. Aqui, nesse ponto, nós [MST] vamos disputar aquilo que nos interessa e apoiar aquilo quando o governo apoia o que nos interessa e criticar quando a gente acha que deve ser criticado. É um praticismo? 'É' (InMST₁₁), (Grifos do autor).

Tendo adotado a perspectiva do imediatismo, conforme acima citado, o MST começou a utilizar a estratégia da institucionalidade junto ao Governo Lula e, paulatinamente, foi ficando preso às armadilhas de projetos e convênios. Por exemplo, no Programa de Assistência Técnica, sua participação acentuou o processo de burocratização, mais do que aquelas que ocorreram em governos anteriores. A forma de operacionalização do programa era determinada pelo governo, o que diminuía a participação dos movimentos sociais, no direcionamento de suas políticas. A estratégia de adotar a institucionalização tem avançado na prática do MST e, ao mesmo tempo, vem causando incertezas e preocupações na militância.

É importante a gente aprofundar mais para buscar uma tática. Aliás, está muito difícil nos últimos anos a tática e a estratégia. Está muito difícil de clarear. É um momento muito cinzento [...] mas também me parece que a tática institucional adotada, pelo menos no Brasil, está demonstrando, na nossa avaliação, que ela não consegue acumular muito para a luta de classes (InMST₁₂).

Parte da militância considera que as políticas de inclusão do Governo Lula foram utilizadas pelo MST, equivocadamente, como uma estratégia de avanço político. Tais políticas poderiam ter sido usadas, apenas, como uma tática, que gerasse condições

para fazer avançar o processo de luta dos trabalhadores. Isso colocou o MST diante desse governo em uma situação de maior dependência.

Nós estamos vivendo um processo difícil, mas não podemos nos deixar cooptar, dividir e esmagar. Não podemos confundir o que é tática achando que é estratégia, o que é meio achando que é fim, e nós estamos vivendo isso (InMST₄).

No âmbito das estratégias, convém destacar que o MST decidiu dialogar com o governo por meio da representação e, assim, deixou, em segundo plano, a principal estratégia utilizada, historicamente, pelos trabalhadores contra os governos: a pressão por meio da massificação nas ruas.

Eu considero que a estratégia do MST mudou pela questão de ser só na base das negociações e para mim só negociação não soluciona os problemas sociais que existem. Antes era na base da pressão do povo. [...] Antes tinham as negociações, mas também tinha povo, tinha a liderança. O povo participando, discutindo, dando sua opinião, então isso fortalece a negociação. É diferente de [...] um só representando um assentamento todo, por exemplo! E isso é o que está acontecendo hoje. [...] negociando o projeto do povo e não tem a massa (InMST₁₅).

Alguns militantes fizeram avaliação¹¹⁰ de que a estratégia utilizada na relação com o Governo Lula não foi acertada. O governo conseguiu conter o MST, tendo colocado a reforma agrária no esquecimento, o que trouxe frustrações para os integrantes do Movimento e redução das mobilizações.

Acho que o elemento [que faltou] é o elemento de pensar a estratégia, pensar a tática, porque o MST sempre foi crítico ao governo, desde o início, e nunca alimentou expectativa de transformações estruturais da sociedade, mas nós erramos na tática, isso foi um erro, nem todo mundo do MST admite isso. Estou falando por mim como integrante do MST, que o MST errou na tática e aos poucos foi sendo enrolado pelo governo do PT, [...] comparando-se às táticas anteriores de fazer a luta, no tempo do governo FHC, consideramos que houve um descenso (InMST₂).

A estratégia pragmática adotada pelo MST trouxe consequências para sua autonomia política, o que será objeto de estudo do próximo item.

¹¹⁰ Essas avaliações foram realizadas nos diversos encontros organizados pelo MST, durante os quais realizamos a pesquisa de campo.

3.1.2 Redução da autonomia política¹¹¹

A forma de dependência *Redução da Autonomia Política*, na relação com o Governo Lula apresentou três aspectos em sua formação: política de acordo, cooptação¹¹² parcial do MST e *Dependência Financeira*.

Para compreender a política de acordo estabelecida entre o governo e o MST, estudaremos as questões ligadas à desmobilização do MST pelas políticas governamentais e à pauta do Movimento. A desmobilização do MST pelas políticas governamentais começou a se revelar, quando o MST aceitou determinados acordos, cujos limites foram impostos pelo governo. Tal desmobilização ocorreu, na ocasião em o governo substituiu as ações do MST e, gradativamente, absorveu as bandeiras históricas dos movimentos. Esse governo manteve a mesma prática aparelhista de orçamento realizada por governos anteriores, tendo tomado decisões políticas relacionadas ao orçamento, sem a participação popular e, dessa forma, tratou os movimentos populares como clientela diante de suas reivindicações, conforme já citamos.

[...] relativa perda de autonomia dos movimentos no enfrentamento com o Estado em função da política do acordo; tudo é acordado. Bom, mas, que acordo? É um acordo, no qual não são mais os movimentos que impõem os limites do acordo [...] os movimentos participaram [...] mas, no frigar dos ovos, quem colocou os limites? Foi o Ministério, não os movimentos. 'Não! Além daqui nós não vamos, daqui nós não aceitamos, daqui nós não passamos e se quiser vai ser assim.'. Não é um decreto que você trouxe todos os movimentos numa assembleia, aprovou, disse: 'olhe, é isso, está aqui o decreto, aprova. [Então] o ministro assina, pois todo mundo está de acordo'. [...] mas não é assim! (ExMST₄), (Grifos do autor).

A proximidade entre o MST e o Governo Lula não se constituiu em uma relação positiva, através da qual o Movimento pudesse afirmar a sua autonomia política e avançar em seu projeto de transformação social para o campo brasileiro. Tal proximidade trouxe paralisação do MST, diante do governo.

¹¹¹ "Liberdade ou independência moral ou intelectual" (FERREIRA, 1986, p. 203). "A autonomia, enquanto amadurecimento todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser", (FREIRE, 1996, p. 107).

¹¹² "Cooptação é o processo pelo qual um indivíduo ou pequeno grupo recebe concessões e privilégios, em troca dos quais deva deixar de defender os interesses da classe social à qual pertence, para defender aquele que lhe fez as concessões. É o caso de trabalhadores e intelectuais que são contratados para exercer certos cargos privilegiados no governo ou em empresas privadas" (GARCIA, 1999).

Foi uma relação de muitos acordos. Acho que não cabiam tantos acordos. Então, acho que houve uma relação de camaradagem disfarçada por acreditar muito que iria fazer a reforma agrária. [Lula] Conseguiu ter uma relação mais próxima a ponto de até conseguir congelar ou engessar um pouco a nossa luta, porque a gente acreditou muito e lutou menos. [...] De fato, foi uma relação mais próxima, o que nos distanciou mais ainda da perspectiva de realizar uma reforma agrária (InMST₆).

O governo em foco conseguiu desmobilizar o MST, tendo como base uma interlocução positiva, que mantinha com o Movimento, pois *abriu as portas do Palácio para o diálogo*, porém a pauta dos trabalhadores não avançou. Então, nessa interlocução, o Governo Lula direcionou e reduziu a pauta do Movimento às suas políticas de inclusão, e o MST permitiu ser pautado por esse governo, conforme explicitado anteriormente.

[...] nós é que temos que dirigir as nossas lutas e as nossas pautas, não é o Estado que tem que pautar. Se nós vamos conseguir ou não o que estamos reivindicando é a nossa força que vai dizer, é a nossa capacidade de mobilização e organizativa que vai dizer. Mas nós temos que gerar o conflito, fazer o embate, fazer o enfrentamento. Não dá para deixar o governo, nem deputado, que está ligado aos partidos fazer essa pauta [...] (InMST₂).

Além disso, a *Redução da Autonomia Política do MST* sofreu influências do processo de cooptação, ainda que parcial, de alguns militantes, que desempenharam atividades dentro da máquina governamental. Destacamos que o MST, como uma organização de trabalhadores não se tornou um movimento cooptado, apesar de suas fortes ligações com o Governo Lula. Por conseguinte, não podemos fazer comparações com o grau de cooptação, que atingiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). No entanto, convém lembrar, que houve diferenças nas ações do MST, nos diversos estados brasileiros, por exemplo, no Estado da Bahia, o Movimento parou de fazer a luta, em função das relações muito próximas com o governo estadual¹¹³.

Cooptação? Nós não fomos cooptados como movimento social. Bom, o que ocorre é que em alguns Estados, alguns militantes podem ser cooptados, mas o MST, enquanto organização, não! O processo de institucionalização e, também, o processo de burocratização, isso ocorre em alguns espaços, porque nós entramos num processo de luta por educação e cooperativas (InMST₃).

¹¹³ O Governo Jaques Wagner foi eleito pelo PT para o Estado da Bahia, em 2006 e reeleito em 2010.

As formas de cooptação parcial do MST, também, se revelaram durante trabalhos de consultoria ao governo, feitos por militantes e profissionais, que apoiavam o Movimento. Tais consultorias consolidaram determinadas posições governamentais na elaboração das políticas públicas. Como exemplos de cooptação parcial, podemos citar os seguintes fatos: aceitação de políticas de inclusão e financiamento para compra de Terras e participação no Programa do Biodiesel¹¹⁴.

Para compreender a *Redução de Autonomia do MST*, na relação com esse governo, precisamos examinar aspectos inerentes à *Dependência Financeira*. "É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o espaço antes habitado por sua dependência (FREIRE, 1996, p. 94). As dificuldades financeiras da militância interferiram de modo negativo na autonomia política do Movimento.

A autonomia que a gente [o MST] tem que ter é uma autonomia política do MST. Se a gente for analisar mesmo, nós temos muitos problemas ainda com a autonomia política, porque também não temos autonomia financeira; uma está relacionada à outra. Se tivermos mais autonomia financeira, talvez tivéssemos mais força para conseguir romper com essas outras forças, com esses atrelamentos. [...] uma das maiores forças reside justamente nessa questão da autonomia [...] essa falta de autonomia financeira vem carregada de uma função de tentar todo dia institucionalizar nossa organização (InMST₆).

A situação financeira do MST está relacionada ao trabalho da militância, cuja atividade é despertada pela consciência política de cada sujeito, que vive no campo e não aceita mais a situação de exploração e de opressão histórica causada pela estrutura social brasileira, em particular, pela estrutura agrária. A militância começa a se identificar com a causa defendida pelos Sem Terra, no entanto, permanece a necessidade de manutenção individual de cada militante, que é um trabalhador do campo e não possui emprego formal. De tal contexto, decorrem as grandes dificuldades financeiras enfrentadas pelo Movimento. A falta de uma política, que possibilitasse autossustentação material à militância, fragilizou o Movimento, que ficou vulnerável às políticas do Governo Lula. "Porque também é necessário [o projeto] para o sustento da luta, já que automaticamente grande parte da nossa luta ainda é sustentada com a produção dos assentamentos, mas ela não é suficiente, então alguns projetos têm essa função também, infelizmente" (InMST₆).

As formas de *Dependência Financeira do MST* em relação ao governo estão vinculadas aos seguintes instrumentos legais: editais, projetos de desenvolvimento de

¹¹⁴ Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel criado no Governo Lula, em 2004.

baixo investimento na agricultura familiar, seguros agrícolas e mercados institucionais. Além disso, a política compensatória do programa Bolsa Família atinge um público, que tem relação direta ou indireta com a reforma agrária.

Tendo como base o cenário acima descrito, afirmamos que a *Dependência Financeira do MST* às políticas governamentais possibilitou ao Governo Lula controlar os movimentos populares, em geral, e o MST, em particular. Diante de tal condição subalterna e, contando com o consentimento desses trabalhadores, o governo passou a atender algumas de suas reivindicações, o que diminuiu a dinâmica dos trabalhos de base e das mobilizações, portanto, levou o Movimento à acomodação.

[...] ao mesmo tempo em que o MST foi perdendo o enraizamento na base, foi também aumentando a sua dependência financeira em relação aos editais, aos projetos, inclusive até a própria liberação de militantes, que a grande maioria é liberado a partir de projetos, profissionalizado para militar (ExMST₇).

A intervenção de tais políticas refletiu, negativamente, sobre a ação do MST, pois apesar de ter atendido as necessidade de sobrevivência de pessoas vinculadas ao Movimento, funcionaram como uma compensação. Portanto, tais políticas conseguiram ocultar determinadas contradições existentes no Governo Lula.

Entretanto, mesmo tendo constatado a *Redução de Autonomia Política do MST*, verificamos que, na militância, há uma resistência visível às políticas do Governo Lula e, também, às posições do Movimento relativas a esse governo. Tal resistência funciona como um componente negativo¹¹⁵, na determinação do *Aumento da Institucionalização do MST*, conforme veremos no próximo item.

3.1.3 Resistência interna no MST à política do Governo Lula

Esse componente de análise é responsável pelo contraponto à institucionalização e, portanto, à dependência do MST às políticas do Governo Lula. A resistência, aqui analisada, está constituída de manifestações de insatisfação relativas à posição política diante do governo e de elementos oriundos de diversos posicionamentos críticos da militância.

Nos diversos encontros organizados pelo MST, o debate sobre a relação do Movimento com o Governo Lula tornou-se frequente, tendo possibilitado a uma parte da

¹¹⁵ Verificar o componente de análise ResMST (Fas = - 57), Quadro C6, Apêndice C.

militância expor sua insatisfação política. A dependência dos projetos do governo, que tem tirado a radicalidade do Movimento, gerou muita preocupação: "[...] muitos de nós acha bom esse governo, esses acordos, essa politicagem que está aí. Isso nos impõe tirar nossa ação, a confrontação e partir para a conformação. Está cheio de militantes nossos fazendo esse jogo e não entendendo" (InMST₄).

Nos últimos quatro anos, a *Acomodação do MST*, a *Redução da Autonomia Política* diante desse governo e a luta por um projeto socialista *versus* o pragmatismo de sua estratégia política são outros pontos polêmicos, nos debates do Movimento, já citados. Apesar de sua proximidade com o governo, o MST não conseguiu a realização de políticas estruturais, que pudessem garantir uma melhor condição de vida aos trabalhadores, com base no trabalho e na produção. Essa polêmica dentro do Movimento pode ser observada pela fala de um militante:

[Não] de mobilização dentro da ordem, dentro da possibilidade que o governo do Estado, que a democracia burguesa me permite. Então, que eu me movimente como movimento social. Mas ter uma atitude, um comportamento frente ao Estado, frente ao governo, para manter a autonomia política da organização, de manter seu caráter revolucionário, seu caráter transformador com muita clareza. [...] a nossa passividade dentro da ordem, a nossa aproximação crítica do Estado, do governo, tem trazido ganhos para a reforma agrária do Brasil? [...] os dados estão mostrando para nós que não [...] Então, se a Via Campesina no Brasil não tiver um posicionamento ideológico [...] apontar para um único projeto: o socialismo [...] para mim isso é falta de clareza política (InMST₂).

No decorrer de sua existência, o MST vem se dedicando à formação de seus quadros que, gradativamente, atingiram um nível de amadurecimento intelectual considerável, que os capacitou a fazer análise da realidade e influenciar a formação e atuação de outros movimentos populares. Dessa forma, interferiu em determinadas decisões políticas do país, voltadas para a transformação social e emancipação dos trabalhadores. Entretanto, no período do governo em foco, seus intelectuais enfrentaram dificuldades para manter o mesmo nível de crítica e o ritmo de luta mais radical, em consequência da proximidade *histórica* com o PT e, em particular, com o Presidente Lula. Esse cenário tem gerado muitas divergências e insatisfações internas no MST:

[...] há uma contradição e há uma resistência no Movimento. Há um debate interno em relação a essa resistência à cooptação. Então, há diferença em relação aos movimentos no campo e outros que foram

cooptados pelo governo. Não acho que o MST é um movimento cooptado, mas é um movimento que está numa encruzilhada. Ele tem que definir melhor a sua relação com o governo até para o próprio futuro do MST. Tem que definir melhor, tem que se posicionar de forma mais clara, não dar para ficar como muito setores hoje tem ficado; nem governo nem oposição, ficar no meio (ExMST₇).

A resistência de alguns militantes ao tipo de relação mantido entre o MST e o Governo Lula impediu a completa perda de sua autonomia política, por conseguinte, o Movimento não chegou a uma situação de total cooptação, como aconteceu com a maioria das representações dos trabalhadores e dos estudantes no Brasil, conforme já citado. Vide depoimento a seguir:

Internamente fazem esse debate, enfim, entendem a importância que o MST tem e resistem, tem divergência, tem correntes, isso está muito claro. [...] Então, avalio que o MST não está cooptado, que eu comparo muito com as experiências da CUT e da UNE. Então, há léguas de distância do MST dessas outras organizações, mas passa por um momento muito difícil (ExMST₇).

A resistência interna no MST à posição política predominante, diante do governo, pode ser também compreendida a partir de Oliveira (2008, p. 145), que destaca a existência de relações de forças internas entre grupos mais pragmáticos e grupos mais ideológicos:

[...] a política efetiva do Movimento pode ser mais ou menos influenciada por este ou aquele grupo de acordo com as relações de forças internas. A formulação de um sistema ortodoxo baseado numa escola de pensamento específica não é concebida pela tendência pragmática da direção, mas também não é possível porque entre os dirigentes existem orientações teóricas diversas. A linha política do Movimento, portanto, é resultado da correlação de forças no âmbito da direção nacional. Dada a preponderância dos grupos que defendem a utilização instrumental – ou pragmática como quer Stedile – do marxismo, a política será orientada nesta direção. Temos, portanto, uma possível tensão entre grupos pragmáticos e grupos ideológicos no interior da direção nacional.

A tensão entre os diversos grupos existiu durante todo o contexto do Governo Lula, mas a posição pragmática dos militantes do MST prevaleceu.

3.1.4 Aumento da institucionalização do MST

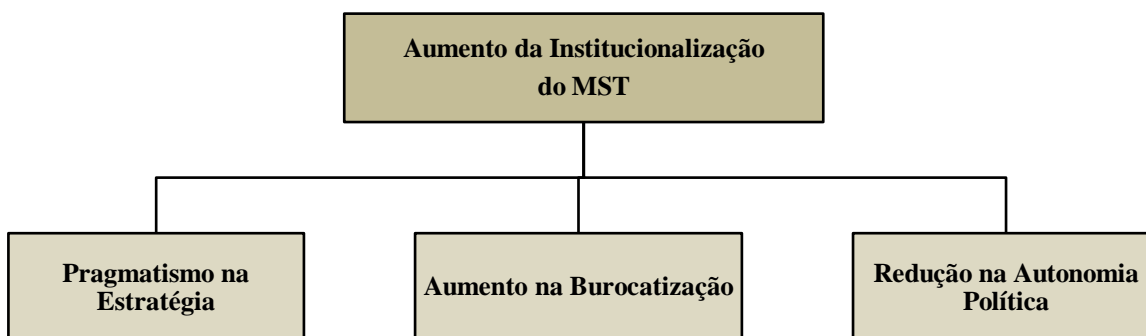
Após a apresentação das diversas formas de institucionalização do MST, discutiremos, agora, a determinação da categoria concreta de segunda ordem¹¹⁶ *Aumento da Institucionalização do MST*. Obtivemos essa categoria a partir das subcategorias Pragmatismo na Estratégia, Aumento na Burocratização do MST e *Redução da Autonomia Política*, nas quais cada componente tem influência direta sobre as demais (Vide Figura 12). A *Dependência Financeira* do Movimento, principal característica da *Redução da Autonomia Política*, é um fator propulsor do ciclo do aumento da institucionalidade (Figura 13). Reafirmamos que tal institucionalização provocou mudanças na sua estratégia política, que se tornou mais pragmática, pois o Movimento aderiu às políticas do Governo Lula. Em paralelo, tais fatos acentuaram a burocratização de suas atividades e, sobretudo, aceleraram o processo de diminuição de autonomia política diante do governo. Tais circunstâncias aprofundaram a *Dependência Financeira do MST* (citada em demasia) o que contribuiu para o fechamento do ciclo de sua institucionalização. Nesse ciclo, todas as subcategorias estão relacionadas entre si e, também, em diversas direções. Destacamos que a institucionalização¹¹⁷, considerada como uma propriedade, vem se tornando um fator propulsor desse ciclo, pois produz impactos diretos no processo de *Redução da Autonomia Política do MST*.

Mesmo considerando a exaustiva discussão a respeito da institucionalização do MST, no período do Governo Lula, apresentamos mais um aspecto desse tema: há um sentimento inusitado, segundo o qual os movimentos poderiam apoiar sem medo o governo, que é popular. Tais apoios poderiam ter significado avanços para a causa popular, porém não se concretizaram. Apesar disso, o MST caminhou nessa direção e, aos poucos, aceitou a cultura burocrática do Estado, tendo ocupado postos governamentais e desenvolveu projetos sob os rituais do Estado. Assim, o Movimento foi modificando sua prática social, cujas experiências afetaram seus princípios de autonomia política e de liberdade.

¹¹⁶ Aqui, realizaremos a síntese deste capítulo, que se refere às formas de institucionalização.

¹¹⁷ O "Processo de institucionalização do MST" é uma propriedade da subcategoria Pragmatismo na Estratégia, Quadro 5, apresentada anteriormente no item 3.1.

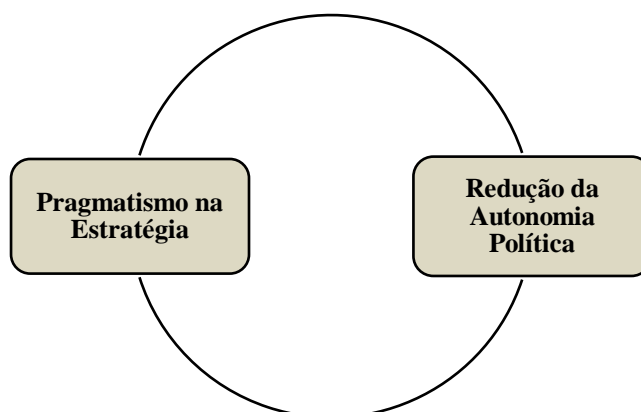
Figura 12 - Determinação da categoria aumento da institucionalização do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

O ciclo do *Aumento da Institucionalização do MST* repetiu-se inúmeras vezes e, a cada giro, sua autonomia política diante desse governo foi se reduzindo, em consequência da adoção de sua estratégia de não enfrentamento, conforme já explicitado. O MST priorizou o mais imediato, tendo apostado na institucionalização governamental (Figura 13).

Figura 13 - Ciclo do aumento da institucionalização do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

A contradição entre autonomia política e *Dependência Financeira* das políticas públicas e, também, o pragmatismo adotado na estratégia política foram determinantes para a institucionalização do MST. Fazemos essa afirmação, tendo como base os seguintes

fatos: o Movimento se tornou dependente financeiramente das políticas de inclusão, o que diminuiu sua autonomia política; sua estratégia sofreu flexibilização, portanto, adotou uma política mais pragmática, que o deixou impotente para exigir do governo a implantação de uma política estrutural de reforma agrária. Tais relações, constantes no ciclo de sua institucionalização, contribuíram para uma maior acomodação na luta *Contra-Hegemônica*, o que levou o Movimento à não realização do embate político, durante o Governo Lula.

Mas eu acho uma coisa, que eu lamento e que eu considero que foi uma perda: foi esse fato do MST ter aderido totalmente, está completamente do lado do Estado, se institucionalizou e ao invés de garantir a sua autonomia e permanecer nesse embate, na arena política. Ele está do lado do Estado nessa arena política [...] eu acho que compromete as posições, as ações, que eles estão desenvolvendo (ExMST₃).

Com base na análise e interpretação dos resultados da nossa pesquisa, podemos afirmar que a institucionalização do MST foi proporcionada, indiretamente, pela *Força do Capital*, porque as *commodities* agrícolas geraram divisas para o país e contribuíram com a aceleração do crescimento econômico. Em tais circunstâncias, as *commodities* agrícolas se fortaleceram e ganharam poder junto ao governo, que foi pressionado a não realizar a reforma agrária. Então, diante da impossibilidade da realização da reforma agrária, em decorrência da *Força do Capital*, restou ao MST a seguinte alternativa: priorizar as políticas de inclusão. Tal alternativa atendeu, em parte, às necessidades imediatas dos trabalhadores, no entanto, acelerou o processo de dependência do MST às políticas de governo, o que afetou sua prática política na relação com o Estado.

A interferência do governo, seja pela via institucional, ou pela burocrática, enfraquece. Os projetos que muitas vezes nós absorvemos para dentro da nossa organização [MST], que nós não temos condições política de coordenar do nosso jeito e acaba o governo, o Estado, [...] vai lá e administra do seu jeito, então isso enfraquece a nossa organização, enfraquece a nossa luta. Então, eu diria que o MST tem que repensar seriamente, de fato, o papel do governo, e nós estamos fazendo isso para que a gente possa melhorar a nossa estratégia. O projeto é necessário, porém quando a gente não tem força política, mas deixa que o governo comece a determinar as coisas nas nossas áreas, dentro da própria organização, de uma certa forma, a nossa autonomia política passa a ser comprometida. Uma organização que não tem autonomia política ela é fraca (InMST₂).

3.2 Formas político-organizativas do MST

A dependência político-organizativo do MST está expressa pelas formas Enfraquecimento do Trabalho de Base e *Redução da Radicalidade da Militância*, constantes no Quadro 6 e suas respectivas propriedades.

Quadro 6 - Formas político-organizativas do MST e suas propriedades

Formas	Propriedades
Enfraquecimento do Trabalho de Base	Deficiência na formação e no trabalho de base Militância sem legitimidade na base Falta de conquistas para o MST Força da igreja conservadora
Redução da Radicalidade da Militância	Problemas na formação do MST para enfrentar as políticas de governo Redução do caráter revolucionário da militância

Fonte: Dados da Pesquisa

3.2.1 *Enfraquecimento do trabalho de base do MST*

Na relação com o Governo Lula, a forma Enfraquecimento do Trabalho de Base do MST apresentou quatro aspectos: deficiência na formação e no trabalho de base, militância sem legitimidade na base, falta de conquistas e força da igreja conservadora.

A deficiência existente na formação para o trabalho de base do MST está caracterizada pelo despreparo da militância, sobretudo, dos mais jovens, para lidar com o conjunto de problemas existentes nos assentamentos. Tal lacuna vem sendo agravada pelos seguintes fatores: atendimento inadequado e/ou incompleto a questões e conteúdos necessários à formação dos assentados e dos acampados; grande mobilidade dos militantes, que se afastam do trabalho de formação, porque são designados para outras tarefas; não compreensão pela militância dos princípios organizativos, que compõem o método de trabalho de base e a forma de organização do MST. Tais lacunas e deficiências prejudicam o processo de formação de seus trabalhadores:

[...] a nossa militância é meio tímida hoje, por mais que estude, que se prepare, tem dificuldade de lidar com os problemas internos lá no assentamento. Ela não dar resposta [...] então, a nossa militância, hoje, ela é meio frágil nesse sentido [...] E aí é jeito de trabalho, de trabalhar com o povo. [...] e aí nós temos assistência técnica, técnico despreparado. Então, vai lá chega, no assentamento, tem dificuldade de fazer a leitura da realidade e aí começa a dizer coisas, que em vez de cativarem, criam um

problema lá dentro; é método de trabalho. Esse método é o entrave também da militância. A militância não entendeu, tem dificuldade de entender o método, o trabalho de base (InMST₁).

Os problemas já explicitados, que foram reafirmados pelo depoimento acima, estão interferindo na formação da nova militância e têm trazido as seguintes consequências: os militantes mais jovens não têm parâmetros necessários para conduzir/produzir uma discussão crítica do contexto político atual; algumas lideranças não conseguem analisar/compreender os fatores que levam sua base ao incômodo social. A ausência de um trabalho de qualidade junto à base do MST acentuou o processo de despolitização, o que impossibilitou o enfrentamento, no contexto desse governo.

A deficiência no trabalho de base do MST tem dificultado a realização de suas ações específicas durante o processo de ocupação da terra e no acompanhamento das famílias assentadas. Em todo território nacional, o crescimento do MST vem exigindo um maior número de militantes para acompanhar o trabalho de base, cujas lacunas são agravadas pela saída das lideranças, que participam dos diversos cursos de formação. Tal problema foi apontado pela pesquisa empírica, como um elemento, que tem dificultado essa atividade.

[...] Aquela coisa que já falei, que modificou muito: na medida em que eu fui muito da militância fazendo curso diminuiu o tempo dessa militância no trabalho de base. Hoje você tem, na militância do Movimento, um período em que cinquenta por cento da nossa militância, inclusive os dirigentes, estão fazendo curso. Esse período, que vai para o curso, eu fico com uma lacuna no trabalho de base, no acompanhamento da comunidade, que faz falta. Nós não estamos conseguindo multiplicar a militância para o mesmo tamanho que nós precisamos e para quê precisamos (InMST₈).

Essa dificuldade na realização do trabalho de base do MST decorre, também, do aumento do processo de burocratização da militância, na relação com o Governo Lula. A mudança de postura da militância diminuiu o tempo que era dedicado ao trabalho¹¹⁸ organizativo, junto aos assentados e acampados da reforma agrária.

[...] é a burocracia, a entrada no Estado. [...] Nós temos que colocar cada vez mais militantes para cuidar da burocracia e a militância foi pouco tempo para base e nós estamos com um problema, assim, de ter menos militantes para cada vez mais demandas que surgem. [...] Essa é uma coisa da burocracia, do Estado, da institucionalização, toma muito tempo. (InMST₈).

¹¹⁸ Assunto abordado no capítulo segundo item 2.2.2, subitem 2.2.2.2.1.

Desde a sua criação, o MST sofre mudanças qualitativas na sua militância e, nesta pesquisa, observamos alguns elementos que estariam causando tais modificações: alterações nas formas de relação entre a militância e a base; distanciamento entre as lideranças e a base; falta de convivência e de diálogo; e tempo dedicado ao trabalho de base insuficiente. Tais lacunas podem ser atribuídas às inúmeras atividades assumidas pelos militantes, em função de projetos governamentais.

Outros fatores têm provocado o enfraquecimento do trabalho de base do MST, dentre os quais merecem destaques: a falta de reconhecimento das lideranças pelos assentados; a militância que se apresenta de forma tímida, com frágil autoestima e sem motivação para a luta pela reforma agrária; as diversas lideranças, que não são oriundas da própria base, portanto, não se identificam com a luta pela terra; a mística do Movimento, atualmente, não desperta o interesse da juventude como no passado, o que tem levado muitos jovens a não se considerarem membros desse coletivo, mesmo que pertençam ao Movimento.

Além de todas as dificuldades citadas, o MST está enfrentando obstáculos de natureza interna: diminuição da quantidade de trabalhadores, que compõem sua base, o que poderá ser atribuída a um sentimento de não ser mais um *Sem Terra*, após a conquista da terra; disputas eleitorais dentro do assentamento que, periodicamente, a cada eleição, afetam o trabalho de base, pois alguns assentados, depois de receberem o título de posse da terra, procuram se vincular aos políticos tradicionais dos municípios.

O MST tem perdido inúmeros trabalhadores, que são atraídos pelas ONGs¹¹⁹ e por Organizações Governamentais, que desenvolvem trabalhos nos assentamentos. Esse fenômeno tem enfraquecido seu trabalho de base, que somado à perda de enraizamento e à mudança político-ideológico na representação vem tirando a legitimidade da militância. Tais fatos repercutem de forma negativa, no seu trabalho de base, conforme identificamos no decorrer da pesquisa empírica.

O trabalho de base tem perdido forças por influências de uma ideologia fortemente difundida nos assentamentos, que procura desmobilizar o Movimento. Esse papel é desempenhado pela mídia, que faz extensa comunicação de massa, pelo rádio e televisão, e, também, por igrejas conservadoras, que estão muito presentes, nos assentamentos de reforma agrária. Tais igrejas têm demonstrando força e estão procurando

¹¹⁹ Organizações Não Governamentais.

impor outra forma de cultura nas áreas dos assentamentos e, estão conseguindo atrair a juventude e desarticular os processos organizativos do MST:

[...] a Igreja Evangélica busca fundar uma outra associação. Olha como ela interfere diretamente no processo organizativo da comunidade. Se você for à essência, parte dessa divisão partiu porque o pastor tal defendia que a organicidade do MST não servia, ou, então, porque: 'realmente é melhor nós crentes aqui fazer uma associação, então, é muito mais fácil a gente fortificar e construir a nossa Igreja' (InMST₆), (Grifos do autor).

O MST nasceu nos anos 1980, sob forte influência da Igreja Católica (uma ala progressista), e naquela época, as CEBs¹²⁰ desempenharam um papel decisivo para o surgimento de uma nova configuração política, dentro dessa organização religiosa, no Brasil. Na atualidade, a situação está diferente, pois a Igreja Católica passou por um profundo processo de mudança, tendo transferido sua prioridade *de agir no mundo e o seu compromisso com os pobres* para maior ênfase na espiritualidade, o que a tornou um ambiente propício para a instalação de uma onda conservadora. Além disso, as Igrejas Evangélicas (alas denominadas como *Igrejas de Resultados*¹²¹) têm tido um crescimento acelerado e com forte perspectiva capitalista, no país. As *Igrejas de Resultados* espalham-se com facilidade no campo junto às camadas menos esclarecidas, no entanto, conforme já citado, vêm interferindo, ideologicamente, na base do MST, nos assentamentos e nos acampamentos da reforma agrária, apesar da existência de trabalho de conscientização política:

[...] quanto mais igrejas nós temos em nossa comunidade maior a divisão entre as famílias. Você consegue destruir a cada dia mais a unidade das famílias, a coletividade, e há uma disputa de interesses entre as igrejas, porque uma igreja também defende um candidato, um partido. Uma igreja em si defende uma outra lógica de lutas: há muitos evangélicos que não acreditam na luta nessa condição. Há uma defesa não só da igreja. Primeiro de tudo você confronta com a organicidade interna do assentamento [...] então, eles ficam nesse choque: 'é mais importante a igreja? Ou é mais importante a organização?' Tem uma relação de mercado muito forte. Como é que não tem R\$ 10 pra contribuir com a gasolina da moto do militante, mas tem para a Igreja. Mexer no divino é complicado, mas é uma disputa muito forte (InMST₆), ((Grifo do autor).

Para finalizar este item, enfocamos mais um fator que enfraquece o trabalho de base: a falta de conquista econômica. Gradativamente, as pessoas vão perdendo motivação,

¹²⁰ Comunidades Eclesiais de Base.

¹²¹ Igrejas que assumem caráter pragmático, que têm como mítica oferecer aos fieis a melhoria da vida material como benção de Deus.

na medida em que não concretizam suas conquistas materiais. Podemos citar o seguinte exemplo: no início do Governo Lula, o MST conseguiu colocar, aproximadamente, 200 mil famílias para fazer pressão, porém, a ausência de conquistas provocou a desistência de muitos trabalhadores, que buscaram outras formas de sobrevivência fora dos acampamentos.

3.2.2 Redução da radicalidade da militância

Diante do Governo Lula, a militância do MST reduziu a radicalidade e a ousadia, o que se tornou uma forma de dependência, que está composta dos aspectos: problemas na formação para enfrentar as políticas de governo e redução do caráter revolucionário da militância: "Aquele radicalismo anterior do MST não existe mais" (ExMST₃).

O problema na formação do MST para enfrentar as políticas governamentais tem, como ponto central, o despreparo da militância, que não possibilitou aos participantes do Movimento uma maior compreensão das causas das dificuldades enfrentadas ao longo do Governo Lula. Os problemas na formação relativos ao enfrentamento a um governo, que é do mesmo campo político, trouxeram dificuldades na relação do MST com esse governo. O Movimento fez uma leitura equivocada da situação, pois considerava que Lula, tendo chegado ao governo, seria um aliado na luta para avançar na reforma agrária. Nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, não foi feita uma discussão sistemática das contradições existentes no governo em foco. A ausência desse debate se constituiu um problema de formação. Conforme contatamos durante a pesquisa de campo, tais dificuldades são oriundas de mudanças significativas, que estavam ocorrendo, no processo de formação dos militantes. Afirmamos que a educação para o enfrentamento e a política de formação de quadros perderam peso no conjunto das formações trabalhadas, atualmente, pelo Movimento.

[...] a militância daquela época passava por uma preparação muito mais dura, os cursos eram bem mais longos, era um curso de formação bem mais sigiloso, de defesa mesmo, de como fazer as ocupações [...] Então, toda a nossa preparação de militância naquela época era para enfrentar o pior, sabe! [...] era uma experiência de educação muito mais baseada no espírito de sacrifício, na unidade. Com o passar do tempo, hoje, na militância, muitos cursos foram se flexibilizando [...] há muitos cursos formais, abre-se um espaço bem maior para os jovens, para militância do Movimento estudar, que é bom, mas ao mesmo tempo fragiliza muito o

ponto de vista da militância, de quem vem para ser militante [...] mas, por outro lado, você tem uma militância que está vindo para o Movimento, que entra sem essa vivência, sem esse sacrifício [...] Um outro aspecto, os nossos cursos não adotam as formas do Movimento, que estão acontecendo há tempo; são cursos muito curtos, não se coloca muito peso como nós colocávamos nos cursos prolongados que era a formação de base; era muita formação de quadros. Então, esse nível de formação no Movimento modificou bastante (InMST₈).

O despreparo da militância está caracterizado, também, pela mudança cultural, que tem atingido a militância. Há um desvio político-ideológico na formação da militância, que traz mudanças no seu perfil, queda na consciência de classe e despolitização nos assentamentos. O problema na formação levou os militantes e, sobretudo a base, a um nível de compreensão equivocado, pois, quase todos confundiram os papéis do Estado e do governo. Conforme já citado, a maioria se considerava como partícipe do poder, juntamente, com o Presidente Lula. Tudo isso enfraqueceu a luta do MST diante desse governo.

A *Redução da Radicalidade* é decorrente da diminuição do caráter revolucionário dos militantes, que se expressa nos seguintes fatos: mobilizações são realizadas sem radicalização; diminuição da quantidade ocupações; e elaboração de pauta na ausência de um embate político. Essa situação enfraqueceu a luta do MST, que ficou vulnerável à institucionalidade governamental.

A gente está muito institucionalizado, nós enquanto MST, estamos muito preso às instituições formais, a essas armadilhas que são colocadas aí pelo Estado [...] projetos [...] isso cria problemas internos no MST [...] Até onde vai o nosso radicalismo? A gente é radical, mas até certo ponto. Chega um momento que a gente está batendo nos nossos próprios calos (InMST₁₄).

No decorrer da nossa pesquisa de campo, a redução do caráter revolucionário do MST foi considerada como resultante da *Redução da Radicalidade* dos dirigentes mais antigos do Movimento. Porém, outros fatores foram citados, tais como: distanciamento das lideranças de sua base social; dificuldade de renovação dos quadros de direção e das lideranças, em geral: "[...] renovação dos nossos quadros, nossa direção, não podemos nos eternizar na função de dirigente do Movimento" (InMST₄). Constatamos que há uma tendência de manutenção dos mesmos militantes, na direção do MST.

[...] há um revezamento entre algumas pessoas [...] há uma dificuldade de renovar essas lideranças, de renovar as direções, muito porque o MST tem perdido o enraizamento na sua base. Então, esse é um elemento até

mais importante para entender a situação que o MST está passando, do que propriamente a falta de formação política (ExMST₇).

De acordo com explicitações anteriores, a diminuta experiência da juventude militante, notadamente, nos aspectos relativos à não compreensão do funcionamento e da lógica da organização do MST fez diminuir a radicalidade do Movimento. A juventude militante não conseguiu realizar uma análise mais precisa da realidade do Governo Lula, como as gerações anteriores faziam. Lembramos que *as gerações anteriores* foram formadas sob a influência direta das CEBs, dos partidos de esquerda da época, dos sindicatos rurais combativos e na dureza cotidiana das lutas do Movimento. Em relação aos jovens militantes do MST, vemos o seguinte depoimento: "[...] para os que estão entrando agora, eles não têm parâmetros anteriores, então eu não sei se eles são capazes de fazer essa crítica" (ExMST₃).

Consideramos que o MST é um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina, por conseguinte, a diminuição de sua radicalidade, ao longo do Governo Lula, repercutiu nos demais movimentos populares do Brasil, que ficaram sem uma referência de luta.

Esse fato do MST não se posicionar de forma clara em relação ao PT, em relação ao governo, ter optado por não romper de forma clara, ter optado de ficar nesse meio termo, nem governo, nem oposição, isso não tem contribuído para mobilizar a base do MST. A base do MST está enfraquecida e tem feito com que o MST perca a referência nos outros movimentos sociais (ExMST₇).

3.2.3 Diminuição da força político-organizativa do MST

Trataremos, agora, da categoria concreta de segunda ordem¹²² *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*, que é determinada pelas subcategorias *Enfraquecimento do Trabalho de Base* e *Redução da Radicalidade da Militância*, Figura 14.

¹²² Aqui realizaremos a segunda síntese, neste capítulo, por meio das diversas mediações entre as formas de diminuição da força político-organizativo.

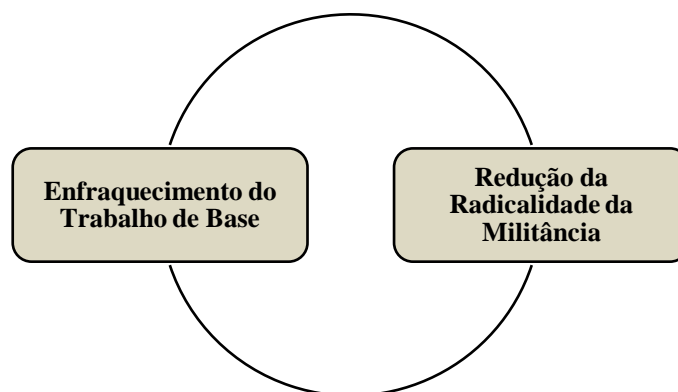
Figura 14 - Determinação da categoria diminuição da força político-organizativa do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

Nesse ciclo, o fator propulsor é a formação da militância, que está relacionada com o enfraquecimento do trabalho de base ou com a *Redução da Radicalidade*, no entanto, é no trabalho de base que se inicia a redução na força do MST, quando a base começa a diminuir sua radicalidade nas lutas. Tais componentes são indutores do ciclo da *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*, que colaboraram com a *Acomodação do MST*, na relação com o Governo Lula (Vide Figura 15).

Figura 15 - Ciclo da diminuição da força político-organizativa do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

A força política e organizativa do MST foi fortemente reduzida com a chegada do Governo Lula, pois, nessa ocasião o partido do governo passou a desarticular parte das lideranças existentes nos partidos, sindicatos e movimentos populares e, ao mesmo tempo, motivar a participação dessa militância no aparelho estatal. Muitos militantes foram

cooptados e fragilizados, por conseguinte, o movimento, no qual atuavam, se tornou vulnerável à desmobilização do governo. Isso ocorreu com o MST, ainda que de forma parcial.

O Estado acaba cooptando. [...] A análise que fazemos hoje do Brasil, vamos dizer, de Fortaleza, do que foi o governo do Partido dos Trabalhadores nos últimos tempos: foi a possibilidade de poder tirar do local de luta, da base, aqueles militantes que eram capazes de dar conta do trabalho político-organizativo. Essas pessoas estão hoje aonde? Nos gabinetes, nas secretarias; isso reflete no MST. [...] Então, você tira daí a possibilidade de luta. [...] Há uma região nossa em que 15 militantes foram para prefeitura municipal. Ele não vai ser o mesmo militante. Ele não é mais esse companheiro. Ele vai ter que obedecer ao Estado. [...] o Estado vai te impor regras, vai te impor normas, [...] Então, você vai ter que negar os trabalhadores, que mandar reprimir os trabalhadores (InMST₄).

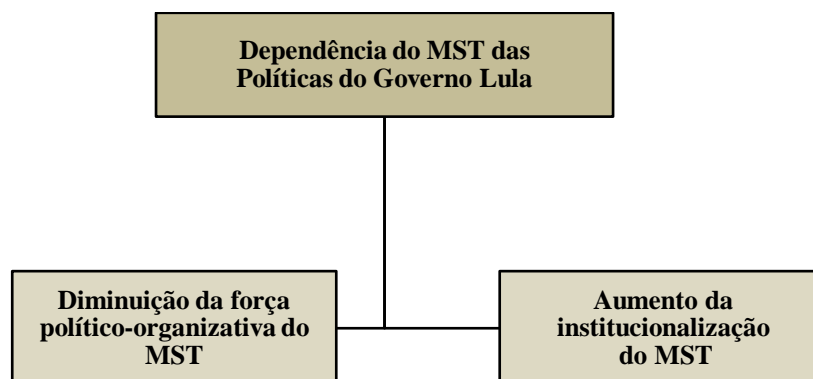
3.3 Dependência do MST das políticas do Governo Lula

A determinação da categoria concreta de primeira ordem¹²³ *Dependência do MST das Políticas do Governo Lula* é formada pelas categorias concretas de segunda ordem *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST e Aumento da Institucionalização do MST* (Figura 16).

Trataremos agora das diversas mediações existentes entre a categoria concreta de primeira ordem *Dependência do MST das Políticas do Governo Lula* e as categorias concretas de segunda ordem *Aumento da Institucionalização do MST e Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*. No ciclo *Dependência do MST das Políticas do Governo Lula*, ocorria a seguinte dinâmica: quanto maior a institucionalização do MST, maior era a sua dependência ao governo em foco, porque diminuía sua força político-organizativa. E a diminuição dessa força o tornava vulnerável à institucionalização junto ao governo (Figura 17). Nesse cenário, destacamos os seguintes fatores: mediações existentes entre a estratégia pragmática; aumento da burocratização do MST e *Redução de Autonomia Política do MST*, em particular sua *Dependência Financeira* do governo; enfraquecimento do trabalho de base e *Redução da Radicalidade*. Tais fatores dinamizam esse ciclo.

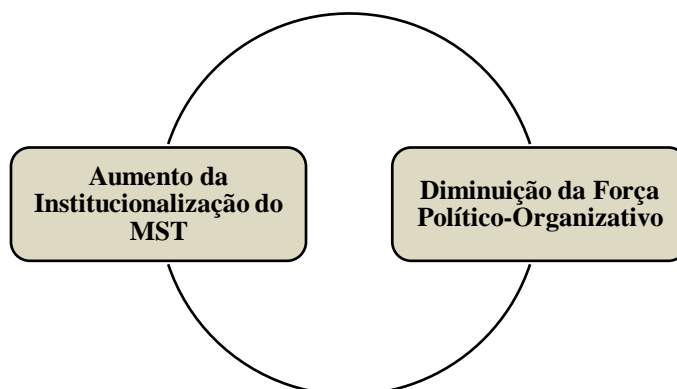
¹²³ Neste item, realizaremos a síntese geral, tendo como base as diversas mediações entre as formas de dependência do MST das Políticas Governamentais.

Figura 16 - Determinação da categoria dependência do MST das políticas do Governo Lula



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 17 - Ciclo da dependência do MST das políticas do Governo Lula



Fonte: Dados da Pesquisa

O MST avaliou que a correlação de forças não era favorável para fazer a luta mais radical naquela conjuntura, porque sua capacidade político-organizativa de enfrentamento das forças políticas antagônicas não se encontrava em melhores condições. Entretanto, tal situação está claramente ligada à estratégia pragmática traçada pelo Movimento diante do governo, que conseguia enfraquecer as mobilizações do MST, por meio da institucionalização.

[...] uma coisa é o nosso objetivo político, a outra coisa é a nossa real força, nesse momento, de contrapor a isso aí? No sentido de promover uma ação política não apenas que os enfrente, mas que aglutine o nosso campo no nosso projeto. Quero dizer isso também para a gente não

imaginar que é simplesmente uma ofensiva, um sectarismo, um enfrentamento ao governo, que vai fazer a luta avançar, porque outros grupos também já tentaram isso e não conseguiram avançar, se isolaram, diminuíram (InMST₁₁).

A dependência do MST é expressa pela relação entre o aumento da institucionalização e a *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*, que ocorreu, sobretudo, por meio da mediação entre a estratégia adotada e o nível de trabalho de base desse Movimento. Tal diminuição da força se expressa pelo enfraquecimento do trabalho de base e pela *Redução da Radicalidade*, que levou o Movimento à adoção de estratégia mais pragmática diante do governo, implicando na redução de sua autonomia política. Nessa dependência, conforme já explicitado, lideranças do MST foram absorvidas pelo Estado, o que trouxe as seguintes consequências: aumento da burocratização da militância; e adoção de uma postura recuada diante do governo. Isso pode ser expresso de acordo com o depoimento a seguir:

Acho que o governo conseguiu enquadrar o Movimento de maneira muito forte. A cooptação, no sentido dos cargos. Muitos militantes, não só do MST, acabaram assumindo diversos postos na burocracia do Estado. Enfim, foram assumindo cargos na burocracia do Estado, o que gera uma relação de dependência. Então, tem essa forma de cooptação e tem a forma de cooptação em relação à dependência financeira a partir do momento que o MST fica dependente de editais e de projetos. O MST passa a pisar mais em ovos em relação ao governo, as críticas, o enfrentamento, de uma certa forma esfria um pouco. Acho que o governo do PT conseguiu fazer isso em relação aos movimentos sociais, claro que em tonalidades diferentes (ExMST₇).

A dependência do MST, sobretudo dos projetos governamentais, acelerou a institucionalização, que o deixou preso às armadilhas do Estado e, por conseguinte, gerou consentimento ativo e passivo diante desse governo. Talvez esse novo fenômeno no Brasil, no âmbito do MST, seja um reflexo do fenômeno de pacificação social, já ocorrido com o movimento sindical, desde a década de 1980. Braga (2012, p. 181) relaciona esse fenômeno com o período do Governo Lula.

Após a derrota da greve de 1980 e reconhecendo os riscos que a ruptura com a estrutura oficial trazia para a reprodução de seu próprio poder burocrático, a direção metalúrgica reconciliou-se progressivamente com o sindicalismo de Estado, sem, contudo deixar de negociar concessões aos operários com as empresas. Por sua vez, esses progressos foram obtidos à custa de pacificação das assembleias operárias e da incorporação dos militantes de base mais destacados ao aparato burocrático. Após 2003, essa *relação dialética de pacificação social*, cujas protagonistas são as

direções sindicais reunidas em torno de Lula da Silva, transformou-se no eixo da vida política nacional. O controle do aparato estatal garantiu-lhes os meios necessários para selar o pacto entre consentimento passivo das massas e o consentimento ativo das direções, consolidando a regulação lulista. (Grifos do autor).

De acordo com a visão *gramsciana*, na formulação do Estado ampliado, a socialização da política na vida social incluiu os conceitos de *Hegemonia* e de *consenso* na sociedade civil. Nessa esfera, ocorre a luta pela *Hegemonia* e será hegemônico o grupo que controlar a sociedade civil. Por conseguinte, a conquista da sociedade política é considerada como o coroamento dessa *Hegemonia*. No período do Governo Lula, o MST não conseguiu realizar uma luta *Contra-Hegemônica*, pelo contrário, iniciou um processo de adesão às políticas governamentais.

4 DESCENSO E FORMAÇÃO DO MST DIANTE DO GOVERNO LULA¹²⁴

[...] a luta de classes está em descenso, mas também as nossas mobilizações; o MST nessa atual conjuntura. E aí nós queremos partilhar para a *companheirada*, que nós estamos fazendo essa autocrítica, que nós não estamos lá essas coisas, nós estamos aí um pouquinho anestesiado [...] nós não estamos partindo para o desespero, mas nós estamos dizendo que do jeito que está também não dar para ficar.

(InMST₉)

Para dar prosseguimento a esta tese, no quarto capítulo, elaboramos as seguintes questões: quais as categorias mais concretas e mais complexas que determinam a relação de *Hegemonia* entre MST e Governo Lula construídas a partir do movimento simultâneo e articulado de desmobilização e dependência? Qual a totalização formada pelas principais categorias, que explicam essa relação entre MST e Governo Lula? Quais as principais mediações existentes entre as categorias mais concretas e mais complexas? Quais as relações complexas e contraditórias¹²⁵ de maior destaque presentes neste estudo? Qual a categoria central que explica a relação hegemônica (política e pedagógica) entre MST e Governo Lula?

Iremos explicitar as formas concretas da relação hegemônica entre MST e Governo Lula. Para tanto, adotamos a seguinte sistemática: análise das formas concretas como um todo (relações complexas e contraditórias), considerando os elementos da desmobilização (dominação) do MST pelo Governo Lula, PT e capital; e elementos da dependência (consentimento), ativa e passiva, do MST em relação ao governo. Aqui, a dominação cria o consentimento e simultaneamente o consentimento cria a dominação e, ambos se revelam como os principais aspectos determinantes do *Descenso do MST*. Nesse movimento total, as mediações das forças do capital e dos componentes da dependência do MST fizeram emergir novos princípios educativos a partir dos processos político-sociais vivenciados pelos Sem Terra.

Para melhor entendimento desse tópico, consideramos conveniente retomar alguns pontos discutidos anteriormente. Por exemplo: no segundo capítulo, enfocamos as formas de Desmobilização do MST pelo Governo Lula (e do aparelho do Estado) e pela

¹²⁴ Formação “[...] no sentido específico que assume esta palavra em Filosofia e em Pedagogia, em relação com o termo alemão correspondente (*bildung*), indica o processo de educação ou de civilização, que se expressa nas duas significações de cultura, entendida como educação e como sistema de valores simbólicos” (ABBAGNANO, 2000, p. 470).

¹²⁵ Vide Ferreira (1986) e Cheptulin (2004), no primeiro capítulo.

Descaracterização do PT, tendo como pressuposto as formas de dependência do MST do governo em foco. E, no terceiro capítulo, explicitamos as formas de dependência do MST pelo *Aumento da Institucionalização do MST* e pela *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*, tendo como pressuposto as formas de desmobilização, que se desenvolviam de modo cíclico. Os ciclos eram formados e formavam novos ciclos na medida em que se movimentavam a partir da mediação da subcategoria *Política de Acordo do MST com o Governo*, na ocasião em que era gerada uma maior desvalorização da política do Movimento, em consequência da perda da qualidade do seu Trabalho Orgânico e o aumento do *Trabalho Burocrático*. Nesses capítulos (segundo e terceiro), conforme já explicitado, os sistemas formados pelas duas totalizações eram alimentados pelas categorias/subcategorias, que dinamizaram os ciclos de desmobilização e de dependência do MST, simultaneamente.

Para uma visão panorâmica do presente capítulo, é necessário esclarecer, que todas as categorias, em suas formas concretas expostas, aqui, resultam de um processo de deslocamento do abstrato para o concreto. Ressaltamos, ainda, que cada categoria tem uma *riqueza de determinações*, que vem sendo demonstrada, desde o capítulo segundo.

4.1 Descenso do MST

No presente item, discutiremos a categoria mais rica em determinação produzida neste estudo: o *Descenso do MST*. No contexto dessa categoria, discutiremos suas mediações com as demais categorias, apresentadas anteriormente. A categoria concreta *Descenso do MST*, também, denominada de *Acomodação da Luta Contra-Hegemônica do MST* diante do Governo Lula, é determinada a partir, notadamente, da categoria abstrata acomodação¹²⁶, produzida no processo de negociação entre Governo Lula e MST, apresentada a partir do capítulo segundo, item 2.2.2. Tal categoria está expressa nas Figuras 17, 18, 20, 21 e 22, constantes, neste capítulo.

Para facilitar a compreensão do assunto em foco, lembramos que existem categorias concretas decorrentes de totalizações mais abrangentes (*Desmobilização do MST pelo Capital; e Dependência do MST das Políticas do Governo Lula*) e categorias concretas oriundas de totalizações menos abrangentes (*Diminuição da Força Político-*

¹²⁶ Neste estudo, Acomodação do MST se apresenta, inicialmente, na condição de categoria abstrata, como acomodação simples, fruto da análise; e, depois na síntese, se torna uma categoria concreta ou acomodação complexa: *Acomodação da Luta Contra-Hegemônica ou Descenso do MST*.

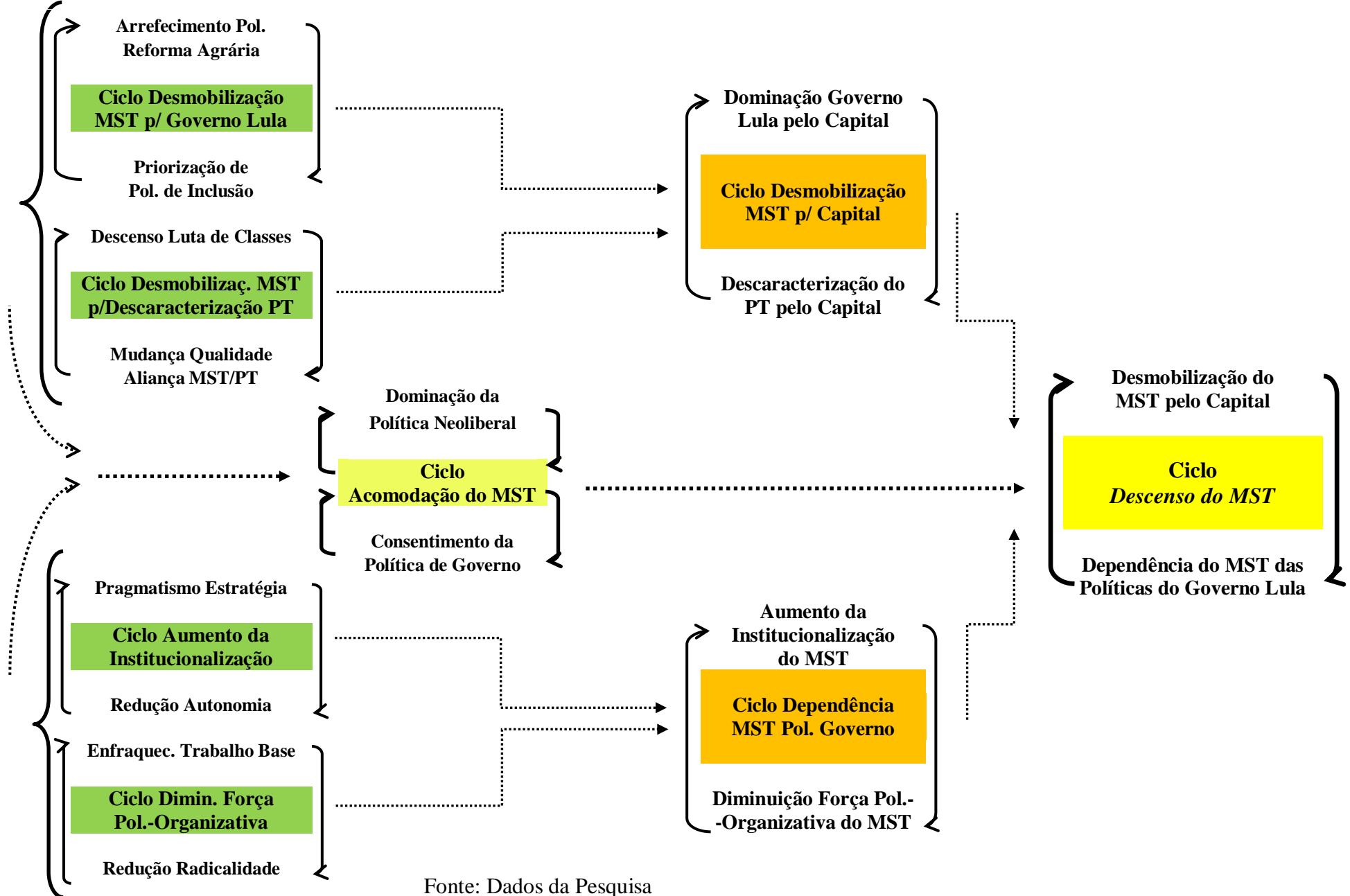
Organizativa do MST; Aumento da Institucionalização do MST; Desmobilização do MST pelo Governo Lula; e Desmobilização do MST pelo PT). Lembramos, ainda, que, no segundo e terceiro capítulos, tais categorias estão apresentadas e, devidamente, caracterizadas e analisadas. Essa *totalidade* determina a realidade da relação entre MST e Governo Lula, no período de 2003 a 2010. Tais categorias concretas são produto das totalizações expressas pelos diversos ciclos, ora menos abrangentes, ora mais abrangentes, que estão apresentados, em conjunto, na Figura 18.

Na Figura 18, observamos as oito totalizações produzidas neste estudo, pertinentes à relação política-educativa entre MST e Governo Lula, que foram discutidas de per si ao longo dos capítulos anteriores. No lado superior dessa figura, estão as totalizações inerentes à Desmobilização do MST e, no lado inferior, as totalizações relacionadas à Dependência do MST. Na organização do sentido da figura, partimos das categorias menos concretas e complexas para as mais concretas e complexas. Em todo esse caminho da produção categorial, o ciclo da *Acomodação do MST*, que se encontra no centro do diagrama, foi alimentado, permanentemente, por todos os demais ciclos, tendo chegado à categoria concreta central, denominada *Descenso do MST*.

O *Descenso do MST* é determinado pela *dominação* do capital sobre o Movimento e, também, pelo seu *consentimento* ativo e passivo. A relação entre a dominação e o consentimento é própria da estrutura do fenômeno estudado nesta tese, e tem desempenhando papel determinante, porque dá condições à automovimentação do objeto e sua mudança qualitativa, ou seja, a *dependência* cria condições para a *desmobilização* e a *dominação* condiciona o *consentimento*. A dominação exercida pelo capital sobre o MST, que foi intermediada pelo Governo Lula, Estado e PT, aumentava na medida em que o Movimento consentia as políticas de inclusão desse governo, e quando sua força política e organizativa não era suficiente para realizar a luta *Contra-Hegemônica*. A presença e o desenvolvimento desses aspectos, existentes na relação entre o governo e o Movimento, determinaram a natureza e a marcha do *Descenso do MST*.

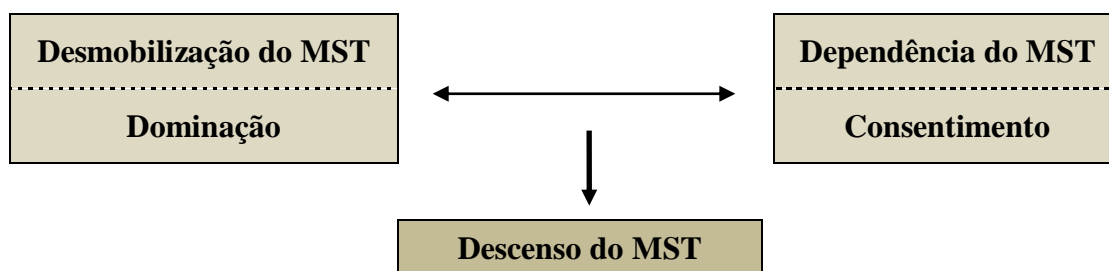
No processo de *Descenso*, a política governamental, considerada como uma política de acordo, foi consentida pelo MST (de forma ativa, sobretudo, pelas lideranças e de forma passiva, notadamente, pela base); e, ao mesmo tempo, o Governo Lula, o PT (de modo direto) e o capital (direta e indiretamente) determinavam os *limites desse acordo*. Tais fatores colaboraram com o *Descenso do MST*, conforme a Figura 19.

Figura 18 - Ciclos de determinação do descenso do MST na relação com o Governo Lula



Fonte: Dados da Pesquisa

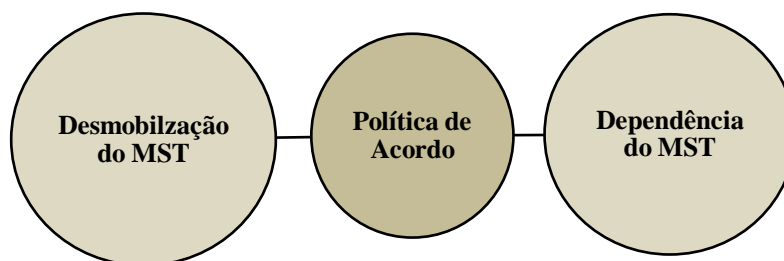
Figura 19 - Determinação do descenso do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

As duas totalizações (desmobilização e dependência), discutidas no segundo e terceiro capítulos, são também apresentadas na Figura 20, que se segue, como expressão da mediação com a política de acordo. No âmbito da relação entre governante e governados, a política de acordo, caracterizada pela ausência de embate político entre o Movimento e o Governo Lula, tornou-se um fator catalisador do *Descenso do MST*.

Figura 20 - Relação da política de acordo com a dependência e desmobilização do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

O Descenso é, também, determinado por uma contradição fundamental estabelecida entre os governados (MST) e o governante (Governo Lula), no entanto, muitos trabalhadores não percebiam tal contradição porque acreditavam na existência de relações amigáveis. Durante nossa pesquisa de campo, essa contradição foi revelada, quando constatamos que o Governo Lula e o Estado eram dominados pelo capital, em particular, pelas *commodities* agrícolas. Em consequência da dominação, o governo priorizou políticas para o setor agrícola em detrimento das políticas de reforma agrária. Por conseguinte, o governante, na relação com os trabalhadores do MST, desempenhava um

papel de representante do capital; e dessa forma, a contradição fundamental (identificada durante a pesquisa de campo) tem semelhanças com a contradição histórica, que existe, no modo de produção capitalista: capitalistas *versus* trabalhadores.

Os aspectos principais da relação entre MST e Governo Lula estão ligados à contradição fundamental, da qual é uma parte constitutiva. Enfatizamos que a existência e o desenvolvimento dessa contradição fundamental determinam as demais contradições e relações. A seguir, enumeramos diversos aspectos e suas relações complexas e contraditórias, que foram identificadas durante nossa pesquisa:

- dependência e desmobilização do MST pelas políticas do Governo Lula;
- dependência do MST diante do governo e autonomia política;
- desmobilização do MST pelas políticas governamentais e força do capital no campo;
- desmobilização do MST pelo capital e força do capital no campo;
- diminuição da força político-organizativa do MST e força do capital no campo;
- diminuição da força político-organizativa do MST e desmobilização do MST pelo governo e estado;
- PT, partido da contraordem e partido da ordem;
- PT, partido indutor da luta de classes e partido inibidor da luta de classes;
- luta pragmática e luta da esquerda pelo socialismo;
- descaracterização do PT e força do capital no campo;
- diminuição da força político-organizativa do MST e descaracterização do PT;
- institucionalização do MST e descaracterização do PT;
- política de inclusão para o MST e política estrutural de reforma agrária;
- formação burocratizada e mitificada do MST e formação emancipatória e libertadora.

Conforme já explicitado, a determinação do *Descenso do MST* tem origem na categoria *Trabalho Burocrático*, ou seja, no processo de desvalorização política ou

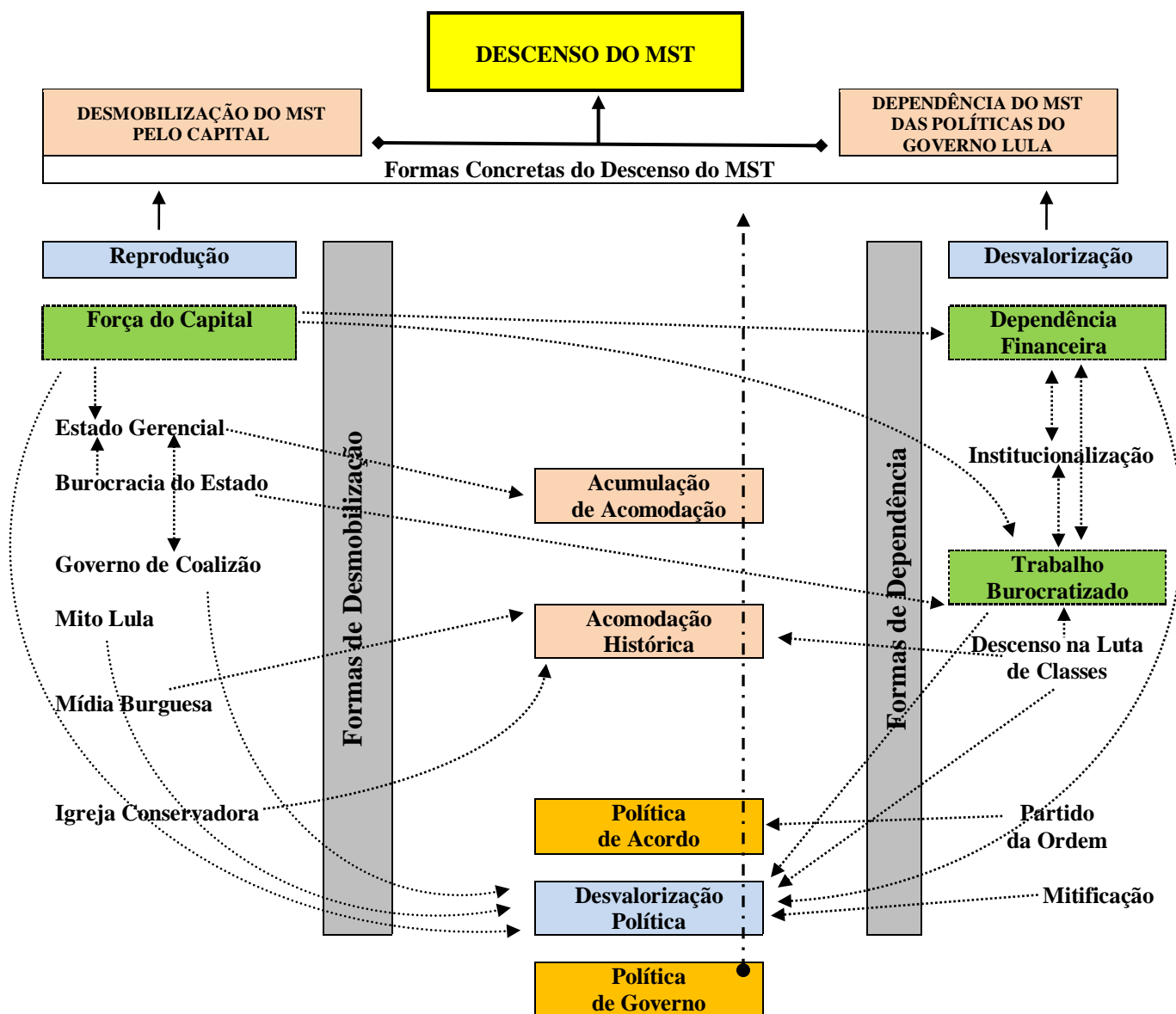
diminuição da intensidade do *Trabalho Orgânico* do MST. O *Trabalho Burocrático*¹²⁷ do MST, a *Dependência Financeira do MST e a Força do Capital* constituem a base categorial do *Descenso do MST*, (Vide Figura 21 e Figura 22). Tais fatores determinam ainda a qualidade da *Política de Governo* implementada na relação MST com o Governo Lula, no contexto de dominação exercido pelo capital. A seguir, apresentamos, na Figura 21, a estrutura global de determinação do *Descenso do MST*, na qual se destacam os processos de reprodução de sua desmobilização pelo capital e o processo de sua dependência frente às políticas governamentais.

Nessa figura, observamos que as formas de dependência e as formas de desmobilização do MST se articulam a partir das categorias *Trabalho Burocrático do MST*, *Dependência Financeira do MST e a Força do Capital*, que são mediadas, ao longo do processo de construção categorial, pelos seguintes fatores: Descenso na Luta de Classes, Partido da Ordem, Mito, Burocratização, Política de Governo, Política de Acordo, Governo de Coalizão, Estado Gerencial, Mídia Burguesa e Igreja Conservadora. Nesse processo dinâmico, articulado e intermitente, é gerada a *Desvalorização Política*, que é responsável pela determinação de um conjunto de categorias abstratas e concretas, que dão sustentação teórica a este estudo. A *Desvalorização Política* fortalece a já existente acomodação histórica que é determinada, sobretudo, pelo descenso na luta de classes, proporcionando, assim, a acumulação na acomodação e a determinação do *Descenso do MST*.

Com a finalidade de aprofundar nossa compreensão sobre esse tópico, elaboramos mais um gráfico do processo global de determinação do *Descenso do MST*, a partir do conjunto total das subcategorias e categorias, que participaram da determinação da categoria central (Vide Figura 23). Essa categoria é a mais concreta, portanto, assume a condição de categoria central e, ao mesmo tempo, se constitui a resposta deste objeto de estudo, ou seja, o *Descenso do MST* é considerado como uma relação, simultaneamente, política e educativa.

¹²⁷ Trabalho ocupando postos no governo ou coordenando projetos de desenvolvimento a partir da lógica governamental. A partir dessa forma de trabalho, começou a se constituir uma cultura burocrática, que foi acomodando o MST. Essa categoria está discutida no segundo capítulo, item 2.2.2, subitem 2.2.2.1.

Figura 21 - O processo global de determinação do descenso do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

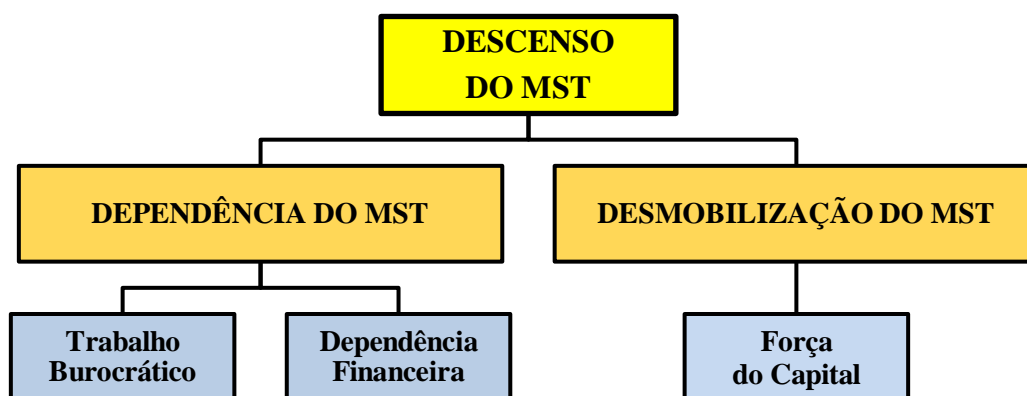
A categoria central é determinada de modo mais acentuado pela categoria concreta de primeira ordem *Desmobilização do MST pelo Capital*, que concentra o maior poder de explicação¹²⁸ sobre o *Descenso do MST* diante do Governo Lula. Esse fenômeno é determinado, também, pela categoria concreta de primeira ordem *Dependência do MST*

¹²⁸ O somatório das associações dessa categoria de primeira ordem é $\sum AsCat_1 = 1181$ e tem um peso total de 65% na determinação do *Descenso do MST*, Quadro C6, Apêndice C.

das Políticas do Governo Lula¹²⁹. Tal situação pode ser constatada na fala de um entrevistado: "Cooptação! Marginalmente, pode ser um caso ou outro, pode ser em algumas situações, no geral não. No geral, é o agronegócio, quer dizer, o Brasil transformou-se num grande negócio [...] quer dizer, o agronegócio é a força" (ExMST₂).

Tal determinação decorre também das quatro categorias concretas de segunda ordem, tais como: *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*, *Aumento da Institucionalização do MST*, *Desmobilização do MST pelo Governo Lula* e *Desmobilização do MST pela Descaracterização do Partido dos Trabalhadores*, discutidas anteriormente. A Figura 23 representa a síntese da estrutura categorial do objeto estudado: uma *totalidade*.

Figura 22 - Base categorial do descenso do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

Trataremos, agora, das mediações mais gerais existentes entre a categoria central *Descenso do MST* e as categorias concretas *Dependência do MST das Políticas do Governo Lula* e *Desmobilização do MST pelo Capital*. Examinaremos, também, as mediações que existem entre as diversas categorias concretas de segunda ordem, que colaboraram com a nossa caminhada, na determinação categorial.

¹²⁹ O somatório das associações dessa categoria de primeira ordem é $\sum AsCat_1 = 623$ e tem um peso total de 35% , na determinação do *Descenso do MST*, Quadro C6, Apêndice C.

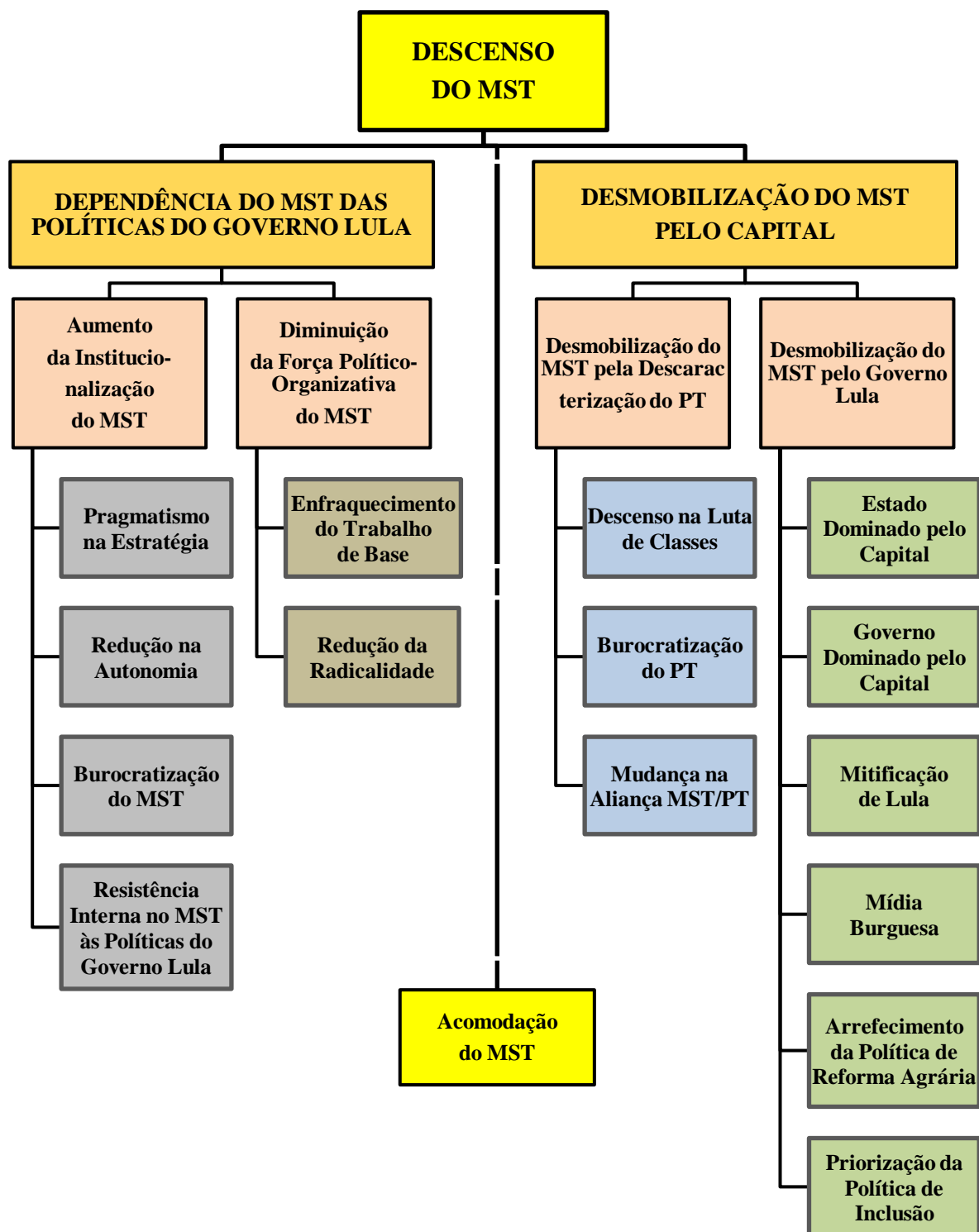
A relação entre a dependência e a desmobilização do MST, conforme já destacado, marca os aspectos principais desse fenômeno. A desmobilização do MST aumentou a dependência, porque, na ocasião em que o Movimento tinha acesso a esses projetos e programas com certa facilidade, houve aumento na institucionalização e diminuição na sua força político-organizativa. Tal processo fez acentuar a acumulação na *Acomodação do MST*, que resultou no descenso, conforme já explicitado. O problema não reside na existência ou não de políticas governamentais à disposição dos trabalhadores, a partir de um governo do mesmo campo político, pois os principais obstáculos são oriundos da forma e da qualidade das relações que são estabelecidas. O MST não teve autonomia suficiente para lidar com as relações constituídas com o governo do mesmo campo político.

Para fundamentar a existência do consentimento ativo e passivo do MST na relação com o Governo Lula, recorreremos ao estudo de Braga (2012), que analisa a *Hegemonia lulista*. Esse autor reviu pesquisas dos anos 1970, que examinaram a relação entre "peões" do ABCD¹³⁰ e a burocracia sindical, e identificou a origem do novo jeito de dominação social, que está sustentada na existência de duas formas de consentimento popular:

[...] por um lado, o *consentimento passivo* das classes subalternas que, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao programa governista; por outro, o *consentimento ativo* das direções sindicais, seduzidas por posições do aparato sindical, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 181), (Grifos do autor).

¹³⁰ A sigla ABCD refere-se a quatro cidades industriais situadas na Região Metropolitana de São Paulo (Santo André, São Bernardo; São Caetano e Diadema).

Figura 23 - Árvore de categorias e subcategorias



Fonte: Dados da Pesquisa

De modo semelhante aos estudos do autor supracitado, reafirmamos que a nossa pesquisa identificou a existência de dois tipos de consentimento, na relação do MST com o Governo Lula: o *consentimento passivo* ocorreu na ocasião em que a base do Movimento se conformou com o *jeito petista* de governar o Brasil, portanto, não conseguiu articular força para exigir do governo o cumprimento da pauta por políticas estruturais. E o *consentimento ativo* foi verificado quando as lideranças e, também, profissionais apoiadores do Movimento colaboravam com discussões de determinadas políticas, sobretudo, aquelas voltadas para o processo de inclusão. Gramsci (2007) destaca a existência de dois tipos de consentimento, na relação entre governantes e governados, com destaque para o consentimento, no qual há a participação ativa dos governados:

[...] que a relação entre governantes e governados seja determinada pelo fato de que os governantes representam os interesses dos governados e, portanto, 'devem' ter o consentimento destes, isto é, deve-se verificar a identificação do indivíduo com o todo; e o todo (seja que organismo for) é representado pelos dirigentes. [...] mas, para outros organismos, é questão vital não o consentimento passivo e indireto, mas o consenso ativo e direto, ou seja, a participação dos indivíduos (GRAMSCI, 2007, p. 333), (Grifo do autor).

Nesse cenário de domínio do capital, a política de reforma agrária no Governo Lula arrefeceu e, para compensar a ausência de políticas destinadas aos trabalhadores do campo, ampliou a política de *melhorismo*. Diante da falta de vontade política do Estado e da diminuição da sua força político-organizativa, o MST foi levado à flexibilização de sua estratégia e, então, passou a aceitar essas políticas governamentais. Conforme já citado, no decorrer do processo de aceitação de tais políticas, houve um aprofundamento de sua *Dependência Financeira* e redução de sua autonomia política, que foram determinantes para a geração do descenso do Movimento. Em seus diversos espaços coletivos (congresso, encontros e reuniões), o MST avaliou sua situação de desmobilização, na relação com esse governo, tendo sido analisados aspectos referentes ao descenso.

O *Descenso do MST* faz parte de um amplo processo de descenso na luta de classes, no mundo, a partir do final da década de 1980, já caracterizado no segundo capítulo. No Brasil, o descenso afetou a esquerda brasileira, tendo descaracterizado o PT, partido que desempenhou um papel fundamental na redemocratização do país. Esse fenômeno político, que atingiu o PT, foi decisivo para a diminuição do ritmo das lutas do MST, que também sofreu inúmeros impactos, notadamente no final dos anos 1990, ocasião

em que não conseguia realizar mobilizações massivas. No período do Governo Lula, a situação de desmobilização ficou mais acentuada, conforme depoimento a seguir:

Percebe-se isso com o jeito de mobilizar o povo. O povo está amortecido e aí não somos só nós do MST, são todas as classes, todas as camadas sociais, todos os movimentos organizados hoje. Então, ele teve esse descenso e com o MST também não foi diferente, nós não chegamos a nos acabar na totalidade, mas nós também tivemos muita perda com isso; sentimos esta fragilidade grande (InMST₁).

Reafirmamos que a descaracterização do PT, sobretudo, a partir do início do Governo Lula, foi determinante para o *Descenso do MST*, pois conseguiu fragilizar o projeto de emancipação popular em duas frentes: fortalecimento do projeto neoliberal por meio de política econômica internacional, tendo tornado a correlação de forças mais desfavorável aos movimentos populares; e arrefecimento das lutas historicamente empunhadas pelos movimentos sindicais e populares. A esquerda brasileira *parece escrever* uma nova página da história do Brasil: a luta de classes recua, no nosso país, *pelas mãos da própria esquerda*, que inverte seus papéis políticos ao chegar ao governo.

Infelizmente, a chegada do PT ao Governo Federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-se de modo significativo. A adoção, pelo governo petista, de uma política macroeconômica abertamente neoliberal - e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles - desarmou as resistências ao modelo liberal corporativo [...] Estamos assistindo a uma clara manifestação [...] de 'conformismo', ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo, que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o predomínio entre nós da hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010, p. 42), (Grifo do autor).

A relação hegemônica entre o MST e o contexto do Governo Lula, caracterizada pela existência do consentimento do movimento, pode ser analisada como uma situação de *Hegemonia de Pequena Política*. Tal situação vem se fortalecendo, na atualidade brasileira, pois as relações hegemônicas, entre classes dominantes e dominadas, estão caracterizadas pela existência de um consenso passivo, a partir do qual as massas aceitam o existente como natural, ou seja:

[...] existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade [...] A apatia torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também

teorizada como um fator positivo para a conservação da 'democracia' [...] é por meio desse tipo de redução, que desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes. Em situação 'normais' a direita já não precisa da coerção para dominar: impõe-se através desse consenso passivo (COUTINHO, 2010, p. 32), (Grifos do autor).

Constatamos, mais uma vez, a presença desse fenômeno da *Pequena Política*, no atual cenário político brasileiro, a partir da fala de um militante do MST: "[...] nós não vivemos nenhum momento de dois grupos, um que quer mudar a sociedade e outro que estar aqui só para manter; o que existe é a manutenção da sociedade burguesa. Não tem nenhuma força política revolucionária" (InMST₁₁). Então, o embate político em torno de grandes projetos de sociedade está em segundo plano e o projeto do MST sofre com esse cenário. Para reforçar a discussão sobre tal fenômeno, recorreremos a Gramsci (2007, p 21), que ressalta as diferenças entre a grande e a *Pequena Política*:

[...] A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas, que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.

Diante do descenso, ocasionado pelo consentimento e pela desmobilização provocada pelas forças do capital, o MST enfrentou uma situação política difícil, pois não conseguia manter as características de radicalidade de sua história como representação dos trabalhadores. Além disso, naquele momento, a correlação de forças voltada para a transformação na estrutura agrária/social/política do Brasil estava em desvantagem. Na pesquisa empírica, constatamos que o MST se encontrava em uma encruzilhada:

A encruzilhada que eu digo é: o MST, se ele vai ser mais um movimento desse ciclo passado, que aí se rende também a esse bloco de forças dominantes, ou se o MST vai conseguir ser um novo movimento desse novo ciclo. O MST vai conseguir ser um movimento [...] que impulse esse novo ciclo de luta? [...] Não é um movimento cooptado, mas não está dado que o MST vá conseguir se inserir e ter a mesma importância que o MST teve nos anos 1980 e 1990; que vai conseguir ter essa importância daqui para frente (ExMST₇).

A situação embaraçosa, vivenciada pelo MST na conjuntura do governo petista, trouxe mudanças para seu caráter radical de movimento social. Parte da liderança nacional tem consciência de que o movimento precisa ser reinventado para continuar como

protagonista das lutas sociais mais radicais, que precisam ser travadas pela terra e por uma sociedade justa no Brasil. De acordo com Kolling e Stédile (2014), o MST, diante do contexto atual, deve enfrentar grandes desafios para evitar que sua natureza seja alterada.

E são desafios fundamentais, que dizem respeito à própria existência e sentido de ser do MST. Assim como há 30 anos, o MST surgiu da crise econômica, social e política, agora é a vez do movimento se superar para seguir como um protagonista importante nas lutas da sociedade brasileira. O grande desafio do MST é se reinventar! Se reinventar e se recriar para seguir seu caminho na luta pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações estruturais da sociedade brasileira. Do contrário, corre o risco de ser mais um movimento que nasceu, cresceu e, aos poucos, foi enferrujando até ser superado por outras organizações mais eficazes para atender aos interesses dos sem-terra e camponeses (KOLLING; STÉDILE, 2014, p. 1).

Ainda nessa perspectiva, Menezes Neto (2010) analisa a relação entre o Movimento e Governo Lula, destacando elementos que explicitam o *Descenso do MST*: desarticulação dos movimentos populares e sua adesão ao projeto do capital; e discurso do MST referente à existência de um governo em disputa e ao descenso de massas.

Este novo governo contribuiu para desarticular ainda mais os movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda. Importantes movimentos, como a CUT, a UNE/UBES e tantos outros iriam aderir, com entusiasmo, ao projeto capitalista, em sua fase liberal-social, do novo governo. Outros manteriam sua postura crítica, como o MST, porém sem a força do período anterior. Estranhamente, passaram a adotar o discurso do 'descenso das massas' como algo dado e a ver o governo Lula como um governo de contradição e 'em disputa', quando todas as ações do governo demonstravam que o seu direcionamento era para manter a reprodução do capital. Assim, o MST permaneceu como o mais importante movimento social e político brasileiro, mas diluído nas contradições do governo Lula.

O problema é que o MST, [...] passou a assumir o discurso de alguns outros movimentos de 'descenso das massas'.

Ou seja, quem havia mostrado que podemos organizar a contra-hegemonia mesmo nos períodos adversos, muda o discurso e a prática. Passa a se adequar, ainda que parcialmente, ao discurso da 'impossibilidade' deixando de lado sua rica experiência dos anos 1990 (MENEZES NETO, 2010, p. 1), (Grifos do autor).

Em diversos encontros com a militância, o *Descenso do MST* é muito debatido, o que significa a existência de posicionamentos contrários a tal situação. Essas discussões revelaram que a acomodação do Movimento ao Governo Lula não é aceita com total tranquilidade, no ambiente interno do MST. Há um certo incômodo com a possibilidade de

mudança, no curso da natureza do Movimento, conforme percebemos na fala de um militante:

Como superarmos o processo de acomodação dos assentados? Precisamos pensar sobre o caráter político-ideológico do MST. O MST não vai se acabar e a bandeira não vai sumir. Se permanecer vivo, como o MST vai permanecer vivo? O MST responde ainda os anseios da classe trabalhadora? Representa esses anseios? Ou chegará o momento que fará o papel contrário? Não é uma afirmação, é uma provocação para se pensar (InMST₂).

A *Hegemonia* é a capacidade de direção cultural e ideológica e, simultaneamente, é a relação de dominação entre governantes e governados, portanto, não pode ser entendida de modo isolado como direção ou como dominação. A sociedade civil constitui o lócus de formação de identidades coletivas por meio de amplos processos de *Hegemonia*, que, em sua essência, são processos educativos: “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica.” (GRAMSCI, 2006, p. 399). A sociedade civil é um terreno de disputa hegemônica entre as ideologias conservadoras e as formas de contraideologias, que são engendradas pelas camadas subalternas. Após a constatação da existência do fenômeno de *Descenso do MST* e, tendo como base a reflexão gramsciana, na qual há uma relação direta entre *Hegemonia* e pedagogia, decidimos estudar os processos pedagógicos e/ou educativos, que são gerados a partir do processo hegemônico, na relação entre o MST e o contexto do Governo Lula. Esse será objeto de nossa discussão, no próximo item.

4.2 Formação do MST no contexto do Governo Lula

Na relação entre o MST e o contexto do governo Lula, foram gerados processos formativos a partir de relações com as políticas governamentais, com o Partido dos Trabalhadores e, também, com o Estado e o capital. Em decorrência de tal cenário, no presente item, nossa discussão será orientada pela seguinte questão: como se caracteriza a formação do MST, em particular, a pedagogia, gerada no contexto do Governo Lula? Diante do consentimento do MST às políticas governamentais e da desmobilização frente à dominação pelo contexto do capital, recorreremos a uma questão formulada por Gramsci, (2007, p. 23): "Mas como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua

colaboração, transformando em 'liberdade' a necessidade e a coerção?" Com esse questionamento *gramsciano*, procuramos compreender melhor os processos de formação no MST.

A formação dos trabalhadores nas relações de *Hegemonia* ocorre a partir de elementos políticos, culturais, ideológicos e morais, que influem, diretamente, na capacidade do trabalhador pensar e conhecer sua realidade. Nesse sentido, o intelectual, o partido e os movimentos sociais tornam-se fontes, nas quais as relações hegemônicas, também, formam os trabalhadores:

[...] nas classes dirigentes, as relações hegemônicas são pedagógicas e, nas classes subalternas, a contra-hegemonia é tentada e está envolvida por relações pedagógicas. Ser hegemônico é também 'educar', ter a hegemonia ou buscá-la, não é somente ter ou buscar fins econômicos e políticos, mas também intelectuais e morais (JESUS, 1989, p. 60), (Grifo do autor).

Na relação entre o MST e as políticas do Governo Lula, conforme já explicitamos, predominou o processo de dependência, que produziu os seguintes efeitos: a aceitação das políticas de inclusão, que levou à adaptação da lógica da institucionalidade, exigida pelo aparelho do Estado; a institucionalização interferiu na forma de implementação dos projetos de desenvolvimento, nas áreas de reforma agrária do Movimento; e uma nova forma de atuação foi adotada gradativamente pelos militantes, no processo político e educativo do Movimento.

Além disso, o MST começou a priorizar políticas de inclusão, que abrangiam diversos projetos de desenvolvimento e o Programa Bolsa Família; por conseguinte, os militantes passaram a desempenhar atividades de caráter mais burocrático, na condução de tais projetos. Ressaltamos que, nas atividades burocráticas estão presentes elementos normativos, que exigem obediência às regras do aparelho governamental. Em tal contexto, surgiram mudanças, na própria forma de trabalho do MST.

Tendo como base a análise dos resultados da nossa pesquisa de campo, afirmamos que tais elementos burocráticos contribuíram para limitar a prática libertadora e o papel político-crítico dos militantes, o que afetou a autonomia política do Movimento. Por conseguinte, no MST teve início um processo de submissão à pauta governamental, que o levou ao *Arrefecimento da Política de Reforma Agrária* e, também, à priorização das

políticas de inclusão¹³¹. O processo de formação (prática educativa e política) da militância se modificou de modo gradual e, em pouco tempo, foi se instalando, no MST, uma formação diferente de sua Pedagogia da Luta: uma *Formação Institucionalizada e Burocratizada*, que acentuou a acomodação do Movimento.

Nós temos militantes que tinham total disposição, a burocracia o consome, vai institucionalizando. Há projetos que exigem tarefas muito árduas, que nos impede, até entrava a formação um pouco, limita sua participação na colaboração do trabalho de base, na articulação de famílias, porque uma coisa puxa a outra. [...] Vamos admitir que a burocracia é algo necessário, quando na verdade é necessário, mas no seu limite; a gente luta todo dia para que não fique controlado. [...] Acho que todos os projetos têm uma participação efetiva nessa institucionalização, porque, historicamente, é um projeto burocratizado pelo Estado (InMST₆).

A *Formação Institucionalizada e Burocratizada* colaborou com a *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST*, pois, enquanto a militância participava da burocracia do Estado (Governo Lula) e/ou desenvolvia projetos burocratizados, os conflitos entre os trabalhadores e o Estado eram anulados. Nessas circunstâncias, houve um processo de ocultação das contradições existentes na relação de dependência, o que levou o MST à *Redução de sua Radicalidade*, ao enfraquecimento de seu trabalho de base¹³² e, sobretudo, a um desempenho negativo na formação dos trabalhadores, na perspectiva da luta. Constatamos, então, que a burocratização afetou a formação das lideranças, interferiu, diretamente, na prática social de coordenação do trabalho de base e trouxe mudança político-ideológico na militância, o que alterou o caráter revolucionário do MST.

A questão da formação da militância [...] uma coisa que está ficando um pouco apagada. Essa questão da crítica e da autocrítica está assim um pouco que ausente de nossa prática e isso aí tem influenciado muito a nossa atuação, a gente tem pouco questionado e acabou transformando aquele militante consumido pelo Estado. Não pode ser assim, não dar para a gente se consumir por burocracia, deixar a burocracia consumir um sujeito que pensa diferente que quer transformar a realidade [...] nós [MST] estamos perdendo a nossa radicalidade (InMST₁₃).

A *Diminuição da Força do MST* possibilitou o surgimento de uma formação para dependência, em consequência de seu gradual e constante processo de vulnerabilidade diante das políticas governamentais, e, por conseguinte, o processo de institucionalização

¹³¹ Componentes já discutidas no capítulo segundo.

¹³² Componentes já discutidas no terceiro capítulo.

foi aumentando. A diminuição da força do MST, inerente à diminuição de sua radicalidade, (devidamente explicitada) provocou mudanças no processo de formação da militância para resistência, que se revelaram no seguinte fato: diminuição do número de enfrentamentos e ocupações, já citados, com a chegada do Governo Lula. No período em foco, a relação Governo/Movimento não propiciou nenhum avanço à política de reforma agrária. Em tal contexto, a *escola da luta*, que, sempre, formou militantes com base nos princípios da radicalidade, aos poucos, perdeu espaço na prática social do MST e os jovens militantes, sobretudo, aqueles que ingressaram no Movimento, a partir de 2003, vivenciaram uma experiência de menor radicalidade, portanto, receberam um tipo de formação voltada para uma menor resistência:

Quem conviveu na Bezerra de Meneses, conviveu a experiência [...] não foi um único fato, foi o principal. Entre 1997 até 2002, nós vivemos momentos muito fortes aqui. Momentos de muita pressão, repressão e ameaça; de tudo a gente passou; governos Fernando Henrique, Collor, [...] Aquilo era muito forte para militância, de aprender, de ter domínio. É tanto que, boa parte da militância, que nós temos hoje, inclusive dos nossos dirigentes, surgiu nessa época. São poucos os militantes que vieram antes de 1997. Os que estão na direção da militância hoje, boa parte veio daquela época (InMST₈).

No terceiro capítulo, explicitamos que as formas de dependência do MST das políticas governamentais, também, interferiram nos processos educativos dos trabalhadores, o que nos permite fazer as seguintes afirmações: no Governo Lula, os trabalhadores tiveram maior acesso às políticas compensatórias e houve um relativo aumento do poder aquisitivo; no âmbito do Movimento, militantes e membros da base, em geral, foram levados a considerar que os problemas do país seriam resolvidos com a simples chegada de Lula ao governo (assunto já discutido ao longo do presente texto), pois conseguiram algumas conquistas materiais com mais facilidade; as políticas de inclusão atenderam, em parte, as demandas mais emergenciais dos trabalhadores. Tal ambiente, ainda que contraditório, gerou um processo intenso de conformação e de desmobilização no MST, cujos reflexos atingiram, de modo acentuado, a formação dos trabalhadores. De acordo com Schlesener (2009, p.178); "O 'educador' é também o ambiente" (Grifo da autora). Ainda na mesma perspectiva, recorreremos a mais um posicionamento de Schlesener (2009, p. 85): "Compreender-se inserido, num contexto e interagindo com os outros e com o ambiente, é o ponto de partida para pensar sobre educação." Reafirmamos, que as políticas de inclusão são relevantes e necessárias, no curto prazo, para os trabalhadores, no

entanto, possibilitam a formação de pessoas menos críticas e, sobretudo, desmotivadas para fazer a luta:

Essas políticas, na verdade, têm amornado mais as lutas, no sentido de acalmar a população, e não resolve nada, apesar de que para aquela família é importante ter aquele recurso, mas ela não traz nada de avanço, ela traz uma política de acomodação. [...] As políticas que estão vindo para as comunidades são políticas compensatórias, que não deixam de ser importantes, mas que só alienam, só acalmam e não resolvem a situação das famílias (InMST₉).

Com a adequação do MST às políticas de inclusão (fato estudado, de modo exaustivo, no presente texto) surgiu um novo *jeito político*, que interferiu na relação do Movimento com o Estado, tendo levado a luta pela emancipação à aceitação de perspectiva compensatória da proposta governamental. Em tais circunstâncias, no MST, surge um novo processo de educação com forte influência do Estado, ou seja, do Governo Lula. A visão de Estado, em Gramsci, desempenha um papel de educador na sociedade, segundo Schlesener (2009, p. 175):

No curso dos Cadernos do Cárcere, a dimensão política da educação se explicita na reflexão sobre a natureza do Estado e das relações de poder, que se instauram entre classes sociais antagônicas as quais, no curso do processo político, tentam conservar ou conquistar a hegemonia. O processo de educação ocorre em todas as instâncias da sociedade, enquanto um processo de formação para o trabalho e para a vida em sociedade, realizando uma ideia de civilização. O Estado moderno é denominado por Gramsci o 'educador', isto é, a instância por meio da qual um grupo social implanta um projeto econômico e político; para tanto o processo de formação e de adaptação dos homens aos objetivos propostos é de fundamental importância. Por meio de políticas públicas e organização do sistema escolar o Estado realiza a adequação dos indivíduos às exigências da produção e às condições sociais de uma época e de uma sociedade (Grifo da autora).

Continuando a examinar o processo de adequação¹³³ do MST às políticas governamentais, constatamos a utilização do *mito Lula*, o que deixou o Movimento em situação de maior dependência. Na *figura de Lula*, os trabalhadores identificavam uma possibilidade real de melhoria de vida, que foi negada, historicamente. A mitificação afetou a consciência de classe da maioria dos trabalhadores e a organicidade do Movimento e, assim, agravou o enfraquecimento ideológico e trouxe mudanças culturais, no perfil da militância. O mito acentuou a *Diminuição da Força Político-Organizativa do*

¹³³ O processo de adequação do MST ao Governo Lula é reflexo da desmobilização e da dominação sobre o movimento.

MST, o que, provavelmente, causou a retirada da política estrutural de sua pauta de discussão. Com a adesão dos trabalhadores ao *mito Lula*, houve uma significativa redução da capacidade do Movimento de problematizar e identificar as contradições existentes na relação com o governo em foco. Nesse contexto, o processo de formação do MST sofreu alterações e, de modo gradativo, foi gerada uma *Formação Mitificada* da militância, que deixou o MST mais vulnerável aos instrumentos de desmobilização do governo. Podemos, então, afirmar que houve um processo de acomodação ao *lulismo*.

É uma construção mítica, por isso mesmo resistente, difícil de ser desmontada, [...] é mais difícil, porque com o mito você não faz política. Para fazer política é preciso desconstruir o mito. [...] Ninguém ataca diretamente o mito [...] é uma aura, é histórica, foi construída, alguns percursos são reais, mas a força mítica é muito forte. [...] é difícil combater o mito [...] de modo que a coisa do Lula vai permanecer [...] (ExMST₂).

Além de todos os obstáculos, que se interpuseram ao caminhar do MST, a descaracterização do PT interferiu de modo negativo na sua formação. Consideramos que tal descaracterização teve, como marco inicial, a carta¹³⁴ do Encontro Nacional do PT, na qual havia indicativos de que um futuro Governo Lula não adotaria um programa socialista.

Fruto de uma decisão amadurecida está sendo elaborada uma plataforma, a ser submetida às direções desses partidos [PT, PDT, PSB e PCdoB]. Sobre ela se pretende elaborar um programa de governo, a ser apresentado na disputa presidencial de 1998 por uma candidatura única das Oposições. A formulação conjunta deste programa [...] constitui um marco no reagrupamento da esquerda. Revela também a vontade política do PT de construir, na sociedade, uma política de alianças que, fundada num programa de caráter democrático-popular, possa agregar todos os segmentos sociais e políticos que se opõem ao projeto neoliberal e ao Governo FHC (PT 1997, p. 1)¹³⁵.

Houve uma orientação do PT, que provocou forte mudança política da estratégia da frente de esquerda, no sentido de priorizar uma ampla aliança eleitoral com emprego de agenda moderada, voltada para formação de um governo de coalizão. Em tal contexto, sua descaracterização revelou-se de modo mais nítido com a chegada de Lula ao governo que, em pouco tempo, foi cooptado pela direita no congresso e, em paralelo, a militância petista se burocratizou, pois assumiu vários postos no Estado. O PT perdeu,

¹³⁴ O PT lançou a Carta do Rio de Janeiro, no 11º Encontro Nacional, em 1997, sob a presidência de José Dirceu (Vide Anexo F).

¹³⁵ Partido do Trabalhadores.

assim, a autonomia política diante do projeto capitalista e inverteu seu papel na formação dos trabalhadores, tendo se transformado em um partido da ordem, que passou a desmobilizar as lutas sociais. Dessa forma, o partido perdeu sua força como intelectual coletivo dos trabalhadores brasileiros, o que repercutiu de modo negativo na formação dos movimentos populares, no Brasil. Tais efeitos negativos atingiram o MST, que alterou sua prática educativa e política e, assim, descaracterizou seu processo de formação.

A gente criticava isso do PT, que o PT tinha perdido, descaracterizado no sentido de não ter mais aqueles grupos de capacitação, de formar novas pessoas [...]. Hoje, não é só no PT, considero que o MST também está desse jeito. A Igreja católica, como eu falei da PJMP¹³⁶, que acabou com essa fonte que tinha de parir militância, que daí se geravam as lideranças. E essas lideranças, muitas delas, que persistem até hoje, porque teve todo o seu processo [...] Se você tiver sua ideologia afirmada, você nunca vai se corromper (InMST₁₅).

Em um passado recente, notadamente, nos anos 1980 e 1990, os *históricos* militantes petistas defendiam a desobediência civil, diante das restrições aos direitos dos trabalhadores, no entanto, quando chegaram ao governo, a partir de 2003, deixaram de assumir esse papel de *Intelectual Orgânico*, que sempre foi desempenhado pelo PT. Desse modo, o partido assumiu um novo papel de educador, tendo como base a adesão ao projeto neoliberal, com a implantação de políticas governamentais de inclusão, que modificaram o processo de formação dos trabalhadores. Essa formação se distanciou da perspectiva de *luta histórica* dos trabalhadores, que se tornaram mais acomodados e com menor poder de reivindicação de seus direitos. Por conseguinte, na relação com o governo petista, o MST teve seu processo de educação para a luta comprometido. Para Schlesener (2009, p. 97):

Se o Estado 'educa', como o faz na atuação de seus intelectuais? A atuação do Estado, enquanto concentra o poder, é de organizar a sociedade a fim de adaptá-la a certo tipo ou nível de civilização. A educação do indivíduo se processa no curso da vida e da sua inserção na sociedade. Entre os mecanismos de organização social, estão as políticas públicas, fundadas em programas políticos a serem concretizados no curso de uma gestão (Grifos do autora).

Em tais circunstâncias, a análise da formação dos trabalhadores envolve relações hegemônicas entre as classes dominantes e dominadas. No Brasil, podemos perceber que existe, também, uma Pedagogia da Dominação que influencia o processo de

¹³⁶ Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural.

manutenção das relações de *Hegemonia* da classe dominante. Neves *et al.*, (2010, p. 25) afirmam: "A nova pedagogia da hegemonia é sinônima do exercício da dominação." Então, nesse contexto de *Hegemonia*, o capital conseguiu impor uma nova sociabilidade e uma nova pedagogia, que se transformaram em circunstâncias favoráveis à produção do *Descenso do MST*, portanto, "[...] analisar as relações de hegemonia, no Brasil, exige considerar a nova pedagogia da hegemonia." (MARTINS, 2009, p. 262). A pedagogia protagonizada pelo capital tem desempenhado papel decisivo, na desmobilização dos movimentos populares, inclusive do MST:

A nova pedagogia da hegemonia materializou-se com ações efetivas na aparelhagem estatal e na sociedade civil nos anos finais de século XX e nos anos iniciais do século XXI, configurando uma nova dimensão educativa do Estado capitalista. Sua principal característica é assegurar que o exercício da dominação de classe seja viabilizado por meio de processos educativos positivos (NEVES *et al.*, 2010, p. 24).

A nova Pedagogia da Hegemonia contribuiu para desarticular o MST e os movimentos populares, cujas bandeiras de luta são fundamentadas no socialismo e/ou na crítica ao capitalismo. Tal pedagogia é, fortemente, difundida na sociedade, por seus *Intelectuais Orgânicos*, que têm o papel de construir um consenso em bases capitalistas, conforme afirmam Neves *et al.*, (2010, p. 25):

[...] os intelectuais da nova pedagogia da hegemonia são pessoas e organizações, cuja atribuição específica é a formulação, adaptação e disseminação, em diferentes linguagens, das ideias que fundamentam a nova concepção de mundo e práticas político-ideológicas da burguesia mundial. Eles são também os responsáveis pela organização de atividades, que visam a sedimentar em todo o tecido social um novo senso comum em torno de um novo padrão de sociabilidade para o século XXI. São, portanto, os funcionários subalternos da classe mundialmente dominante e dirigente na formulação, adaptação e difusão das teorias e das práticas, que fundamentam o neoliberalismo da Terceira Via.

Analisando, ainda, o *Descenso do MST*, que ocorreu a partir do consentimento estabelecido na *Dependência das Políticas do Governo Lula* e na *Desmobilização pelo Capital*, (conforme explicitado anteriormente), percebemos a influência dessa nova Pedagogia da Hegemonia neoliberal, que limitou o projeto de emancipação dos trabalhadores. Enfatizamos que, sob a influência da nova pedagogia, o Estado e os governos negaram políticas estruturais e, ao mesmo tempo, impuseram políticas

neoliberais, que se traduziram em políticas de compensação. Para Neves *et al.* (2005, p.30):

[...] a pedagogia da hegemonia se desenvolve no sentido de ampliar os direitos sociais por trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação, transporte das massas trabalhadoras, com políticas sociais diretamente executadas pelo aparato governamental, tendo por intuito obter o decisivo consenso da maioria da população ao projeto burguês de sociabilidade [...] Tais políticas governamentais constituíram-se, ainda, em um importante veículo de redefinição dos graus ou momentos da correlação das forças políticas nas formações sociais contemporâneas, no sentido de impedir que a classe trabalhadora ultrapassasse o nível econômico-corporativo de organização das lutas sociais.

As formas de *Desmobilização do MST pelo Capital*, estudadas no segundo capítulo desta tese, representam formas de dominação do capital sobre o Movimento e desempenham um papel decisivo, na formação dos trabalhadores, conforme Martins (2009, p. 262): "[...] as formas de dominação na atualidade, principalmente aquelas relacionadas à produção da nova sociabilidade, devem ser encaradas como processos educativos bem mais complexos que superam todas as práticas do passado." Na atualidade, a força desse capital domina o Estado brasileiro e o PT, assim como, dominou o Governo Lula e exerceu forte pressão sobre o MST. Em tal contexto, o Movimento foi desmobilizado pelas políticas do Governo Lula, que eram controladas pelo mesmo capital.

Observamos, então, que a *Força do Capital*, por meio do Estado, avançou, direta e indiretamente, sobre os processos de formação do MST, que modificou suas práticas políticas e pedagógicas, tendo sido gerada uma *Formação para a Subordinação*, em função da dominação capitalista.

Para Gramsci, o Estado é o 'educador', isto é, o veículo por meio do qual se implanta um projeto econômico e político, e se realiza, também, a formação e adaptação dos homens ao processo de consolidação de tais objetivos." (SCHLESENER, 2009, p.178), (Grifo da autora).

Essa formação humana veiculada pelo Estado visa mudanças profundas na sociedade, ou seja, a criação de uma nova cultura: "[...] o Estado deve ser concebido como 'educador' enquanto tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização." (GRAMSCI, 2007, p. 28).

A partir da cultura burocrática do Estado capitalista, o processo de formação do MST foi condicionado pela aliança estabelecida pelo Governo Lula com o grande capital

agrário e financeiro, que ratificava a existência de um Estado de natureza capitalista, conforme já analisado. Além disso, a manutenção da proximidade, entre MST e partido do governo, acelerou o processo de institucionalização do Movimento. Reafirmamos, ainda, que as relações capitalistas, contando com a mediação do Estado, do governo e do seu partido, começaram a determinar, de modo mais intenso, o processo de formação do MST. Enfim, a formação para a lógica do capital, sob a influência do Estado se sobrepôs à proposta de formação para emancipação dos trabalhadores, construída *historicamente* pelo MST:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2007, p. 23), (Grifo do autor).

A formação do MST na relação com o Governo Lula, discutida até aqui, não condiz com os princípios pedagógicos defendidos por Caldart (2004). Em um estudo sobre a pedagogia do MST, a autora chama atenção para a matriz pedagógica, que direciona a Pedagogia da Luta Social, voltada para a educação dos Sem Terra, a partir das experiências de tentar transformar o atual estado das coisas, no mundo:

O Movimento é constituído pela luta, e ao mesmo tempo a conforma. [...] Ser 'Sem Terra quer dizer estar permanentemente em luta para transformar o atual estado das coisas'. Ou seja, a luta está na base da formação dos sem-terra, e é a vivência dela que constitui o próprio ser do MST, trazendo presente a própria possibilidade da vida em movimento, onde o que hoje é de um jeito, amanhã já pode ser diferente, ou até já estar mesmo 'de ponta-cabeça. Tudo se conquista com luta e a luta educa as pessoas.' Esse é um dos aprendizados ao mesmo tempo herdados e construídos pela trajetória do MST. Por isso, manter os sem-terra em 'estado de luta permanente' é uma das estratégias pedagógicas mais contundentes produzidas pelo Movimento (CALDART, 2004, p. 331), (Grifos da autora).

No período do Governo Lula, o Movimento não conseguiu manter os Sem Terra em luta permanente, o que se tornou determinante para abalar o seu processo de formação política e pedagógica, pois, a estratégia pedagógica de luta permanente, destacada por Caldart (2004), se transformou em uma estratégia mais pragmática. Quando o Movimento começou a caminhar dentro da ordem estabelecida pelo governo em foco, houve modificações na sua natureza, como Sem Terra, porque a luta é a base de sua

formação, ou seja, a luta é sua essência. Na ocasião em que não fez o embate *Contra-Hegemônico* com o Governo Lula, o MST alterou a sua pedagogia, que, conforme já afirmamos, agravou o recuo da luta pela mudança na estrutura agrária no país.

A pedagogia da contra-hegemonia, por sua vez, apesar de garantir expressivas vitórias em formações sociais periféricas, foi perdendo seu poder de persuasão nas formações capitalistas centrais e, finalmente, com a queda do muro de Berlim e com o fim da União Soviética, vem tendo muita dificuldade para convencer a classe trabalhadora de que processos como a expropriação, a exploração e a dominação por ela vivenciadas são historicamente construídos, como resultado da hegemonia burguesa (NEVES *et al*, 2005, p. 32).

Dando continuidade à análise da relação pedagógica e, também da política do MST no contexto do Governo Lula, adotamos o conceito gramsciano de *Intelectual Orgânico*, já apresentado, nesta tese, no item referente à metodologia. As categorias concretas determinantes do *Descenso do MST* e, por conseguinte, indispensáveis à determinação da Pedagogia, diante do Governo Lula, podem ser compreendidas a partir do conceito de *Intelectual Orgânico*.

A partir de nossa pesquisa empírica, observamos que, diante do contexto do Governo Lula, os militantes do MST encontraram muita dificuldade para colocar sua pedagogia construída *historicamente* nas lutas, ou seja, na prática cotidiana. No período Lula, as mobilizações massivas de trabalhadores e os debates arrefeceram, o que enfraqueceu a capacidade do MST de problematizar e analisar a realidade. E conforme já afirmamos, a diminuição da capacidade de análise da realidade tornou o Movimento mais frágil na relação com o Estado. Ter clareza da limitação do papel de intelectual dos militantes do MST é fundamental para a compreensão das relações de dependência que, se estabeleceram com o governo em foco. Segundo o pensamento gramsciano, o senso comum, presente nas classes subalternas, é do tipo ocasional e desagregado, o que facilita a dependência de políticas governamentais. Esse senso comum, entretanto, não pode ser desprezado pelos *Intelectuais Orgânicos*, pois a partir dele, é possível compreender o contexto da atual crise e/ou realizar a revolução dos trabalhadores. Os intelectuais do MST não conseguiram identificar, no senso comum, algo que pudesse se transformar em concepção de mundo coerente e homogênea, capaz frear o descenso em curso diante do Governo Lula e chegar ao bom senso, na perspectiva gramsciana.

[...] Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia 'científica' e a filosofia 'vulgar' e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e de opiniões. [...] coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo [...] o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia (GRAMSCI, 2006, p. 98), (Grifos do autor).

O bom senso gramsciano possibilita o desenvolvimento da consciência de classe e, também, da percepção da opressão e da exploração, que são geradas pelo capital, pelo Estado e pelos governos, sobre os trabalhadores. A dificuldade encontrada no processo de formação de uma nova consciência problematizadora dos militantes do MST, diante do Governo Lula, predispôs os trabalhadores à relação de dependência e à aceitação de uma ideologia de dominação. Reafirmamos que tal contexto comprometeu sua perspectiva de luta pela emancipação. "A questão da educação, para os trabalhadores, é o problema de construir as condições de liberdade para todos. Questionar as relações de poder centradas em um saber cristalizado, que exige submissão e obediência a quem pretensamente sabe mais" (SCHLESENER, 2009, p. 94). Diante disso, a formação e a atuação dos intelectuais do MST ficaram comprometidas, na sua perspectiva histórica e revolucionária, pois a relação entre o Governo Lula e os trabalhadores ficou naturalizada no sentido gramsciano:

[...] Na formação dos dirigentes, é fundamental a premissa: pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? (GRAMSCI, 2007, p. 325).

A luta e a conquista pela *Contra-Hegemonia* dos trabalhadores do MST exigem mudanças de concepção de mundo no senso comum para possibilitar a geração de novos intelectuais oriundos de sua base, que estabelecerão um processo dialógico entre os sujeitos. Desse modo, será formado um tipo de intelectual, que poderá criar as bases para construir a *Contra-Hegemonia* dos trabalhadores. Nesse sentido, a formação dos intelectuais deve buscar:

[...] trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidades ao amorfo

elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa, e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos (GRAMSCI, 2006, p. 110).

A formação de novos intelectuais, diante de um governo de mesmo campo político, é uma ação que requer mudança radical na forma de pensar e de agir dos trabalhadores, o que não ocorreu com o MST. Na sua relação com o Governo Lula, o enfraquecimento dos trabalhos de base trouxe vários prejuízos ao Movimento, que foram agravados, pelo modo como o papel de intelectual foi desenvolvido pelas lideranças. As dificuldades existentes no processo de formação do Movimento poder ser analisadas de acordo com Gramsci (2006, p.104):

[...] este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de debandadas e reagrupamentos; e, neste processo, a 'fidelidade' da massa [...] é submetida a duras provas. O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa. (Grifo do autor).

No âmbito da esquerda do Brasil, em geral, e no MST, em particular, a crise na formação de *Intelectuais Orgânicos* acentuou-se com a chegada do Governo Lula, conforme já analisado. Consideramos que os trabalhadores precisam produzir seus intelectuais, nos diversos aparelhos privados de *Hegemonia* existentes na sociedade (guerra de posição), para conquistarem a direção intelectual e moral. Destacamos que, atualmente, na esquerda brasileira e, também, no MST, a produção desse tipo de intelectual está em crise. Durante esse governo, o Movimento se distanciou do socialismo, tendo se aproximado do pragmatismo. A penetração cultural deveria avançar para novas posições, na intrincada relações de poder, o que, na concepção revolucionária gramsciana seria a antecipação do socialismo.

Os intelectuais são também os portadores da função hegemônica, que exerce a classe dominante na sociedade civil. [...] O proletariado pode assim produzir os intelectuais ao nível hegemônico, dado que é uma classe que, pelo lugar que ocupa no modo de produção capitalista, pode aspirar, de maneira realista, à direção da sociedade. Por intermédio do Partido, das escolas que cria, dos meios de difusão que emprega e pelo papel de educador dos seus militantes, o proletariado ergue-se como adversário da hegemonia, que exerce a burguesia e tende a derrubá-la (PIOTTE, 2010, p. 22), (Tradução livre)

Na visão gramsciana, se destaca a postura do intelectual tradicional, que tem forte vínculo com a filosofia idealista e mantém distanciamento do senso comum. Convém resaltar que o senso comum é considerado como fonte original da ciência, ainda que a capacidade de sistematização do povo seja embrionária. No MST, durante o Governo Lula, houve esse distanciamento entre lideranças e base.

Nós não estamos tendo a capacidade de analisar, de voltar lá para o meio do povo, pegar esta insatisfação geral e transformar isso em luta. O que o nosso povo está querendo? O que a base está falando? Não é *basismo*, o que nós estamos falando, mas é uma análise (InMST₉).

Consideramos necessário esclarecer que os intelectuais do MST não são caracterizados como intelectuais tradicionais, pois historicamente desempenharam um papel de intelectual orgânico. Porém, no momento Lula, o desempenho desse papel foi prejudicado pelo distanciamento entre lideranças e base do Movimento, conforme tantas vezes citado. O intelectual comprometido com a reforma moral e cultural somente terá condições de se formar, organicamente, na interação com o povo, com o qual poderá apreender a complexidade concreta, em que se encontra o *homem simples* e, sobretudo, sentir a problemática de sua realidade social, de acordo com Gramsci, (2006, p. 221):

O elemento popular 'sente', mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual 'sabe', mas nem sempre compreende e, menos ainda, 'sente'. Os dois extremos são, portanto, por um lado, o pedantismo e o filisteísmo, e, por outro, a paixão cega e o sectarismo. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa 'saber' sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado [...] Se a relação entre intelectuais e povo-nação [...] é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber [...], só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, [...] cria-se o 'bloco histórico'. (Grifos do autor).

O intelectual do MST depende dessa relação com a massa para se tornar um agente orgânico na sociedade, porém o aumento do *Trabalho Burocrático*, o distanciamento da base e a mudança no perfil da militância, citados anteriormente, prejudicaram o seu trabalho orgânico. No entanto, ressaltamos que muitos trabalhadores aspiravam compreender a realidade do Governo Lula no contexto do capital e, também, desejavam enfrentar a crise política e alcançar uma transformação social. Mesmo não tendo conseguido implementar o desejado enfrentamento, esses trabalhadores não se eximiram do trabalho de intelectual, pois tentaram discutir e teorizar o problema existente

naquelas circunstâncias. A dependência entre lideranças e a base do Movimento poderá ser melhor compreendida a partir de Gramsci (2006, p. 104) que afirma:

[...] uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'por si', sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica. (Grifos do autor).

O processo de teorização tem como base a reflexão da realidade, que precisa ser descrita e explicada, o que exige do intelectual esforço de abstração para chegar à síntese. No decorrer da nossa pesquisa, percebemos que, no MST, o papel intelectual das lideranças seria fundamental para possibilitar aos trabalhadores da base a oportunidade de ultrapassar o nível das aparências, no contexto capitalista do Governo Lula. Destacamos, que, se esse trabalho tivesse sido executado, certamente, o MST teria atravessado a barreira do Descenso. Lênin (2010, p. 81) já havia citado que "Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário". Ressaltamos a unidade, em torno do ato de pensar, com base em Gramsci (2006, p. 100) que afirma:

[...] a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquela massa, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social.

Tomando como base tal articulação, o intelectual colabora com o surgimento de novas maneiras de pensar de sua classe, elevando o pensamento do senso comum a um pensamento lógico, metódico e mais homogêneo. Tal função pode ser, assim, expressa:

[...] Um intelectual tem a função de homogeneizar a concepção do mundo da classe à qual está organicamente ligado, isto é, positivamente, de fazer corresponder esta concepção à função objetiva desta classe numa situação historicamente determinada ou, negativamente, de a tornar autônoma, expulsando desta concepção tudo o que lhe é estranho. O intelectual não é pois o reflexo da classe social: ele desempenha um papel positivo para tornar mais homogênea a concepção naturalmente heteróclita desta classe (PIOTTE, 2010, p. 24), (Tradução livre)

De acordo com o pensamento político-pedagógico de Gramsci (2006), durante a aproximação com os intelectuais, os *simples* deverão ser conduzidos da filosofia primitiva do senso comum para uma etapa superior da construção científica e, assim, será formado um amplo bloco intelectual e moral. Aqui, não se trata de iniciar uma nova forma de pensar, pois:

[...] após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que 'todos' são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de 'todos', mas de inovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente (GRAMSCI, 2006, p. 101), (Grifos do autor).

Observamos que, a partir de elementos de organização e ação política, as relações hegemônicas são necessariamente de natureza pedagógica, mas, em contrapartida, as relações pedagógicas são sempre hegemônicas, pois a efetivação do trabalho educativo tem como objetivo construir uma nova concepção de mundo, por conseguinte, exige uma maior compreensão do conjunto das contradições. “A educação é hegemônica, todas as relações pedagógicas são hegemônicas, porque, por estas relações, é que se constrói o consenso organicamente orientado para a dominação” (JESUS, 1989, p. 51).

Ainda refletindo sobre o tema educação *versus* MST, afirmamos que o papel da educação está voltado para as relações sociais, podendo escolher entre dois caminhos: manter a *Hegemonia* da sociedade vigente, ou possibilitar a transformação dessa sociedade conservadora. Quando a ação educativa segue o primeiro caminho (manutenção da sociedade vigente) ajusta os indivíduos à ordem social com base no saber elitista e no discurso homogêneo e reproduz a ideologia dominante, portanto, oculta as contradições. No entanto, se fizer opção pelo segundo caminho (transformação da sociedade conservadora) a educação poderá colaborar com o processo de transformação da sociedade elitista e autoritária, pois irá oferecer ao indivíduo a possibilidade de tomar consciência das contradições existentes. A tomada de consciência é um fator que poderá levar o indivíduo a participar da construção de uma *Contra-Hegemonia*, portanto, as relações pedagógicas são hegemônicas, ou seja, estão imbuídas e fortalecem a *Hegemonia* de classe. Na história do MST, o tema educação (ação/prática educativa) esteve, sempre, voltado para a construção de uma *Contra-Hegemonia*, tendo conseguido promover alterações na estrutura agrária do país, em níveis jamais alcançados, quando contribuiu com o processo de desocultação de um conjunto imenso de contradições, em nossa sociedade. Apesar desse acúmulo positivo de experiências, o papel político e pedagógico do MST ficou comprometido no período do

Governo Lula, uma vez que os trabalhadores não conseguiram desolcultar as numerosas contradições existentes, por exemplo, o seu carácter neoliberal.

Na construção da *Contra-Hegemonia*, segundo o pensamento *gramsciano*, ocorre a passagem da consciência da necessidade para a consciência da liberdade, o que se constitui como um momento catártico. Por conseguinte, o processo educativo poderá vencer tais contradições e possibilitar a criação da autonomia de indivíduos e da classe dos trabalhadores. Sob tais perspectivas, afirmamos que inúmeros fatores e circunstâncias adversas impediram que o MST alcançasse um momento catártico, durante o governo em foco. Dentre tais fatores, (devidamente explicitados, no decorrer do presente texto), destacam-se: *Descenso na Luta de Classes*; descaracterização do PT; mitificação de Lula; dominação dos movimentos populares pelo capital; desmobilização dos movimentos populares pelo capital; e dependência do MST das políticas governamentais. Considerando o pensamento *gramsciano* e com base nos resultados da nossa pesquisa, afirmamos que, no período do governo em foco, a proposta de educação do Movimento não conseguiu elevar os sujeitos do senso comum para o bom senso, o que enfraqueceu o seu nível de criticidade e, assim, não atingiu o momento *de pensar politicamente*. Tais fatores (não superação do senso comum, enfraquecimento do nível de criticidade e incapacidade de pensar politicamente) sinalizavam um recuo de sua proposta de educação e, sobretudo, interferiram no distanciamento da luta *Contra-Hegemônica*.

Continuando a análise do tema (prática político-educativa do MST *versus* Governo Lula) esclarecemos que, neste estudo, consideramos a educação como uma prática social, que articulada com a política e com os ideais de emancipação, traz contribuições para as dinâmicas sociais. Reafirmamos que, de acordo com informações e dados obtidos, no decorrer da pesquisa, percebemos que o processo educativo não conseguiu desolcultar as contradições presentes nessa relação. Destacamos, mais uma vez, que a prática educativa do Movimento, no contexto desse governo, não se efetivou como um componente de disputa pela *Hegemonia* na sociedade, portanto, não colaborou com o avanço na transformação social.

Para Gramsci (2007), a educação é atividade que eleva as massas trabalhadoras a um patamar moral, intelectual e cultural e, assim, consegue capacitá-las para a elaboração de suas próprias ideologias e/ou visões de mundo, que servirão de base para empunhar o imperativo da revolução. A reforma moral e intelectual das massas trabalhadoras tem a função de preparar os quadros dirigentes para governar a sociedade. A prática educativa,

que detém tais características, desempenha um papel fundamental, no processo de formação de uma ideologia voltada para os interesses dos trabalhadores, cujos objetivos são:

[...] combater as ideologias modernas em sua forma mais refinada, para poder constituir seu próprio grupo de intelectuais independentes, e educar as massas populares, cuja cultura era medieval. Esta segunda tarefa, era fundamental, dado o caráter da nova filosofia (GRAMSCI, 2007, p. 35).

Com a intenção de sintetizar a formação do MST no contexto do Governo Lula, fazemos as seguintes considerações: o Movimento não conseguiu modificar as circunstâncias do governo em foco; não procurou fazer um enfrentamento direto; e o Movimento, como um *Intelectual Orgânico*, não conseguiu formar os trabalhadores para essa nova circunstância política. E em direção oposta à sua *histórica* Pedagogia da Luta, foram geradas categorias concretas: *Formação do MST para Conformação*¹³⁷ e a *Formação do MST para Subordinação*¹³⁸, que determinaram o surgimento da categoria concreta *Pedagogia da Acomodação do MST*¹³⁹ (Vide Figura 24). O processo de determinação categorial da nova Pedagogia do MST, que vem se constituindo, simultaneamente ao processo político, gerou o *Descenso do MST*, constante no item 4.1, nas Figuras 17, 20, 21 e 22, já referidas.

A categoria *Formação do MST para Conformação* foi determinada pelas categorias *Formação do MST para Institucionalização* e *Formação do MST para Pacificação*. Tais categorias foram determinadas a partir do *Aumento da Institucionalização (Trabalho Burocrático e Dependência Financeira)* e da *Redução da Força Político-Organizativa* (enfraquecimento do trabalho de base e redução da radicalidade).

O *Trabalho Burocrático* consentido pelo MST é, ao mesmo tempo, um instrumento de dominação do Estado sobre o Movimento, já explicitado, que juntamente com a limitação da autonomia política (expressa pela *Dependência Financeira*) criaram condições para a geração do processo de *Formação do MST para Institucionalização*. Tal formação tornou o MST mais conformado às políticas do governo:

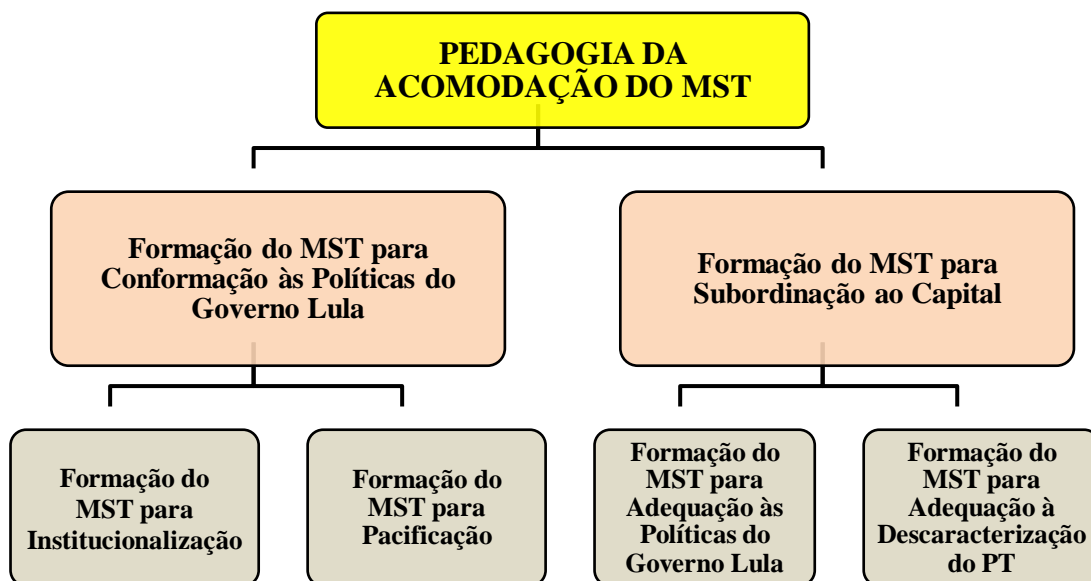
¹³⁷ *Formação do MST para Conformação às Políticas do Governo Lula.*

¹³⁸ *Formação do MST para Subordinação ao Capital.*

¹³⁹ Determinamos por abstração as categorias concretas *Pedagogia da Acomodação* e suas determinantes, *Formação do MST para Conformação* e *Formação do MST para Subordinação*.

A educação contemporânea não se conscientizou das profundas transformações pelas quais passou a sociedade. Para entender os dilemas por que passam os homens no mundo é preciso compreender a dominação burocrática. [...] Tudo isso reflete na ação educativa, principalmente quando são tirados do indivíduo sua liberdade e autonomia (CARVALHO, 2014, p. 1).

Figura 24 - Árvore de determinação da pedagogia da acomodação do MST



Fonte: Dados da Pesquisa

O *Enfraquecimento do Trabalho de Base* e a *Redução da Radicalidade*, explicitados anteriormente, repercutiram sobre a determinação da *Formação do MST para Pacificação*, o que trouxe conformação ao Movimento diante do Governo Lula. Sob tal perspectiva da formação pacífica, encontramos o seguinte depoimento:

[...] às vezes a gente tem se achado muito pacífico, não é um espontaneísmo sem estratégia, sem tática, mas a nossa forma de luta tem caracterizado muito esse desacreditar [...] a nossa forma de lutar tem que recuperar essa luta mais direta e mais incisiva (InMST₆).

O processo de *Formação do MST para Conformação* e sua situação de Descenso podem ser compreendidos a partir de Braga (2012). Segundo esse autor, a pacificação social surge como uma consequência da derrota da greve de 1980, pois se ocorresse uma ruptura com a estrutura oficial, as relações burocráticas seriam afetadas. Em

tal contexto, surgiu, no Brasil, um sindicalismo de Estado, caracterizado pelo consentimento passivo (massas) e ativo (lideranças).

Reafirmamos que, em geral, o *Conformismo Social* aumentou junto ao segmento dos trabalhadores, em particular no MST e, por conseguinte, a luta *Contra-Hegemônica* ficou quase inexistente no governo em foco. O aumento da mitificação de Lula, a partir das políticas de inclusão de maior acesso aos trabalhadores, substituiu os movimentos populares e anulou, em parte, o papel das lideranças do MST: "[...] esse governo desmobilizou a classe. A compensação social não passa de uma política conformista, que a gente vive, o Bolsa-Família, o *status-quo*" (InMST₇).

O processo de *Formação do MST para Conformação* pode ser atribuído, em parte, ao *Descenso na Luta de Classes*, que provocou mudanças no foco das estratégias usadas por diversos movimentos populares, que começaram a priorizar as políticas governamentais. Destacamos que tais políticas detinham o poder de neutralizar a prática de enfrentamento dos movimentos ao governo.

Em muitos lugares da nossa esquerda não se fala mais em socialismo, não se fala mais de revolução, e olhe, quando muitos de nós achamos bons esses governos, esses acordos, essas politicagens, que estão aí, que nos impõe a tirar da nossa ação, da confrontação e parte para a conformação (InMST₄).

O Movimento, também, foi afetado por essa onda de refluxo, quando se acomodou na relação com o governo em foco : "[...] o MST entrou no processo de conformação, de esperança. Nós achávamos, claro que nós esperávamos, havia uma expectativa no MST" (InMST₂). Isso teve implicação direta no processo formativo do MST, pois fortaleceu a *Formação para a Conformação*, que se sobrepôs à formação para a luta.

Conforme Semeraro (2006), nesse contexto, devemos destacar a crise, que se instalou junto aos intelectuais e aos políticos ligados às classes dos trabalhadores. Tal crise foi provocada pela reestruturação do capital e pela derrota do comunismo, tendo sido agravada pela *Hegemonia* da política neoliberal, que faz surgir uma nova forma de política e de educação. O político, o educador e o intelectual vinculados aos movimentos populares, paulatinamente, tornaram-se pragmáticos e os movimentos populares assumiram posicionamentos, menos contundentes, nas suas lutas *Contra-Hegemônicas* e

ficaram mais conformados com a nova configuração hegemônica do capital. Tal situação de *Conformismo* pode ser também explicada a partir de Gramsci (2007, p. 260):

Tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, mais ampla e profunda do que no passado: a estandardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou até mesmo continentais. [...] O conformismo sempre existiu: trata-se hoje de luta entre 'dois conformismos', isto é, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil. Os velhos dirigentes intelectuais e morais da sociedade sentem faltar terreno sob seus pés, percebem que suas 'pregações' tornaram-se de fato 'pregações' [...], (Grifos do autor).

A *Formação do MST para Subordinação* tem como fundamento principal a *Força do Capital* presente no Estado, no Governo Lula e no PT. A *Desmobilização do MST pela Descaracterização do PT* e a *Desmobilização do MST pelo Governo Lula* acentuaram a desmobilização do MST, já citadas anteriormente, e foram fundamentais na determinação da *Formação do MST para Subordinação*, pois durante esse governo, se estabeleceu de modo gradual e contínuo uma *Formação para Adequação do MST às Políticas do Governo Lula* e uma *Formação para Adequação do MST à Descaracterização do PT*.

A *Formação do MST para Subordinação* resulta da categoria *Desmobilização do MST pelo Capital* (já analisada), que decorre da dominação do capital sobre o Estado, Governo Lula e PT. Essa subordinação ao capital trouxe consequências negativas para o processo formativo do Movimento, tendo gerado relações pedagógicas propícias à situação de submissão diante do governo.

A educação é o meio mais propício para garantir que o dominado aceite pacificamente sua condição e se submeta cordialmente [...] ao domínio burocrático exercido pelo outro ou pela instituição. Nesse momento, para seu pleno sucesso, é preciso criar todo um aparato técnico e intelectual para a sustentação do mecanismo burocrático (MELO JÚNIOR, 2010, p. 157).

A subordinação do MST diante do Governo Lula pode também ser observada em um depoimento:

[...] é necessário potencializar a nossa militância política; é importante que no próximo período [governo Dilma] nós [MST] radicalizemos nossas lutas [...] não podemos nos subordinar ou nos movimentar dentro da ordem. Nós temos que fazer enfrentamento que gere conflito (InMST₂).

O depoimento anterior faz referência à presença da *Hegemonia* do capital, cuja sociabilidade (de sua Pedagogia da Dominação) conseguia impor processos pedagógicos, que levaram o MST a um processo de subordinação diante desse governo. Tal subordinação do MST ao governo petista ocorre porque o Movimento "[...] toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua" (GRAMSCI, 2006, p. 97).

O processo de deslocamento do abstrato para o concreto, desenvolvido neste capítulo, tornou possível a identificação das categorias com determinações mais concretas do presente estudo, tais como: *Descenso do MST e Pedagogia da Acomodação do MST*. Dessa forma, conseguimos explicitar a complexa e contraditória relação político-educativa entre MST e Governo Lula.

Conclusões

Neste estudo, tivemos como foco a formação política-educativa do MST na relação com o Governo Lula, em um contexto, que envolve o Estado, o Partido dos Trabalhadores e o Capital, aqui representado, sobretudo, pelas *commodities* agrícolas.

A metodologia adotada possibilitou a apreensão/interpretação da realidade com base no referencial teórico, o que nos levou a transitar pela empiria, sem cair no viés político, tendo utilizado o seguinte aparato teórico-metodológico: concepção do método dialético (análise e síntese da realidade pesquisada); fenomenologia (descrição do fenômeno estudado); análise de conteúdo (inferências a partir dos significantes e significados para produção de novos significados); associação de conteúdos (análises quantitativa/qualitativa das associações entre os componentes de análise para determinação de categorias e identificação de tendências dos dados empíricos); e teoria fundamentada (produção de um esquema teórico a partir da integração das diversas categorias teóricas e empíricas). Além disso, chamamos atenção para os quadros, figuras e fórmulas matemáticas, que utilizamos para organizar e interpretar os dados empíricos.

Retomamos, aqui, os achados desta pesquisa com enfoque nos aspectos inerentes ao *Descenso do MST* e à *Pedagogia da Acomodação do MST*, fenômenos que ocorreram simultaneamente.

O processo de *Descenso do MST* (determinado pela Dependência e pela Desmobilização), que já vinha em curso desde o final dos anos 1990, se acentuou, no período Governo Lula (2003 a 2010). Tal Descenso se agravou com a mudança de qualidade no trabalho político do militante, que se envolveu em demasia com o trabalho burocrático, portanto, diminuiu o tempo destinado ao trabalho orgânico. Desse modo, houve um aumento no processo de burocratização/institucionalização do Movimento, na relação com esse governo.

A *Dependência do MST das Políticas do Governo Lula* tem origem na *Diminuição da Força Político-Organizativa do MST* e no *Aumento da Institucionalização*. Constatamos, ainda, que essa dependência seja resultante dos seguintes fatores: consentimento passivo, sobretudo, quando a base aceitou de forma pacífica e/ou mitificada as políticas de inclusão do Governo Lula e consentimento ativo, na ocasião em que a direção e as lideranças participaram e/ou concordaram com os termos da negociação estabelecida por esse governo.

O MST acomodou-se diante do *Arrefecimento da Política de Reforma Agrária* e, em seu lugar, aceitou a priorização das políticas de inclusão do governo, em decorrência de sua *Dependência Financeira*. Nesse contexto, o Movimento adotou uma estratégia política mais pragmática e reduziu sua autonomia, o que enfraqueceu o trabalho de base e diminuiu a radicalidade da militância.

A *Desmobilização do MST pelo Capital*, determinada a partir da *Desmobilização do MST pela Descaracterização do PT* e da *Desmobilização do MST pelo Governo Lula*, tem como fundamento a *Força do Capital* agrário e financeiro, que dominou o Estado, o Governo Lula e o PT. Tal desmobilização ocorreu, principalmente, porque a *Hegemonia* do capital se sobrepôs ao PT e ao governo, que se tornou dependente dos resultados econômicos positivos, em nível internacional, proporcionados pelas *commodities* agrícolas.

A *Descaracterização do PT*, que teve início com a reestruturação do capital (*Força do Capital*) e com o *Descenso na Luta de Classes*, contribuiu com o processo de desmobilização do MST. Com a chegada de Lula ao governo, houve cooptação de grande parte de seus militantes pelo aparelho do Estado. A descaracterização do PT repercutiu negativamente nos movimentos de esquerda, em geral, e no MST, em particular, pois houve uma forte mudança na correlação de forças, que trouxe prejuízos ao Movimento. Em tais circunstâncias, a aliança MST/PT perdeu a sua marca principal, ou seja, a natureza de embate *Contra-Hegemônico*.

O Descenso está constituído de fatores internos e externos ao MST. Dentre os fatores internos, destacamos: aumento da burocratização; diminuição na qualidade do trabalho da militância; pragmatismo na estratégia política diante do governo; redução na autonomia política; presença de cooptação parcial; aumento na dependência financeira; redução na radicalidade; e enfraquecimento do trabalho de base. Como fatores externos, identificamos: mitificação do Governo Lula; diminuição na qualidade da aliança entre MST-PT; dominação do capital sobre Estado, governo e partido; burocratização do PT; constituição de governo de coalizão; arrefecimento da política de reforma agrária; priorização da política de inclusão; atuação da mídia burguesa; e descenso na luta de classes no mundo e no Brasil, em particular. Afirmamos, ainda, que o conjunto categorial, que produziu a *Desmobilização do MST pelo Capital*, foi mais determinante no *Descenso do MST*, do que o complexo categorial da *Dependência do MST das Políticas do Governo Lula*.

Com base nas mesmas determinações do *Descenso do MST* e fundamentado na tese *gramsciana* de que toda relação política é uma relação pedagógica, identificamos, na relação com o Governo Lula, a presença da *Pedagogia da Acomodação no MST*, que se distanciou dos princípios básicos da *histórica* Pedagogia da Luta dos Sem Terra.

Pedagogia da Acomodação é determinada por dois processos: *Formação do MST para Subordinação ao Capital* e *Formação do MST para a Conformação às Políticas do Governo Lula*. Explicitamos que a Subordinação é decorrente da *Formação para Adequação do MST às Políticas do Governo Lula* e da *Formação para Adequação do MST à Descaracterização do PT*, enquanto que a Conformação se origina na *Formação para Institucionalização* e na *Formação para Pacificação*.

O processo de *Formação do MST para Subordinação* é resultante do ambiente de formação para a dominação, que é proporcionado pelas relações capitalistas presentes no Estado, no Governo Lula e no PT. Tal formação ocorreu porque o MST aceitou as políticas de inclusão em seu processo organizativo.

O Processo de *Formação do MST para a Conformação às Políticas do Governo Lula* tem como base os seguintes elementos: burocratização do trabalho dos militantes e conseqüente prejuízo para sua organicidade; pragmatismo na estratégia política e redução na autonomia política em decorrência da dependência financeira; e diminuição da radicalidade da militância. Tais componentes que determinaram a formação para conformação são decorrentes do enfraquecimento do desempenho do papel de *Intelectual Orgânico* do MST.

As modificações ocorridas nas características essenciais do papel de *Intelectual Orgânico* desempenhado pelo MST, notadamente quando comparado às décadas de 1980 e 1990, diminuíram sua capacidade de organizar a luta dos Sem Terra. Tais mudanças contribuíram com o aumento do *Descenso do MST* e com o surgimento da *Pedagogia da Acomodação do MST*.

O processo de determinação do *Descenso do MST* é cíclico, pois todas as categorias, que o determinaram, também, são determinadas por ele. Seguindo tal ótica, afirmamos que o *Descenso do MST* e a *Pedagogia da Acomodação do MST* se determinam de modo simultâneo.

Apesar do *Descenso do MST*, havia resistência interna em parte da militância, que se opunha ao tipo de relação existente entre o Movimento e o Governo Lula. Os militantes, que faziam essa resistência, não concordavam com a estratégia política adotada

pelo Movimento, que diminuiu sua autonomia. Tais reações de resistência evitaram que o MST perdesse totalmente sua autonomia política diante do governo e se tornasse um movimento cooptado, como ocorreu com a CUT e a UNE.

O nosso trabalho desvelou a complexidade dos aspectos e das contradições, existentes na relação MST e Governo Lula, o que trouxe contribuições teórico-práticas, tais como: fortalecimento dos fundamentos teóricos, que embasam os princípios políticos/educativos; aporte teórico necessário à orientação das práticas políticas/educativas; e a percepção de que qualquer intervenção tem como premissa a análise das relações político-educativas entre os movimentos e o contexto (Estado, governo, partido e capital). Tais contribuições são indispensáveis à construção da *Contra-Hegemonia* dos trabalhadores, em geral, e do MST, em particular.

Consideramos, ainda, que determinadas *Categorias Gerais*, elaboradas para analisar e interpretar os dados da pesquisa, poderão ser utilizadas em estudos de realidades distintas, desde que tratem da relação entre movimento popular e governo do mesmo campo político. Dentre tais *Categorias Gerais* destacamos: estratégia política do movimento; autonomia política do movimento; relação do movimento com a burocracia do Estado; trabalho de base do movimento; nível de radicalidade do movimento; aliança do movimento com organizações do mesmo campo político (sindicatos, movimentos e partidos); percepção da figura do governante do mesmo campo político pelos trabalhadores; qualidade da política acordada entre movimento popular e governo do mesmo campo político; caráter formativo da relação do movimento com o governo; natureza política do partido após assumir o governo; correlação de forças entre o movimento e o capital; correlação de forças entre Estado e capital; correlação de forças entre governo e capital; estado da luta de classes; e atuação da mídia junto aos movimentos populares.

Com base nos achados desta pesquisa, destacamos que, na relação com o Governo Lula, o MST enfraqueceu a sua luta *Contra-Hegemônica*, no cenário atual da política brasileira. Diante de tal constatação, afirmamos que cabe ao MST, rever sua estratégia política para enfrentar o processo do Descenso diante do governo do mesmo campo político e evitar a perda total de autonomia; e assim, poderá retomar o protagonismo nas lutas pela reforma agrária no Brasil e por uma sociedade socialista.

Sugerimos o desenvolvimento de novas pesquisas sobre os demais movimentos populares, partidos e sindicatos no campo da esquerda no contexto da atual política

brasileira. Em relação ao MST sugerimos, ainda, a realização de pesquisas sobre as seguintes temáticas: influência das igrejas no processo de organização dos assentamentos de reforma agrária e na formação e mobilização da militância; processo de formação política da juventude e sua participação no MST; processo de identidade dos trabalhadores com o MST, na situação de acampados e na situação de assentados da reforma agrária; impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sobretudo, *Internet*, telefonia móvel (celulares), televisão por assinatura e computadores sobre a organicidade, mobilização e forma de comunicação (interna e externa) do MST; e análise da questão agrária e da agricultura familiar e suas respectivas contradições, a partir do contexto brasileiro no Século XX.

Finalmente, temos como expectativa que os resultados deste estudo possibilitem uma melhor compreensão da complexa relação do MST com o Estado, governo, partido e capital, tendo em vista a elaboração de novas estratégias políticas voltadas para o enfrentamento das forças antagônicas.

REFERÊNCIAS¹⁴⁰

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, M. de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Sundermann, 2007. p.112. (Col. 10, 1).
- AMARAL, Roberto. A vitória da direita: a pós-política. **Carta Capital**, 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 12-jun-2014.
- ANTUNES, R. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê; Autores Associados. 2006.
- ANTUNES, R. **A práxis do poder e a lógica financista**. *Jornal da Unicamp*. Campinas: 2003, set., p. 1-7. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 22 jan. 2013.
- APEXBRASIL. AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTOS. **As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas**. 2011. Disponível em: <<http://www2.apexbrasil.com.br>>. Acesso em: 24-jun-2014.
- APPLE, M. W.; NÓVOA, A. (Orgs.) **Paulo Freire: política e pedagogia**. Tradução de I. Narciso. Porto: Porto Editora. 1998. (Col. Ciências da Educação, v 28).
- ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de A. Pinheiro; L. A. Reto. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BAUER, M. W.; GASKEL, G.; (Orgs.). **Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Tradução de P. A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Col. Assim Lutam os Povos).
- BETTO, F. **Calendário do poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- BETTO, F. **A mosca azul: reflexão sobre o poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIANCHI, A. **Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni dopo**. São Paulo: Lua Nova, 2007, v. 70: p. 213-222. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

¹⁴⁰ Considerando a complexidade do tema pesquisado, estudamos teóricos que não estão citados no texto, porém foram acrescentados às referências.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: Fórum Econômico da FGV, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br>> Acesso em: 20-jul-2014.

BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**. CEMARX, IFCH, UNICAMP: 2005, n. 21, p. 52-76. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BORG, C.; BUTTIGIEG, J.; MAYO; P. **Gramsci and education**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2002.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: USP, Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2012. Mundo do Trabalho.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Prestação de Contas Ordinárias Anual: Relatório de Gestão**, 2010. Brasília. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 21-jul-2014.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Biblioteca da Presidência da República. **Pronunciamento à nação do Presidente da República**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA, 2005. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso: 20-jul-2014.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Biblioteca da Presidência da República. **Pronunciamento do Presidente da República**. Brasília, 2003a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Biblioteca da Presidência da República. **Discurso do Presidente da República**. Brasília, 2003b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Biblioteca da Presidência da República. **Pronunciamento do Presidente da República**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOZO, G. G. *Commodities*, exportação e crescimento da economia. **Páginas de Direito**, 2010. Disponível em: <<http://www.tex.pro.br>>. Acesso em: 12-jul-2014.

CARVALHO, A. B. de. **Burocracia e educação moderna: Max Weber**. 2014. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 20-jul-2014.

- CARVALHO, A. B. de. **Educação e liberdade em Max Weber**. IJUÍ: Unijuí, 2004.
- CASTILHO, A. L. **Partido da terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidade econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. Tradução de L. R. C. Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Ocupações (2004-2010)**. Goiânia: CPT, 2010a. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15-jan-2014.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos do campo Brasil. (1995-2010)**. Goiânia: CPT, 2010b. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15-jan-2014.
- CONTANDRIOPOULUS, A.-P., CHAMPAGNE, F.; POTVIN, L.; DENIS, J-L.; BOYLE, P. **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997.
- COSTA, R. **Gramsci e o conceito de hegemonia**. Cadernos do ICP, n. I. Salvador: Quartela; São Paulo: ICP, 2011.
- COUTINHO, C. N. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou Contra-Reforma? **Revista Novos Rumos**. Marília: UNESP, 2012, v. 49, n. 1, p. 117-126.
- COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 28-43.
- COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre a cidadania e modernidade. **Revista Ágora**: Políticas Públicas e Serviço Social. 2005, 2, n. 3, Disponível em: <<http://www.rabaneda.adv.br>>. Acesso em: 10-jan-2014.

COUTINHO, C. R. **A agricultura nos assentamentos rurais no Ceará:** qual o tipo de exploração? O caso Lagoa Verde. 1999. 240f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1999.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição.** São Paulo: Cortez, 1985.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University, 1957.

DIAS, E. F. **Revolução passiva e modo de vida:** ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Sundermann, 2012.

DIAS, E. F. **Política brasileira:** embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann. 2006.

DIAS, E. F. **Gramsci em Turim:** a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

ENDERLE, R. Apresentação. In: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de R. Enderle; L. de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. **A questão agrária no Brasil:** a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. Revista Eletrônica do CEMOP. n. 02, set. 2012. Disponível em: <www.memoriaoperaria.org.br>. Acesso em: 20-jul-2014.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. Tradução de R. Enderle; N. Schneider; L. C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. – **Coleção Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável.** Campinas: EDUNICAMP, 2008, v.1.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio eletrônico XXI.** Versão 3.0. Nova Fronteira, nov. 1999.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Manifesto à sociedade brasileira.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br>>. Acesso em: 10-abr-2014.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Col. Questões da Nossa Época, 23)

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Col. Leitura).

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de M. Godotti; L. L. Martin. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Col. Educação e Comunicação, 1)

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Col. O Mundo Hoje, 21)

FREIRE, P. **Por uma pedagogia da pergunta**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Col. Educação e Comunicação, 15)

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 4 ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1977.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 8 ed, Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAS, L. C. de. Materialismo histórico-dialético: pontos e contrapontos. Cadernos do ITERRA. **O MST e a pesquisa**. II Seminário Nacional. Veranópolis: ITERRA, ano 7, n. 14, dez, 2007, p. 45-59.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GARCIA, N. J. **Propaganda: ideologia e manipulação**. Rocket Edition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org>>. Acesso em: 20-jul-2014.

GERMER, C. M. (2003). A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: EDUFRGS, p. 61-92.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Volume Primo, Quaderni 1–5 (1929-1932). A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Volume Secondo, Quaderni 6 – 11 (1930-1933). A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Volume Terzo, Quaderni 12–29 (1932-1935). A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Volume Quarto, Aparato Critico. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.

GRAMSCI, A. **La formazione dell'uomo: scritti di pedagogia**. A cura di Giovanni Urbani. Roma: Riuniti, 1974.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Tradução de C. N. Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. O intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Tradução de C. N. Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Maquiavel notas sobre o estado e a política**. Tradução de L. S. Henriques; M. A. Nogueira; C. N. Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo**. Tradução de C. N. Coutinho; L. S. Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v 4.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Tradução de L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v 5.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices**. Tradução de C. N. Coutinho; L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v 6.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. (1926 a 1930). Tradução de L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v 1.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. (1931 a 1937). Tradução de L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v 2.

GRAMSCI, A. **L' alternativa pedagogica**. Antologia a cura di M. A. Manacorda. Roma: Riuniti. 2012.

GROS, F. Direito dos governados, biopolítica e capitalismo. In: NEUTZLING, I.; RUIZ, C. M. M. B. (Orgs.). **O (des)governo biopolítico da vida humana**. São Leopoldo: Unisinos/Casa Leiria, 2011. p. 105-122.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de C. N. Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HARVER, D. **Para entender o capital**. Tradução de R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de O. Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HIBOU, B. **La bureaucratisation du monde: à l'ère néolibérale**. Paris: La découverte, 2012.

HILL, D. J. **Hegemony and education: Gramsci, Post-Marxism. and radical democracy revisited**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de M. Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009, p. 16-45.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Bancada ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional**. Brasília: INESC, 2007, ano VII, n. 12.

IPEADATA. **Macroeconômico (1997-2012)**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 15-jun-2014.

JESUS, A. T. de. **Educação e Hegemonia: no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

KEUCHEYAN, R. **Hémisphère gauche: une cartographie des nouvelles pensées critiques**. Paris: Zones, 2007.

KOLLING, E. J.; STÉDILE, J. P. **Reinventar o MST para continuar sendo o MST**. Alter-Nativa Revista de Estudios Rurales. Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba. v. 1, n. 1, primer semestre de 2014, Voces Rurales, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.cea.unc.edu.ar>>. Acesso em: 20-jul-2014.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Tradução de P. Bezzerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de C. de Neves; A. Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURIYAMA, R. K. **As ideologias do protesto popular no MST sob o Governo Lula (2002-2010)**. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina. 2011.

LEFÉBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Tradução de C. N. Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LENIN, V. I. **Que fazer?** Problemas candentes de nosso movimento. Tradução de M. Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução**. Tradução de A. Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIGUORI, G.; VOZA, P.; **Dizionario Gramsciano 1926 -1937**. Roma: Carocci, 2011.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Col. Pensamento Crítico, v. 8)

LIMOEIRO CARDOSO, M. Para uma leitura do método em Karl Marx: anotações sobre a "Introdução" de 1857. **Cadernos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)**. Universidade Federal Fluminense. n. 30, set/1990.

LOMBARDI, F. **La pedagogia marxiste d'Antonio Gramsci**. Traduction J. de Gritti. Toulouse: Privat, 1971.

LÖWY, M. (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. Tradução de C. Schilling, C. L. Borges. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LÖWY, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Tradução de A. de Gonçalves, Anderson de. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de C. N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MALTESE, P. **Lecture pedagogiche di Antonio Gramsci**. Roma: Anicia, 2010.

MALTESE, P. **Il problema político come problema pedagogico in Antonio Gramsci**. Roma: Anicia, 2008.

MANACORDA, M. A. **Marx e l'educazione**. Roma: Armando, 2008.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Col. Os Economistas) Tradução de J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009. (Col. Marx-Engels).

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de R. Enderle; L. de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de L. Konder; R. Guimarães. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, K. **As lutas de classes**. Tradução de R. Sant 'Anna. Rio de Janeiro: Cátedra, 1986. 121 p.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de E. Malagodi *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. v 1, 18 ed. Tradução de R. Sant 'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

MARX, K.. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. v 2. 17.ed. Tradução de R. Sant 'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação do capital. 7.ed. Tradução de R. Sant 'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Tomo 1 (parte primeira). Tradução de R. Barbosa; F. R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Col. Os Economistas).

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Tomo 2 (parte segunda). Tradução de R. Barbosa; F. R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Col. Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em diferentes profetas (1845-1846). Tradução de R. Enderle; N. Schneider; L. C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATHIEU, L. **L'espace des mouvements sociaux**. Broissieux: Croquant, 2012.

MAYO, P. **Gramsci and educational thought**. Malaysia: Wiley-Blackwell, 2010.

MAYO, P. **Gramsci, Freire e a educação de adultos**: possibilidades para uma ação transformadora. Tradução de C. A. S. Soares Netto. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, L. **A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária.** MST, 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 21-jul-2014.

MELO JÚNIOR, J. A. C. C. Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber. **Revista Pensamento Plural** do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel. Pelotas [06]: 147-164, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

MELO NETO, J. F. de. **Dialética: uma visão marxista.** In: MELO NETO, J. F. de; CARNEIRO, G. M.; CESARINO, H. **Dialética.** João Pessoa: ED/UFPB, 2002.

MENEZES NETO, A. J. de. O MST, a esquerda e descenso das massas. **Jornal Correio da Cidadania.** São Paulo, 01-jul-2010. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** Tradução de P. S. Castanheira; S. Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** Tradução de F. R. Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução de I. Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAIS, E. Sá de. **A questão ontológica do método em Marx.** 2004, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2004, 187 f.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Criminalização da luta social. **Revista Sem Terra.** n. 54, jan-fev, São Paulo: MST. 2010a.

MST. **História do MST (1984-2009).** Caderno de Formação. n. 1. Fortaleza: Secretaria Estadual MT/Ceará. 2010b.

MST. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra.** n. 289. São Paulo: MST, 2009a.

MST. **Método de trabalho de base e organização popular.** Caderno de Formação, n. 38. São Paulo: MST, 2009b.

MST. **Para debater os desafios internos do MST.** Caderno de Debates, n. 2. São Paulo: MST. 2009c.

MST. **A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil: documentos básicos.** São Paulo: MST, 2005a.

MST. **Dossiê MST escola:** documentos e estudos (1990-2001). Caderno de Educação, n. 13 (Edição Especial). Veranópolis: ITERRA, 2005b.

MST. **Construindo o Caminho.** São Paulo: MST, 2001.

NEGRI, F. de; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Boletim Radar.** Tecnologia, Produção e Comércio Exterior. Brasília: IPEA, n. 13, 2011. 7-14 p.

NEVES, L. M. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã. 2010.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégia do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, M. A. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, F. Lula pensa que é o rei do Brasil. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos.** São Leopoldo: UNISINOS, n. 413, Ano XIII, 2013. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010a, p. 21–27.

OLIVEIRA, F. de. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010b, p. 368–376.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencaimento. In: OLIVEIRA, F. de.; RIZEK, C. S. (Orgs.) **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007a, p. 15-45. (Col. Estado de Sítio).

OLIVEIRA, F. de. O momento Lenin.. In: OLIVEIRA, F. de.; RIZEK, C. S. (Orgs.) **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007b, p. 257-287. (Col. Estado de Sítio).

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. de.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. (Col. Estado de Sítio).

OLIVEIRA, F. de.; RIZEK, C. S. (Orgs.) **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007. (Col. Estado de Sítio).

OLIVEIRA, T. F. **A filosofia da práxis nos cadernos do cárcere.** 2008. 195 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ORIGUÉLA, C. F. Ascensão e queda da luta pela terra no governo Lula (2003-2010). **ANAIS ... XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - UFU**. Uberlândia, 2012. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br>>. Acesso em: 21-out-2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta do Rio de Janeiro**. 1997. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.

PEREIRA, L. C. B. **Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, v. 1).

PIGENET, M.; TARTAKOWSKY, D. (Orgs.) **Histoire des mouvements sociaux en France: de 1814 à nos jours**. Paris: La Découverte, 2012.

PIOTTE, J-M. **La pensée politique de Gramsci**. Québec: Lux, 2010.

POLETTI, I. **Brasil, oportunidades perdidas: meus dois anos no governo Lula**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PORTO, I. S.; SILVA, A. P. R. P. de; HUARCAYA, S. S. L.; OLIVEIRA, L. F. D. de.; SANTO, F. H. do E.; LIMA, T. G. F. de M. S. Método de associações de conteúdos: uma tentativa para analisar dados textuais nas pesquisas de enfermagem. **Revista Enfermagem, UERJ**, 11 (3), p. 337-347, 2003.

RENAUT, E.; DUMÉNIL, G.; LÖWY, M. **Ler Marx**. Tradução de M. Echalar. São Paulo: UNESP, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Tradução de C. Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SADER, E. **Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política**. São Paulo: Cortez, 1998.

SALMERI, S.; PIGNATO, R. S. **Gramsci e la formazione dell'uomo: itinerari educativi per una cultura progressista**. Roma: Bonanno, 2008.

SAWAYA, R. R. **Subordinação consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

SCHLESENER, A. H. **A escola de Leonardo: política e educação nos escritos de Gramsci**. Brasília: Líber Livro, 2009.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura Gramsci**. 3.ed. Curitiba: EDUFPR, 2007.

- SCHLESENER, A. H. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: EDUFPR, 2002.
- SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Letras e Ideias, 2006.
- SEMERARO, G. **Filosofia e política na formação do educador**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.
- SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. Como dominantes dominam. **Revista Temporalis**, ABEPSS, Brasília, 2012, ano 12, n. 24, p. 215-237.
- SINGER, A. V. **Os sentimentos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SORJ, B. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. **Revista Novos Estudos**. CEBRAP: São Paulo, 1998, n. 50, p. 1-37.
- STÉDILE, J. P. **O MST muda o foco**. Carta Capital, n. 657, 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.
- STÉDILE, J. P.; GÖRGEN, S. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamental**. Tradução de L. O. Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- TEIXEIRA, F. J. S. **Pensamento com Max: uma leitura crítica-comentada de o capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.
- TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Projeto Excelências**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.transparencia.org.br>>. Acesso em: 20-jul-2014.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- WEBER, T. **Hegel, liberdade, estado e história**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociedade compreensiva**. Tradução de K. E. Barbosa; R. de Barbosa, 4.ed. Brasília: EDUnB, 2012, 2 v.
- YAMAUTI, N. N. A aplicação do método dialético de produção de conhecimento no ensino de ciências sociais. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences** (Acta Sci. Hum. Soc. Sci.). Maringá, v. 28, n. 1, p. 111-120, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A - Sujeitos da pesquisa

Quadro A1 - Sujeitos da entrevista

Entrevistados	Quantidade
Internos ao MST	
Militantes das Brigadas	21
Coordenação Nacional e Estadual	8
Base nos assentamentos de Reforma Agrária	8
Técnicos	4
Externos ao MST	
Técnicos e assessores políticos no Congresso Nacional e no Governo Federal	10
Professores universitários	7
Colaboradores do MST	5
Total	63

Quadro A2 - Observação

Participantes de eventos	Ano
II Congresso Unificado Camponês	2012
IV Encontro Estadual da Reforma Agrária	2012
Reunião da Coordenação Estadual do MST	2012
XXIV Encontro Estadual do MST	2011
XXII Encontro Estadual do MST	2009

Apêndice B - Roteiro de entrevista

Roteiro de Entrevista

- Visão sobre o campo
- Capitalismo no campo
- Visão sobre a reforma agrária
- Relações de poder no campo
- Visão sobre o Estado brasileiro
- Liberdade dos Sem Terra
- Projeto político-educativo do MST
- Papel da educação do MST
- Objetivo da educação do MST
- Escola do MST
- Política de formação do MST
- Formação política do MST
- Concepção de mundo do MST
- Formação cultural do MST
- Base social do MST
- Movimento de massa
- Trabalho de base
- Organicidade do MST
- Método de organização e direção
- Prática político-educativa do MST
- Relação entre a prática educativa do MST e sua organicidade
- Modo de produção e o sistema de produção do MST
- Impacto da tecnologia da informação nos assentamentos
- Plano de trabalho do MST
- Política de Alianças do MST

Apêndice C - Produção de categorias

Quadro C1 - Unidades de contexto e unidades de registro¹⁴¹.

Unidade de contexto	Unidade de registro
<p>UC_II3 O MST esperançava [...] o MST sabia que o Lula não ia fazer a revolução socialista no Brasil, que não cabia a ele fazer isso, cabia ao povo, entendendo que o estado é burguês, mas a nossa expectativa era que ele iniciasse um processo pelo menos de um governo progressista, popular, um governo voltado para os anseios populares. Então o Lula, a Dilma, o governo do PT, não é um governo popular, é um governo populista, que tem uma estratégia de <i>marketing</i> muito boa e ganhou a aprovação popular, mas ele não é um governo que na sua prática, atenda de fato os interesses da classe trabalhadora, seja a classe trabalhadora no campo, seja a classe trabalhadora na cidade. [...] e tem uma estratégia de <i>marketing</i> que virou uma figura, uma personalidade do meio popular e ficou imunizado de uma certa forma.</p>	<p>UR_II3.1 Lula transformou-se no mito UR_II3.2 frustração do MST no governo Lula UR_II3.3 Lula governo populista UR_II3.4 o governo Lula não atendeu os interesses da classe trabalhadora (estruturais)</p>
<p>UC_LII16 [cooptação] Marginalmente, pode ser um caso ou outro, pode ser em algumas situações tal, no geral não, no geral é o agronegócio, quer dizer, o Brasil transformou-se num grande negócio.</p>	<p>UR_LII16.1 cooptação pontual do MST UR_LII16.2 as <i>commodities</i> agrícolas venceram o MST UR_LII16.3 aceleração do crescimento do Brasil UR_LII16.4 o Brasil transformou-se num grande negócio</p>
<p>UC_I11 Percebe-se isso [o descenso] com o jeito de mobilizar o povo, o povo está amortecido e aí não é só nós do MST, são todas as classes, todas as camadas sociais, todos os movimentos organizados hoje, então ele teve esse descenso e com nós também não foi diferente, nós não chegamos a se acabar na sua totalidade, mas que a gente também teve muita perda com isso, sente esta fragilidade grande [...] e aí outra coisa também que a gente ver bem visível é no sentido das próprias conquistas, as políticas de assentamento também que vem e que a gente que está ali meio que parasita, vem e a gente não sabe aproveitar mais</p>	<p>UR_I11.1 o descenso do MST UR_I11.2 o descenso dos movimentos UR_I11.3 as políticas de governo UR_I11.4 acomodação dos assentados</p>
<p>UC_LXXXII A gente está muito institucionalizado, nós enquanto MST estamos muito presos as instituições formais a essas armadilhas que são colocadas aí pelo Estado [...] projetos [...] isso cria problemas internos no MST por conta de convênios [...] Até onde vai o nosso radicalismo? a gente é radical, mas até certo ponto, chega um momento que a gente está batendo nos nossos próprios calos.</p>	<p>UR_LXXXII.1 MST enfrenta dificuldades UR_LXXXII.2 MST está preso as armadilhas do Estado (projetos, convênios) UR_LXXXII.3 o radicalismo do MST está limitado</p>

¹⁴¹ Este Quadro C1 representa uma pequena amostra do conjunto total dos dados.

Quadro C2 - Mapa das frequências simples.

UNIDADE CONTEXT	COMPO NENTES	ACOM	ArRfAG	EnTrBA	RdAUTO	PrPoINC	RdRAD	GovDoCAP	DesLuCI	PgESTR	MitLULA	EstDoCAP	BuroMST	BuroPT	MuQALI	ResMST	MidBur	Fs
1		2					1		1		1	1		1				7
2						2												2
3		1		1		2												4
4				1		1				1	1							4
5				4	1		1			2							2	10
6				6			1											7
⋮		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
105					2		1			3								6
106		6	2	1	1	1			1		3			1	1			17
107		1	1	1	1			1	2	1							1	9
108		4	3			3				1								11
109		1				4												5
⋮		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
211										3						1		4
212				5			7											12
213				2													1	3
214							2			1								3
Fs		202	168	127	121	114	100	91	90	76	67	64	50	42	40	32	29	1413

Quadro C3 - Mapa das frequências de participação e relação percentual entre componente de análise e unidade de contexto na base textual.

UNIDADE CONTEX.	COMPO-NENTES	ACOM	ArRfAG	RdAUTO	PrPoINC	GovDoCAP	EnTrBA	PgESTR	RdRAD	DesLuCl	EstDoCAP	MitLULA	MuQALI	BuroPT	MidBur	ResMST	BuroMST	Fpa
1		1							1	1	1	1		1				6
2					1													1
3		1			1		1											3
4					1		1	1				1						4
5				1			1	1	1						1			5
6							1		1									2
⋮		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
105				1				1	1									3
106		1	1	1	1		1			1		1	1	1				9
107		1	1	1		1	1	1		1					1			8
108		1	1		1			1										4
109		1			1													2
⋮		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
211								1								1		2
212							1		1									2
213							1								1			2
214								1	1									2
Fpa		104	84	61	60	53	51	48	47	47	40	32	29	26	20	17	15	734
% CA/UC		48,60	39,25	28,50	28,04	24,77	23,83	22,43	21,96	21,96	18,69	14,95	13,55	12,15	9,35	7,94	7,01	
Colocação		1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	8°	9°	10°	11°	12°	13°	14°	15°	

Quadro C5 - Mapa das associações entre os componentes de análise.

Componentes	ACOM	ArRfAG	RdAUTO	GovDoCAP	PrPoINC	PgESTR	DesLuCL	RdRAD	EnTrBA	EstDoCAP	MitLULA	MuQALI	BuroPT	ResMST	MidBur	BuroMST	F as	Colocação
ACOM	x	51	32	25	23	26	23	26	24	16	15	15	10	10	6	10	312	1°
ArRfAG	51	x	19	34	26	9	17	12	11	23	13	12	11	1	9	4	252	2°
RdAUTO	32	19	x	9	15	22	11	11	15	12	9	11	7	10	3	8	194	3°
GovDoCAP	25	34	9	x	23	6	15	8	4	14	14	3	6	1	8	0	170	4°
PrPoINC	23	26	15	23	x	6	10	4	6	13	10	6	10	1	6	0	159	5°
PgESTR	26	9	22	6	6	x	13	19	20	2	5	5	3	10	5	5	156	6°
DesLuCL	23	17	11	15	10	13	x	9	11	4	8	10	11	5	5	2	154	7°
RdRAD	26	12	11	8	4	19	9	x	20	7	9	4	4	5	1	4	143	8°
EnTrBA	24	11	15	4	6	20	11	20	x	2	6	5	4	1	4	5	138	9°
EstDoCAP	16	23	12	14	13	2	4	7	2	x	3	3	5	1	2	2	109	10°
MitLULA	15	13	9	14	10	5	8	9	6	3	x	2	6	4	1	0	105	11°
MuQALI	15	12	11	3	6	5	10	4	5	3	2	x	6	4	1	5	92	12°
BuroPT	10	11	7	6	10	3	11	4	4	5	6	6	x	2	1	2	88	13°
ResMST	10	1	10	1	1	10	5	5	1	1	4	4	2	x	0	2	57	14°
MidBur	6	9	3	8	6	5	5	1	4	2	1	1	1	0	x	0	52	15°
BuroMST	10	4	8	0	0	5	2	4	5	2	0	5	2	2	0	x	49	16°
F as	312	252	194	170	159	156	154	143	138	109	105	92	88	57	52	49		

		ACOM	ArRfAG	RdAUTO	GovDoCAP	PrPoINC	PgESTR	DesLuCl	RdRAD	EnTrBA	EstDoCAP	MitLULA	MuQALI	BuroPT	ResMST	MidBur	BuroMST	Compo- nentes	F as	Colocação	F s	Colocação	% CAUC	Σ AsCat ₂	Σ AsCat ₁	%			
		x	51	32	25	23	26	23	26	24	16	15	15	10	10	6	10	ACOM	312	1°	202	1°	48,60						
		DESMOBILIZAÇÃO DO MST PELO GOVERNO LULA																											
DESCENSO DO MST	DESMOB. DO MST P/ CAPITAL	51	x	19	34	26	9	17	12	11	23	13	12	11	1	9	4	ArRfAG	252	2°	168	2°	39,25	847	1181	65			
		25	34	9	x	23	6	15	8	4	14	14	3	6	1	8	0	GovDoCAP	170	4°	91	7°	24,77						
		23	26	15	23	x	6	10	4	6	13	10	6	10	1	6	0	PrPoINC	159	5°	114	5°	28,04						
		16	23	12	14	13	2	4	7	2	x	3	3	5	1	2	2	EstDoCAP	109	10°	64	11°	18,69						
		15	13	9	14	10	5	8	9	6	3	x	2	6	4	1	0	MitLULA	105	11°	67	10°	14,95						
		6	9	3	8	6	5	5	1	4	2	1	1	1	0	x	0	MidBur	52	15°	29	16°	9,35						
				DESMOBILIZAÇÃO DO MST PELA DESCARACTERIZAÇÃO DO PT																									
			23	17	11	15	10	13	x	9	11	4	8	10	11	5	5	2	DesLuCl	154	7°	90	8°	21,96			334		
			15	12	11	3	6	5	10	4	5	3	2	x	6	4	1	5	MuQALI	92	12°	40	14°	13,55					
			10	11	7	6	10	3	11	4	4	5	6	6	x	2	1	2	BuroPT	88	13°	42	13°	12,15					
		AUMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MST																											
DEPÊND. MST POL. GOV.	DESMOB. DO MST P/ CAPITAL	32	19	x	9	15	22	11	11	15	12	9	11	7	10	3	8	RdAUTO	194	3°	121	4°	28,50	342	623	35			
		26	9	22	6	6	x	13	19	20	2	5	5	3	10	5	5	PgESTR	156	6°	76	9°	22,43						
		10	1	10	1	1	10	5	5	1	1	4	4	2	x	0	2	ResMST	-57	14°	32	15°	7,94						
		10	4	8	0	0	5	2	4	5	2	0	5	2	2	0	x	BuroMST	49	16°	50	12°	7,01						
				DIMINUIÇÃO DA FORÇA POLÍTICO-ORGANIZATIVA DO MST																									
	26	12	11	8	4	19	9	x	20	7	9	4	4	5	1	4	RdRAD	143	8°	100	6°	21,96	281						
	24	11	15	4	6	20	11	20	x	2	6	5	4	1	4	5	EnTrBA	138	9°	127	3°	23,83							

Quadro C6 - Mapa da composição das categorias.

ANEXOS

Anexo A - Ocupações dos movimentos socioterritoriais

Tabela A1 - Ocupações de terra dos movimentos socioterritoriais no período do Governo Lula.

Ano	Ocupações dos Movimentos Socioterritoriais¹			
	Geral	%	MST	%
2003	391	100,0 ²	223	100,0 ²
2004	496	126,9	286	128,3
2005	437	111,8	256	114,8
2006	384	98,2	209	93,7
2007	364	93,1	172	77,1
2008	252	64,5	131	58,7
2009	290	74,7	106	47,5
2010	180	46,0	107	48,0

¹ O conjunto dos movimentos considerados socioterritoriais, que incluem também o MST, perfazem um total de 116.

² Dados do MST referentes ao ano 2003 para a base de cálculo como 100.

Fonte: CPT (2010a); CPT (2010b).

Tabela A2 - Ocupações de terra do MST no período dos Governos FHC e Lula.

Governo	Ocupações do MST
1995-2002 (FHC)	2229
2003-2010 (LULA)	1490

Fonte: CPT (2010a); CPT (2010b); Kuriyama (2011).

Anexo B - Nível de exportação das *commodities*

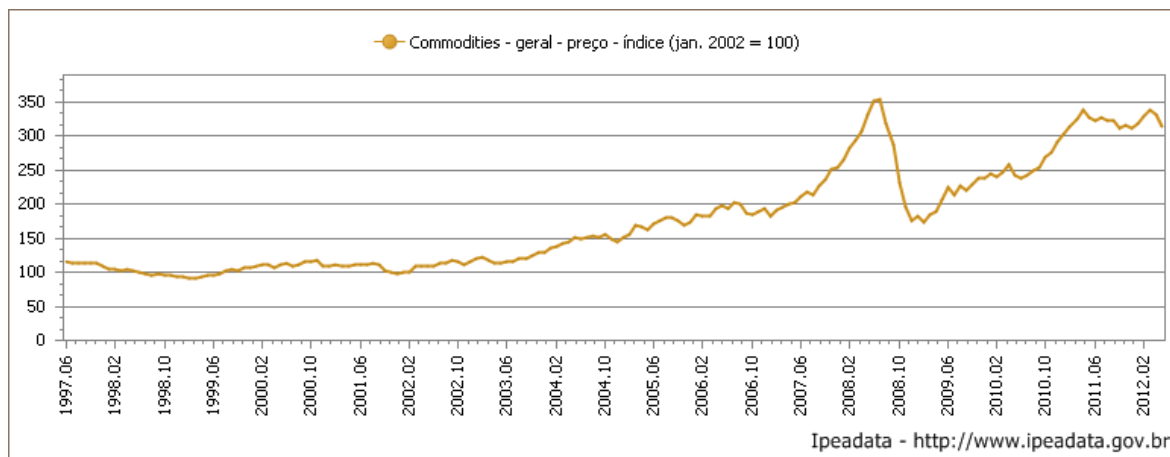
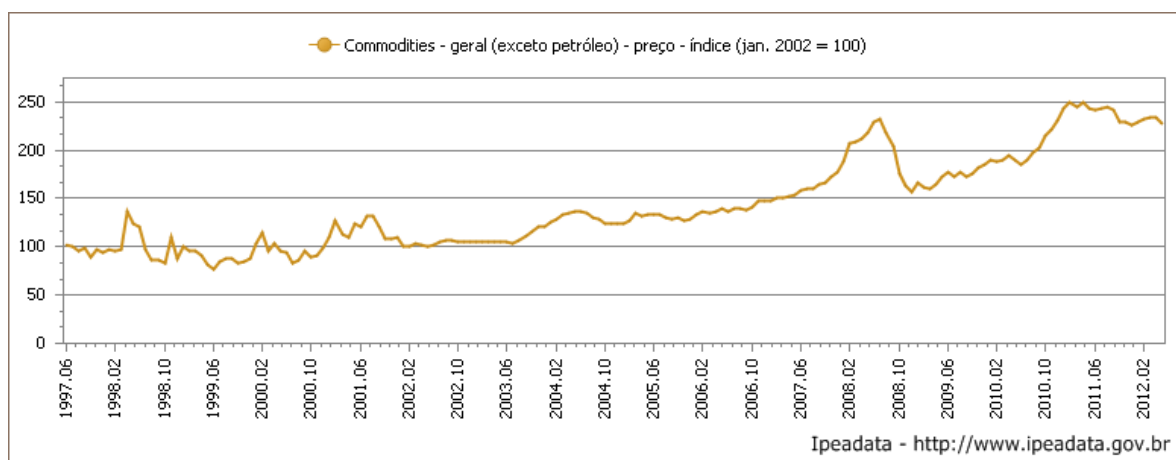
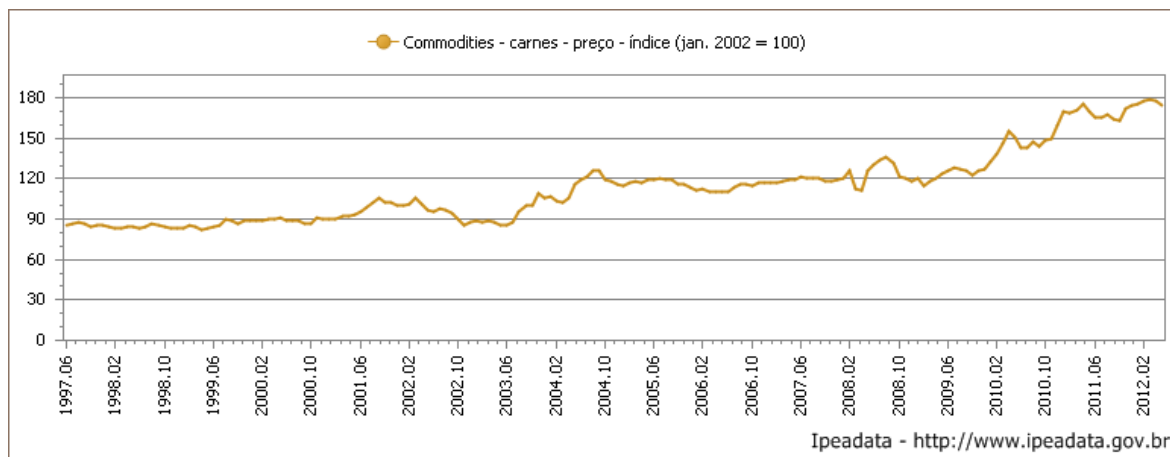
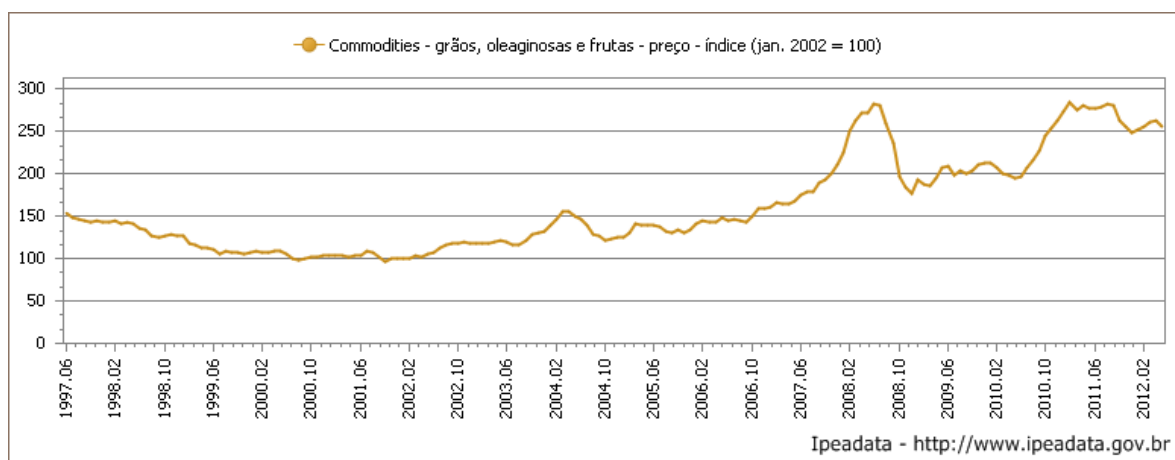
Gráfico B1 - Evolução dos preços das *commodities* em geralGráfico B2 - Evolução dos preços das *commodities* em geral (exceto petróleo)

Gráfico B3 - Evolução dos preços das *commodities* (carnes)Gráfico B4 - Evolução dos preços das *commodities* (grãos, oleaginosas e frutas)

Anexo C - Trecho do pronunciamento do Presidente da República

Trecho do Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

[...]

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

[...] Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar.

[...] Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

[...] Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

[...] Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

[...] vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

[...] Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

[...]

Viva o povo brasileiro!

Sessão solene de posse no Congresso Nacional
Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003

**Anexo D - Trecho do discurso do Presidente da República na imissão de posse da
Fazenda Maísa**

Trecho do discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de imissão de posse da Fazenda Maísa

[...]

A leitura, pelo Oficial de Justiça, aqui, e a assinatura do documento foram a razão principal da minha vinda à cidade de Mossoró, para dizer para vocês: A Maísa vai ser utilizada, outra vez, para gerar o pão de cada dia de mulheres e homens deste país que aqui trabalham.

[...] Quando eu tomei posse disse ao companheiro Miguel Rossetto: “Companheiro Miguel Rossetto, nós não temos que medir a reforma agrária apenas pela quantidade de gente que nós colocaremos no campo”. Porque nós já vimos, na história do Brasil, gente ficar discutindo que colocou 200, 300, 400, 500, mas nunca se discutiu a qualidade dos assentamentos, a qualidade da moradia, as condições de vida das pessoas, a qualidade da educação, se no assentamento tinha posto de saúde, se tinha escola, se tinha agroindústria, se tinha cooperativa.

Eu falei para o Miguel Rossetto: “Vamos nos juntar com a Contag, com o Movimento Sem-Terra, com os sindicatos e vamos começar a pensar um outro jeito de fazer assentamento, para que as pessoas possam ter a terra e tirar dela a dignidade para si e para a sua família”.

[...] Porque nós precisamos atingir a perfeição nesses assentamentos, para que a gente possa, inclusive, mostrar ao mundo o tipo de reforma agrária que nós vamos fazer no nosso governo. Não é apenas dar um pedacinho de terra e um pouquinho de caatinga para o trabalhador, não. Isso, a gente já está cansado.

A gente quer a terra, a gente quer o financiamento, a gente quer assistência técnica, a gente quer se organizar em cooperativa, a gente quer a agroindústria e a gente quer vender o produto que produziu, por um preço. E o governo tem que ajudar, até que as pessoas atinjam a capacidade de andar sozinhas.

[...] E, hoje, eu posso chegar e dizer para vocês: [...] fizemos a maior liberação de dinheiro da história deste país para a agricultura familiar. Foram 5 bilhões e 400 milhões. Até agora, já liberamos 740 mil contratos, 25% a mais do que no ano passado. E já liberamos 73% a mais de dinheiro do que foi liberado o ano passado. E, como o período da safra termina em junho, eu quero que não sobre um centavo na conta do Pronaf, um centavo.

[...] Eu só queria dizer para vocês, para terminar, o seguinte: nós vamos fazer a reforma agrária da forma que eu acho que tem que ser feita, de acordo com os trabalhadores. A gente tem é que colher o resultado disso. Podem ficar certos que, com a mesma coragem que eu tive de ir ao encontro dos Sem-Terra e da Contag, em Brasília, eu quero participar de encontros, olhar na cara de vocês. [...] eu quero dizer que vocês ainda vão ouvir muitas notícias do Presidente da República andando por este país, assinando acordos, para que a gente faça, definitivamente, a melhor reforma agrária já feita neste país.

Muito obrigado. Que Deus abençoe cada um de vocês. [...]

Mossoró-RN, 20 de dezembro de 2003

Anexo E - Carta ao povo brasileiro

Carta ao Povo Brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do

governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade

de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002

Anexo F - Carta do Rio de Janeiro

Carta do Rio de Janeiro

O desempenho do Bloco das Oposições no Congresso Nacional e a atuação da Frente constituída pelo PT, PDT, PSB e PCdoB vêm representando um avanço na organização do campo popular e um estímulo ao processo de enfrentamento às medidas antipopulares do governo.

Fruto de uma decisão amadurecida, está sendo elaborada uma plataforma, a ser submetida às direções desses partidos. Sobre ela se pretende elaborar um programa de governo, a ser apresentado na disputa presidencial de 1998 por uma candidatura única das Oposições.

A formulação conjunta deste programa, a ser respaldado pelo debate e aprovação da militância partidária, constitui um marco no reagrupamento da esquerda. Revela também a vontade política do PT de construir, na sociedade, uma política de alianças que, fundada num programa de caráter democrático-popular, possa agregar todos os segmentos sociais e políticos que se opõem ao projeto neoliberal e ao Governo FHC.

Do ponto de vista do PT, a concretização de um programa comum, o fortalecimento dos movimentos sociais, o combate às reformas conservadoras, a difusão de propostas alternativas e o estabelecimento de uma política nacional de alianças são condições indispensáveis para derrotar FHC e seus aliados nos estados. Para ganhar e governar, transformando o Brasil, é necessário que esta política nacional comande o complexo jogo de forças e pretensões locais ou regionais, sem o que a fragmentação e conseqüente enfraquecimento da Frente serão inevitáveis. Nenhum interesse regional deverá prevalecer diante do desafio de barrar a recondução de FHC e bater o neoliberalismo.

O PT não alimenta a pretensão de impor nomes aos aliados, que, como nós, dispõem de quadros capazes e postulantes legítimos. Mas, do mesmo modo, pertencem a nossas fileiras várias lideranças nacionais – entre as quais o Lula – com todos os méritos para disputar a Presidência da República. Por isso, nossa resolução de lançar um candidato do PT para enfrentar FHC será levada à apreciação dos aliados nesse processo já iniciado.

Desde já, comprometemo-nos a desencadear um amplo debate nos estados, junto aos partidos, organizações da sociedade civil, sindicatos, personalidades, a fim de criar, nas bases, uma dinâmica capaz de produzir um forte movimento político cultural que impulse uma grande virada no País.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1997